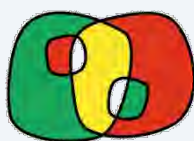




Consultores de Políticas  
Comunitárias

Documento de Trabalho para a  
programação 2014-2020:

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL  
E AMBIENTAL DA ZONA TRANSFRONTEIRIÇA  
DE ESPANHA E PORTUGAL



COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA  
ESPAÑA ~ PORTUGAL  
COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

**União Europeia  
FEDER**

**Investimos no seu futuro**



7 de abril de 2014

## ÍNDICE

<b>NOTA PRELIMINAR .....</b>	<b>1</b>
<b>1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO ESPANHA-PORTUGAL .....</b>	<b>2</b>
<b>1.1. Descrição geral do âmbito territorial da intervenção do POCTEP         2014-2020.....</b>	<b>2</b>
1.1.1. Caraterização territorial.....	3
1.1.2. Caraterização demográfica: população e densidade .....	10
1.1.3. Caraterização económica: principais magnitudes económicas .....	18
<b>1.2. Estrutura produtiva e competitividade empresarial .....</b>	<b>25</b>
1.2.1. Produtividade laboral .....	25
1.2.2. Tecido empresarial.....	28
1.2.3. Atividade económica: especialização produtiva .....	39
<b>1.3. Mercado de trabalho e capital humano.....</b>	<b>48</b>
1.3.1. Mercado de trabalho .....	48
1.3.2. O capital humano: formação .....	57
<b>1.4. Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação na zona de         cooperação.....</b>	<b>64</b>
1.4.1. Situação da inovação no Espaço Transfronteiriço Espanha- Portugal.....	65
1.4.2. Recursos da inovação.....	67
1.4.3. Atividade inovadora das empresas .....	83
1.4.4. Relação centros de investigação-meio empresarial .....	84
1.4.5. Os ativos de propriedade intelectual .....	89
1.4.6. Impactos económicos das atividades de I&D&i.....	92
<b>1.5. Sociedade de Informação: Tecnologias de Informação e         Comunicação .....</b>	<b>94</b>
<b>1.6.. Ambiente e Energia .....</b>	<b>98</b>
1.6.1. Recursos naturais .....	98
1.6.2. Património natural .....	105
1.6.3. Riscos naturais.....	110
1.6.4. Alterações climáticas .....	117
1.6.5. Energia.....	120
1.6.6. Resíduos.....	121
1.6.7. Valores culturais: património .....	122
<b>1.7. Inclusão social e luta contra a pobreza .....</b>	<b>124</b>
<b>1.8. Igualdade de género.....</b>	<b>127</b>

1.9. A capacidade institucional e de governança existente na fronteira .....	128
<b>2. ANÁLISE RESUMO POR ÁREAS DE COOPERAÇÃO .....</b>	<b>137</b>
2.1. ÁREA DE COOPERAÇÃO GALICIA – NORTE DE PORTUGAL .....	137
2.2. ÁREA DE COOPERAÇÃO NORTE DE PORTUGAL – CASTILLA Y LEÓN .....	142
2.3. ÁREA DE COOPERAÇÃO CENTRO DE PORTUGAL – CASTILLA Y LEÓN .....	147
2.4. ÁREA DE COOPERAÇÃO ALENTEJO-CENTRO - EXTREMADURA .....	152
2.5. ÁREA DE COOPERAÇÃO ALENTEJO-ALGARVE-ANDALUCÍA .....	156
<b>3. BALANÇO DA SITUAÇÃO DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NA PERSPETIVA DOS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA DA EUROPA 2020 .....</b>	<b>161</b>
3.1. Crescimento inteligente .....	162
3.2. Crescimento sustentável .....	165
3.3. Crescimento Inclusivo.....	167
<b>4. ANÁLISE SWOT .....</b>	<b>170</b>

## NOTA PRELIMINAR

A análise de contexto realizou-se, tanto em relação às NUTS III do Espaço de Cooperação propriamente dito (território elegível), como ao conjunto do Espaço Transfronteiriço (que inclui a zona de cooperação e o território adjacente). Na medida do possível, os dados analisados apresentam-se ao nível das NUTS III para a zona de cooperação e adjacente.

Nalguns casos, devido à não disponibilidade de dados ao nível territorial NUTS III, os dados apresentados referem-se ao nível das NUTS II. Isso não apresenta grandes problemas uma vez que o nível das NUTS III terá que ser sempre analisado dentro do contexto regional para compreender as dinâmicas regionais a que atende. É por isso que a análise é sempre completada oferecendo os dados dos níveis territoriais NUTS II a que pertencem as zonas do Espaço de Cooperação, assim como os dados ao nível dos Estados de Espanha e Portugal. Também se apresenta a média UE27 e UE15 para ter como referência o desempenho do Espaço de Cooperação.

Utilizaram-se, fundamentalmente, os dados provenientes do *Eurostat* para que sejam comparáveis e poder calcular, assim, os do conjunto do espaço ao nível NUTS III e NUTS II.

## 1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO ESPANHA-PORTUGAL

A existência de fronteiras entre Estados condicionou historicamente o desenvolvimento económico, social e cultural das regiões e territórios situados perto das mesmas.

O espaço transfronteiriço Espanha-Portugal não é alheio a estes processos. As regiões e territórios transfronteiriços apresentam, em geral, níveis de desenvolvimento e progresso económico inferiores a outros territórios precisamente por esse "efeito fronteira". As áreas transfronteiriças estão afastadas e isoladas dos principais centros de atividade económica e política dos Estados a que pertencem. Além disso, estão situadas na periferia dos Estados, o que tem como consequência uma menor provisão de infraestruturas de comunicação do que as regiões situadas no centro. São, também, regiões predominantemente rurais e com baixos níveis de densidade.

Todos estes fatores condicionam de forma importante o seu desenvolvimento e progresso económico, pelo que são necessários maiores esforços, tanto para contribuir para o seu processo de convergência, como para eliminar e dismantelar o efeito fronteira que impede e dificulta a evolução do progresso económico, social, ambiental e territorial.

### 1.1. DESCRIÇÃO GERAL DO ÂMBITO TERRITORIAL DA INTERVENÇÃO DO POCTEP 2014-2020

O Espaço de Cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal do período de programação 2014-2020 é constituído por 17 NUTS III pertencentes a ambos os países, assim como por outras 16 NUTS III correspondentes às zonas adjacentes (ilustração 1).

ILUSTRAÇÃO 1. ESPAÇO DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL NUTS III



	ESPAÑA	PORTUGAL
<b>ESPAÇO DE COOPERAÇÃO</b>	Ourense, Pontevedra, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva.	Minho-Lima, Cávado, Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve
<b>TERRITÓRIO ADJACENTE</b>	A Coruña, Lugo, Ávila, León, Valladolid, Cádiz, Córdoba e Sevilla.	Ave, Tâmega, Grande Porto, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Cova da Beira, Pinha Interior Sul e Alentejo Litoral.

Fonte: Elaboração própria.

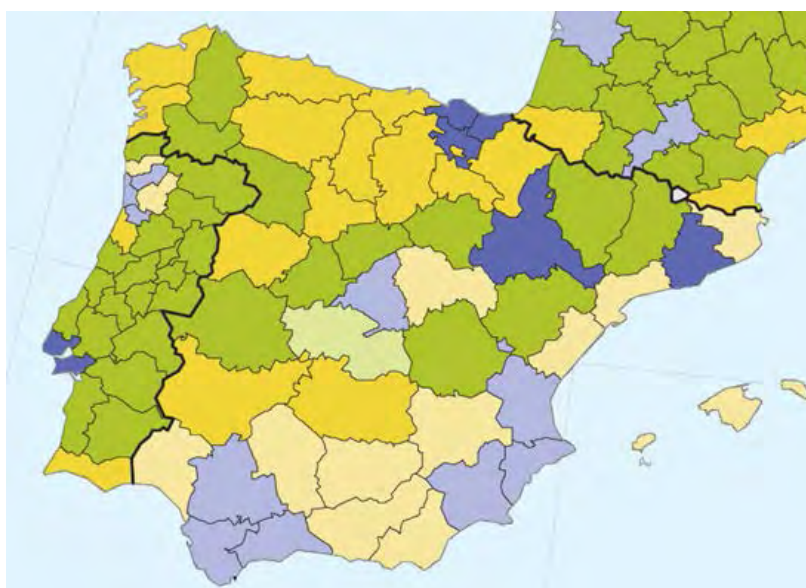
A fronteira entre Espanha e Portugal (1.234 km) é uma das mais antigas da Europa e a mais longa entre dois países. Apesar de ser uma das fronteiras mais estáveis e antigas, os territórios e regiões de ambos os lados ([representando 27,1% do território de Espanha e Portugal](#)) seguiram dinâmicas históricas, políticas, económicas, sociais e culturais que oferecem um carácter de homogeneidade e similitude à zona de cooperação, favorecendo assim o desenvolvimento de relações de cooperação estáveis.

O Espaço de Cooperação (NUTS III) abarca uma superfície de 137.013,9 Km<sup>2</sup>, o que representa 3,1% da área geográfica da UE27. Se também tivermos em conta a zona adjacente, a superfície ascende a 239.430,6 Km<sup>2</sup>, o que representa 5,53% da superfície da UE27.

### 1.1.1. Caraterização territorial

O Espaço de Cooperação (NUTS III) é considerado uma [área predominantemente rural](#) já que 79% da sua área geográfica entra dentro desta categoria, com 59,9% [da população residente em municípios com menos de 10.000 habitantes](#). De facto, apenas Pontevedra, Salamanca, Badajoz, Huelva, Cávado e Algarve são consideradas regiões intermédias.

ILUSTRAÇÃO 2. TIPOLOGIA URBANO-RURAL NUTS III



- 1 Regiões predominantemente urbanas (população rural é menos de 20% da população total)
- 2 Regiões intermédias (a população rural está entre 20% e 50% da população total)
- 3 Regiões predominantemente rurais (a população rural representa mais de 50% do total da população)

Fonte: Eurostat Regional Yearbook 2013

Por outro lado, a **rede urbana** pode considerar-se **pouco desenvolvida**, embora exista um claro predomínio de centros urbanos de pequena dimensão: não há nenhuma cidade **portuguesa que supere** os 100.000 habitantes e há apenas três espanholas (Vigo, Badajoz e Huelva) a menos de 50 Km da fronteira, e a maior distância Salamanca, e nenhuma delas supera os 300.000 habitantes.

Tendo em conta o território adjacente, a percentagem de superfície caracterizada como predominantemente rural reduz-se significativamente aos 47,1% da superfície total do Espaço Transfronteiriço NUTS III, aumenta a proporção de áreas consideradas intermédias e são apresentados também territórios classificados como predominantemente urbanos (Sevilla, Cádiz, Ave e Grande Porto).

A caracterização predominantemente urbana ou rural é importante já que as segundas ao encontrarem-se longe de um núcleo urbano significativo têm menores possibilidades de acesso aos serviços e oportunidades disponíveis nas cidades como, por exemplo, mais oportunidades de emprego, acesso ao ensino superior, mercado local apropriado e outros serviços. No Espaço de Cooperação NUTS III, as áreas de carácter rural e afastadas dos núcleos urbanos próximos caracterizam-se, normalmente, por menores oportunidades de emprego, níveis inferiores de educação, menor acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC), problemas de acessibilidade, entre outros. Tudo isto as torna zonas desfavoráveis, em que as possibilidades de crescimento e progresso são significativamente reduzidas.

Porém, estas áreas predominantemente rurais são de grande importância para o resto do território, já que são uma fonte de abastecimento dos centros urbanos de produtos agrícolas, mas também se encarregam e asseguram a conservação e gestão do património natural de grande relevância no Espaço de Cooperação.

Outro aspeto fundamental na análise de contexto da linha fronteira entre Espanha e Portugal é a **perifricidade do território** e a sua conexão com o resto do território nacional e com a UE.

Tradicionalmente, o espaço caracterizou-se pelo isolamento, com **baixos índices de acessibilidade por estrada e por ferrovia**, tanto em relação ao restante território dos dois Estados-Membros, como em termos transfronteiriços, aspeto que condiciona, em grande medida, a sua competitividade no contexto da UE. Porém, a evolução nos últimos anos foi claramente positiva neste sentido: mais de metade das áreas de cooperação reduziram consideravelmente a sua perifricidade neste período.

A importância da qualidade das infraestruturas de transporte que unem Espanha e Portugal fica patente ao considerar a cota atual de transporte de mercadorias entre Espanha e Portugal, que ronda 4% do total de toneladas por Km. Este ponto de partida torna este domínio um objetivo prioritário da colaboração, com a finalidade de melhorar as conexões por estrada, ferroviárias e aéreas.

### ESQUEMA 1. SITUAÇÃO ATUAL DA CONEXÃO E ACESSIBILIDADE NAS REGIÕES DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO



Fonte: Elaboração própria.

Para este efeito, a infraestrutura de transporte mais utilizada na ligação entre Espanha e Portugal é a **estrada**.

No que respeita à acessibilidade por estrada ao longo da fronteira pode indicar-se que:

- Existem oito pontos de passagem por via rápida.
- Existem várias conexões por autoestrada: Valença-Tui; Caia-Badajoz e V.R. Sto. António e Ayamonte e Verín-Chaves.
- Galicia-Norte de Portugal apresenta melhor disponibilidade de autoestradas.
- Castilla y León-Centro de Portugal tem um ponto de união por estrada nacional (Vilar Formoso-Fontes de Onoro).

O Mapa 1 representa, no Espaço de Cooperação Transfronteiriço, no ano 2011, as autoestradas definidas a vermelho, estradas de conexão internacional ou nacional, a castanho e em linha cinzenta a rede de principais estradas na Península Ibérica. Existem poucas alterações desde então.



MAPA 1. INFRAESTRUTURAS DE LIGAÇÃO POR ESTRADA ENTRE ESPANHA E PORTUGAL



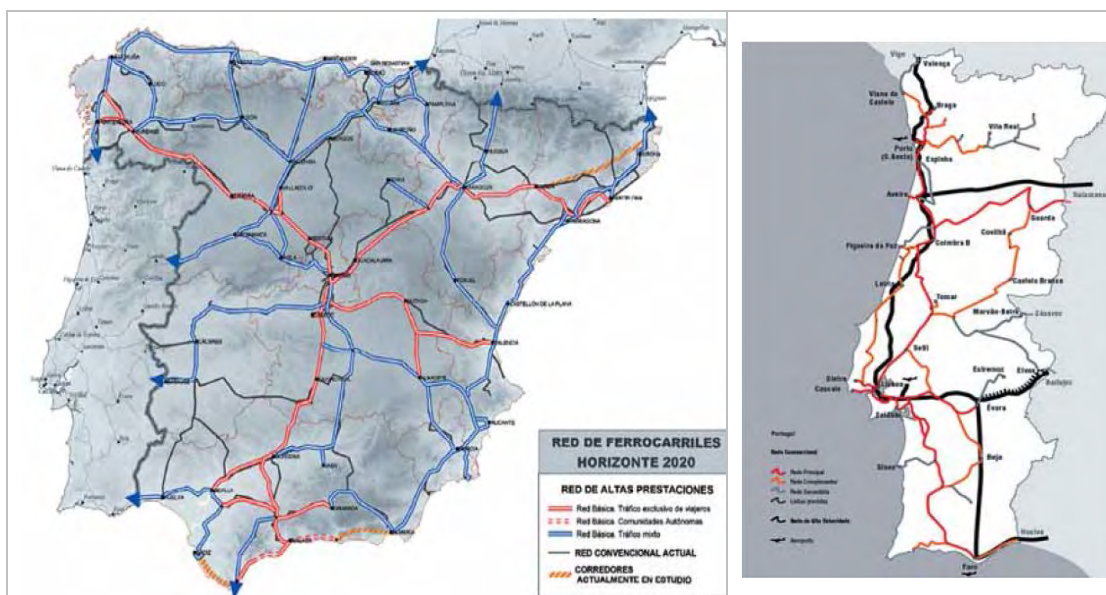
Fonte: Observatório Transfronteiriço Espanha-Portugal (documento nº. 6 Novembro 2011)

No contexto Ibérico, a [articulação entre as redes ferroviárias portuguesas e espanholas](#) ainda é deficiente em amplas áreas de fronteira:

- Existem três pontos de passagem da rede ferroviária ao longo da fronteira terrestre na Raia Ibérica (Tui-Valença do Minho, Fontes de Oñoro-Vilar Formoso, Valencia de Alcántara; Marvão-Beira e Badajoz-Elvas).
- Castilla y León-Norte é a única sub-região onde não existem conexões ferroviárias ativas (existe uma série de ramais desativados na NUTS III Alto Trás-os-Montes).
- Incrementar pequenos troços de conexão (por exemplo: Bragança-Zamora e Algarve – Andalucía) aumentaria significativamente a acessibilidade em algumas áreas da Raia Ibérica, assim como a modernização das já existentes.

O Mapa 2 mostra a planeamento das infraestruturas ferroviárias em Espanha e Portugal.

MAPA 2. PLANEAMENTO DE INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS  
ESPAÑOLAS PARA 2020 E PORTUGUESAS PARA 2015



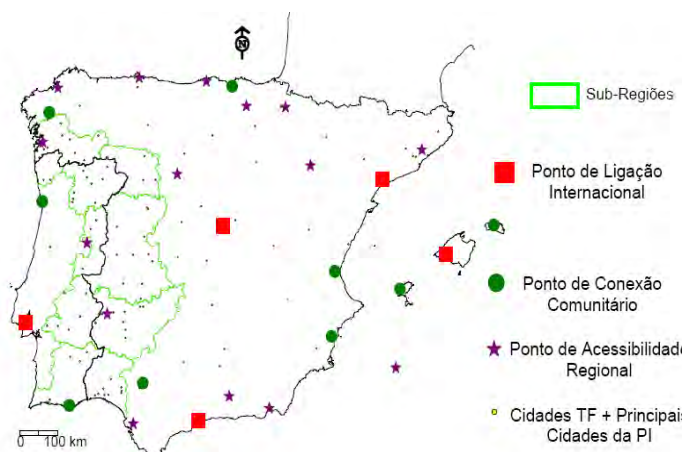
Fonte: Observatório Transfronteiriço Espanha - Portugal (documento nº. 6 Novembro 2011)

Enquanto isso, têm-se mantido vários contatos entre os dois países com vista à planificação das ações destinadas ao melhoramento das ligações ferroviárias, destacando-se os projetos das linhas Madrid-Lisboa, Vigo-Porto<sup>1</sup>, Salamanca-Aveiro, Sevilla-Huelva-Faro-Évora e a ligação tradicional de mercadorias Sines-Elvas-Badajoz-Puertollano-Madrid<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Em novembro de 2010, é anunciado o cancelamento da ligação de alta velocidade Porto-Vigo, iniciando-se os trabalhos de substituição por um comboio rápido e assim evitar o cancelamento da linha. Assim, na Cimeira Luso-Espanhola XXV de 2012, os governos dos dois estados decidem melhorar a ligação ferroviária Porto-Vigo progressivamente e em duas etapas: inicialmente, através do seu potencial de serviço internacional e,

A **conexão aeroportuária nesta região fronteiriça é reduzida** (ESPON 1.2.1, 2004). Existe uma menor presença de aeroportos na raia Espanha-Portugal do que no conjunto dos territórios nacionais. Tendo em conta que o espaço representa 27,1% do dito território e abarca 9,7% da população, conta unicamente com 6,8% dos aeroportos existentes, a que se junta a sua reduzida dimensão internacional.

MAPA 3. REDE AEROPORTUÁRIA NA RAIA IBÉRICA



Fonte: Medeiros, 2010

Do estudo ESPON, que classifica os principais aeroportos europeus em pontos de conexão internacional, pontos de conexão comunitários e pontos de acessibilidade regional, deduz-se que:

- A fronteira luso-hispânica não apresenta infraestruturas aeroportuárias e, portanto, nenhum aeroporto de conexão internacional.
- O principal ponto de ligação internacional corresponde ao aeroporto internacional de Faro.
- Galícia-Norte de Portugal têm um aeroporto internacional no Porto (Sá Carneiro) e três aeroportos comunitários em Vigo, Santiago de Compostela e Coruña.

numa segunda fase, através de uma intervenção na infraestrutura ferroviária. Foi também consolidado o compromisso para o desenvolvimento do transporte ferroviário de mercadorias entre Portugal, Espanha e o resto da Europa, a fim de aumentar a competitividade das empresas da Península Ibérica. Assim, foi reafirmada a importância estratégica das ligações ferroviárias entre Lisboa-Sines-Caia-Madrid-Irún e Aveiro-Porto-Salamanca-Irún a ser concretizada o mais rápido possível.

<sup>2</sup> O Parlamento Europeu incluiu na lista de projetos prioritários da rede principal de transportes do Corredor Atlântico, que inclui como projeto específico a ligação ferroviária de alta velocidade Sines-Madrid.



- Outras ligações aeroportuárias são o aeroporto de Badajoz, além do aeródromo da Covilhã. Quanto ao centro da região portuguesa com maior potencial turístico, o Alentejo, há que destacar também o aeroporto de Beja.

A este respeito, importa sublinhar duas questões. Em primeiro lugar, a costa atlântica tem infraestruturas aeroportuárias que, a priori, são suficientes, ao contrário do que acontece dentro do território de Cooperação Transfronteiriça interior. Por outro lado, apesar da existência destas infraestruturas, muito poucas têm um carácter internacional e as de base comunitária viram reduzido significativamente, nos últimos anos, o seu número de voos e ligações, principalmente devido a problemas relacionados com rentabilidade.

Por último, o **setor portuário** adquire uma grande importância no conjunto dos dois países. Não em vão, pois trata-se de uma área estratégica no transporte marítimo internacional e entendida como plataforma logística do sul da Europa.

No lado espanhol (incluindo o território adjacente) da fronteira integram-se uma série de portos de interesse geral: Cádiz, Santa Maria, Cabezuela, Rota, Huelva, A Coruña, Pontevedra-Marín, Vigo, Villagarcía e Ferrol.

Por sua vez, o sistema portuário peninsular de Portugal é composto por um total de nove portos comerciais, que se dividem em portos principais e secundários. A rede principal é formada por cinco portos: Leixões<sup>3</sup>, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines. Atualmente, todos estes portos atuam como nós das cadeias logísticas e de transportes colaborando de forma ativa na geração de riqueza e de postos de trabalho.

MAPA 4. FACHADAS MARÍTIMAS DO SISTEMA PORTUÁRIO DE ESPANHA E PORTUGAL NA ZONA TRANSFRONTEIRIÇA

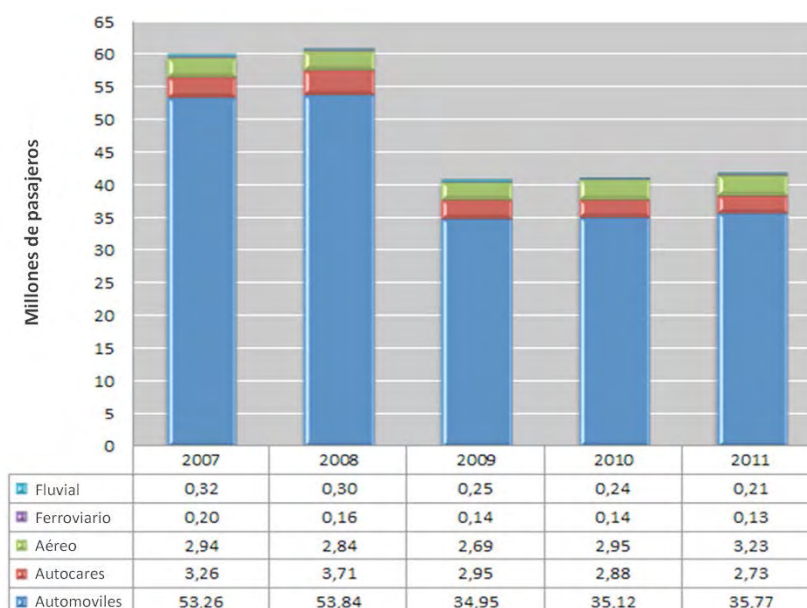


Fonte: Ministério de Fomento; Ex - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

<sup>3</sup> Importa mencionar o Terminal de Cruzeiros de Leixões que, inaugurado em abril de 2011, recebeu os mais prestigiados cruzeiros, o que significou uma importante dinamização do turismo do Porto e da Região Norte.

Além disso, o transporte fluvial na fronteira realiza-se através dos rios Minho e Guadiana. Em 2009, último ano para o qual se dispõe de dados, o total de passageiros por estas vias alcançou os 250.000 viajantes, acentuando a tendência negativa que se iniciou em 2007. Por sua vez, o número de veículos que cruzaram a fronteira por via fluvial atingiu os 30.000. Desta forma, este modo de transporte é menor no conjunto dos fluxos transfronteiriços observados, com uma importância relativa inferior a 1% do total.

GRÁFICO 1. TRÁFEGO DE PASSAGEIROS ENTRE ESPANHA E PORTUGAL, POR MEIO DE TRANSPORTE



Fonte: Observatório Transfronteiriço de Espanha-Portugal (2013)

### 1.1.2. Caracterização demográfica: população e densidade

A população que reside no Espaço de Cooperação ao nível das NUTS III situa-se, no ano de 2012, ligeiramente abaixo dos cinco milhões e meio, mais concretamente, 5.491.228 habitantes. Se se incluir o território adjacente o número de população eleva-se a 14.918.043, o que representa 2,9% da população da UE27.

Através dos dados demográficos pode comprovar-se uma das características próprias dos territórios periféricos e transfronteiriços: a **crise demográfica crescente**, um problema estrutural próprio do Espaço Transfronteiriço e agravado nos últimos anos como consequência da crise económica que afeta, de forma particular, os países do sul da Europa. Finalmente, tanto a perifericidade, como a conjuntura económica desfavorável tornam o **território pouco atrativo e com assimetrias internas marcadas** (fachada atlântica/franja interior) no que se refere à evolução da população.

Por outro lado, constata-se, entre as características definidoras da população, que esta tem uma **média de idade (40,3) superior à média da UE (39,7)**, ou seja, envelhecida; assim como a existência de uma tendência para a redução da população na zona mais central da área de cooperação.

#### *a) Densidade*

---

A densidade da população situa-se nos 40,1 habitantes por Km<sup>2</sup>, muito distantes da média UE27 (116,6) e dos níveis médios de Espanha e Portugal, encontra-se, inclusivamente, abaixo da média das regiões predominantemente rurais da UE27 (48,4 em 2010).

Contudo, a situação varia significativamente considerando o território adjacente. Neste caso, a densidade duplica, alcançando um valor de 87,1 devido à existência de NUTS III consideradas como “regiões urbano-rurais intermédias” ou “predominantemente urbanas” (como se observava na anterior Ilustração 2)

O Espaço de Cooperação NUTS III apresenta uma debilidade importante a este respeito, já que uma baixa densidade da população, muito ligada neste contexto a territórios predominante rurais, implica uma insuficiência na provisão e acesso aos serviços assim como um maior custo dos mesmos.

A este respeito, contudo, importa destacar a existência de uma importante diversidade que tem vindo a incrementar-se nos últimos anos, à exceção de 2011, como é evidenciado por um desvio típico crescente. Mais concretamente, em relação à densidade da população existe uma clara diferença entre as regiões litorais, particularmente as situadas no norte (com especial referência a Pontevedra e Cávado com valores superiores à média da UE), e as do interior.

QUADRO 1. DENSIDADE DA POPULAÇÃO POR NUTS III (HAB/KM<sup>2</sup>)

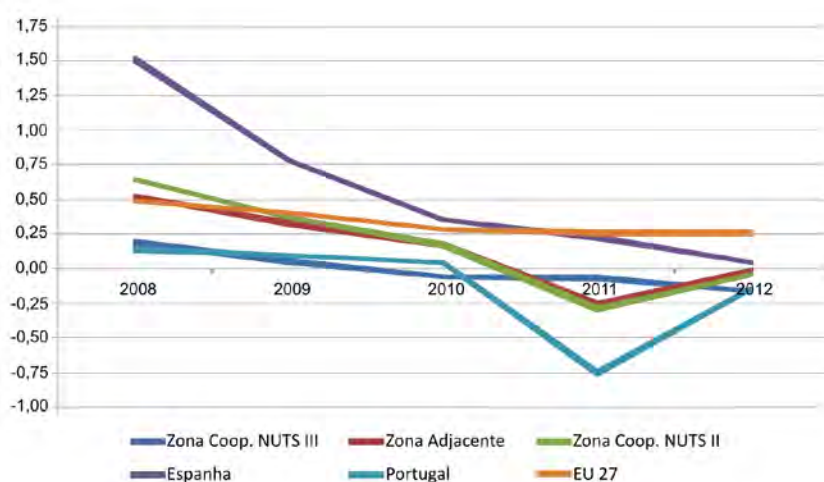
Território	2007	2008	2009	2010	2011
Ourense	45,8	45,6	45,4	45,2	44,9
Pontevedra	209,6	210,9	211,8	212,3	212,3
Zamora	18,8	18,7	18,6	18,4	18,3
Salamanca	28,4	28,4	28,3	28,2	28,1
Cáceres	20,9	20,9	20,9	20,9	20,8
Badajoz	31,5	31,7	31,8	31,8	31,9
Huelva	50,1	50,8	51,3	51,7	51,9
Minho-Lima	113,5	113,3	113,0	112,6	110,1
Cávado	329,6	330,8	331,9	332,7	329,2
Alto Trás-os-Montes	26,6	26,4	26,1	25,9	24,9
Douro	51,9	51,4	50,9	50,4	50,0
Beira Interior Norte	27,2	27,0	26,7	26,4	25,6
Beira Interior Sul	19,8	19,6	19,4	19,2	20,0
Alto Alentejo	19,0	18,8	18,6	18,4	18,9
Alentejo Central	23,6	23,4	23,3	23,2	23,1
Baixo Alentejo	15,0	14,9	14,7	14,6	14,8
Algarve	84,9	85,7	86,5	87,2	90,3
Esp. de Coop.NUTS III	40,1	40,2	40,2	40,2	40,1
A Coruña	141,8	142,3	142,6	142,7	142,7
Lugo	35,4	35,3	35,1	34,8	34,5
Ávila	20,9	21,1	21,1	20,9	20,8
León	31,2	31,2	31,1	31,0	30,9
Valladolid	64,0	64,6	65,0	65,1	65,2
Cádiz	165,6	167,6	169,0	169,9	170,7
Córdoba	57,2	57,4	57,5	57,6	57,7
Sevilla	131,3	132,8	134,1	135,1	135,9
Alentejo Litoral	18,4	18,2	18,1	17,8	18,4
Pinhal Interior Sul	21,7	21,4	21,1	20,7	21,3
Cova da Beira	66,6	66,2	65,8	65,3	63,8
Serra da Estrela	55,4	54,9	54,4	53,9	50,3
Dão-Lafões	83,5	83,5	83,4	83,3	79,3
Tâmega	214,0	214,0	214,0	213,9	210,0
Ave	420,3	420,8	421,2	421,4	410,4
Grande Porto	1572,4	1574,5	1577,7	1578,2	1579,9
Territ AdjNUTS III	87,2	87,6	87,9	88,0	87,8
Galícia	93,0	93,3	93,3	93,3	93,1
Castilla y León	26,6	26,7	26,7	26,6	26,5
Extremadura	26,5	26,5	26,6	26,6	26,6
Andalucía	92,3	93,6	94,5	95,1	95,6
Norte de Portugal	175,9	176,0	176,0	175,9	173,2
Centro de Portugal	84,6	84,6	84,5	84,3	82,4
Alentejo	24,2	24,1	23,9	23,8	23,9
Algarve	84,9	85,7	86,5	87,2	90,3
Esp. Transf. NUTS II	63,7	64,1	64,3	64,4	64,3
Espanha	89,4	90,8	91,5	91,8	92,0
Portugal	115,2	115,3	115,5	115,4	114,5

Fonte: Eurostat

## b) Tendências demográficas

Em relação ao crescimento da população no Espaço de Cooperação NUTS III, destaca-se um ligeiro crescimento entre 2007 e 2009 (0,19% e 0,05%, respetivamente) que se torna negativo desde então. O território de cooperação adjacente apresentou até 2010 taxas de crescimento superiores às das zonas de cooperação. Contudo, em 2011, a sua queda foi maior, tal como aconteceu com as regiões do Espaço de Cooperação (NUTS II). Ambas as taxas estão, de qualquer maneira, abaixo da média da UE27.

GRÁFICO 2. TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO



Fonte: Elaboração própria

Esta tendência de redução de população não foi generalizada no conjunto do Espaço de Cooperação NUTS III, nem ocorreu com a mesma dimensão ou medida. Assim, entre 2007 e 2012, ganharam população o Algarve e as províncias de Huelva, Pontevedra e Badajoz e, em menor medida, Beira Interior Sul, enquanto que no resto dos territórios foi registado um decréscimo. De facto, importa assinalar três situações:

- Territórios que apresentam um movimento natural positivo, que vai diminuindo ano após ano: Pontevedra, Badajoz e Huelva;
- Territórios que apresentam um movimento natural positivo, em 2008, e que passa a ser negativo nos anos seguintes: Salamanca e Cávado;
- Territórios que apresentam um movimento natural negativo em 2008, que aumentou com o tempo: Ourense, Zamora, Cáceres, Minho Lima, Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte e Alentejo Central.



QUADRO 2. POPULAÇÃO DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO POR NUTS III E II (MÉDIA ANUAL)

Territórios	2008			2012		
	H	M	T	H	M	T
Ourense	157.810	170.994	328.804	154.211	167.017	321.228
Pontevedra	453.437	485.436	938.873	458.283	488.405	946.688
Zamora	96.373	98.429	194.802	93.484	95.295	188.779
Salamanca	168.994	178.447	347.441	166.223	175.943	342.166
Cáceres	202.172	204.707	406.879	200.604	203.354	403.958
Badajoz	333.159	338.870	672.029	336.435	342.672	679.107
Huelva	246.753	249.512	496.265	252.935	257.055	509.990
Minho-Lima	118.541	133.135	251.676	113.380	129.906	243.286
Cávado	199.295	212.032	411.327	196.406	213.358	409.764
Alto Trás-os-Montes	104.841	111.404	216.245	97.176	105.525	202.701
Douro	102.545	109.625	212.170	97.535	107.008	204.543
Beira Interior Norte	52.486	57.665	110.151	49.101	54.550	103.651
Beira Interior Sul	35.468	38.455	73.923	35.386	39.083	74.469
Alto Alentejo	57.253	60.813	118.066	56.352	61.219	117.571
Alentejo Central	82.900	86.963	169.863	79.951	86.432	166.383
Baixo Alentejo	63.162	64.419	127.581	61.574	64.377	125.951
Algarve	213.457	212.929	426.386	219.614	231.379	450.993
Esp Coop.NUTS III	<b>2.688.646</b>	<b>2.813.835</b>	<b>5.502.481</b>	<b>2.668.650</b>	<b>2.822.578</b>	<b>5.491.228</b>
A Coruña	537.410	582.648	1.120.058	539.338	584.386	1.123.724
Lugo	168.319	179.024	347.343	162.389	174.877	337.266
Ávila	84.616	83.857	168.473	83.507	82.795	166.302
León	235.698	248.384	484.082	232.178	245.212	477.390
Valladolid	254.115	264.827	518.942	257.493	269.275	526.768
Cádiz	593.972	604.762	1.198.734	608.918	621.008	1.229.926
Córdoba	384.694	398.492	783.186	387.062	401.134	788.196
Sevilla	898.038	931.228	1.829.266	925.710	961.756	1.887.466
Alentejo Litoral	48.083	48.086	96.169	48.432	49.265	97.697
Pinhal Interior Sul	19.794	21.280	41.074	19.102	21.206	40.308
Cova da Beira	44.085	47.265	91.350	41.740	45.622	87.362
Serra da Estrela	22.844	25.060	47.904	20.432	22.959	43.391
Dão-Lafões	140.358	151.158	291.516	130.731	145.292	276.023
Tâmega	276.182	284.490	560.672	267.082	282.344	549.426
Ave	256.222	267.835	524.057	246.096	264.507	510.603
Grande Porto	613.234	668.190	1.281.424	608.734	676.233	1.284.967
Territ. Adj.NUTS III	<b>4.577.664</b>	<b>4.806.586</b>	<b>9.384.250</b>	<b>4.578.944</b>	<b>4.847.871</b>	<b>9.426.815</b>
Galícia	1.316.976	1.418.102	2.735.078	1.314.221	1.414.685	2.728.906
Castilla y León	1.235.990	1.265.870	2.501.860	1.222.659	1.256.667	2.479.326
Extremadura	535.331	543.577	1.078.908	537.039	546.026	1.083.065
Andalucía	3.985.154	4.060.977	8.046.131	4.097.915	4.188.467	8.286.382
Norte de Portugal	1.811.621	1.933.615	3.745.236	1.758.614	1.920.802	3.679.416
Centro de Portugal	1.153.368	1.232.543	2.385.911	1.106.000	1.213.530	2.319.530
Alentejo	373.308	387.625	760.933	365.161	389.336	754.497
Algarve	213.457	212.929	426.386	219.614	231.379	450.993
Esp. Transf. NUTS II	<b>10.625.205</b>	<b>11.055.238</b>	<b>21.680.443</b>	<b>10.621.223</b>	<b>11.160.892</b>	<b>21.782.115</b>

Fonte: Eurostat

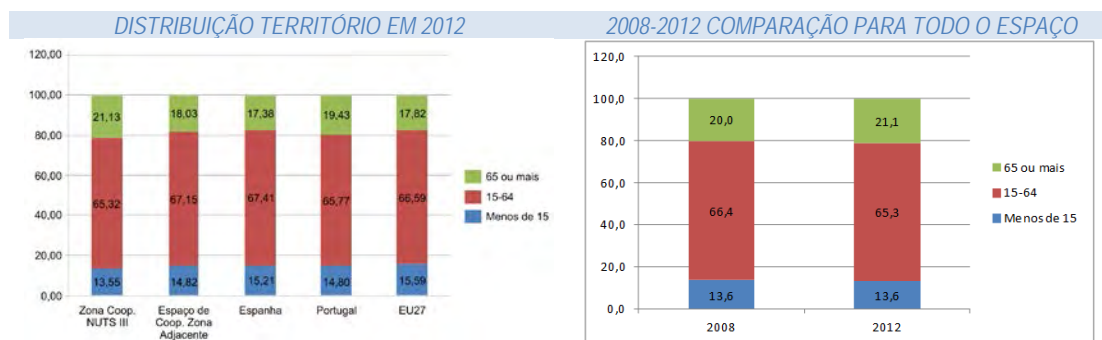
Portanto, constata-se assim que um dos grandes problemas do espaço é a **perda de população**, um problema estrutural do Espaço Transfronteiriço no seu conjunto, reflexo de baixas taxas de natalidade e da emigração para territórios economicamente mais prósperos.

Importa ainda destacar que, dos dados apresentados, se verifica, regra geral, que os territórios situados na faixa atlântica ganharam população, enquanto os localizados mais interiormente a foram progressivamente perdendo, à exceção de Badajoz e Valladolid que atuam como polos de desenvolvimento das suas respetivas regiões. Tal evidencia as diferenças existentes no que diz respeito à faixa litoral e à franja interior, e ao desequilíbrio de desenvolvimento entre as duas.

### c) População por grupos etários

A distribuição da população por grupos etários no Espaço de Cooperação NUTS III mostra que a população abaixo dos 15 anos representa apenas 13,55% do total, face a 15,59% da média da UE27. O mesmo ocorre com a percentagem de população entre os 15 e 64 anos, e ao contrário do que sucede com a percentagem de população com mais de 65 anos, que está acima, tanto da média da UE27, como de Espanha e Portugal. A este respeito, uma vez mais, o território de cooperação adjacente, ainda que apresentando valores abaixo da média da UE27, está em melhor posição que o Espaço de Cooperação NUTS III.

GRÁFICO 3. POPULAÇÃO DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO NUTS III POR GRUPOS ETÁRIOS  
(% SOBRE O TOTAL)



Fonte: Eurostat

A evolução temporal no conjunto do Espaço de Cooperação NUTS III não oferece uma perspetiva positiva. A população com 65 anos ou mais ganhou peso nestes quatro anos, com um crescimento de 2,96% em relação ao ano de 2008. Isso foi compensado com uma diminuição da percentagem de população entre os 15 e os 64 anos e dos menores de 15 anos. Como consequência, ocorre um **envelhecimento progressivo da população** no Espaço de Cooperação, que surge como um dos desafios mais importantes que este

território enfrenta. A sua taxa de envelhecimento<sup>4</sup> situa-se longe de 1 (1,56), situação de equilíbrio, e acima da média da UE27 (1,14) e de Espanha (1,14) e Portugal (1,31). Tendo em conta o território adjacente, a situação melhora ligeiramente, ainda que sempre abaixo da média da UE27. Por outro lado, a tendência temporal indica que este desafio não mostra sinais de melhoria no futuro imediato.

**QUADRO 3. POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS (% SOBRE O TOTAL)**

Território	Menos de 15		15-64		65 ou mais	
	2008	2012	2008	2012	2008	2012
Ourense	9,5	9,5	62,4	62,0	28,1	28,4
Pontevedra	13,1	13,2	68,2	67,4	18,7	19,3
Zamora	10,1	10,1	62,1	61,9	27,8	28,0
Salamanca	11,8	12,0	64,6	64,1	23,5	23,9
Cáceres	13,5	13,3	65,9	66,0	20,6	20,7
Badajoz	15,2	15,1	67,0	66,9	17,8	17,9
Huelva	16,1	16,3	68,9	68,6	14,9	15,2
Minho-Lima	13,3	13,1	64,6	63,4	22,1	23,5
Cávado	16,7	16,2	69,5	69,2	13,7	14,7
Alto Trás-os-Montes	11,2	11,0	62,8	60,7	26,0	28,3
Douro	13,3	13,0	65,0	63,5	21,7	23,5
Beira Interior Norte	11,7	11,4	61,2	59,7	27,1	28,9
Beira Interior Sul	11,5	11,5	60,3	59,5	28,2	29,0
Alto Alentejo	12,6	12,7	60,8	59,9	26,6	27,5
Alentejo Central	13,2	13,2	62,7	62,1	24,1	24,6
Baixo Alentejo	13,2	13,3	62,5	61,4	24,3	25,2
Algarve	14,9	14,9	65,9	65,3	19,2	19,8
Esp. Coop.NUTS III	13,6	13,6	65,9	65,3	20,5	21,1
A Coruña	11,6	11,9	67,3	66,4	21,1	21,7
Lugo	9,4	9,6	63,2	62,9	27,3	27,6
Ávila	11,9	12,1	63,8	63,7	24,3	24,2
León	10,7	10,9	64,7	64,4	24,5	24,7
Valladolid	12,6	13,1	68,6	67,5	18,8	19,4
Cádiz	16,9	17,1	69,5	68,8	13,6	14,1
Córdoba	16,0	16,0	66,9	66,7	17,2	17,3
Sevilla	16,8	17,2	68,7	68,0	14,5	14,8
Alentejo Litoral	12,5	12,7	63,6	63,0	23,9	24,2
Pinhal Interior Sul	10,3	10,1	57,5	55,9	32,2	33,9
Cova da Beira	12,2	11,9	64,0	62,5	23,8	25,6
Serra da Estrela	11,0	10,8	62,6	59,9	26,4	29,3
Dão-Lafões	13,9	13,6	64,2	62,7	22,0	23,7
Tâmega	17,6	16,9	69,0	68,8	13,4	14,3
Ave	15,8	15,2	70,2	69,6	14,0	15,1
Grande Porto	15,2	14,8	68,8	68,1	16,0	17,1
Territ. Adj.NUTS III	14,8	14,8	67,8	67,1	17,5	18,0
Espanha	14,9	15,2	68,1	67,4	17,0	17,4
Portugal	15,0	14,8	66,6	65,8	18,4	19,4
EU27	15,6	15,6	66,9	66,6	17,4	17,8

Fonte: Eurostat

<sup>4</sup> Quociente entre a percentagem da população de 65 anos ou mais anos sobre a percentagem da população menor de 15 anos. O valor 1 indica que há um equilíbrio entre ambos os grupos etários, mas se for maior que 1 significa que há uma sobrerrepresentação da população mais velha e menor que 1 da população jovem.

Apesar de uma certa homogeneidade no conjunto do Espaço de Cooperação em relação a esta questão apresentam-se determinadas diferenças em relação a Pontevedra, Badajoz, Huelva, Cávado e Algarve, cujas taxas de envelhecimento estão abaixo de 1,5, coincidindo com as áreas menos rurais e mais desenvolvidas. De facto, o envelhecimento é um processo demográfico muito vinculado às áreas predominantemente rurais nas quais a população jovem se desloca para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades.

Este progressivo envelhecimento da população implica importantes desafios para assegurar a **cobertura das necessidades de uma população cada vez mais envelhecida** tanto na provisão de serviços sociais como no cuidado da mesma.

QUADRO 4. TAXA DE ENVELHECIMENTO (% DE POPULAÇÃO COM MAIS DE 65 ANOS SOBRE % DE POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS)

Territórios	2008	2012	Taxa crescimento
Ourense	2,9	3,0	1,0%
Pontevedra	1,4	1,5	2,2%
Zamora	2,7	2,8	1,2%
Salamanca	2,0	2,0	0,4%
Cáceres	1,5	1,6	1,6%
Badajoz	1,2	1,2	1,0%
Huelva	0,9	0,9	0,7%
Minho-Lima	1,7	1,8	7,8%
Cávado	0,8	0,9	11,0%
Alto Trás-os-Montes	2,3	2,6	10,7%
Douro	1,6	1,8	10,3%
Beira Interior Norte	2,3	2,5	9,5%
Beira Interior Sul	2,5	2,5	2,9%
Alto Alentejo	2,1	2,2	2,6%
Alentejo Central	1,8	1,9	2,6%
Baixo Alentejo	1,8	1,9	2,9%
Algarve	1,3	1,3	3,5%
Esp. Coop.NUTS III	1,5	1,6	3,2%
A Coruña	1,8	1,8	0,0%
Lugo	2,9	2,9	-0,5%
Ávila	2,0	2,0	-1,9%
León	2,3	2,3	-1,0%
Valladolid	1,5	1,5	0,1%
Cádiz	0,8	0,8	2,3%
Córdoba	1,1	1,1	0,9%
Sevilla	0,9	0,9	0,1%
Alentejo Litoral	1,9	1,9	-0,4%
Pinhal Interior Sul	3,1	3,3	7,2%
Cova da Beira	2,0	2,1	9,4%
Serra da Estrela	2,4	2,7	12,5%
Dão-Lafões	1,6	1,7	9,9%
Tâmega	0,8	0,8	11,0%
Ave	0,9	1,0	11,6%
Grande Porto	1,1	1,2	9,2%
Terr. Adj.NUTS III	1,2	1,2	2,9%
Espanha	1,1	1,1	-0,1%
Portugal	1,2	1,3	7,0%
EU27	1,1	1,1	2,7%

Fonte: Eurostat

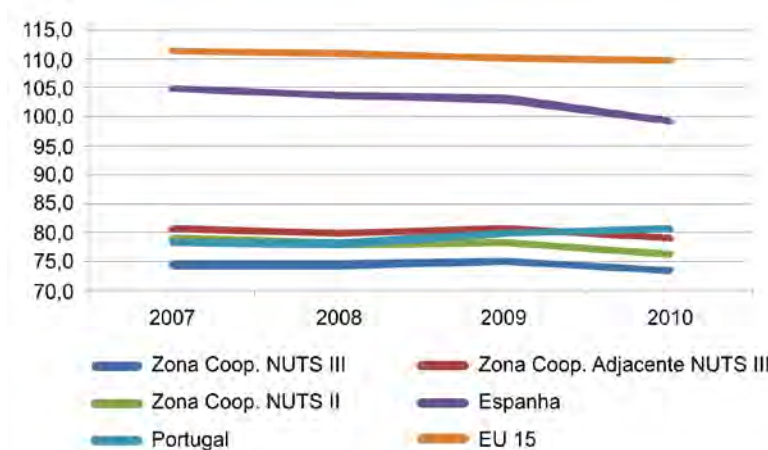
### 1.1.3. Caraterização económica: principais magnitudes económicas

#### a) Situação atual e evolução recente

A crise económica foi sentida de forma generalizada no conjunto do Espaço de Cooperação, NUTS II ainda que com diferente intensidade, nas diversas regiões e territórios que o compõem, tanto de Espanha como de Portugal, dois dos países da UE27 em que mais se fez sentir a crise. Ainda que a disponibilidade de dados estatísticos homogêneos de PIB só permita estender a análise até 2010 e não se possam analisar as manifestações da crise nestes últimos dois anos, é suficiente para constatar que o Espaço de Cooperação não escapou aos efeitos negativos que impedem de dinamizar com maior intensidade este espaço transfronteiriço já por si marcado por condições territoriais e demográficas desfavoráveis.

O PIB *per capita* do Espaço de Cooperação NUTS III situa-se, em 2010, em 73,5% da média da UE27, abaixo tanto do PIB do território de cooperação adjacente (78,8%) como da média das regiões NUTS II em que se integram os territórios transfronteiriços, assim como de Espanha e Portugal. Portanto, **o Espaço de Cooperação NUTS III é considerado como uma área das “menos desenvolvidas” da Europa** de acordo com os critérios de classificação definidos no artigo 82.2 da *Proposta de Regulamento em que se estabelecem as disposições comuns relativas ao FEDER, ao FSE, ao Fundo de Coesão, ao FEADER e ao FEMP*, incluídos no *Quadro Estratégico Comum*.

GRÁFICO 4 EVOLUÇÃO DO PIB POR HABITANTE EM PARIDADE DE PODER DE COMPRA POR NUTS II E III (% DA MÉDIA UE27, UE27=100)



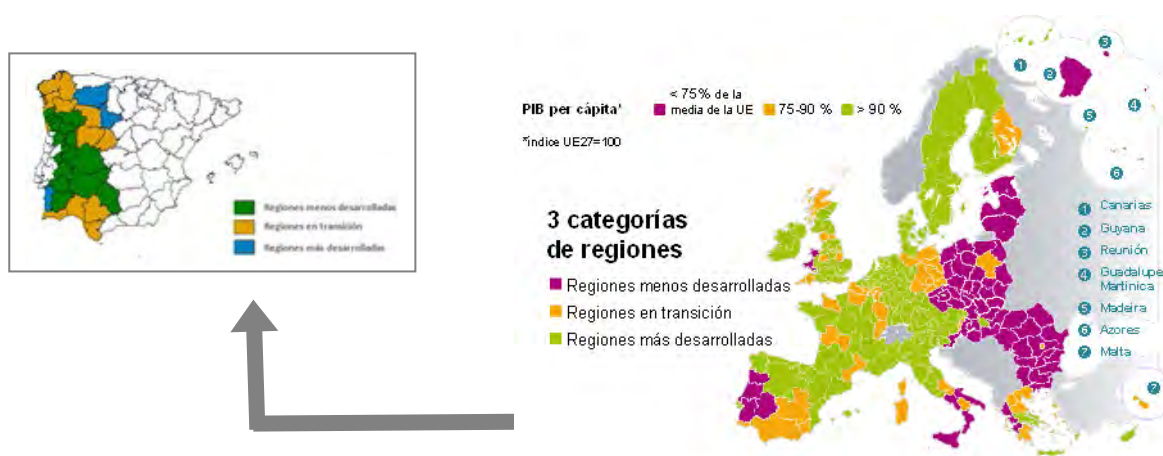
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

Restringindo a análise ao período para o qual existe informação disponível ao nível de NUTS III (2006-2010), deteta-se uma certa heterogeneidade no território. De facto, dividindo o espaço de acordo com a classificação da Comissão Europeia para a política regional no

período 2014-2020<sup>5</sup>, observa-se um claro predomínio de áreas NUTS III abaixo de 75% do PIB, ou seja, entre as menos desenvolvidas.

As áreas com um PIB superior a 90% seriam unicamente A Coruña, León, Valladolid e Alentejo Litoral. Resta esperar que estas NUTS mais desenvolvidas ou em situação de transição pertencentes ao Espaço Transfronteiriço, que por sua vez são também os territórios com um carácter mais urbano e dinâmicas demográficas mais favoráveis, atuem como vetores do dinamismo económico do conjunto do espaço.

### ILUSTRAÇÃO 3. CLASSIFICAÇÃO DE REGIÕES DA POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020



Fonte: DG Regio

A evolução temporal permite demonstrar a existência de uma certa convergência no PIB por habitante, com um progresso moderado face aos níveis médios de rendimento comunitários. Contudo, **na sequência da crise económica e financeira este processo de convergência começa a estagnar**. Em geral, as previsões não apontam para uma recuperação relativamente rápida, o que concede ao Programa um maior protagonismo, na medida em que permite abordar ações de cooperação que nas atuais circunstâncias económicas poderiam encontrar importantes restrições sem este apoio.

Esta tendência é, em grande medida, marcada pela evolução do PIB no conjunto do Espaço de Cooperação NUTS III e da zona adjacente que foi positiva entre os anos de 2007 e 2008, mas que desde o ano de 2009 regista uma importante queda, que conduz a uma situação de estagnação em 2010 devido, em ambos os casos, sobretudo, à evolução das províncias espanholas.

<sup>5</sup> Regiões menos desenvolvidas – com um PIB *per capita* inferior a 75% da média da UE27 –, regiões em transição – com um PIB *per capita* entre 75% e 90% da média da UE27 – e regiões mais desenvolvidas – com um PIB *per capita* superior a 90% da média da UE27.

QUADRO 5. PIB POR HABITANTE EM PARIDADE DE PODER DE COMPRA NAS NUTS II E III (UE27=100)

Territórios	2007	2008	2009	2010
Ourense	76	82	81	81
Pontevedra	89	92	91	87
Zamora	84	80	81	80
Salamanca	86	86	90	83
Cáceres	74	70	71	70
Badajoz	72	72	72	69
Huelva	85	80	77	75
Minho-Lima	50	51	54	56
Cávado	59	60	62	62
Alto Trás-os-Montes	50	52	55	56
Douro	48	49	53	54
Beira Interior Norte	52	51	54	56
Beira Interior Sul	67	65	69	73
Alto Alentejo	63	62	66	65
Alentejo Central	66	66	66	67
Baixo Alentejo	74	68	75	78
Algarve	88	86	85	83
Espaço de	74	74	75	73
A Coruña	93	96	99	97
Lugo	84	84	84	84
Ávila	89	84	84	82
León	95	91	94	90
Valladolid	113	108	107	108
Cádiz	83	78	76	75
Córdoba	72	74	74	71
Sevilla	84	84	84	80
Alentejo Litoral	112	112	98	111
Pinhal Interior Sul	50	55	57	60
Cova da Beira	51	51	54	53
Serra da Estrela	40	40	43	42
Dão-Lafões	57	56	57	57
Tâmega	42	42	44	44
Ave	56	56	57	59
Grande Porto	81	81	81	81
Terr. AdjacenteNUTS	80	80	80	79
Galicia	88	92	92	90
Castilla y León	101	98	98	96
Extremadura	72	71	72	69
Andalucía	81	80	79	76
Norte de Portugal	62	62	64	64
Centro de Portugal	66	64	67	67
Alentejo	73	72	72	74
Algarve	88	86	85	83
Espacio de Coop.	79	78	78	76
Espanha	105	104	103	99
Portugal	78	78	80	80
EU27	100	100	100	100
EU15	112	111	110	110

Fonte: Eurostat



QUADRO 6. TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB E PIB A PREÇOS DE MERCADO CORRENTES

Território	PIB em PPS				Taxa variação		
	2007	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Ourense	18.900	20.600	19.100	19.900	9,0	-7,3	4,2
Pontevedra	22.200	23.000	21.400	21.300	3,6	-7,0	-0,5
Zamora	21.000	20.000	19.100	19.600	-4,8	-4,5	2,6
Salamanca	21.600	21.600	21.200	20.300	0,0	-1,9	-4,2
Cáceres	18.400	17.400	16.600	17.100	-5,4	-4,6	3,0
Badajoz	18.000	18.000	17.000	16.900	0,0	-5,6	-0,6
Huelva	21.300	20.100	18.000	18.400	-5,6	-10,4	2,2
Minho-Lima	12.400	12.700	12.700	13.700	2,4	0,0	7,9
Cávado	14.800	15.100	14.600	15.200	2,0	-3,3	4,1
Alto Trás-os-Montes	12.500	13.000	12.900	13.600	4,0	-0,8	5,4
Douro	11.900	12.300	12.500	13.200	3,4	1,6	5,6
Beira Interior Norte	13.000	12.800	12.700	13.600	-1,5	-0,8	7,1
Beira Interior Sul	16.800	16.300	16.200	17.800	-3,0	-0,6	9,9
Alto Alentejo	15.800	15.500	15.400	15.900	-1,9	-0,6	3,2
Alentejo Central	16.400	16.400	15.500	16.500	0,0	-5,5	6,5
Baixo Alentejo	18.500	16.900	17.700	19.000	-8,6	4,7	7,3
Algarve	21.900	21.500	19.900	20.300	-1,8	-7,4	2,0
Espaço Coop.NUTS III	18.600	18.600	17.600	18.000	0,0	-5,4	2,3
A Coruña	23.300	24.100	23.300	23.600	3,4	-3,3	1,3
Lugo	21.000	20.900	19.700	20.600	-0,5	-5,7	4,6
Ávila	22.200	20.900	19.700	20.000	-5,9	-5,7	1,5
León	23.700	22.800	22.100	22.000	-3,8	-3,1	-0,5
Valladolid	28.200	26.900	25.100	26.400	-4,6	-6,7	5,2
Cádiz	20.700	19.500	17.900	18.300	-5,8	-8,2	2,2
Córdoba	18.100	18.600	17.500	17.400	2,8	-5,9	-0,6
Sevilla	21.000	21.000	19.800	19.600	0,0	-5,7	-1,0
Alentejo Litoral	28.100	27.900	23.100	27.300	-0,7	-17,2	18,2
Pinhal Interior Sul	12.600	13.700	13.500	14.800	8,7	-1,5	9,6
Cova da Beira	12.800	12.800	12.600	13.100	0,0	-1,6	4,0
Serra da Estrela	9.900	10.000	10.100	10.200	1,0	1,0	1,0
Dão-Lafões	14.200	13.900	13.500	13.900	-2,1	-2,9	3,0
Tâmega	10.600	10.600	10.300	10.900	0,0	-2,8	5,8
Ave	14.100	14.100	13.400	14.400	0,0	-5,0	7,5
Grande Porto	20.300	20.200	19.100	19.900	-0,5	-5,4	4,2
Terr. AdjacenteNUTS III	20.100	20.000	18.900	19.300	-0,5	-5,5	2,1
Galícia	22.100	22.900	21.700	22.000	3,6	-5,2	1,4
Castilla y León	25.300	24.500	23.100	23.500	-3,2	-5,7	1,7
Extremadura	18.100	17.700	16.900	16.900	-2,2	-4,5	0,0
Andalucía	20.200	19.900	18.500	18.500	-1,5	-7,0	0,0
Norte de Portugal	15.600	15.600	15.000	15.800	0,0	-3,8	5,3
Centro de Portugal	16.400	16.000	15.700	16.300	-2,4	-1,9	3,8
Alentejo	18.200	17.900	17.000	18.100	-1,6	-5,0	6,5
Algarve	21.900	21.500	19.900	20.300	-1,8	-7,4	2,0
Espaço Coop. NUTS II	19.700	19.500	18.400	18.700	-1,0	-5,6	1,6
Espanha	26.200	25.900	24.200	24.300	-1,1	-6,6	0,4
Portugal	19.600	19.500	18.800	19.700	-0,5	-3,6	4,8
UE27	25.000	25.000	23.500	24.500	0,0	-6,0	4,3
UE15	27.900	27.700	25.900	26.900	-0,7	-6,5	3,9

Fonte: Eurostat

Embora a falta de informação estatística homogénea (tanto ao nível de NUTS III como de NUTS II) impeça de ter informação acerca da evolução mais recente, a evolução do PIB no Espaço de Cooperação espanhol, nos anos de 2011 e 2012 (incluindo a zona adjacente), e



a dependência identificada no que respeita à sua evolução do conjunto do espaço, permite avançar que, após uma melhoria em 2011, durante o ano de 2012 o espaço volta a ver-se mergulhado numa situação de retrocesso económico.

A zona em que a crise parece ter incidido com maior intensidade é o lado da fronteira espanhola, onde todas as províncias, sem exceção, registaram um decréscimo significativo do PIB. Dentro do Espaço de Cooperação observam-se, tanto processos de convergência, como de divergência, e uma forte influência do “efeito país” no comportamento das economias regionais, muito condicionado pela situação da economia nacional.

Os níveis territoriais NUTS III de Pontevedra, Salamanca e Algarve destacam-se por serem os centros mais dinâmicos, com uma grande capacidade de influência sobre os restantes territórios do Espaço Transfronteiriço: Pontevedra apresenta um grande dinamismo económico que pode funcionar como motor, tanto em Ourense, como na zona Norte de Portugal, o mesmo ocorrendo com Salamanca. Por outro lado, o Algarve que, apesar da sua fraca centralidade, também é um pólo económico bastante importante.

Esta evolução recente mantém as debilidades detetadas na fronteira no período de programação 2007-2013, que continua caracterizada como um “espaço periférico” tanto no que respeita ao PIB *per capita* que continua inferior à média europeia, ao impacto da crise económica que foi maior como à recuperação que se prevê mais difícil.

#### ***b) Identificação dos motores territoriais de desenvolvimento da zona transfronteiriça***

---

A análise de caracterização económica completa-se com a integração de uma perspetiva de cooperação maior, através da classificação das regiões em função da sua capacidade de potencial económico e centralidade no quadro de um contexto de colaboração, identificando os centros mais dinâmicos e capazes de contribuir para a vertebração fronteiriça em função do emprego total, do emprego não agrícola, da distância às restantes regiões NUTS III do espaço e da superfície.

A análise centra-se em dois indicadores de gravitação: o potencial económico e a capacidade polarizadora, definidos da seguinte forma:

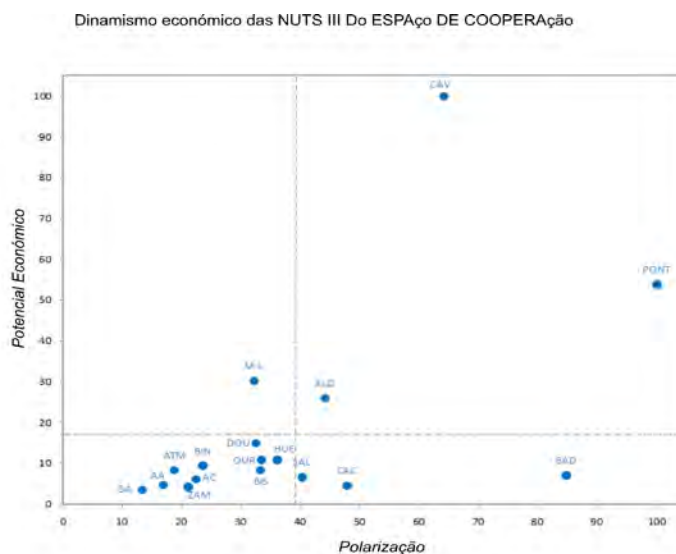
- A capacidade polarizadora mede-se através de um índice de polarização absoluta que indica a capacidade de atração do volume de atividade económica em termos de emprego, a proximidade ou acessibilidade do nível de emprego no espaço fronteiriço. Trata-se de uma medida de acessibilidade que caracteriza as diferenças regionais em volume de atividade, representado através do emprego, pelo afastamento geográfico aos centros dinâmicos. A acessibilidade representa a distância que separa cada área de todas as outras ponderada pelo volume de emprego das mesmas.

O índice, como consequência, define-se como o quociente entre o emprego total de uma área determinado pela distância que a separa das demais áreas do Espaço de Cooperação. A distância representativa é a que existe entre as capitais de província.

- O potencial económico respeita ao volume de emprego dinâmico, entendido como o emprego industrial e nos serviços, sob a hipótese de que a sua capacidade de desenvolvimento é mais elevada. Partindo desta hipótese, mede-se o potencial económico em função da distribuição relativa da densidade territorial da atividade económica em termos de emprego não agrícola e relaciona-se com a densidade correspondente à região mais centralizada de acordo com os resultados do *indicador de polarização*.

Os resultados mostram que se trata de um espaço caraterizado por um **escasso potencial económico**, ainda que existam alguns centros com uma destacada capacidade polarizadora (Gráfico 5). As NUTS III que apresentam um maior potencial económico, assim como uma maior capacidade polarizadora, coincidem com aquelas em que é mais elevada a densidade de população, têm um perfil demográfico menos envelhecido e contam com um maior grau de urbanização.

GRÁFICO 5. DINAMISMO ECONÓMICO DAS NUTS III DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO



Fonte: Avaliação Ex Ante (Regio Plus Consulting, S.L. e CEDRU)

De forma mais concreta:

- Cávado e Pontevedra, na zona norte do Espaço de Cooperação, consolidam-se como as regiões com maior potencial económico e capacidade polarizadora. Isto supõe a existência de efeitos difusores sobre a envolvente mais próxima tanto no território espanhol (Orense) como no português (região Norte), na qual se encontra a maior centralidade da vertente portuguesa. Importa ainda destacar, nesta zona, a NUTS III

Minho-Lima pelo seu grande potencial económico ainda que não tenha uma capacidade polarizadora tão elevada.

- Badajoz, localizada no centro-sul da raia hispano-portuguesa, caracteriza-se por manter um potencial económico inferior à média do Espaço de Cooperação. Contudo, trata-se da NUTS III com maior capacidade polarizadora. Em conclusão, pode considerar-se que a sua capacidade potencial para contribuir para a vertebração do território é elevada, sendo o eixo vertebrador da zona centro-sul do Espaço de Cooperação.
- Finalmente, o Algarve, ainda que com valores inferiores aos apresentados pelo Cávado e Pontevedra, encontra-se também entre as regiões com um potencial económico superior à média e uma notória centralidade. De facto, trata-se de uma província muito especializada no setor serviços que constitui o referencial quanto ao dinamismo do sul do espaço fronteiriço.

A inclusão das zonas adjacentes na análise permite identificar quatro zonas motoras com uma capacidade importante para a dinamização do território (Gráfico 6):

- A região do *Grande Porto* estaria na liderança, pelos seus maiores níveis de potencial económico e de polarização.
- Os territórios do *Ave e Tâmega* configuram-se como os pólos motores do norte de Portugal, como *La Coruña* na Galícia e *Valladolid* em Castilla y León dentro da franja espanhola.
- Na região Centro esta capacidade corresponde à zona de *Dão-Lafões*.
- Finalmente, o maior dinamismo e capacidade de impulsionamento da atividade económica do sul corresponderia às províncias andaluzas de Cádiz e Sevilla.

GRÁFICO 6. DINAMISMO ECONÓMICO DAS NUTS III DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO (INCLUINDO TERRITÓRIOS ADJACENTES)



Fonte: Avaliação Ex Ante (Regio Plus Consulting, S.L. e CEDRU)

Finalmente, a consideração das zonas adjacentes dentro do território elegível pelo Programa amplia de forma significativa o potencial de crescimento e de cooperação transfronteiriça, apoiando-se nas maiores potencialidades de alavancagem que existem nesses espaços.

#### ASPETOS CHAVE

- ✓ Território predominantemente rural.
- ✓ Baixa densidade da população.
- ✓ População envelhecida.
- ✓ Área de cooperação considerada como “menos desenvolvida”.
- ✓ Área de cooperação adjacente mais dinâmica que pode servir de motor de crescimento do conjunto do espaço.
- ✓ Presença de alguns centros com uma destacada capacidade polarizadora da atividade económica.
- ✓ Estagnação do processo de convergência em relação à UE27 particularmente após a crise económica.

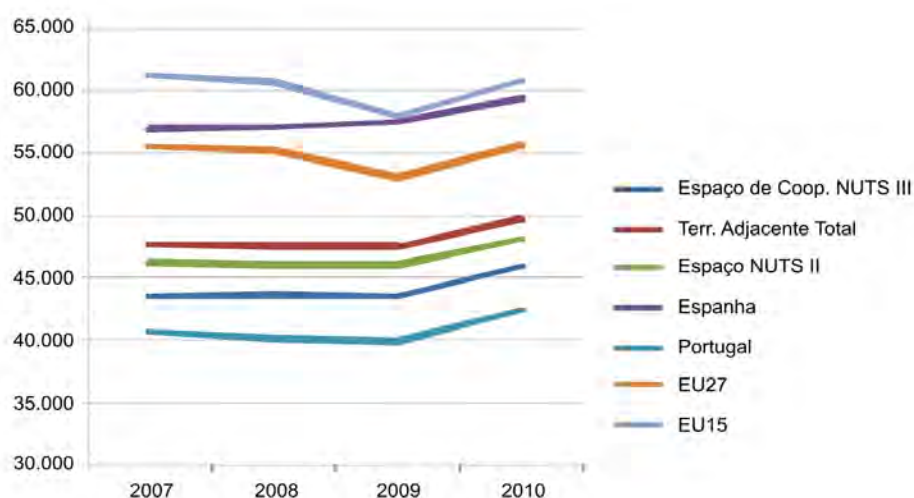
## 1.2. ESTRUTURA PRODUTIVA E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

### 1.2.1. Produtividade laboral

Um facto determinante da competitividade de uma economia é a produtividade laboral. O seu aumento é uma condição necessária para melhorar o desempenho económico e impulsionar o processo de convergência.

**A produtividade do Espaço de Cooperação NUTS III é 18% inferior à média da UE27.** Contudo, apesar do revés no ano de 2009, em 2010 houve recuperação alcançando o seu nível mais alto. Isto é explicado pelo **elevado ritmo de crescimento** registado durante 2007-2010, que alcança 5,52%, e supera o observado na zona de cooperação adjacente (4,19%), Espanha (4,39%) e Portugal (4,18%), e também da UE27 (0,18%) e da UE15 (-0,18%). Sem dúvida, por trás deste comportamento está o gravíssimo processo de destruição de emprego que sofreu este espaço, em especial no lado espanhol e que apresenta um efeito positivo no aumento da produtividade [ver ponto 1.3.1].

GRÁFICO 7. EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE (EM PARIDADE DE PODER DE COMPRA)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Eurostat

Os dados são mais positivos quando se considera o Espaço Transfronteiriço incluindo a zona adjacente, com níveis mais elevados de produtividade aparente do trabalho.

O reduzido nível médio de produtividade esconde, não obstante, uma desigualdade intrarregional significativa no Espaço de Cooperação (entre os níveis mais altos – correspondentes a Salamanca – e os mais baixos – Beira Interior Sul – existe uma diferença de 56,7 pontos percentuais). Esta desigualdade é condicionada também pelo efeito país e é favorável às províncias espanholas.

Os níveis territoriais NUTS III do lado da fronteira espanhola apresentam percentagens acima dos 80% da média da UE27 chegando, inclusive Salamanca, Zamora e Huelva, a superar ligeiramente este limiar, enquanto no lado português, com exceção do Minho-Lima (96,4%) e do Algarve (93,7%), as percentagens situam-se abaixo de 75%, chegando mesmo aos 45,1% na Beira Interior Sul.

Comparando os níveis de produtividade com os de qualificação do capital humano (que se mostram mais adiante, no Quadro 7) corrobora-se que **os territórios que apresentam uma maior produtividade são também os que apresentam um capital humano com níveis de ensino superiores**, assim como um tecido produtivo centrado em atividades de maior valor acrescentado, como se assinala no ponto seguinte.

QUADRO 7. PRODUTIVIDADE POR EMPREGADO EM PPS (UE27=100)

Territórios	2007	2008	2009	2010	T
Ourense	89,5	91,8	96,2	97,5	8,9%
Pontevedra	89,2	94,4	98,9	98,9	10,9%
Zamora	103,2	99,5	103,0	100,0	-3,1%
Salamanca	99,5	100,7	105,3	101,8	2,4%
Cáceres	91,4	87,3	92,5	90,5	-1,0%
Badajoz	84,5	87,3	91,3	88,3	4,5%
Huelva	104,1	99,3	100,2	101,3	-2,8%
Minho-Lima	53,0	52,9	57,2	61,0	15,1%
Cávado	55,1	56,3	59,1	59,7	8,3%
Alto Trás-os-Montes	43,8	45,8	47,7	50,7	15,8%
Douro	46,5	48,6	50,8	52,9	13,7%
Beira Interior Norte	43,4	42,9	44,5	45,1	4,0%
Beira Interior Sul	46,8	46,2	47,7	48,9	4,4%
Alto Alentejo	67,9	67,2	71,7	74,1	9,1%
Alentejo Central	69,5	69,9	72,3	74,5	7,1%
Baixo Alentejo	87,7	78,6	87,2	93,7	6,8%
Algarve	78,6	76,8	78,7	80,6	2,6%
Esp. Coop.NUTS III	78,4	79,0	82,1	82,6	5,3%
A Coruña	98,7	99,5	105,3	104,5	5,8%
Lugo	93,5	92,2	94,5	93,0	-0,6%
Ávila	95,3	98,6	104,2	101,1	6,0%
León	105,9	102,7	108,5	105,8	-0,2%
Valladolid	102,2	101,4	105,5	106,7	4,4%
Cádiz	96,2	99,6	102,8	102,9	6,9%
Córdoba	90,3	89,7	94,7	93,5	3,6%
Sevilla	94,2	93,7	98,9	97,3	3,3%
Alentejo Litoral	123,6	121,6	108,1	124,1	0,4%
Pinhal Interior Sul	44,9	48,6	50,6	50,9	13,5%
Cova da Beira	42,7	42,6	44,2	44,4	4,0%
Serra da Estrela	44,9	46,9	51,1	49,5	10,2%
Dão-Lafões	53,2	52,5	54,3	52,5	-1,2%
Tâmega	45,2	45,3	47,9	49,6	9,8%
Ave	55,0	56,2	58,3	61,0	10,9%
Grande Porto	80,0	79,9	80,6	81,5	1,8%
Terr. AdjacenteNUTS III	85,9	86,2	89,6	89,4	4,0%
Galicia	93,7	95,8	100,8	100,4	7,1%
Castilla y León	101,8	102,0	106,2	104,7	2,8%
Extremadura	86,8	87,3	91,7	89,0	2,5%
Andalucía	94,6	94,4	99,1	97,7	3,2%
Norte de Portugal	60,9	61,6	63,6	65,3	7,2%
Centro de Portugal	59,3	58,3	60,9	60,8	2,6%
Alentejo	80,5	78,8	80,6	84,5	5,0%
Algarve	78,6	76,8	78,7	80,6	2,6%
Espaço Transfronteiriço NUTS II	83,2	83,5	86,8	86,5	3,9%
Espanha	102,5	103,4	108,5	106,8	4,2%
Portugal	73,3	72,8	75,3	76,3	4,0%
EU27	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0%
EU15	110,3	110,0	109,4	109,4	-0,8%

Fonte: Eurostat

A evolução recente da produtividade, entre 2007-2010, mostra um maior crescimento nos níveis territoriais NUTS III do lado da fronteira portuguesa do que na espanhola,

sobressaindo Alto Trás-os-Montes (15,84%), Minho-Lima (15,10%) e Douro (13,75%). Não obstante, em termos absolutos, o ritmo de crescimento mais alto pertence à Região Norte que, por sua vez, apresenta a taxa de desemprego mais elevada do Espaço de Cooperação no lado português (Quadro 7).

Concluindo, o incremento da produtividade no Espaço de Cooperação obedece, em grande medida, ao comportamento negativo do mercado de trabalho. Neste sentido, o aumento da produtividade regional deveria provir do incremento no nível de progresso tecnológico, assim como da melhoria da qualificação do capital humano (ver ponto 1.3), com a finalidade de sustentar a competitividade regional nos fatores chave de desenvolvimento e contribuir, desta forma, para o objetivo de crescimento inteligente da estratégia Europa 2020.

### 1.2.2. Tecido empresarial

#### *a) Demografia empresarial*

A mudança de ciclo a nível mundial, derivada do ajuste nos mercados de crédito, que limita a possibilidade de financiamento das empresas e famílias, está a afetar as economias regionais do Espaço de Cooperação, que atravessam um importante período de ajuste da sua atividade produtiva. Prova disso é que **o número de empresas decresceu no conjunto do Espaço de Cooperação NUTS II, entre os anos 2007 e 2009.**

Do ponto de vista do número absoluto de empresas, os territórios mais dinâmicos a nível empresarial são Pontevedra, Algarve, Badajoz e Cávado, respetivamente. Se for considerado o território adjacente, é possível constatar que o número de empresas é maior do que no espaço de cooperação NUTS III, destacando-se o Grande Porto, Sevilla e A Coruña.

O tecido empresarial do Espaço de Cooperação NUTS III é dominado por **microempresas** (95,90% das empresas têm menos de 10 trabalhadores) enquanto as médias empresas (entre 50 e 249 trabalhadores) e as grandes empresas (250 ou mais) representam unicamente 0,43% e 0,06% do total. O território adjacente apresenta, igualmente, um mapa empresarial dominado pelas microempresas, embora tenha percentagens de grandes e médias empresas ligeiramente superiores.



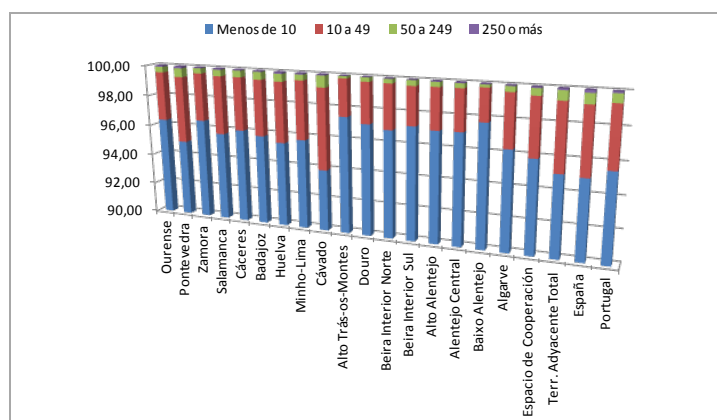
**QUADRO 8. DIMENSÃO DAS EMPRESAS POR NÚMERO DE EMPREGADOS (Nº DE EMPRESAS)**

Territórios	2007					2009				
	Menos de 10	10 a 49	50 a 249	250 ou mais	TOTAL	Menos de 10	10 a 49	50 a 249	250 ou mais	TOTAL
Ourense	22.721	866	100	24	23.711	22.260	736	84	20	23.100
Pontevedra	66.216	3.658	444	90	70.408	64.896	2.963	391	81	68.331
Zamora	12.053	461	53	5	12.572	11.675	377	41	5	12.098
Salamanca	22.641	1.099	112	17	23.869	22.376	888	96	16	23.376
Cáceres	25.301	1.058	118	17	26.494	24.818	895	109	12	25.834
Badajoz	39.274	1.826	219	39	41.358	38.073	1.447	198	21	39.739
Huelva	25.819	1.454	158	32	27.463	25.090	1.031	130	26	26.277
Minho-Lima	21.937	884	85	15	22.921	21.261	838	81	15	22.195
Cávado	36.873	2.113	292	20	39.298	36.056	2.013	285	19	38.373
Alto Trás-os-Montes	17.630	393	36	1	18.060	16.689	405	25	1	17.120
Douro	16.141	454	41	3	16.639	15.614	417	43	1	16.075
Beira Interior Norte	9.082	264	29	1	9.376	8.654	253	24	2	8.933
Beira Interior Sul	6.501	181	23	1	6.706	6.211	154	22	1	6.388
Alto Alentejo	9.571	269	27	4	9.871	9.013	241	28	3	9.285
Alentejo Central	15.970	456	54	4	16.484	15.350	408	46	5	15.809
Baixo Alentejo	10.536	253	15	2	10.806	10.113	210	18	2	10.343
Algarve	55.863	2.175	196	17	58.251	55.691	1.916	196	18	57.821
<b>Espaço Coop.NUTS III</b>	<b>414.129</b>	<b>17.864</b>	<b>2.002</b>	<b>292</b>	<b>434.287</b>	<b>403.840</b>	<b>15.192</b>	<b>1.817</b>	<b>248</b>	<b>421.097</b>
A Coruña	79.883	3.687	520	130	84.220	78.953	3.182	482	112	82.729
Lugo	23.935	992	97	11	25.035	23.772	844	84	14	24.714
Ávila	11.256	420	28	4	11.708	11.018	367	22	7	11.414
León	32.344	1.494	148	26	34.012	31.797	1.184	119	26	33.126
Valladolid	33.954	1.804	252	43	36.053	33.476	1.515	210	53	35.254
Cádiz	60.620	3.348	460	77	64.505	58.233	2.433	345	45	61.056
Córdoba	47.087	2.621	289	60	50.057	45.959	2.023	233	34	48.249
Sevilla	111.885	6.375	866	214	119.340	110.326	4.908	715	134	116.083
Alentejo Litoral	8.691	239	35	3	8.968	8.298	249	38	1	8.586
Pinhal Interior Sul	3.220	114	16	0	3.350	3.040	117	13	0	3.170
Cova da Beira	7.615	262	31	6	7.914	7.277	250	31	5	7.563
Serra da Estrela	3.557	137	11	1	3.706	3.320	117	11	0	3.448
Dão-Lafões	23.944	840	103	13	24.900	22.617	822	110	14	23.563
Tâmega	38.859	2.879	483	16	42.237	36.926	2.615	419	17	39.977
Ave	41.884	2.897	441	49	45.271	40.164	2.587	414	43	43.208
Grande Porto	136.715	5.721	771	126	143.333	131.651	5.260	727	115	137.753
<b>Terr. AdjacenteNUTS III</b>	<b>665.449</b>	<b>33.830</b>	<b>4.551</b>	<b>779</b>	<b>704.609</b>	<b>646.827</b>	<b>28.473</b>	<b>3.973</b>	<b>620</b>	<b>679.893</b>
Galícia	192.755	9.203	1.161	255	203.374	189.881	7.725	1.041	227	198.874
Castilla y León	164.285	7.849	900	175	173.209	161.509	6.533	757	173	168.972
Extremadura	64.575	2.884	337	56	67.852	62.891	2.342	307	33	65.573
Andalucía	493.410	25.550	3.177	678	522.815	476.772	18.878	2.503	426	498.579
Norte de Portugal	337.270	16.837	2.371	261	356.739	324.079	15.526	2.202	237	342.044
Centro de Portugal	229.767	8.806	1.145	122	239.840	219.749	8.133	1.096	121	229.099
Alentejo	65.736	2.079	220	26	68.061	63.296	1.879	214	23	65.412
Algarve	55.863	2.175	196	17	58.251	55.691	1.916	196	18	57.821
<b>Espaço Tranf. NUTS II</b>	<b>1.603.661</b>	<b>75.383</b>	<b>9.507</b>	<b>1.590</b>	<b>1.690.141</b>	<b>1.553.868</b>	<b>62.932</b>	<b>8.316</b>	<b>1.258</b>	<b>1.626.374</b>

Fonte: Institutos Nacionais de Estatística



GRÁFICO 8. DIMENSÃO DAS EMPRESAS POR NÚMERO DE EMPREGADOS (% , 2009)



Fonte: *Institutos Nacionais de Estatística* <sup>6</sup>

A evolução temporal confirma esta situação, já que **as micro empresas aumentaram a sua participação no total** em detrimento das pequenas, médias e grandes empresas. Isto releva que a crise económica teve um efeito adverso sobre o número de empresas, oferecendo uma maior resistência as empresas com menos de 10 assalariados.

A **pequena dimensão do tecido empresarial** é uma dificuldade acrescida no desenvolvimento económico do Espaço de Cooperação. A importância das grandes empresas não está somente em serem centros e foco de emprego e de criação de riqueza, mas também por atuarem como motores e alavancas do desenvolvimento regional. Estas grandes empresas favorecem o aparecimento de um tecido produtivo auxiliar ao seu redor, dedicado à provisão de serviços e produtos para as mesmas que, por sua vez, também podem aproveitar para ampliar a sua rede de comercialização. O Espaço de Cooperação carece de uma massa suficiente de grandes produtores locais que permita exercer esse efeito motor sobre o conjunto da economia regional<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Os dados relativos à dimensão de empresas foram retirados de diversas fontes de informação, os dados relativos a Espanha são do INE de Espanha para os anos de 2008 e 2010 enquanto que os dados de Portugal são do INE português para os anos de 2007 e 2009. Para se obter um mapa com a dimensão das empresas do Espaço, somaram-se os dados espanhóis de 2007 com os de Portugal de 2008 e os de 2009 com os de 2010. Por outro lado, também importa destacar que, no caso do INE espanhol, os dados não correspondem à classificação da Comissão Europeia e que são consideradas médias empresas até 200 empregados e as grandes empresas as que apresentem número superior. Ainda assim, incluíram-se com mais de 250, uma vez que o seu número não é significativo e o objetivo era obter uma ilustração da dimensão das empresas do Espaço.

<sup>7</sup> A este respeito, é importante apontar que grande parte das grandes empresas se encontram multi-localizadas, quer isto dizer que ainda que operem num determinado território, a sua sede social localiza-se nas grandes cidades que é onde se encontram também os departamentos de I&D&I.

Assim, os territórios como Pontevedra, Salamanca, Huelva, Minho-Lima e Cávado, cuja dimensão de empresas é ligeiramente superior à média do Espaço de Cooperação NUTS III, como ocorre na zona de cooperação adjacente, podem e devem tornar-se centros motores do desenvolvimento regional e do progresso económico do conjunto do espaço.

Esta redução do tecido empresarial tem sido acompanhada pelo efeito negativo que a crise económica exerceu sobre o autoemprego. No quadriénio 2008-2012 os trabalhadores por conta própria, no espaço de, cooperação têm diminuíram 17,1%, muito acima da tendência geral da UE (-0,4%). Segundo dados da Eurostat.

Este comportamento é bastante heterogéneo entre as regiões de ambos os lados da fronteira. Nas Comunidades Autónomas espanholas, após um importante impacto negativo inicial, abrandou a queda na geração de emprego por conta própria, enquanto no espaço português aumentou de forma progressiva no período considerado.

Tudo isto significa que o autoemprego apareceu em resposta à crise do tecido produtivo espanhol, mais do que no português, mesmo que ainda seja insuficiente para compensar a perda de tecido produtivo que a crise provocou.

De forma generalizada, ocorreu uma **redução do número de empresas no conjunto das atividades económicas** ainda que nem todas tenham sido afetadas da mesma maneira. Enquanto nas atividades de serviços administrativos e de apoio, no fornecimento de água, gestão e valorização de resíduos, assim como no setor de fornecimento de eletricidade, gás e ar condicionado, o número de empresas aumentou; no setor da construção ocorreu um decréscimo muito acentuado, em particular nas Comunidades Autónomas espanholas devido, principalmente, à bolha imobiliária.

A maioria das atividades económicas experimenta um claro retrocesso no número de empresas, sendo bastante menos intenso no setor público empresarial e nas atividades de alojamento e restauração ligadas ao setor turístico.

**QUADRO 9. Nº DE EMPRESAS POR RAMOS DE ATIVIDADE NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NUTS II**

Atividade económica	2008	2010	Taxa Var.
Mineira e pedreira	2.918	2.704	-7,33%
Manufatura	124.507	115.296	-7,40%
Eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.275	4.298	0,54%
Abastecimento de água, águas residuais, gestão e recuperação de água	2.388	2.832	18,59%
Construção	271.229	193.468	-28,67%
Comércio e reparação de veículos automóveis e motociclos	504.746	480.296	-4,84%
Transporte e armazenamento	82.907	77.070	-7,04%
Alojamento e Restauração	166.250	162.786	-2,08%
Tecnologias de Informação e Comunicação	17.000	16.217	-4,61%
Sector público	42.506	41.960	-1,28%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	169.977	163.144	-4,02%
Atividades e serviços administrativos e de apoio	64.315	115.998	80,36%
Reparação de computadores e outros eletrodomésticos	10.170	9.636	-5,25%

Fonte: Eurostat

Concluindo, impõe-se a necessidade de favorecer um clima que permita às micro empresas o acesso ao crédito, o desenvolvimento de uma cultura de inovação e internacionalização que fortaleça a posição competitiva da área de cooperação, assim como um esforço para melhorar a sua dimensão empresarial e reforçar a dimensão das empresas, procurando atrair o estabelecimento de grandes empresas que possam instalar-se no espaço e exercer um efeito alavanca sobre o conjunto empresarial local.

No entanto, além disso, também há que salientar a necessidade de reduzir as barreiras administrativas que continuam a existir aos negócios em Portugal e em Espanha, o que beneficiaria não só a configuração de um tecido empresarial mais denso mas também a economia em geral<sup>8</sup>. Além disso, estas barreiras agravam-se no contexto transfronteiriço, onde as empresas têm de enfrentar dois contextos administrativos diferentes e, em alguns casos, pouco coordenados.

### ***b) Análise territorial da estrutura setorial das PME do espaço transfronteiriço***

---

As atividades que mais pesam, independentemente do território de localização, são as seguintes: Comércio e reparação de veículos a motor e motociclos, construção, transporte e armazenamento, alojamento e restauração e atividades profissionais, científicas e técnicas. Estas atividades, em maior ou menor escala e em ordem distinta, ocupam os cinco primeiros lugares de importância em todas as regiões.

Devido à importância das atividades descritas, é de assinalar a distribuição setorial territorial de um ponto de vista da especialização dos locais das empresas nas diferentes economias regionais, comparando a sua distribuição setorial com a das empresas no conjunto do território e detetar as regiões onde as empresas têm uma maior tendência para certas atividades<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Segundo o relatório *Doing Business* do Banco Mundial, das 189 economias analisadas, Portugal ocupa a posição 31 e Espanha a 52 no que diz respeito à facilidade de desenvolvimento da atividade empresarial. Em termos de facilidade de abertura de um negócio – trâmites administrativos – Portugal ocupa a posição 32 e Espanha a 142.

<sup>9</sup> O índice define-se matematicamente da seguinte maneira:

$$S_{ij} = \frac{N_{ij} / N_j}{N_{iTot} / N_{Tot}}$$

Em que *i* faz referência à atividade, *j* à região e *Tot* corresponde-se com os valores do total do território, tanto para a atividade, como para o total de empresas.

O índice responde a uma metodologia *standard* de análise da especialização e compara a distribuição por atividades da região e o total do território analisado, para o segmento das empresas. De acordo com a

Na Andalúcia localizam-se determinadas atividades de caráter horizontal, ainda que apenas os locais ligados à energia e ao transporte e armazenamento parecem apresentar um perfil diferencial em relação ao restante Espaço Transfronteiriço NUTS II.

QUADRO 10. COEFICIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NA ANDALUCÍA (2010)

Posição	Valor do Índice	Ramo de Atividade
1	1,663	Eletricidade, gás, vapor e ar condicionado
2	1,499	Transporte e armazenamento
3	1,186	Abastecimento de água, águas residuais, gestão e recuperação de água
4	1,184	Atividades de Arrendamento
5	1,109	Comércio e reparação de veículos a motor e motociclos
6	1,100	Reparação de computadores e de outros eletrodomésticos
7	1,064	Alojamento e Restauração
8	1,037	Atividades profissionais, científicas e técnicas
9	0,916	Construção
10	0,907	Tecnologias de Informação e Comunicação

Fonte: EUROSTAT e elaboração própria

Do mesmo modo, em Castilla y León, são as actividades ligadas à energia e ao transporte as que se destacam mais no conjunto destas regiões, apesar de ser nesta comunidade que a especialização se afigura mais acentuada, somando-se a estas actividades horizontais a construção e a mineração.

QUADRO 11. COEFICIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS EM CASTILLA Y LEÓN (2010)

Posição	Valor do Índice	Ramo de Atividade
1	2,542	Eletricidade, gás, vapor e ar condicionado
2	1,507	Transporte e armazenamento
3	1,355	Construção
4	1,245	Mineração e pedreiras
5	1,179	Abastecimento de água, águas residuais, gestão e recuperação de água
6	1,168	Alojamento e restauração
7	1,167	Reparação de computadores e de outros eletrodomésticos
8	0,992	Comércio e reparação de veículos de motor y motociclos
9	0,960	Manufatura
10	0,883	Atividades profissionais, científicas e técnicas

Fonte: EUROSTAT e elaboração própria

Na Extremadura, por sua vez, obtém-se um resultado semelhante ao de Castilla y León, enquanto na Galícia o grau de especialização parece ser o mais moderado do conjunto das regiões espanholas desta zona. Neste caso, o transporte e armazenamento apresentam um

construção deste índice, valores acima de 2 estariam a marcar um nível relevante de especialização nessa atividade e região.

maior índice de especialização, não se verificando uma especialização na área energética, ao contrário das restantes regiões espanholas.

QUADRO 12. COEFICIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NA EXTREMADURA (2010)

Posição	Valor do Índice	Ramo de Atividade
1	2,450	Eletricidade, gás, vapor e ar condicionado
2	1,666	Mineração e pedreiras
3	1,427	Transporte e armazenamento
4	1,186	Construção
5	1,145	Abastecimento de água, águas residuais, gestão e recuperação de água
6	1,134	Comércio e reparação de veículos de motor y motociclos
7	1,118	Alojamento e restauração
8	0,972	Manufatura
9	0,972	Reparação de computadores e de outros eletrodomésticos
10	0,809	Atividades profissionais, científicas e técnicas

Fonte: EUROSTAT e elaboração própria

QUADRO 13. COEFICIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NA GALÍCIA (2010)

Posição	Valor do Índice	Ramo de Atividade
1	1,537	Transporte e armazenamento
2	1,341	Mineração e pedreiras
3	1,271	Construção
4	1,146	Alojamento e restauração
5	1,101	Reparação de computadores e de outros eletrodomésticos
6	1,048	Comércio e reparação de veículos de motor y motociclos
7	0,944	Manufatura
8	0,898	Eletricidade, gás, vapor e ar condicionado
9	0,884	Atividades profissionais, científicas e técnicas
10	0,795	Abastecimento de água, águas residuais, gestão e recuperação de água

Fonte: EUROSTAT e elaboração própria

Para a região do Norte de Portugal existe uma especialização em dois sentidos. Por um lado, dentro da indústria manufatureira e, por outro, dentro de uma atividade dos serviços, como as Atividades e serviços administrativos e de apoio.

QUADRO 14. COEFICIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NO NORTE DE PORTUGAL (2009)

Posição	Valor do Índice	Ramo de Atividade
1	1,578	Manufatura
2	1,303	Atividades e serviços administrativos e de apoio
3	0,989	Comércio e reparação de veículos de motor y motociclos
4	0,953	Mineração e pedreiras
5	0,939	Atividades de Arrendamento
6	0,933	Atividades profissionais, científicas e técnicas
7	0,902	Construção
8	0,895	Abastecimento de água, águas residuais, gestão e recuperação de água
9	0,866	Reparação de computadores e de outros eletrodomésticos
10	0,857	Alojamento e restauração

Fonte: EUROSTAT e elaboração própria

O Algarve apresenta uma evidente especialização em actividades de serviços, de onde sobressai o perfil turístico. Assim, os valores mais elevados encontram-se nas actividades de Arrendamento e Hotelaria. Destaca-se ainda o papel das Actividades e serviços administrativos e de apoio

**QUADRO 15. COEFICIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NO ALGARVE (2009)**

Posição	Valor do Índice	Ramo de Atividade
1	1,627	Atividades de Arrendamento
2	1,517	Alojamento e restauração
3	1,459	Atividades e serviços administrativos e de apoio
4	1,131	Construção
5	0,882	Comércio e reparação de veículos de motor e motociclos
6	0,840	Abastecimento de água, águas residuais, gestão e recuperação de água
7	0,779	Reparação de computadores e de outros eletrodomésticos
8	0,762	Atividades profissionais, científicas e técnicas
9	0,705	Tecnologias de Informação e Comunicação
10	0,701	Mineração e pedreiras

Fonte: EUROSTAT e elaboração própria

A especialização da região Centro de Portugal, de acordo com o índice calculado, aparece nas atividades primárias de mineração e pedreira, aparecendo também uma especialização muito moderada nas Atividades e serviços administrativos e de apoio, e em torno do complexo da indústria e construção.

**QUADRO 16. COEFICIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NO CENTRO DE PORTUGAL (2009)**

Posição	Valor do Índice	Ramo de Atividade
1	1,633	Mineração e pedreiras
2	1,254	Atividades e serviços administrativos e de apoio
3	1,223	Manufatura
4	1,200	Construção
5	1,094	Abastecimento de água, águas residuais, gestão e recuperação de água
6	0,994	Reparação de computadores e de outros eletrodomésticos
7	0,988	Comércio e reparação de veículos de motor e motociclos
8	0,884	Atividades e serviços administrativos e de apoio
9	0,872	Alojamento e restauração
10	0,792	Tecnologias de Informação e Comunicação

Fonte: EUROSTAT e elaboração própria

Por último, a região do Alentejo apresenta uma especialização dual: por um lado mais intensa em torno das atividades primárias ou do complexo água – energia, como a Mineração e pedreiras e o Abastecimento de Água, águas residuais, gestão e recuperação de água. Por outro lado, encontra-se uma certa especialização de serviços em Atividades e serviços administrativos e de apoio e nas atividades em torno do Alojamento e restauração.

QUADRO 17. COEFICIENTES DE ESPECIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NO ALENTEJO (2009)

Posição	Valor do Índice	Ramo de Atividade
1	2,568	Mineração e pedreiras
2	1,371	Abastecimento de água, águas residuais, gestão e recuperação de água
3	1,318	Atividades e serviços administrativos e de apoio
4	1,217	Alojamento e restauração
5	1,096	Manufatura
6	1,040	Comércio e reparação de veículos de motor e motociclos
7	0,867	Construção
8	0,837	Reparação de computadores e de outros eletrodomésticos
9	0,799	Actividades profissionais, científicas e técnicas
10	0,718	Tecnologias de Informação e Comunicação

Fonte: EUROSTAT

### c) *Necessidades de financiamento do tecido empresarial*

O financiamento constitui uma determinante crucial em dois aspetos chave das empresas. Por um lado, é um elemento que condiciona a competitividade da empresa e, portanto, a sua continuidade; por outro, constitui uma determinante fundamental da rentabilidade do investimento produtivo e, como consequência, da atração de capital para o investimento produtivo.

Com efeito, o investimento, aumentos de vendas, reestruturações e outros acontecimentos normais ao longo da vida de uma empresa, requerem fontes de financiamento complementares ao autofinanciamento ou aos fundos próprios.

Por outro lado, em situações normais, contar com um certo nível de financiamento externo permite obter retornos atrativos dos recursos próprios imobilizados nas empresas, o que incentiva o investimento produtivo e a criação de mais empresas. A captação de recursos para o financiamento empresarial depende basicamente de dois parâmetros essenciais:

- A existência de liquidez suficiente na economia (excedente de poupança), de forma que uma parte desta possa ter como destino o financiamento empresarial.
- O grau de aceitação de risco por parte dos credores, que depende de diversos parâmetros, como as características do tomador e a operação económica que está a ser financiada, as garantias adicionais com que se apoia a operação, o prazo da operação de financiamento, o ambiente legal e judicial que protege os direitos do credor ou o quadro macroeconómico.

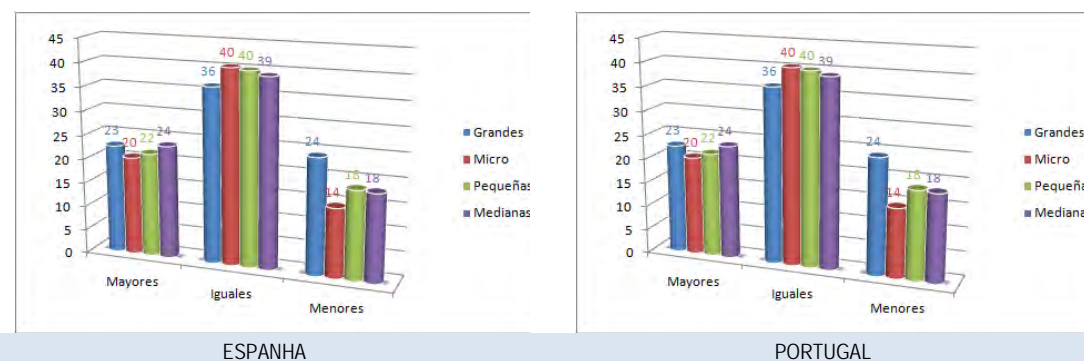
A facilidade de acesso ao financiamento externo das empresas é determinada por esses parâmetros que, também, condicionam as características do financiamento, em termos de prazo, custo e garantias exigidas.

Comprova-se a existência de uma relação inversa entre a dimensão empresarial e o peso da sua dívida externa. Isto provoca um **acesso desigual ao financiamento externo**, que



penaliza as PME face às grandes empresas. As PME vêm-se obrigadas a recorrer com maior frequência a créditos bancários a curto prazo e ao autofinanciamento, limitando assim a sua capacidade de investir e crescer.

**GRÁFICO 9. NECESIDADES DE FINANCIAMIENTO EXTERNO NOS ÚLTIMOS 6 MESES (% EMPRESAS)**



Fonte: SAFE (Survey on the Access to Finance of small and medium-sized Enterprises. outubro de 2012 a março de 2013). Informação fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

Tendo em conta a importância dos estratos de menor dimensão dentro da estrutura empresarial do espaço fronteiriço, estas maiores restrições das PME para aceder a instrumentos de financiamento adequados limitam a sua capacidade para desenvolver programas de investimento e, portanto, de gerar riqueza e emprego no território.

O aperto das condições de crédito penalizou em maior escala as empresas de menor dimensão, que são a grande maioria do Espaço Transfronteiriço, sendo necessário melhorar as linhas de crédito para facilitar a liquidez de trabalhadores independentes e pequenas empresas. De qualquer modo, a cooperação territorial para a competitividade empresarial deveria, se for o caso, limitar-se a projetos de investimento (não de financiamento do ativo circulante) que deveriam ser analisados individualmente, de maneira a que permita avaliar o risco e a viabilidade das operações.

#### **d) Instrumentos financeiros de apoio empresarial**

O quadro normativo das ajudas às PME em Espanha e Portugal encontra-se submetido à regulamentação comunitária nesta matéria. São dois os principais aspetos a considerar nas ajudas às empresas no âmbito comunitário, de acordo com o artigo 87 do Tratado Constitutivo da CE, que constitui a referência fundamental a este respeito: a sua excecionalidade, e a ameaça que representa para a livre concorrência, que podem distorcê-la e afetar os intercâmbios comerciais entre os Estados-Membros.

Contudo, na atualidade existe um vasto leque de ajudas às empresas na UE, especialmente às PME. Por sua vez, os Estados-Membros gozam de uma ampla margem para a conceção e instrumentação das suas próprias medidas de apoio às PME, que são autorizadas sempre que cumpram os critérios de ajuda máxima estabelecidos para cada território ou, inclusive,



não requeiram comunicação à Comissão, sempre que se cumpram os critérios de regulamento de *minimis*, cuja proposta para o próximo período estabelece uma quantia máxima de incentivo empresarial de 200.000 euros concedidos num período máximo de 3 anos.

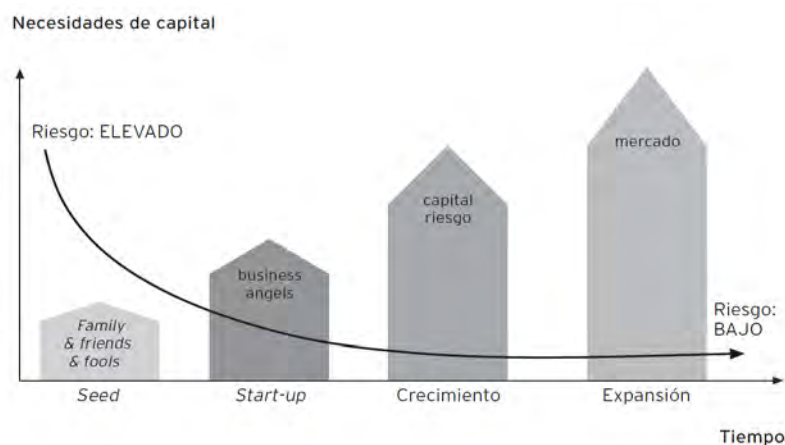
Os instrumentos financeiros para responder às necessidades de financiamento derivadas da criação e desenvolvimento empresarial são muito variados e dependem tanto do tipo de empresa, como da etapa do ciclo de vida em que se encontra. Ainda que as formas de ajuda previstas no artigo 56 da proposta de Regulamento possam tomar a forma de “subvenções, prémios, assistência reembolsável e instrumentos financeiros, ou uma combinação deles”, sem dúvida, o objetivo é substituir as subvenções diretas por outras fórmulas de financiamento baseadas em ajudas reembolsáveis, entre as quais importa destacar:

- **Sistema de garantias recíprocas:** Consolidou-se como um sistema eficaz para facilitar o acesso ao financiamento das PME com boas condições de custo e prazo de amortização. Contudo, o volume de recursos do sistema é ainda muito limitado e a dimensão da maioria das Sociedades de Garantia Recíproca é muito reduzida, o que diminui a sua operacionalidade e resultados.
- **Capital de risco:** Trata-se de um instrumento de financiamento adequado ao fomento do capital de risco privado, especialmente em projetos semente ou desenvolvimento, com um elevado conteúdo tecnológico ou inovador, e priorizando aqueles projetos que surjam do meio universitário e de investigação.
- **Iniciativa JEREMIE:** É uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia e do Fundo Europeu de Investimento, em conjugação com o Banco Europeu de Investimento. O seu objetivo é melhorar o acesso ao financiamento das microempresas e das PME e, em particular, proporcionar microcréditos, capital de risco ou garantias e outras formas inovadoras de financiamento. Presta-se especial atenção às empresas em fase inicial, à transferência de tecnologia, aos fundos destinados à inovação e à tecnologia, assim como aos microcréditos. JEREMIE tem sido gerido, no período 2007-2013, como parte integrante dos programas regionais do FEDER, embora não nos de cooperação territorial.

Portanto, a implementação destes instrumentos financeiros de apoio empresarial, no quadro da cooperação territorial, situaria as empresas como beneficiárias potenciais do Programa. Em todo o caso, o possível apoio ao tecido produtivo deve considerar a fase de crescimento da empresa de modo a implementar os potenciais mecanismos de financiamento.

Na verdade, à medida que uma empresa cresce e vê as suas necessidades de financiamento aumentadas, os mecanismos de financiamento mais adequados variam e o risco empresarial diminui. O Esquema 2 mostra as diferentes etapas de financiamento das empresas com os respetivos veículos correspondentes a cada fase.

## ESQUEMA 2. FASES DO FINANCIAMENTO EMPRESARIAL



Fonte: EBAN (European Business Angels Network).

### 1.2.3. Atividade económica: especialização produtiva

A estrutura produtiva determina a capacidade das diferentes regiões para impulsionar o desenvolvimento económico. Nesta perspetiva, analisa-se o padrão de especialização existente no espaço fronteiriço, como um aspeto crítico que explica os níveis de atividade económica e as oportunidades de emprego.

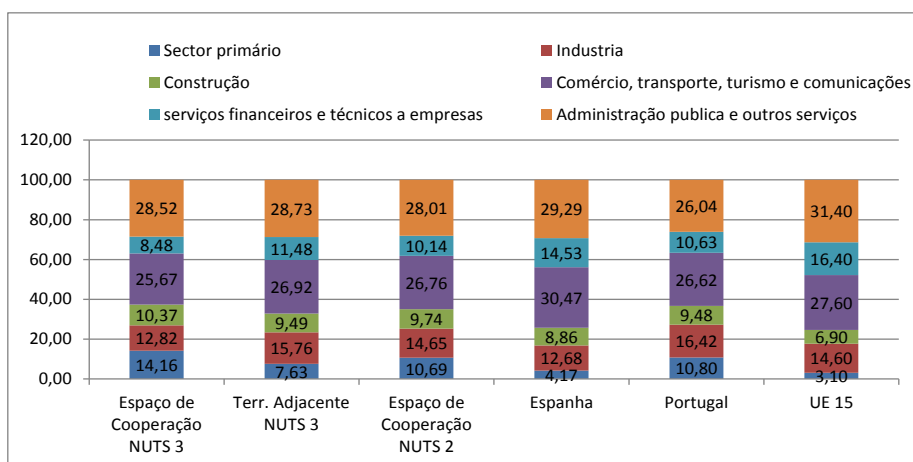
#### a) Emprego e VAB por ramos de atividade

O emprego por setores de atividade é um indicador da importância dessa atividade no conjunto da economia. O Espaço de Cooperação NUTS III constitui, no seu conjunto, uma **economia de serviços**. As principais atividades sob o ponto de vista do emprego são o comércio, transportes, turismo e comunicações, além da administração pública e outros serviços. Contudo, as economias mais dinamizadoras não correspondem àquelas que apresentam unicamente um forte peso do setor terciário, mas também da indústria, como setor com um maior valor acrescentado bruto (VAB) em relação ao emprego.

Outra característica diferenciadora do espaço fronteiriço entre Espanha e Portugal é o maior peso relativo do **setor primário**, que representa 14,16% do emprego face aos 2,66% da UE15.

A construção também apresenta um peso mais importante do que na economia da UE15, apesar da destruição de emprego sofrida (-14,98%, entre 2008 e 2010, devido à bolha imobiliária dos anos anteriores à recessão económica). Do mesmo modo, o emprego na **indústria** diminuiu (6,82%, assim como, em menor medida no **setor primário** (1,69).

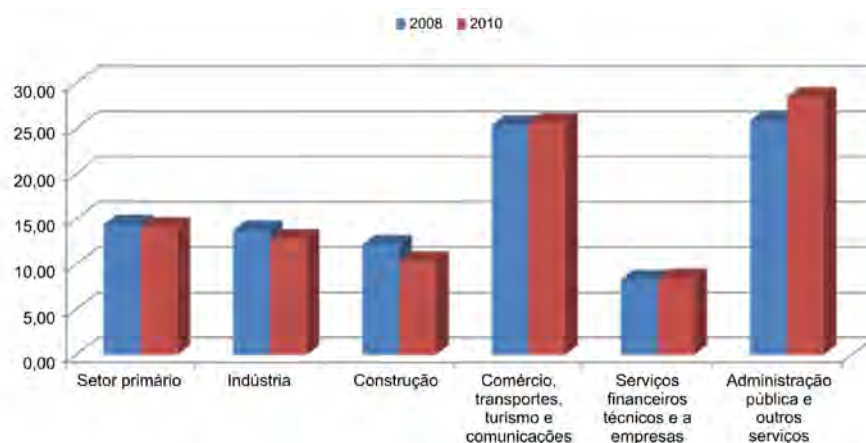
GRÁFICO 10. DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO POR RAMOS DE ATIVIDADE (ANO 2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

No que respeita ao setor serviços, o impacto negativo da crise económica sobre o emprego tem sido proporcionalmente menor, pelo que os ramos de atividade do comércio, transportes, turismo e comunicação, assim como de serviços financeiros e outros serviços técnicos e do setor público, ganharam peso relativo no emprego, não porque tenha aumentado o número de empregados, mas sim porque o desemprego se centrou nos setores primário e secundário.

GRÁFICO 11. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR RAMOS DE ATIVIDADE PARA O CONJUNTO DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO NUTS III (ANO 2008 E 2010)

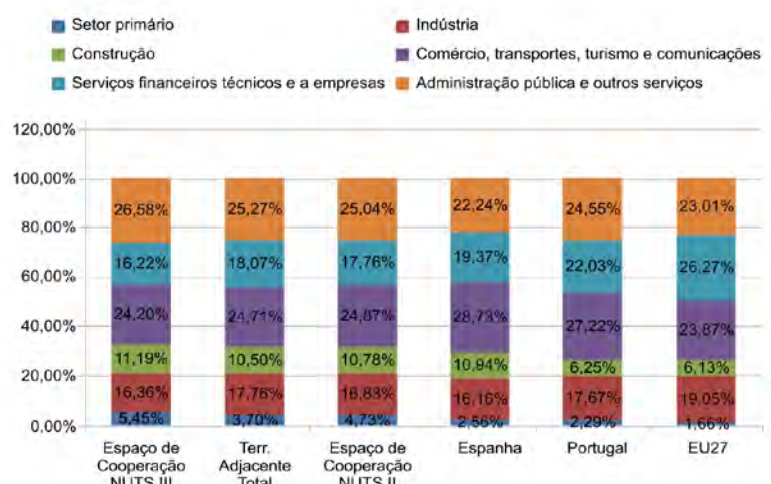


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

Por sua vez, a análise do VAB corrobora o indicado anteriormente: a economia do Espaço de Cooperação é uma economia terciária, onde o comércio, transportes, turismo e comunicações, assim como o setor público, são os setores mais importantes pela sua

contribuição para o VAB regional. Importa destacar, também, um maior peso do VAB, em comparação com a média da UE27, das atividades do setor primário e da construção.

GRÁFICO 12 VALOR ACRESCENTADO BRUTO POR RAMOS DE ATIVIDADE (% , 2010)

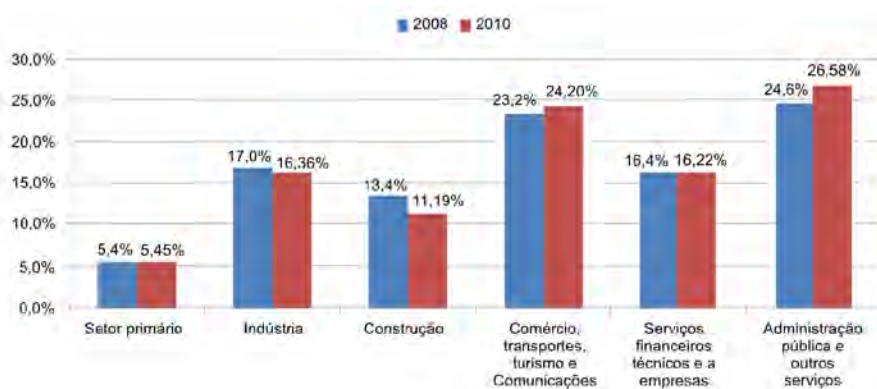


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

Contudo, a evolução temporal do VAB permite detetar um elemento de relevância, dada a importância da base produtiva agrária na zona: o incremento de 1,81% do VAB agrário, como consequência da produtividade setorial. Este aspeto é particularmente relevante se tivermos presente que o nível de produtividade de partida é consideravelmente inferior à média da atividade produtiva do Espaço de Cooperação.

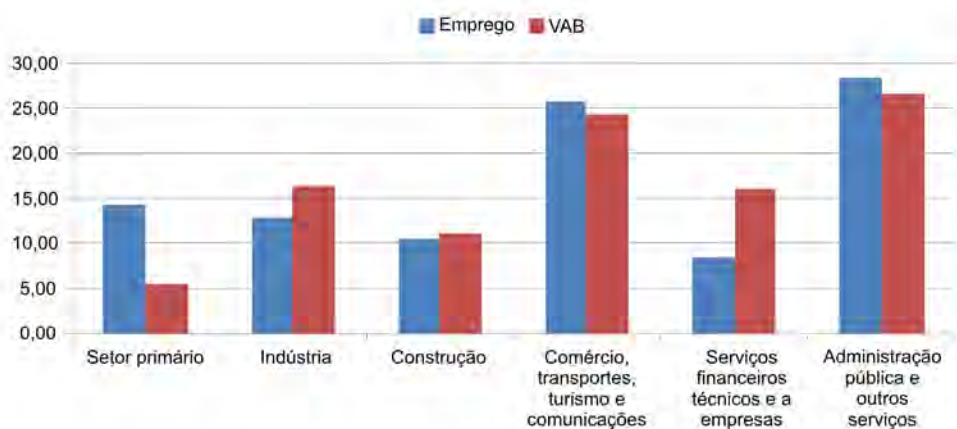
De facto, ao comparar o VAB com o emprego por ramos de atividade, comprova-se que o setor primário absorve uma importante proporção do emprego, ao contrário do seu VAB, que está mais de metade abaixo do emprego. O contrário sucede com a indústria e serviços financeiros e outros serviços profissionais, cuja proporção de emprego é menor que a do VAB.

GRÁFICO 13. EVOLUÇÃO DO VAB POR RAMOS DE ATIVIDADE PARA O CONJUNTO DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO NUTS III (ANO 2008 E 2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

GRÁFICO 14. EMPREGO E VAB POR RAMOS DE ATIVIDADE NO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO NUTS III (2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

## b) Especialização do tecido produtivo

A especialização relativa de um território, região ou país numa atividade depende, em grande medida, da disponibilidade de recursos naturais (como, por exemplo, o setor das rochas ornamentais e em geral as atividades do setor primário), a oferta de um capital humano qualificado num determinado setor (empresas farmacêuticas e biotecnológicas), a proximidade de empresas que forneçam às grandes os serviços e produtos necessários para o desenvolvimento da sua produção (o setor da automação), a dotação de infraestruturas, tanto de investigação, como de comunicação, a legislação nacional, etc.

O Espaço Transfronteiriço NUTS II apresenta um **tecido produtivo pouco diversificado**, de acordo com a estimativa do índice de especialização que compara a percentagem que representa o emprego em cada ramo de atividade do Espaço Transfronteiriço NUTS II com dita percentagem no conjunto da UE<sup>10</sup>.

As atividades produtivas de maior especialização no espaço fronteiriço são a **indústria tabaqueira**, o **setor marítimo-pesqueiro** (que inclui a pesca costeira e ao largo, assim como o processamento dos produtos extraídos do mar), a **produção animal**, as **rochas ornamentais**, a **indústria do calçado** e os **produtos agrícolas**, com índices de especialização acima de 2,5. Seguem-se os **materiais de construção**, a **construção** e os **serviços de distribuição de produtos**. Em menor medida, importa destacar também a especialização na indústria têxtil, mobiliário, estruturas de edifícios, equipamentos e serviços, assim como o turismo e o alojamento, a joalharia e metais preciosos.

Contudo, dada a extensão do Espaço de Transfronteiriço NUTS II, é necessário realizar as seguintes observações do ponto de vista territorial em relação aos setores de especialização:

- A indústria tabaqueira é uma atividade económica em que se destacam, sobretudo, a Extremadura e a Andalúcia, não tendo nenhuma relevância no conjunto das regiões portuguesas. O mesmo ocorre com a indústria de produção animal.
- O setor marítimo-pesqueiro é um segmento de especialização no conjunto das regiões do espaço, inclusive naquelas consideradas interiores, onde se desenvolve grande parte do processo de transformação, mas do qual sobressaem, em geral, a Galícia e o Algarve.
- A especialização na indústria do calçado, confeção e têxtil deve interpretar-se com certas reservas. Na primeira está unicamente especializada a Região Norte e, em menor medida, a Região Centro, mas o volume desta indústria na primeira é tão importante que marca o índice de especialização do conjunto do espaço.

---

<sup>10</sup> O índice de especialização (IE) compara a percentagem que representa o emprego de uma determinada categoria de um determinado território com a percentagem que representa esse domínio no global.

$IE = (A_{ki} / \sum_i A_{ki}) / (\sum_k A_{ki} / \sum_k \sum_i A_{ki})$  onde  $A_{ki}$  representa o número de empregos de um território  $k$  no campo  $i$ .

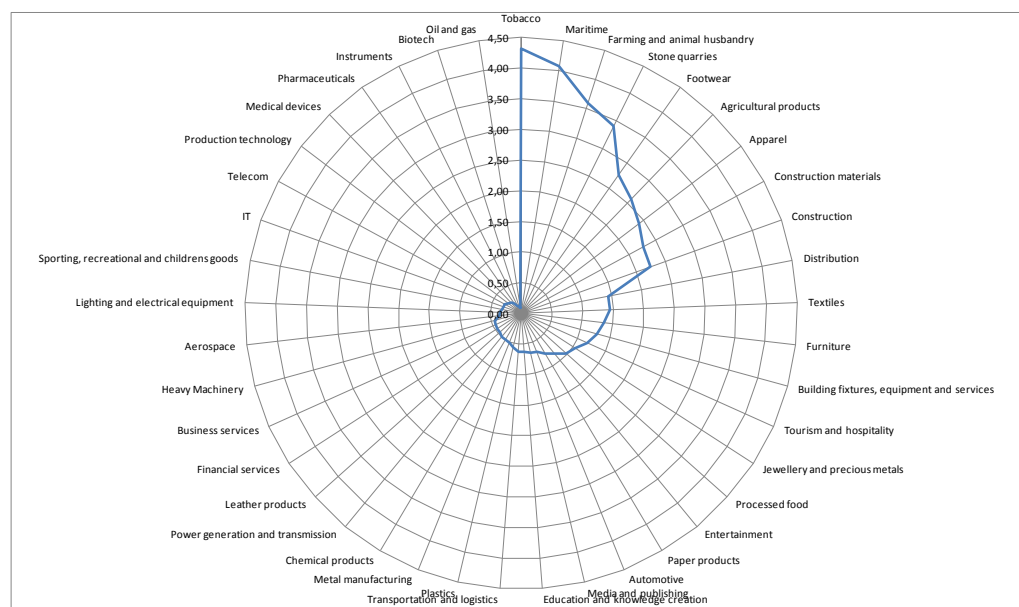
Se  $IE=1$  indica que está na média europeia.

Se  $IE < 1$  indica que está abaixo da média europeia.

Se  $IE > 1$  o território apresenta especialização nessa categoria.



GRÁFICO 15. ÍNDICE DE ESPECIALIZAÇÃO DO TECIDO PRODUTIVO DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NUTS II POR CATEGORIAS CLUSTER (2008)



Fonte: Elaboração própria a partir do European Cluster Observatory

Apesar destas diferenças, podemos constatar que o Espaço de Cooperação apresenta um **tecido produtivo pouco diversificado e sobreconcentrado numa série limitada de atividades produtivas**. Isso representa um risco importante dado que provoca que a economia regional seja muito vulnerável face a contrações da procura de certos produtos e/ou por choques económicos à escala global, como ocorreu com o setor imobiliário.

Por outro lado, apresenta uma especialização em **setores básicos e intensivos em recursos naturais endógenos** como são os casos do setor marítimo pesqueiro, a pecuária, o setor das rochas ornamentais, os produtos agrícolas, o mobiliário e o turismo (ainda que este último em menor medida).

Destaca-se ainda a **especialização industrial** numa série de atividades como a indústria do calçado, a confeção e o têxtil de escasso valor acrescentado, que não precisam de fatores de produção locais e cuja atividade está sujeita a fortes processos de deslocalização.

Importa ainda salientar a **forte especialização no setor da construção e outras atividades relacionadas**, em plena contração económica, como as pedras ornamentais, os materiais de construção, as estruturas de edifícios, equipamentos e serviços. Ainda que, como já foi referido anteriormente, tanto o número de postos de trabalho, como de empresas e o VAB tenham diminuído significativamente, a sua dimensão no conjunto das economias regionais explica a maior profundidade da crise pela queda deste setor e atividades relacionadas. Além disso, a construção é um setor muito ligado à procura nacional apresentando um perfil procíclico.



Outro setor onde a procura também está relacionada com a situação económica é o **setor automóvel**. Ainda que não seja um setor que se destaca na globalidade do espaço, é importante em algumas regiões da Galicia e de Castilla y León, pela presença de importantes empresas multinacionais no seu território. Acresce ainda o “efeito vizinhança”, já que tanto o Norte como a região Centro apresentam uma taxa de especialização abaixo de 1, mas relativamente próxima do mesmo, provavelmente devido ao efeito de alavancagem dessas empresas nos territórios contíguos.

O Espaço Transfronteiriço NUTS II caracteriza-se assim por uma **importante “despecialização” nas atividades de maior intensidade tecnológica** e de conhecimento, como a biotecnologia, a formação, as telecomunicações, a produção de tecnologia, etc.

Por outro lado, o tecido produtivo do setor primário (salvo raras exceções, como a atividade marítimo-pesqueira e o setor do mobiliário) está centrado na produção de matéria-prima (atividade pecuária e produtos agrícolas) apresentando uma **“especialização” na atividade transformadora** da mesma (alimentos processados) que é, na realidade, de onde se consegue retirar maior valor acrescentado.

#### ASPETOS CHAVE

- ✓ A produtividade do Espaço de Cooperação NUTS III está significativamente abaixo da média UE27 (mais concretamente 18 pontos percentuais abaixo), contudo, apresenta um elevado ritmo de crescimento no período 2007-2010, correspondente a 5,52%.
- ✓ O número de empresas baixou no conjunto do Espaço Transfronteiriço NUTS II entre 2008 e 2010, (em maior medida no setor da construção) em consequência da crise económica.
- ✓ O tecido empresarial é dominado por microempresas (95,9% das empresas têm menos de 10 trabalhadores).
- ✓ Dificuldades de acesso a financiamento externo por parte do tecido empresarial.
- ✓ Economia de serviços ainda com um peso significativo no setor primário no emprego e no VAB.
- ✓ Tecido produtivo pouco diversificado e sobreespecializado numa série limitada de atividades.
- ✓ Especialização em setores básicos e intensivos em recursos naturais endógenos.
- ✓ “Especialização” na atividade transformadora da produção primária.
- ✓ Especialização industrial numa série de atividades que não necessitam de fatores de produção locais e cuja atividade está sujeita a fortes processos de deslocalização.
- ✓ Forte especialização no setor da construção e outras atividades relacionadas, em plena contração económica.
- ✓ “Especialização” significativa nas atividades de maior intensidade tecnológica e em conhecimento.

QUADRO 18. ÍNDICE DE ESPECIALIZAÇÃO<sup>11</sup> DO TECIDO PRODUTIVO DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NUTS II POR CATEGORIAS CLUSTER (2008)

Categorias Cluster	Galicia	Castilla y León	Extremadura	Andalucía	Norte	Algarve	Centro	Alentejo	Esp. Coop.
Aeroespacial	0,1	0,1	0,0	1,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,4
Produtos agrícolas	1,4	3,0	5,1	4,6	0,8	1,4	0,8	2,0	2,6
Vestuário	2,1	0,3	0,5	0,3	8,1	0,2	2,1	0,3	2,4
Automóvel	1,2	1,3	0,1	0,2	0,8	0,1	0,9	0,7	0,7
Biotecnologia	0,1	0,2	0,0	0,2	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
Estruturas de edifícios, equipamentos e serviços	1,1	1,0	1,1	0,9	1,5	0,8	2,4	1,6	1,3
Serviços empresariais	0,6	0,6	0,4	0,5	0,3	0,6	0,3	0,4	0,5
Produtos químicos	0,3	0,5	0,2	0,6	0,4	0,1	0,9	0,8	0,5
Construção	1,6	2,2	2,7	2,6	2,0	3,2	2,1	2,3	2,2
Materiais de construção	2,8	1,8	0,9	1,3	1,9	1,0	5,8	3,3	2,3
Distribuição	1,3	1,0	1,5	1,7	1,3	1,5	1,4	1,8	1,4
Educação e criação de	0,9	1,0	0,7	0,9	0,2	0,1	0,1	0,1	0,6
Entretenimento	0,8	0,9	0,8	1,0	0,6	2,1	0,6	0,8	0,8
Agricultura e criação de gado	5,8	6,0	10,3	4,9	0,0	0,1	0,1	0,4	3,6
Serviços financeiros	0,7	0,9	0,5	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Calçado	0,0	0,0	0,0	0,1	12,5	0,0	1,0	0,1	2,8
Mobiliário	1,1	0,9	0,4	0,9	2,6	0,3	1,7	1,8	1,4
Maquinaria pesada	0,4	0,5	0,2	0,3	0,6	0,1	0,7	0,4	0,4
Instrumentos	0,4	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1

<sup>11</sup> O índice de especialização (IE) compara a percentagem que representa o emprego de uma determinada categoria de um determinado território com a percentagem que esse âmbito global representa.

$IE = (A_{ki} / \sum_i A_{ki}) / (\sum_k A_{ki} / \sum_i A_{ki})$  onde  $A_{ki}$  representa o número de empregos de um território  $k$  num campo  $i$ .

Se  $IE=1$  indica que se encontra na média europeia.

Se  $IE < 1$  indica que se encontra abaixo da média europeia.

Se  $IE > 1$  o território apresenta especialização nessa categoria.

Categorias Cluster	Galicia	Castilla y León	Extremadura	Andalucía	Norte	Algarve	Centro	Alentejo	Esp. Coop.
TI	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,2	0,2	0,4	0,3
Jóias e metais preciosos	0,3	0,1	0,3	1,0	2,5	0,2	1,0	0,2	1,0
Produtos em pele	0,4	0,2	0,1	0,2	0,9	0,0	0,8	0,5	0,5
Iluminação e equipamento elétrico	0,2	0,3	0,1	0,4	0,3	0,1	0,5	0,3	0,3
Marítimo	14,0	1,5	1,3	2,0	2,5	7,7	3,8	2,7	4,1
Media e publicidade	0,7	0,6	0,5	0,6	0,8	0,9	0,7	0,9	0,7
Dispositivos médicos	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,9	0,2
Fabrição de metal	0,3	0,4	0,4	0,2	0,8	0,2	1,2	0,7	0,5
Petróleo e gás	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Produtos de papel	0,6	0,8	0,5	0,5	1,0	0,5	1,4	0,7	0,8
Farmacêuticos	0,1	0,5	0,1	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,2
Plásticos	0,6	0,6	0,1	0,2	0,8	0,1	1,4	0,7	0,6
Geração e transmissão de energia	0,3	1,2	0,2	0,3	0,8	0,0	0,1	0,3	0,5
Comida processada	0,7	1,5	1,3	0,7	0,8	0,6	1,3	2,5	1,0
Produção de tecnologia	0,3	0,3	0,2	0,2	0,4	0,0	0,4	0,1	0,3
Desporto, lazer e crianças e bens	0,1	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2	1,6	0,0	0,3
Pedreiras	5,2	3,7	5,5	0,9	4,2	1,2	4,6	10,8	3,4
Telecomunicações	0,4	0,3	0,2	0,3	0,1	0,0	0,3	0,9	0,3
Têxteis	0,3	0,4	0,1	0,2	5,0	0,1	1,7	0,7	1,4
Tabaco	2,4	3,8	12,4	9,3	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3
Turismo e hospitalidade	0,9	1,1	1,0	1,7	0,5	5,2	0,7	1,0	1,2
Transporte e logística	0,9	0,4	0,4	0,6	0,2	0,9	1,3	1,1	0,6

Fonte: Observatório Europeu de Clusters

### 1.3. MERCADO DE TRABALHO E CAPITAL HUMANO

#### 1.3.1. Mercado de trabalho

Num contexto em que o desemprego se converteu num problema estrutural das economias espanhola e portuguesa, o estudo do mercado laboral é um elemento básico na análise de contexto, assim como a base para argumentação sobre a necessidade de adotar políticas públicas ativas que combatam um problema que adquire dimensões económicas e sociais de grande dimensão.

A linha fronteira entre Portugal e Espanha tem sido, tradicionalmente, um “território de intercâmbio” com uma oferta de oportunidades claras de dinamização económica e empreendedora e que, consequentemente, corrobora a lógica da criação de emprego.

Partindo desta consideração, a análise seguinte fundamenta-se na análise das principais variáveis que caracterizam o mercado de trabalho na raia fronteira (taxa de atividade, emprego e desemprego), assim como a identificação das principais características identitárias do mesmo, de forma conjunta.

##### *a) População Ativa*

A população considerada economicamente ativa ou a força de trabalho compreende todas as pessoas empregadas ou não, com idade para trabalhar e em situação de procura de emprego se não o têm. A taxa de atividade de uma população resulta do quociente entre a população ativa e a população em idade de trabalhar.

A taxa de atividade das regiões NUTS II que formam o Espaço Transfronteiriço encontra-se, em termos gerais, acima da média UE27, incluindo, em alguns casos, acima da média da UE15. Desta forma, há uma tendência generalizada na entrada no mercado de trabalho, que se produz em todas as regiões do espaço com a única exceção da Região Centro, que já apresentava os níveis mais altos.

Em relação à distribuição por género, persiste uma menor presença da mulher no mercado laboral, com taxas de atividade bastante abaixo das masculinas. Contudo, enquanto as taxas de atividade masculina diminuíram nos últimos quatro anos, as femininas aumentaram. Isto confirma uma progressiva incorporação da mulher no mercado de trabalho, facto que tem vindo a ocorrer significativamente desde a última década do século XX e forçada, neste momento, pela situação de crise que afetou especialmente os setores, como a construção, com uma grande presença de força de trabalho masculina.

QUADRO 19. TAXA DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO 15-64 ANOS (%)

Regiões	2008			2012		
	H	M	T	H	M	T
Galícia	78,9	63,3	71,0	77,8	68,0	72,9
Castilla y León	80,5	61,2	71,1	80,3	65,8	73,2
Extremadura	78,2	55,3	67,0	77,9	61,1	69,7
Andalucía	79,1	57,0	68,2	78,0	64,1	71,1
Norte	79,2	66,8	72,9	78,2	68,5	73,3
Centro	81,8	71,7	76,7	78,0	71,2	74,6
Alentejo	78,2	67,3	72,9	78,1	70,0	74,1
Algarve	80,6	68,5	74,7	79,5	72,8	76,2
Espanha	81,8	63,2	72,6	80,1	67,9	74,1
Portugal	79,5	68,9	74,2	77,9	70,1	74,0
UE15	79,5	65,2	72,3	79,1	67,0	73,0
UE27	77,9	63,9	70,9	77,9	65,6	71,7

Fonte: Eurostat

Em relação às diferenças regionais, importa destacar as regiões espanholas da Extremadura e Andalucía pela sua situação menos favorável, uma vez que apresentam taxas de atividade mais baixas (69,7 e 71,1, respetivamente) assim como uma menor incorporação da mulher no mercado de trabalho.

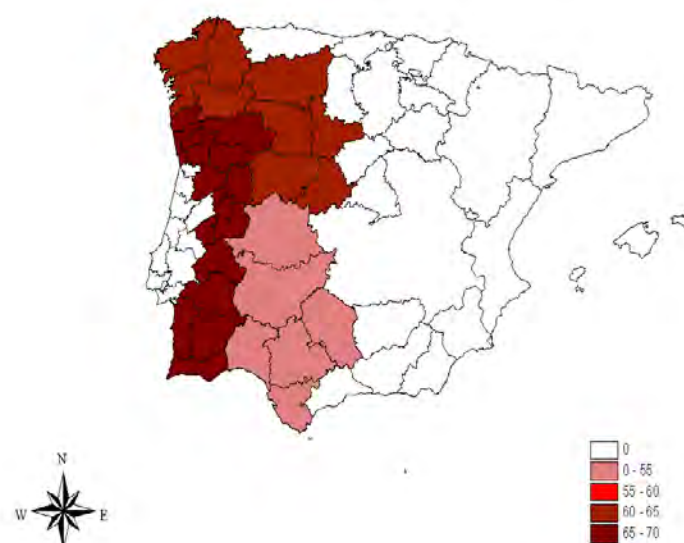
### **b) Emprego**

A taxa de emprego é um dos indicadores mais importantes que revelam a situação económica de um território. **A taxa de emprego alcançou um dos seus máximos na primeira década do século XXI**, no conjunto do espaço. Em 2008 situava-se em 66,4%, ainda assim, abaixo da média da UE27.

Não obstante, observam-se diferenças significativas no conjunto do espaço no que respeita ao emprego. Enquanto todas as regiões portuguesas superavam o limiar dos 70%, acima da média europeia, as Comunidades Autónomas espanholas situavam-se abaixo, algumas delas apresentando mesmo valores inferiores a 60%, como é o caso da Andalucía, sendo uma das mais baixas da Europa.

Contudo, devido à crise económica e financeira internacional, cujas consequências se agravaram especialmente nas economias portuguesa e espanhola, **a taxa de emprego sofreu uma descida generalizada no conjunto do espaço**, situando-se, no ano de 2012, em 58,4%, dez pontos percentuais abaixo da média da UE27. Isto representa uma diminuição de oito pontos percentuais em quatro anos.

ILUSTRAÇÃO 4. TAXA DE EMPREGO DAS PESSOAS ENTRE OS 20 E 64 ANOS (% , 2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

As regiões de Portugal apresentam taxas de emprego mais altas no conjunto do espaço, à semelhança do que acontecia em 2008. Pelo contrário, a situação agrava-se nas Comunidades Autónomas espanholas, em particular na Extremadura e Andalucía. A descida generalizada da taxa de emprego foi menor em Castilla y León e na Região Norte e Centro.

Em relação à distribuição de emprego por género para o conjunto do espaço, a **taxa de emprego feminina situa-se mais de 10 pontos percentuais abaixo da masculina**, em 2012 (a diferença na UE27 supera os 12 pontos percentuais). Apesar destas diferenças, a **destruição do emprego feminino foi menor**, já que, em 2008, a diferença entre as taxas de emprego de ambos os géneros alcançava quase os 20%.

QUADRO 20. TAXA DE EMPREGO DAS PESSOAS ENTRE OS 20 E 64 ANOS (%)

Regiões	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Galícia	77,0%	60,1%	68,5%	65,2%	57,1%	61,1%
Castilla y León	79,5%	56,3%	68,2%	70,1%	54,3%	62,4%
Extremadura	74,5%	46,9%	61,0%	58,3%	42,1%	50,4%
Andalucía	71,7%	47,9%	59,9%	55,8%	44,3%	50,1%
Norte	78,3%	64,1%	71,0%	70,5%	60,6%	65,5%
Centro	83,8%	70,7%	77,2%	73,7%	65,8%	69,7%
Alentejo	77,8%	63,8%	70,9%	69,8%	62,2%	66,1%
Algarve	81,4%	66,7%	74,2%	68,2%	64,2%	66,2%
Espaço Transfronteiriço NUTS II	76,2%	56,6%	66,4%	63,8%	53,0%	58,4%
Espanha	78,1%	58,3%	68,3%	64,5%	54,0%	59,3%
Portugal	79,4%	67,0%	73,1%	69,9%	63,1%	66,5%
UE27	77,9%	63,0%	70,4%	74,6%	62,4%	68,4%

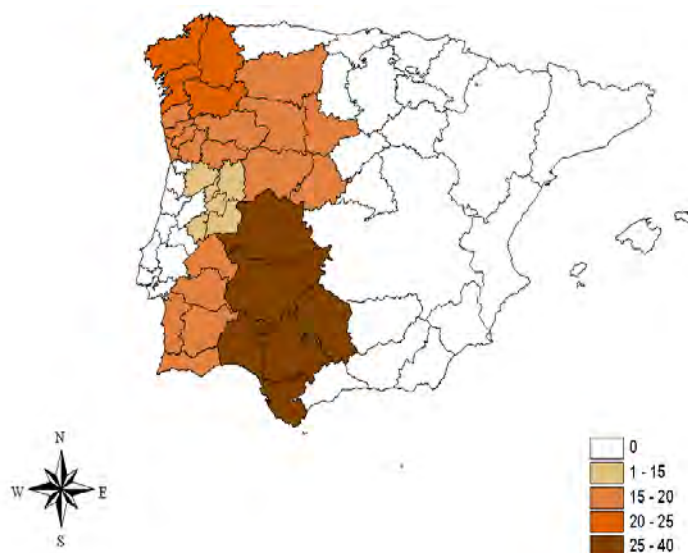
Fonte: Eurostat

A este respeito, na Estratégia 2020 estabelece-se o objetivo de alcançar uma taxa de emprego de 75% das pessoas entre os 20 e 64 anos, sem fazer distinção de género. À luz dos resultados e da crise económica que assola o sul de Europa, o objetivo está muito longe de ser alcançado. De facto, desde o ano de 2008 a taxa de emprego, tanto masculina, como feminina, diminuiu no conjunto do espaço e na Europa.

### c) *Desemprego*

A **taxa de desemprego** vem confirmar os dados apresentados anteriormente, com um **aumento generalizado** da mesma, no conjunto do espaço.

ILUSTRAÇÃO 5. TAXA DE DESEMPREGO ENTRE AS PESSOAS DOS 15-64 ANOS



Fonte: Elaboração própria

Se no ano de 2008 se encontrava em 11,9%, em 2012 alcançava já os 24,3%, praticamente 14 pontos percentuais acima da média da UE27. Constata-se, novamente, uma distribuição desigual no conjunto da área de cooperação, correspondendo os valores mais altos às Comunidades Autónomas espanholas, em particular à Extremadura (33%) e Andalusia (34,6%). Por sua vez, os valores mais baixos registam-se nas regiões Norte e Centro (16,1% e 12%, respetivamente).



QUADRO 21. TAXA DE DESEMPREGO ENTRE AS PESSOAS DOS 15-64 ANOS

Regiões	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Galicia	7,4	10,4	8,7	20,9	20,4	20,7
Castilla y León	6,7	13,4	9,5	17,8	22,3	19,7
Extremadura	10,9	21,5	15,2	30,6	36,5	33,0
Andalucía	15,2	21,5	17,8	33,6	35,8	34,6
Norte	7,4	10,1	8,7	15,3	17,0	16,1
Centro	4,0	7,1	5,4	11,1	13,1	12,0
Alentejo	6,7	11,7	9,0	15,3	16,7	15,9
Algarve	5,3	9,0	7,0	18,7	17,5	17,9
<b>Espaço Transfronteiriço NUTS II</b>	<b>9,9</b>	<b>14,4</b>	<b>11,9</b>	<b>23,5</b>	<b>25,2</b>	<b>24,3</b>
Espanha	10,1	13,0	11,3	24,7	25,4	25,0
Portugal	6,5	8,8	7,6	15,7	15,6	15,7
UE15	6,7	7,7	7,2	10,6	10,7	10,6
UE27	6,6	7,5	7,0	10,4	10,5	10,4

Fonte: Eurostat

A evolução temporal desta variável foi dramática, entre 2008 e 2012, com um aumento de 12,4 pontos percentuais para o conjunto do espaço, acentuando-se nas Comunidades Autónomas espanholas.

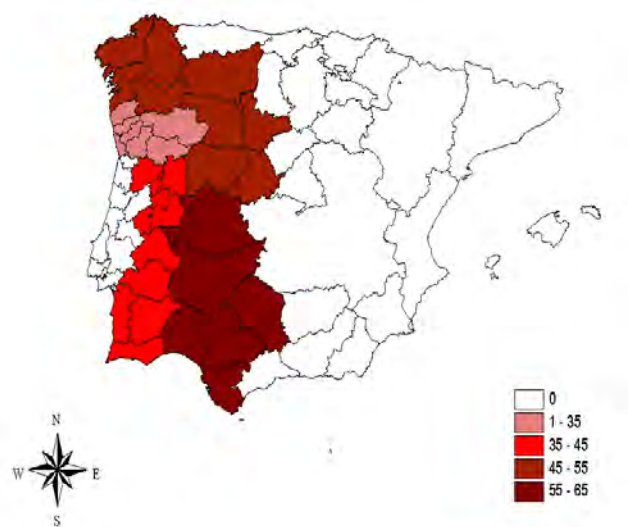
A taxa de desemprego por género demonstra, uma vez mais, que o **desemprego é maior entre as mulheres** do que entre os homens em quase dois pontos percentuais. No entanto, o **aumento da taxa de desemprego feminina entre os anos de 2008 e 2012 foi menor do que a masculina**. Portanto, face à destruição de emprego, os setores de atividade mais afetados pela crise foram os mais intensivos em mão-de-obra masculina.

Estas altas taxas de desemprego constituem um problema grave, não apenas económico mas também social, com o qual o conjunto do Espaço de Cooperação se depara.

Em relação ao **desemprego jovem** (percentagem de pessoas jovens entre os 15-24 anos em situação de desemprego), a população jovem é, indubitavelmente, um dos grupos mais afetados pela crise, o que dificulta o seu acesso ao mercado laboral. A taxa de desemprego jovem para o conjunto do espaço alcançou, em 2012, os 50%, apresentando uma diferença superior a 27 pontos percentuais em relação à UE27. Entre 2008 e 2012 sofreu um aumento de mais de 25 pontos percentuais face aos 7 pontos da UE27.

Por regiões, persistem as mesmas diferenças territoriais que no caso da taxa de desemprego, sendo a situação mais desfavorável nas Comunidades Autónomas espanholas, com valores que, em alguns casos, ultrapassam o limiar dos 60%.

ILUSTRAÇÃO 6. TAXA DE DESEMPREGO ENTRE AS PESSOAS DOS 15 A 24 ANOS



Fonte: Elaboração própria

A distribuição por género mostra uma **baixa taxa de desemprego jovem, maior entre a população feminina**, mas neste grupo etário as diferenças são muito mais reduzidas entre os dois géneros. Além disso, a diferença entre a taxa de desemprego jovem masculina e feminina diminuiu significativamente nestes quatro anos. Em algumas regiões, como a Galícia e a Andalúcia, a taxa de desemprego feminina encontra-se abaixo da masculina.

QUADRO 22. TAXA DE DESEMPREGO ENTRE AS PESSOAS DOS 15 A 24 ANOS

Regiões	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Galícia	19,1	23,8	21,2	45,7	45,1	45,4
Castilla y León	17,3	28,9	22,2	45,6	51,5	48,2
Extremadura	20,9	39,6	29,2	58,4	65,6	61,5
Andalucía	30,0	32,3	31,0	63,9	60,3	62,2
Norte	13,1	20,0	16,2	29,9	36,3	32,8
Centro	7,2	18,4	12,1	33,9	39,6	36,3
Alentejo	13,9	26,5	19,9	40,0	51,0	44,5
Algarve	14,9	24,1	19,7	41,3	39,3	39,6
<b>Espaço Transfronteiriço NUTS II</b>	<b>21,3</b>	<b>27,7</b>	<b>24,1</b>	<b>49,3</b>	<b>50,9</b>	<b>50,0</b>
Espanha	23,7	25,8	24,6	54,4	51,8	53,2
Portugal	13,3	20,2	16,5	36,4	39,2	37,7
UE15	15,7	15,3	15,5	23,2	21,4	22,3
UE27	15,7	15,6	15,6	23,5	22,1	22,9

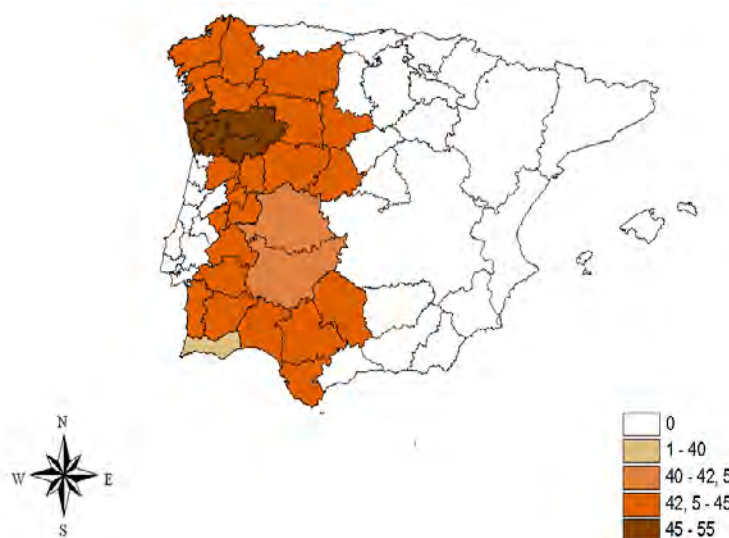
Fonte: Eurostat

Isto supõe um subaproveitamento da população mais jovem, uma vez que se trata de um grupo com um maior nível de formação que conta, também, com a força e o entusiasmo necessários para trazer novas ideias e inovação ao tecido produtivo. Por outro lado, um ingresso cada vez mais tardio no mercado de trabalho por parte deste grupo da população,

não provoca apenas problemas pessoais importantes que atrasam o desenvolvimento das suas vidas, como também um grave problema social. Este facto, e a conseguinte emigração da população mais jovem e mais bem formada para territórios mais prósperos e com mais oportunidades, quer dentro do Espaço Transfronteiriço quer de outras regiões NUTS II ou inclusivamente de outros países, representa uma perda significativa de capital humano para os territórios do Espaço Transfronteiriço.

Outro grupo afetado pela destruição de emprego é o dos desempregados de longa duração, que compreende as pessoas em situação de desemprego há mais de um ano. O **desemprego de longa duração** constitui outro dos principais problemas económicos pois não só afeta, e de forma significativa, a vida das pessoas que se encontram nesta situação, mas afeta também a coesão social dos territórios.

**ILUSTRAÇÃO 7. TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO (% SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO)**



Fonte: Elaboração própria

O desemprego de longa duração alcançou uma taxa de 44,3% no conjunto do Espaço Transfronteiriço, sofrendo um aumento de mais de 15 pontos percentuais em relação a 2008. De facto, desde então não parou de aumentar de forma generalizada no conjunto do espaço. Ainda assim, encontra-se ligeiramente abaixo da média da UE27.

A distribuição territorial do desemprego de longa duração afeta, em termos gerais, o conjunto do espaço, e as diferenças que se observavam noutras taxas entre as Comunidades Autónomas espanholas e as regiões portuguesas atenuam-se consideravelmente nesta variável. A mais alta taxa de desemprego de longa duração do conjunto do espaço pertence à região Norte, que apresenta, por sua vez, um dos valores mais baixos de desemprego no conjunto do espaço.

Os aumentos mais significativos na taxa de desemprego de longa duração ocorreram nas Comunidades Autónomas espanholas, que em 2008 apresentava valores muito abaixo da média da UE27 e das regiões portuguesas. Apenas uma das regiões do espaço, o Algarve, reduziu ligeiramente esta taxa nos últimos quatro anos.

O desemprego de longa duração é um problema muito importante na medida em que quanto maior for a permanência em situação de desemprego, mais se agravam as oportunidades de regressar ao trabalho. Além disso, frequentemente, como acontece com o desemprego no setor da construção, a recuperação dessa atividade económica nunca é imediata, o que também requer uma mudança na qualificação profissional destas pessoas.

QUADRO 23. TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO (%)

Regiões	2008	2009	2010	2011	2012
Galícia	22,2	25,7	35,7	40,7	44,7
Castilla y León	20,3	25,2	33,1	40,8	42,3
Extremadura	23,2	25,0	33,7	37,7	41,6
Andalucía	19,6	24,9	35,0	39,7	43,3
Norte	50,1	47,2	55,3	50,5	51,8
Centro	43,8	42,9	54,8	43,2	44,1
Alentejo	40,0	37,8	45,6	45,9	42,6
Algarve	40,4	33,1	47,3	39,8	39,9
<b>Espaço Transfronteiriço NUTS II</b>	<b>26,4</b>	<b>29,0</b>	<b>38,7</b>	<b>41,4</b>	<b>44,3</b>
Espanha	17,9	23,7	36,6	41,6	44,5
Portugal	47,4	44,2	52,3	48,2	48,7
UE15	36,6	33,4	40,2	42,6	44,2
UE27	37,4	33,5	40,1	43,1	44,6

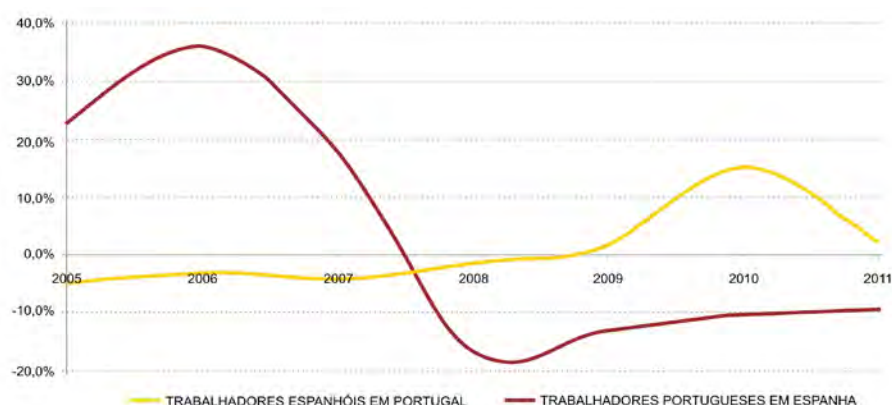
Fonte: Eurostat

#### *d) Mobilidade laboral na fronteira entre Espanha e Portugal*

De acordo com os registos da Segurança Social, verifica-se uma evolução diferente nos dois países, condicionada, também, de forma significativa pela atual crise económica que afeta de forma muito dispar cada um dos territórios em ambos os lados da fronteira. Assim, o aumento de trabalhadores portugueses em Espanha começa a decrescer em 2006, tornando-se negativo em 2008. Por sua vez, os trabalhadores espanhóis em Portugal aumentaram de forma notável, como alternativa possível perante a situação de crescente desemprego na economia espanhola.

Consequentemente, enquanto que nos últimos três anos o número de trabalhadores espanhóis em Portugal aumentou quase 20%, o número de portugueses a trabalhar em Espanha diminuiu cerca de 30%.

GRÁFICO 16. EVOLUÇÃO DA MOBILIDADE LABORAL TRANSFRONTEIRIÇA



Fonte: Avaliação Ex Ante (Regio Plus Consulting e CEDRU) a partir de dados do Observatório das Ocupações.

Tradicionalmente, o setor da construção concentra um maior volume de trabalhadores portugueses empregados em Espanha. Porém, o impacto negativo da crise sobre o setor originou um recuo. Seguem-se-lhe, por ordem de importância, o comércio a grosso e a retalho e o alojamento e restauração, com uma perda de importância relativa do setor dos transportes.

Por sua vez, os espanhóis a trabalhar em Portugal têm como principais empregos os relacionados com as atividades de saúde e de serviços sociais, que representam mais de 15% do total, seguidas pelo comércio e atividades transformadoras.

Numa perspetiva territorial, a maior permeabilidade encontra-se na zona norte, tendo como principais regiões de destino a Galícia (em Espanha) e Minho-Lima (em Portugal). Assim, a maioria dos trabalhadores transfronteiriços registados são galegos que trabalham no Norte (67%). As zonas que absorvem mais trabalhadores transfronteiriços são o distrito de Viana do Castelo e a província de Ourense.

Nos restantes territórios da fronteira, a mobilidade é relativamente menor. As diferenças salariais entre os dois países faz com que os empresários portugueses não estejam propensos a contratar trabalhadores espanhóis e, por norma, só recorrem a trabalhadores espanhóis quando se verifica ser imprescindível alta qualificação (caso dos profissionais de saúde).

Além disso, outro efeito da crise económica persistente é que o número de profissões difíceis de preencher diminuiu consideravelmente, o que impede que sejam ocupadas por trabalhadores estrangeiros. Assim, nota-se cada vez mais um aumento dos pedidos de emprego nas profissões que tradicionalmente não encontravam procura entre os trabalhadores nacionais.

Assim sendo, é essencial estimular a mobilidade de trabalhadores em ambos os lados da fronteira e avançar na redução e simplificação de barreiras administrativas que dificultam estes fluxos laborais.

### 1.3.2. O capital humano: formação

No que respeita à formação, são necessários requisitos mínimos, não só para melhorar as possibilidades de empregabilidade como também para participar plenamente na sociedade. De facto, a educação é uma das primeiras medidas para reduzir a pobreza e a exclusão social. Por outro lado, o crescimento económico inteligente exige altos níveis de formação, para que se possa participar e desenvolver atividades intensivas em conhecimento. A transição para uma economia do conhecimento só poderá ter lugar mediante um aumento generalizado nos níveis de qualificação.

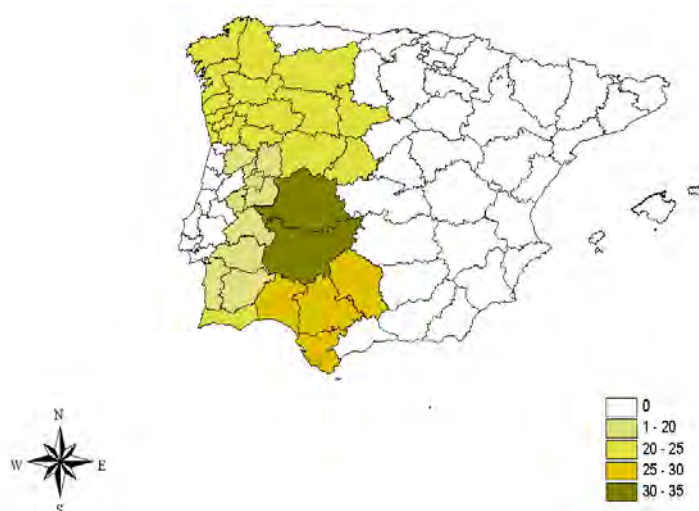
A evidência empírica mostra um défice na área de cooperação da raia fronteiriça.

#### *a) Abandono escolar e população que não estuda nem trabalha*

A este respeito importa sublinhar que a **taxa de abandono escolar**, estudantes entre os 18 e os 24 anos que abandonam o sistema de ensino sem finalizar o ensino secundário, situa-se em 20,8% para o conjunto do Espaço Transfronteiriço, 8% acima da média da UE27. As taxas mais altas de abandono escolar registam-se nas Comunidades Autónomas espanholas da Extremadura (32,2%) e Andalúcia (28,8%), sendo que as mais baixas se registam nas regiões portuguesas (18,7% na região Centro).

A **evolução temporal da mesma entre 2008 e 2012 foi francamente positiva**. No conjunto do espaço, a taxa de abandono escolar diminuiu em 13,7%. As maiores reduções verificaram-se nas regiões portuguesas, Norte, Centro e Algarve sendo também as regiões que apresentavam uma taxa maior em 2008, juntamente com a Andalúcia e a Extremadura.

ILUSTRAÇÃO 8. TAXA DE ABANDONO ESCOLAR (%).



Fonte: Elaboração própria

Por género, constata-se, de forma generalizada, uma menor taxa de abandono escolar na população feminina, com diferenças percentuais muito mais significativas do que na UE27. Ainda assim, a taxa fica aquém do objetivo estabelecido na Estratégia 2020, que supõe uma taxa de abandono escolar abaixo dos 10%. Importa assim salientar que Espanha é o país da UE27 com maior taxa de abandono escolar.

Este é também um problema substancial com o qual o Espaço Transfronteiriço se depara, devido à elevada importância de ter uma mão de obra qualificada com os níveis básicos de ensino que podem representar mais atratividade da região e atuar como recurso para o estabelecimento de novas indústrias e atividades económicas.

QUADRO 24. TAXA DE ABANDONO ESCOLAR (%)

Regiões	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Galicia	32,2	15,8	24,1	27,1	18,8	23,1
Castilla y León	31,6	20,2	26,0	28,1	14,4	21,5
Extremadura	39,1	27,9	33,6	41,3	22,5	32,2
Andalucía	43,5	33,2	38,5	33,5	23,9	28,8
Norte	47,6	31,5	39,7	28,3	14,0	21,3
Centro	41,5	22,7	32,3	24,7	12,3	18,7
Alentejo	32,7	20,1	26,6	24,2	n.d	19,4
Algarve	44,8	32,0	38,6	n.d	n.d	20,2
<b>Espaço Transfronteiriço NUTS II</b>	<b>41,0</b>	<b>27,8</b>	<b>34,5</b>	<b>30,6</b>	<b>19,1</b>	<b>20,8</b>
Espanha	38	25,7	31,9	28,8	20,8	24,9
Portugal	41,9	28,6	35,4	27,1	14,3	20,8
UE27	16,8	12,8	14,8	14,5	11,0	12,8

Fonte: Eurostat

(\*) As taxas para ano de 2012 no Algarve (homens e mulheres) e a das mulheres no Alentejo são do Instituto Nacional de Estatística de Portugal



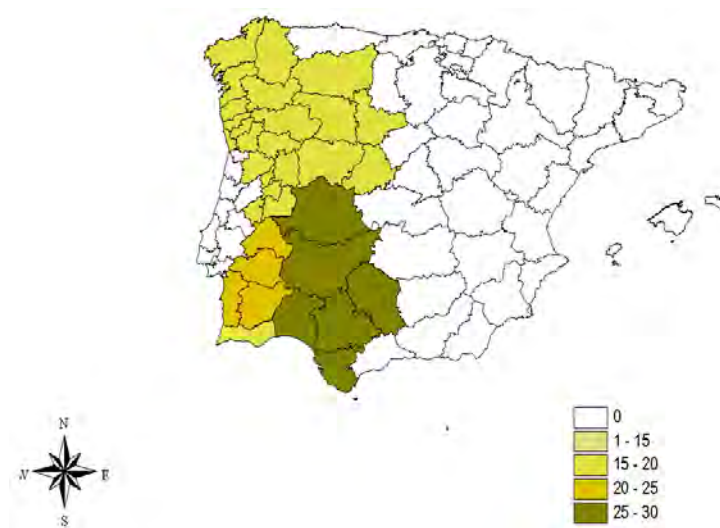
A situação da população entre os 18 e os 24 anos que não trabalha nem estuda é uma debilidade adicional no conjunto do espaço, particularmente entre a população masculina. Quase todas as regiões, à exceção do Norte, encontram-se acima da média europeia. A situação é particularmente grave na Andalúcia, Extremadura e Algarve. O número de jovens que não estuda nem trabalha aumentou significativamente nos últimos quatro anos, devido ao abandono escolar sem finalizar os estudos básicos e às maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho devido à recessão económica e à contração do emprego, que afeta a população mais jovem de forma mais marcante.

QUADRO 25. POPULAÇÃO JOVEM ENTRE 18-24 ANOS QUE NÃO TRABALHA NEM ESTUDA  
(% SOBRE A POPULAÇÃO DE 18-24 ANOS)

Regiões	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Galícia	11,6	11,0	11,3	21,6	18,1	19,9
Castilla y León	12,4	17,6	15,0	19,1	17,5	18,4
Extremadura	13,1	20,4	16,6	29,3	24,9	27,2
Andalucía	19,8	22,0	20,9	30,4	26,8	28,7
Norte	9,4	14,4	11,9	16,5	16,2	16,3
Centro	6,0	13,3	9,6	17,9	16,1	17,0
Alentejo	n.d	17,1	13,5	20,2	21,1	20,7
Algarve	n.d	n.d	18,7	n.d	n.d	18,5
Espaço Transfronteiriço NUTS II	12,1	16,5	14,7	22,1	20,1	20,8
Espanha	16,1	18,0	17,0	24,9	22,7	23,8
Portugal	10,4	15,1	12,7	19,5	17,8	18,7
UE15	12,7	15,7	14,2	16,5	17,3	16,9
UE27	12,2	15,7	13,9	16,6	17,5	17,0

Fonte: Eurostat

ILUSTRAÇÃO 9. POPULAÇÃO JOVEM ENTRE 18-24 ANOS QUE NÃO TRABALHA NEM ESTUDA  
(% SOBRE A POPULAÇÃO DE 18-24 ANOS)



Fonte: Elaboração própria

## **b) População com estudos superiores e formação contínua**

Incidindo na debilidade que a zona de cooperação transfronteiriça apresenta em relação aos níveis de formação necessários para desenvolver com êxito uma transição para uma economia baseada no conhecimento, melhorando as oportunidades de empregabilidade e mobilidade laboral, a percentagem de população que completou estudos superiores situa-se abaixo da média da UE27.

No entanto, observam-se diferenças no conjunto das regiões do espaço. Em termos gerais, as regiões espanholas, apresentam um capital humano com maior nível de formação superior do que as portuguesas, destacando-se principalmente Castilla y León e a Galicia com percentagens superiores à média europeia. As regiões portuguesas apresentam, porém, uma tendência positiva ao longo do tempo.

O aumento mais elevado na percentagem de pessoas com títulos académicos registou-se na região Norte e no Algarve. Pelo contrário, a Galicia e a Andalucía registaram os maiores níveis de decréscimo deste indicador.

A distribuição por género evidencia **uma percentagem maior de mulheres com estudos superiores em relação aos homens**, no conjunto do espaço, sendo estas diferenças superiores no caso das Comunidades Autónomas espanholas.

As características relativamente à formação na fronteira Espanha-Portugal (altas taxas de abandono escolar precoce, que quase duplicam a média europeia, e uma população entre os 30 e 34 anos com estudos superiores ligeiramente abaixo da média europeia) parecem indicar que os esforços em matéria de educação devem dirigir-se aos níveis de formação básicos e intermédios, assim como a uma maior adaptação entre a oferta formativa superior e as necessidades do tecido produtivo.

**QUADRO 26. PESSOAS ENTRE OS 30-34 ANOS QUE COMPLETARAM O ENSINO SUPERIOR (%)**

Regiões	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Galicia	37,2	53,2	45,1	35,8	49,1	42,4
Castilla y León	34,8	53,7	43,9	37,4	50,6	43,8
Extremadura	28,2	35,6	31,8	26,3	42,3	34,1
Andalucía	28,9	37,5	33,0	28,3	34,6	31,4
Norte	13,2	19,8	16,5	27,3	30,0	28,7
Centro	14,9	29,1	22,0	21,5	24,1	22,8
Alentejo	n.d	25,2	18,3	n.d	30,0	21,9
Algarve	n.d	n.d	16,4	n.d	n.d	22,8
<b>Espaço Transfronteiriço NUTS II</b>	<b>26,5</b>	<b>36,9</b>	<b>31,0</b>	<b>29,5</b>	<b>36,8</b>	<b>32,7</b>
Espanha	35,3	44,7	39,8	35,0	45,3	40,1
Portugal	17,0	26,4	21,6	24,3	30,1	27,2
UE27	27,9	34,2	31,0	31,6	40,0	35,8

Fonte: Eurostat

A **formação contínua ao longo da vida adulta** é outra questão importante para alcançar mais qualificações que permitem uma maior participação no mercado de trabalho e a aquisição de um emprego qualificado. A este respeito, a Estratégia 2020 estabelece um objetivo de participação da população adulta em atividades e programas de educação e formação contínua de 15% para o ano de 2020.

**QUADRO 27. PARTICIPAÇÃO DE ADULTOS ENTRE OS 25 E 64 ANOS EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (%)**

Regiões	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Galícia	10,3	12,1	11,3	9,4	11,4	10,4
Castilla y León	9,4	12,9	11,1	9,7	12,9	11,2
Extremadura	9,8	12,1	10,9	9,4	10,7	10,1
Andalucía	8,6	10,4	9,5	9,8	10,1	9,9
Norte	5,1	5,1	5,1	9,4	10,1	9,8
Centro	5,8	6,7	6,3	11,4	10,5	10,9
Alentejo	4,4	5,3	4,8	8,5	10,4	9,5
Algarve	3,9	5,1	4,5	9,1	10,6	9,8
<b>Espaço Transfronteiriço NUTS II</b>	<b>7,8</b>	<b>9,4</b>	<b>8,6</b>	<b>9,8</b>	<b>10,7</b>	<b>10,2</b>
Espanha	9,5	11,3	10,4	9,9	11,6	10,7
Portugal	5,0	5,6	5,3	10,3	10,9	10,6
UE15	9,7	11,7	10,8	9,5	11,0	10,3
UE27	8,5	10,2	9,4	8,4	9,7	9,0

Fonte: Eurostat

O Espaço Transfronteiriço NUTS II ao nível das NUTS II, com 10,2% encontra-se acima da média da UE27 (9%) ainda que longe do objetivo dos 15%. Importa destacar uma tendência positiva nestes últimos quatro anos, com uma taxa de crescimento de 18,25%, enquanto que a UE27 e a UE25 registavam taxas de crescimento negativas. Isto pode ser indício de uma tomada de consciência por parte da população da necessidade de melhorar a sua educação e formação para que esteja mais preparada para aceder ao mercado de trabalho e encontrar um emprego, num contexto marcado por altas taxas de desemprego.

As percentagens mais altas registam-se em Castilla y León, na região Centro e na Galícia (11,2%, 10,9% e 10,4%, respetivamente).

A evolução temporal desta variável é, em linhas gerais, positiva para o conjunto das regiões do espaço, com exceção da Galícia e da Extremadura, com avanços significativos das regiões portuguesas em mais de 4,5%, alcançando os 5,3% no caso do Algarve que, por sua vez, partia de percentagens bastante mais baixas.

Por género, constata-se, tal como noutras variáveis de ensino analisadas anteriormente, uma **maior percentagem de população feminina envolvida na melhoria das suas qualificações** acima da população masculina.

A formação contínua é um aspeto muito importante em situações graves de recessão económica e de desemprego, já que a queda generalizada em alguns setores, como a construção e a indústria, exige uma readaptação da população que trabalha nestas

atividades, e a melhoria da formação é uma via excelente para melhorar as suas capacidades de acesso a outros setores de atividade e postos de trabalho que requeiram diferentes níveis de qualificação e profissionalização. Consequentemente, esta evolução positiva pode ser interpretada como uma medida eficaz para enfrentar um dos principais problemas do território fronteiriço.

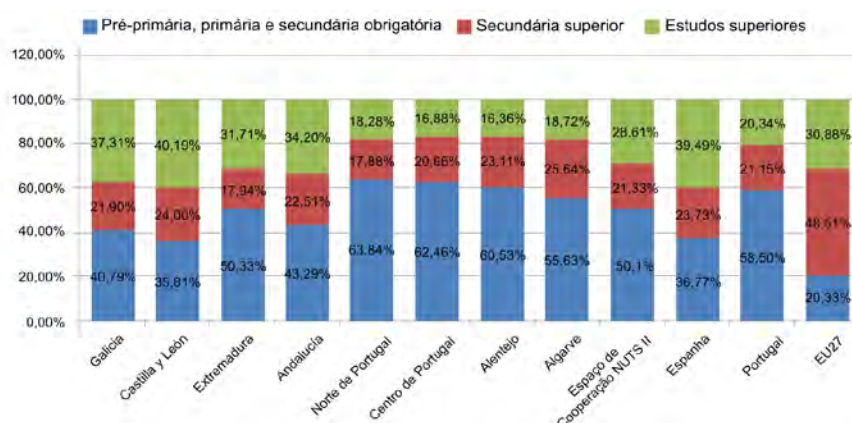
### c) Emprego e formação

A maior parte da população empregada apresenta níveis de formação básicos (50,1%) muito acima da média da UE27. Esta característica é um reflexo da realidade do tecido produtivo, no qual as atividades do setor primário e da indústria não exigem uma mão-de-obra muito qualificada.

Por sua vez, a população empregada com níveis de ensino superior representa 28,61% da população empregada, face aos 21,33% com estudos de educação secundária não obrigatória ou superior.

A valoração conjunta de ambos os elementos destaca a menor formação da população empregada na fronteira entre Espanha-Portugal relativamente à UE, dada a maior percentagem de pessoas com formação básica e a menor com formação superior. De facto, na UE27, a situação caracteriza-se pela maior parte da população ter estudos secundários superiores (48,51%) face aos 20,33% com estudos primários e secundários e 30,88% com estudos superiores.

GRÁFICO 17. PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO EMPREGADA SEGUNDO O NÍVEL EDUCATIVO (%; 2012)

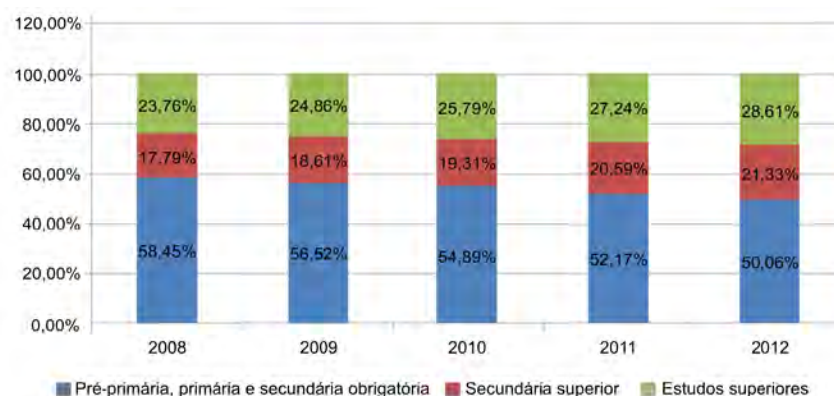


Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Eurostat

A evolução temporal revela, porém, que **a população empregada com níveis de formação básicos está a perder peso** no conjunto do emprego, com uma taxa de crescimento negativo de 16,75% (entre 2008 e 2012), a favor de níveis de ensino superior, que aumentaram a sua proporção no emprego em mais de 16%. Isto ocorre porque a destruição

de emprego afetou, em larga medida, atividades menos intensivas em capital humano qualificado e capital tecnológico, assim como os grupos com um nível de formação mais baixo, demonstrando que a população com altos níveis de formação tem uma maior resistência à crise económica.

**GRÁFICO 18. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEIS DE ENSINO NO ESPAÇO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NUTS II (%)**



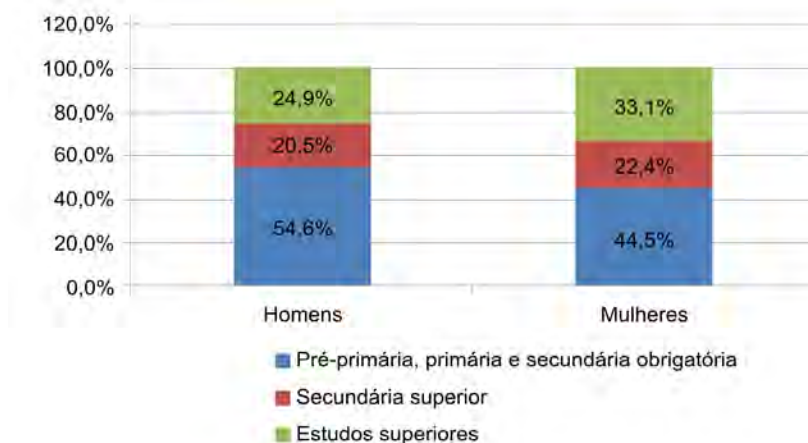
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do EUROSTAT

**As diferenças nos níveis de ensino da população empregada no conjunto do território são significativas.** Existe uma diferença de quase 30% entre a região que apresenta uma proporção de emprego com níveis de educação básica mais elevados (Região Norte) em relação à de níveis mais baixos (Castilla y León). Em geral, as regiões portuguesas apresentam uma população empregada com níveis de formação mais baixos, face às Comunidades Autónomas espanholas. Não obstante, nos últimos anos têm-se verificado taxas de crescimento da proporção de pessoas empregadas com estudos secundários superiores e ensino superior muito altas e acima das suas homólogas do outro lado da fronteira.

A distribuição da população trabalhadora por nível de ensino demonstra que **as mulheres apresentam níveis de formação mais altos do que os homens** no conjunto do Espaço Transfronteiriço NUTS II. Além disso, esta tendência acentuou-se nos últimos quatro anos.

Tal é consequência de as mulheres terem obtido, no geral, níveis de formação mais altos do que os homens, o que lhes permite aceder a postos de trabalho mais qualificados, contribuindo isto para explicar também o menor impacto da crise económica sobre a taxa de emprego feminino.

**GRÁFICO 19. PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO TRABALHADORA FEMININA E MASCULINA SEGUNDO O NÍVEL DE ESTUDOS NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NUTS II NUTS II (% , 2012)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Eurostat

#### ASPETOS CHAVE

- ✓ O mercado de trabalho apresenta grandes dificuldades: altas taxas de desemprego entre a população de 24 e 64 anos; altas taxas de desemprego juvenil e de desemprego de longa duração.
- ✓ Elevada proporção de população que não termina os estudos secundários, assim como não estuda nem trabalha.
- ✓ População com estudos superiores em crescimento, assim como em formação contínua.
- ✓ Grande proporção de população com níveis de formação básicos.
- ✓ Insuficiência de população empregada com níveis de estudos secundários superiores.
- ✓ Escassa especialização em atividades de maior intensidade tecnológica e baseadas no conhecimento.
- ✓ Redução da mobilidade laboral transfronteiriça devido à crise económica, particularmente patente entre os trabalhadores portugueses em Espanha.

#### 1.4. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO NA ZONA DE COOPERAÇÃO

A inovação é um elemento chave tanto para a competitividade empresarial como para a competitividade dos territórios. A inovação é um motor de desenvolvimento regional, ocupando um lugar preferencial nas políticas da UE, como a Agenda 2020 e a iniciativa "União pela Inovação".

Rapidamente se passou de uma sociedade de informação para uma economia baseada no conhecimento (Foray, 2002, OCDE, 1996) na qual a inovação acelera, e a sua intensidade em conhecimento é cada vez maior. Neste novo contexto, é crucial a produção e a absorção de novo conhecimento, mas também a sua criação e difusão nas atividades de alta tecnologia e nos setores económicos tradicionais. Por outro lado, a economia do conhecimento manifesta-se num aumento do nível educativo dos trabalhadores e dos requisitos de qualificação do capital humano, como já foi referido.



O fator inovação apresenta, sem dúvida, uma forte componente territorial. Numerosos estudos têm demonstrado a tendência dos processos de inovação se concentrarem localmente<sup>12</sup>. Portanto, dotar e melhorar as capacidades de I&D&i dos territórios, tanto em financiamento, como na dotação de infraestruturas e formação do capital humano, assim como numa efetiva valorização produtiva e comercial do conhecimento gerado, são aspetos chave na definição da competitividade regional.

Neste sentido, o **Programa de Cooperação Territorial Espanha-Portugal constitui um mecanismo ideal para desenvolver políticas de I&D&i coordenadas**, de maneira a que se aproveitem os benefícios derivados das economias de escala e de aglomeração, os *spillovers* do conhecimento, e o reforço da especialização inteligente através da aglutinação de uma maior massa crítica, favorecida pela proximidade geográfica e, também, funcional e cultural.

#### 1.4.1. Situação da inovação no Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal

De acordo com o índice de inovação regional<sup>13</sup>, que classifica as regiões europeias em quatro grupos atendendo ao seu nível de desempenho em relação à I&D&i (inovadores líderes, inovadores seguidores, inovadores moderados e inovadores modestos), a maior parte das regiões que compõem o Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal encontram-se na posição de **Inovadores Moderados**, abaixo da média europeia que se encontra em inovadores seguidores. A Região Centro ocupa a melhor posição situando-se na categoria de inovador seguidor. No extremo oposto de inovadores moderados encontram-se duas regiões do espaço.

Não obstante, a evolução das regiões do espaço é, em termos gerais, positiva. Se em 2007, o primeiro ano para o qual se calculou o índice, quatro regiões ocupavam a posição de inovadores modestos (Galícia, Extremadura, Norte e Algarve), atualmente, de acordo com os dados de 2012, contam-se apenas duas.

Uma análise mais detalhada por subgrupos (alto, médio, baixo) de cada uma das quatro categorias anteriores permite refinar um pouco mais a análise. Assim, embora apenas a região Centro se encontrasse na categoria de inovadores seguidores baixo, três regiões do espaço situam-se no subgrupo de inovadores moderados alto (Castilla y León, Região Norte e Algarve), uma em inovadores moderados médio (Alentejo) e outra em inovadores moderados baixo (Galícia). Por sua vez, apesar de tanto a Andalucía como a Extremadura

---

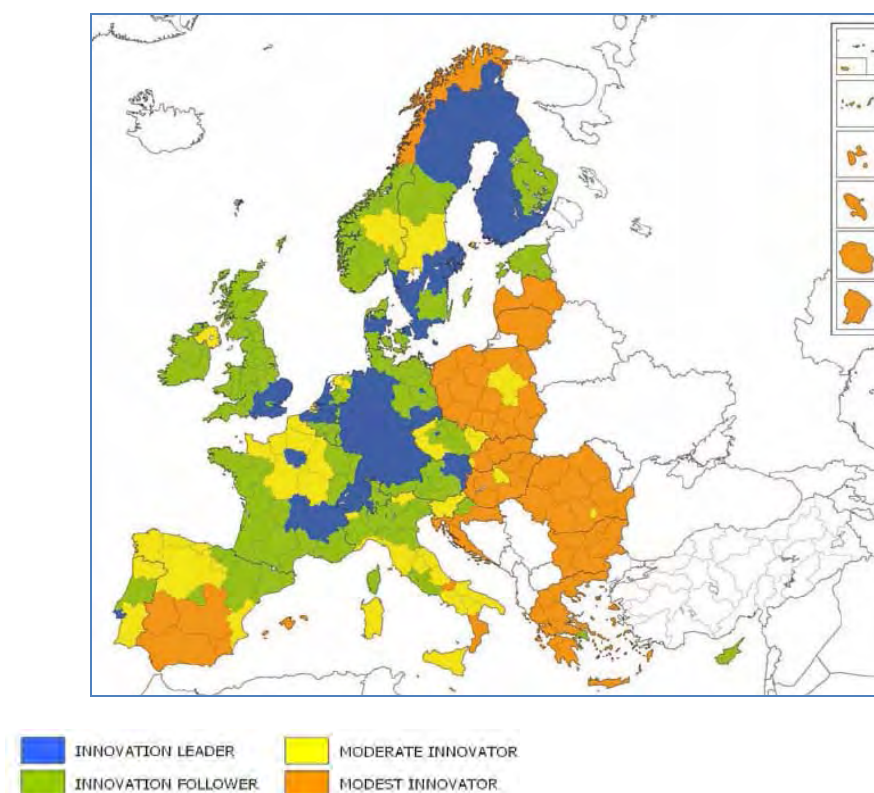
<sup>12</sup> Becattini et al. (1990); Camagni (1991) o Porter (1990).

<sup>13</sup> Este índice calcula-se através de uma média ponderada de 12 indicadores de I&D&i relativos a ativos facilitadores das atividades de I&D&i, atividades das empresas e resultados da atividade de inovação que estão disponíveis a nível regional no *Regional Innovation Union Scoreboard* 2012.



se encontrarem na categoria mais baixa, fazem parte do grupo de inovadores modestos alto. A média europeia estaria no grupo inovadores seguidores médio.

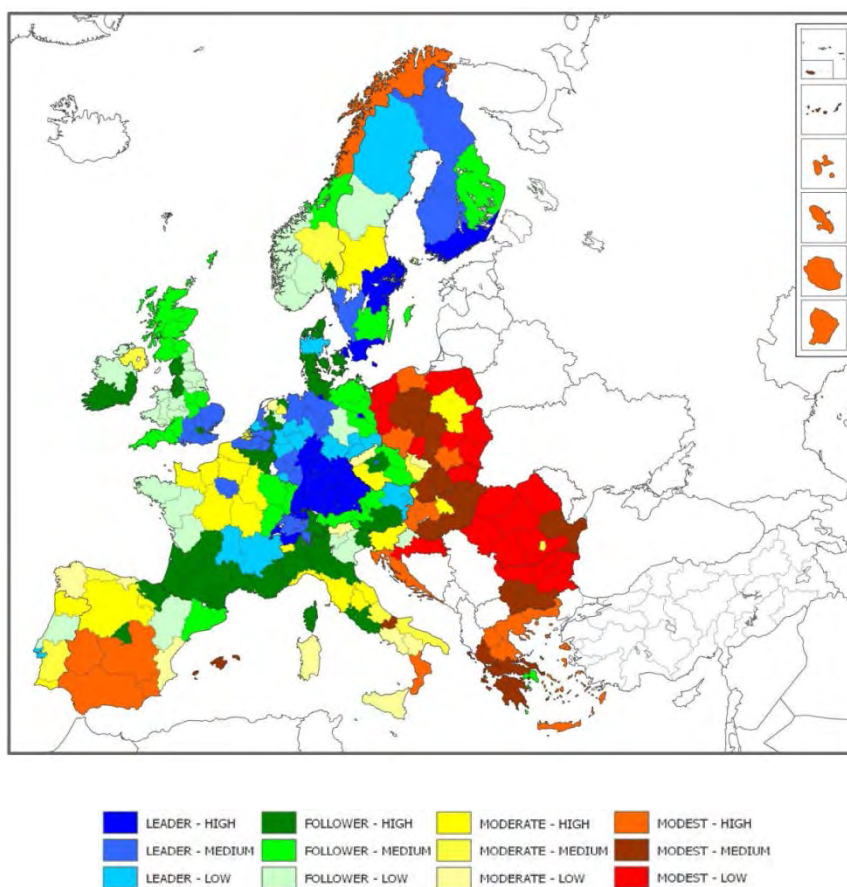
ILUSTRAÇÃO 10. ÍNDICE DE INOVAÇÃO REGIONAL (2012)



Fonte: Regional Innovation Scoreboard, 2012

Mais uma vez, é importante destacar a evolução positiva que se registou no conjunto das regiões que compõem o Espaço Transfronteiriço (à exceção da Andalúcia), que entre os anos de 2007 e 2011 aumentaram pelo menos uma posição e algumas delas (Região Norte, Centro e Algarve) aumentaram mesmo duas. Particular destaque para a Andalúcia, que em 2009 alcançava a posição de inovador moderado baixo e em 2011 transitava para o grupo inovadores modestos alto.

ILUSTRAÇÃO 11. ÍNDICE DE INOVAÇÃO REGIONAL POR SUBGRUPOS (2011)



Fonte: Regional Innovation Scoreboard, 2012

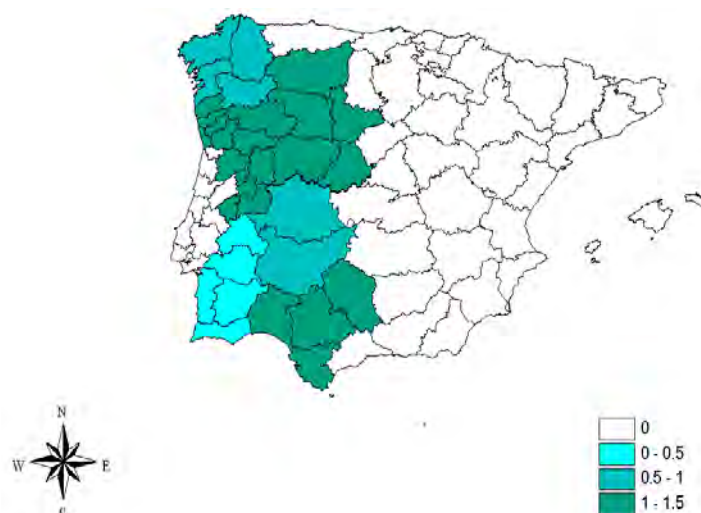
#### 1.4.2. Recursos da inovação

##### a) Despesa em I&D

A despesa em I&D é um elemento demonstrativo do esforço dedicado à criação de novo conhecimento, tanto científico como técnico, que terá uma aplicação mais ou menos imediata por parte das empresas.

A despesa em I&D em relação à percentagem sobre o PIB situa-se em 1,1% no conjunto do espaço, muito abaixo dos 2% da média da UE27, assim como da espanhola (1,4%) e da portuguesa (1,6%) que, mesmo assim, ainda se encontram longe do objetivo dos 3% definido na Estratégia 2020.

ILUSTRAÇÃO 12. DESPESA TOTAL EM I&D (% SOBRE O PIB, 2010)



Fonte: Elaboração própria

Entre 2007 e 2010, observa-se um **crescimento positivo desta variável**, sobretudo nas regiões portuguesas, entre as quais se destaca a aposta feita nestes últimos anos pela Região Norte, que passou de 1% a 1,5%. As Comunidades Autónomas espanholas registaram um crescimento menor ou, inclusivamente, estagnaram. De facto, algumas alcançaram níveis inferiores aos de 2007, em parte, devido à crise económica e financeira que começou a assolar o país a partir de 2008 e que afetou a I&D de maneira particular.

Apesar desta melhoria, a despesa em I&D&i em termos absolutos diminuiu de forma generalizada e significativa no conjunto do Espaço Transfronteiriço NUTS II. A necessidade de reduzir a dívida pública e as consequentes restrições orçamentais condicionaram especialmente os investimentos públicos em I&D.

QUADRO 28. DESPESA TOTAL EM I&D (% SOBRE O PIB)

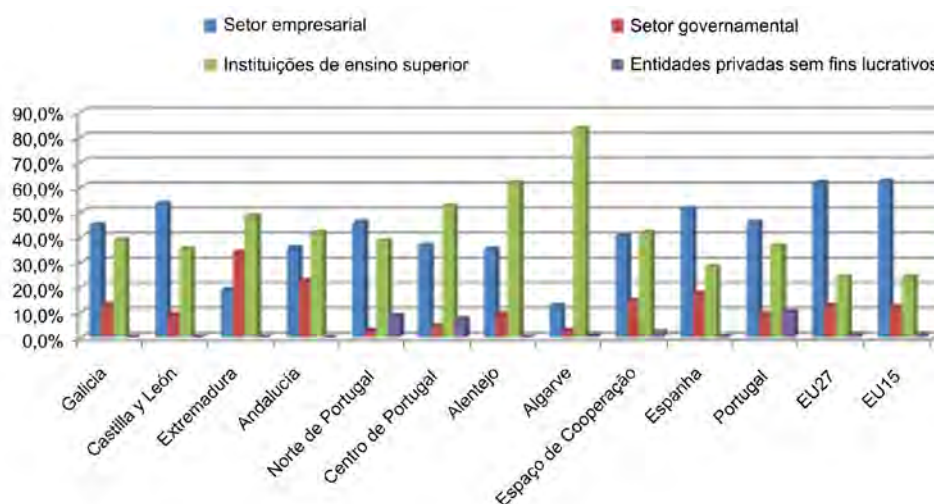
Regiões	2007	2008	2009	2010
Galícia	1,0%	1,0%	0,9%	0,9%
Castilla y León	1,1%	1,3%	1,1%	1,1%
Extremadura	0,7%	0,9%	0,9%	0,9%
Andalucía	1,0%	1,0%	1,1%	1,2%
Norte	1,0%	1,2%	1,4%	1,5%
Centro	1,0%	1,2%	1,2%	1,3%
Alentejo	0,7%	0,9%	0,8%	0,5%
Algarve	0,3%	0,4%	0,5%	0,5%
<b>Espaço Transfronteiriço NUTS II</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,1%</b>	<b>1,1%</b>	<b>1,1%</b>
Espanha	1,3%	1,4%	1,4%	1,4%
Portugal	1,2%	1,5%	1,6%	1,6%
UE27	1,8%	1,9%	2,0%	2,0%

Fonte: Eurostat

Os **setores que executam esta despesa** no conjunto do Espaço Transfronteiriço NUTS II Espanha-Portugal são, maioritariamente, o **governamental** e as **universidades**, que absorvem 56,17% da despesa total de I&D face aos 37% e 36,5% para a UE27 e a UE25, respetivamente. No contexto comunitário, por conseguinte, a maior parte da despesa é executada pelo setor empresarial (61,9% na UE27 e 62,4% na UE15).

A **despesa executada pelo setor empresarial no Espaço Transfronteiriço NUTS II** situava-se em 40,6%, em 2010, o que significa mais de 20 pontos percentuais **abaixo da média europeia**. Existe uma correspondência nítida entre as regiões mais (e menos) desenvolvidas e o maior (menor) protagonismo do setor privado na despesa com I&D. O baixo desempenho por parte do setor empresarial está relacionado com a presença de um tecido produtivo que não é suficientemente avançado para desenvolver atividades ligadas à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. A causa reside na predominância de microempresas com fraca capacidade inovadora e a forte especialização em atividades económicas de baixa intensidade tecnológica.

GRÁFICO 20. DESPESA EM I&D POR ENTIDADES EXECUTORAS NO ANO 2010 (%)



Fonte: Eurostat

No que respeita à despesa em I&D executada pelas empresas, importa destacar as regiões de Castilla y León (53,6%), a Região Norte (46%) e a Galícia (45,1%) com os valores mais altos, ao contrário do Algarve e da Extremadura em que a despesa se encontra abaixo dos 20%.

Numa perspetiva temporal, **a despesa em I&D executada pelo setor empresarial não mostra uma tendência positiva**, consequência da crise financeira e económica, tendo o esforço empresarial vindo a diminuir desde 2008. Este comportamento negativo também é visível no conjunto da UE, ainda que não tão marcado. Apenas a Extremadura aumentou a despesa com a I&D executada pelo setor empresarial. As maiores reduções desta variável manifestaram-se na região Centro, Alentejo e Galícia.

QUADRO 29. DESPESA EM I&D EXECUTADA PELO SETOR EMPRESARIAL (%)

Regiões	2007	2008	2009	2010
Galícia	55,3%	48,1%	44,3%	45,1%
Castilla y León	59,0%	62,0%	52,9%	53,6%
Extremadura	16,4%	19,3%	13,1%	19,0%
Andalucía	37,1%	33,5%	31,8%	35,9%
Norte	46,7%	52,8%	43,6%	46,0%
Centro	53,2%	42,3%	38,6%	36,7%
Alentejo	47,7%	63,1%	32,3%	35,3%
Algarve	20,2%	15,8%	15,9%	12,7%
<b>Espaço Transf. NUTS II</b>	<b>45,6%</b>	<b>44,3%</b>	<b>38,4%</b>	<b>40,6%</b>
Espanha	55,9%	54,9%	51,9%	51,5%
Portugal	51,2%	50,1%	47,4%	46,1%
UE27	63,7%	63,3%	61,7%	61,9%
UE15	64,2%	63,9%	62,3%	62,4%

Fonte: Eurostat

A execução da despesa em I&D realizada pelo setor governamental através dos seus centros de investigação cresceu ligeiramente no conjunto do espaço ainda que a tendência não tenha sido semelhante no conjunto das regiões.

QUADRO 30. DESPESA EM I&D EXECUTADA PELO SETOR GOVERNAMENTAL (%)

Regiões	2007	2008	2009	2010
Galícia	13,1%	13,3%	16,2%	15,9%
Castilla y León	9,1%	10,0%	11,9%	11,0%
Extremadura	34,1%	25,5%	38,3%	32,1%
Andalucía	22,8%	23,5%	24,8%	22,2%
Norte	2,9%	2,3%	6,5%	6,8%
Centro	4,5%	3,7%	3,8%	3,4%
Alentejo	9,2%	7,1%	1,9%	2,9%
Algarve	2,8%	2,8%	3,7%	3,0%
<b>Espaço Transf. NUTS II</b>	<b>14,9%</b>	<b>14,3%</b>	<b>16,5%</b>	<b>15,3%</b>
Espanha	17,6%	18,2%	20,1%	20,1%
Portugal	9,4%	7,3%	7,3%	7,1%
UE27	12,8%	12,8%	13,2%	12,9%
UE15	12,3%	12,2%	12,8%	12,4%

Fonte: Eurostat

Em relação às instituições de ensino superior, a percentagem na realização da despesa aumentou de forma mais substancial do que no conjunto da UE, ao contrário do setor empresarial.

Pode observar-se que nas regiões onde se verificou uma redução do esforço em I&D por parte do setor empresarial, esta foi compensada com um aumento por parte do setor governamental e das instituições do ensino superior, acentuando assim as diferenças com as regiões mais desenvolvidas da Europa. Também se observa o fenómeno contrário em

certas regiões, como por exemplo a Extremadura, onde o setor empresarial demonstra um maior envolvimento na execução da despesa com I&D, em detrimento do setor público.

**QUADRO 31. DESPESA EM I&D EXECUTADA PELAS ENTIDADES DO ENSINO SUPERIOR (%)**

Regiões	2007	2008	2009	2010
Galícia	31,5%	38,6%	39,4%	39,0%
Castilla y León	31,9%	28,0%	35,1%	35,4%
Extremadura	49,4%	55,1%	48,5%	48,8%
Andalucía	40,1%	43,0%	43,3%	41,9%
Norte	37,9%	36,4%	41,6%	38,5%
Centro	35,9%	46,4%	50,2%	52,5%
Alentejo	41,3%	29,3%	65,2%	61,8%
Algarve	76,0%	80,5%	79,3%	83,6%
<b>Espaço Transf. NUTS II</b>	<b>37,4%</b>	<b>39,4%</b>	<b>42,9%</b>	<b>41,8%</b>
Espanha	26,4%	26,7%	27,8%	28,3%
Portugal	29,8%	34,5%	36,4%	36,7%
UE27	22,5%	23,0%	24,0%	24,2%
UE15	22,4%	22,9%	23,9%	24,1%

Fonte: Eurostat

## **b) Capital Humano**

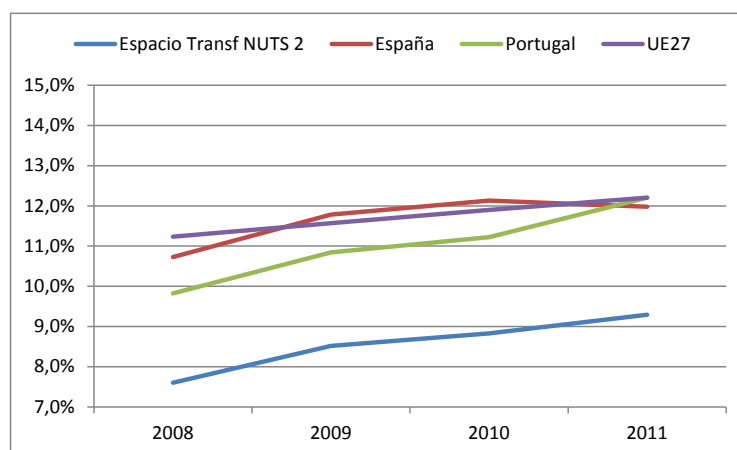
A formação de capital humano é um dos ativos mais importantes de um território e está intimamente relacionada com a capacidade que o mesmo apresenta para se integrar na sociedade de conhecimento. Quanto maior for o nível de formação da população, mais fácil será o desenvolvimento de processos de inovação, já que se proporcionam tanto técnicos destinados às tarefas de geração de novo conhecimento e ideias como também técnicos encarregues de transformar esse conhecimento em inovação e levá-lo às empresas em forma de novos produtos e processos.

Como já foi assinalado (Quadro 32), o conjunto do espaço situa-se em mais de três pontos percentuais abaixo da média da UE27, destacando-se os maiores níveis de formação (inclusivamente superiores aos da UE) de algumas Comunidades Autónomas que fazem parte do espaço.

Por sua vez, a **percentagem de recursos humanos na área da ciência e tecnologia empregada** representa 9,3% da população total empregada, mais de 2,9 pontos percentuais inferiores à média da UE27 (12,2%), embora mantenha uma evolução temporal positiva, com uma taxa de crescimento de 22,2% entre 2008 e 2011, face aos 8,6% da UE27. Isto confirma a importância crescente dos recursos humanos em ciência e tecnologia, que se vem afirmando. Ainda que isto seja resultado de um aumento do número de recursos humanos dedicados às atividades de I&D&i a tempo inteiro, é também verdade que o aumento da percentagem total da população empregada é fortemente determinado pela significativa destruição de emprego generalizada.



**GRÁFICO 21. RECURSOS HUMANOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA A TEMPO COMPLETO SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO EMPREGADA (%)**



Fonte: Elaboración propia a partir de datos de Eurostat

Existem diferenças significativas entre as regiões NUTS II do Espaço em que, por exemplo, a Região Norte, Castilla y León, Região Centro, Galicia e Andalucía apresentam percentagens acima dos 9%, enquanto outras regiões como o Alentejo, Algarve e Extremadura se situam abaixo dos 6,5%. O crescimento mais elevado entre 2008 e 2011 registou-se na Região Norte, Centro e Andalucía (com 42,3%, 26,0% e 24,5%, respetivamente).

No entanto, os efeitos da crise económica começam a afetar também este setor em que, a partir de 2010, se observa já um retrocesso no número absoluto de recursos humanos dedicados à ciência e tecnologia.

**QUADRO 32. RECURSOS HUMANOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA A TEMPO INTEIRO SOBRE O TOTAL DE POPULAÇÃO EMPREGADA (%)**

Regiões	2008	2009	2010	2011
Galicia	8,2%	8,8%	9,9%	9,5%
Castilla y León	9,6%	10,1%	9,9%	10,0%
Extremadura	5,5%	5,9%	6,3%	6,1%
Andalucía	7,4%	8,5%	9,1%	9,2%
Norte	7,2%	8,8%	8,7%	10,3%
Algarve	5,1%	5,1%	4,3%	6,1%
Centro (PT)	7,9%	8,2%	9,3%	9,9%
Alentejo	6,0%	7,5%	4,2%	5,4%
<b>Esp. Transf. NUTS II</b>	<b>7,6%</b>	<b>8,5%</b>	<b>8,8%</b>	<b>9,3%</b>
Espanha	10,7%	11,8%	12,1%	12,0%
Portugal	9,8%	10,8%	11,2%	12,2%
EU27	11,2%	11,6%	11,9%	12,2%

Fonte: Eurostat



A distribuição de técnicos ligados à ciência e tecnologia por setores corrobora os dados fornecidos em relação às entidades executoras de despesa. As instituições públicas absorvem a maior parte dos técnicos, mais concretamente, as universidades acolhem 52,5% dos técnicos desta área, os centros de investigação públicos cerca de 13,5% e o setor privado apenas 30,5%. A perspetiva temporal acentua esta tendência com uma queda na percentagem de emprego de capital humano em ciência e tecnologia no setor empresarial de 4,09%, entre 2008 e 2010, a favor das universidades.

**QUADRO 33. RECURSOS HUMANOS EM I&D POR SETOR EXECUTOR (%)**

Regiões	2008			2010		
	Empresas	Setor Público	Universidades	Empresas	Setor Público	Universidades
Galícia	36,7%	15,2%	48,1%	34,0%	16,7%	49,4%
Castilla y León	42,6%	9,0%	48,3%	41,4%	11,0%	47,4%
Extremadura	20,3%	21,3%	58,3%	18,1%	27,5%	54,1%
Andalucía	27,2%	24,5%	48,2%	28,8%	23,8%	47,3%
Norte	33,3%	2,8%	52,7%	31,5%	2,1%	55,2%
Centro	28,8%	3,9%	59,8%	26,1%	2,5%	63,2%
Alentejo	34,0%	16,9%	47,3%	14,1%	1,3%	84,5%
Algarve	10,9%	1,9%	86,8%	10,0%	2,5%	87,0%
<b>Espaço Transf. NUTS II</b>	<b>31,8%</b>	<b>13,8%</b>	<b>51,4%</b>	<b>30,5%</b>	<b>13,6%</b>	<b>52,5%</b>
Espanha	44,1%	19,1%	36,6%	41,5%	20,7%	37,5%
Portugal	30,3%	9,6%	51,0%	26,8%	6,4%	57,0%
UE27	52,2%	14,0%	32,6%	51,6%	13,8%	33,4%

Fonte: Eurostat

O quadro apoia a teoria apresentada anteriormente, em que os recursos humanos em ciência e tecnologia se encontram principalmente em instituições de caráter público, enquanto as empresas são as que levam os produtos e as inovações ao mercado. Portanto, tudo isto prejudica a ideia de que a inovação supõe uma melhoria competitiva significativa para o setor empresarial que, no entanto, não está suficientemente desenvolvido para acolher este tipo de técnicos e o desenvolvimento de atividades de inovação. Apresenta uma massa de investigadores relativamente importante, no entanto, existem dificuldades para transformar os resultados da mesma em produtos e processos que tenham impacto no mercado.

### ***c) Subsistema de geração e divulgação de conhecimento***

O subsistema de geração e divulgação de conhecimento do Espaço de Cooperação é formado pelas Universidades, organizações públicas de investigação (OPI) e outras entidades intermédias de tecnologia, como são exemplos os centros tecnológicos, parques tecnológicos e plataformas. No **Espaço de Cooperação estão localizados numerosos centros de investigação, universidades e centros tecnológicos** dedicados tanto à criação de novo conhecimento, como à valorização e transferência do mesmo para o setor empresarial e para o conjunto da sociedade. Destacam-se de seguida as principais infraestruturas e agentes do subsistema de geração e divulgação do conhecimento existentes em cada um dos níveis NUTS III do Espaço Transfronteiriço NUTS II.

### c.1) Universidades, Centros de Educação Superior e Institutos de Investigação

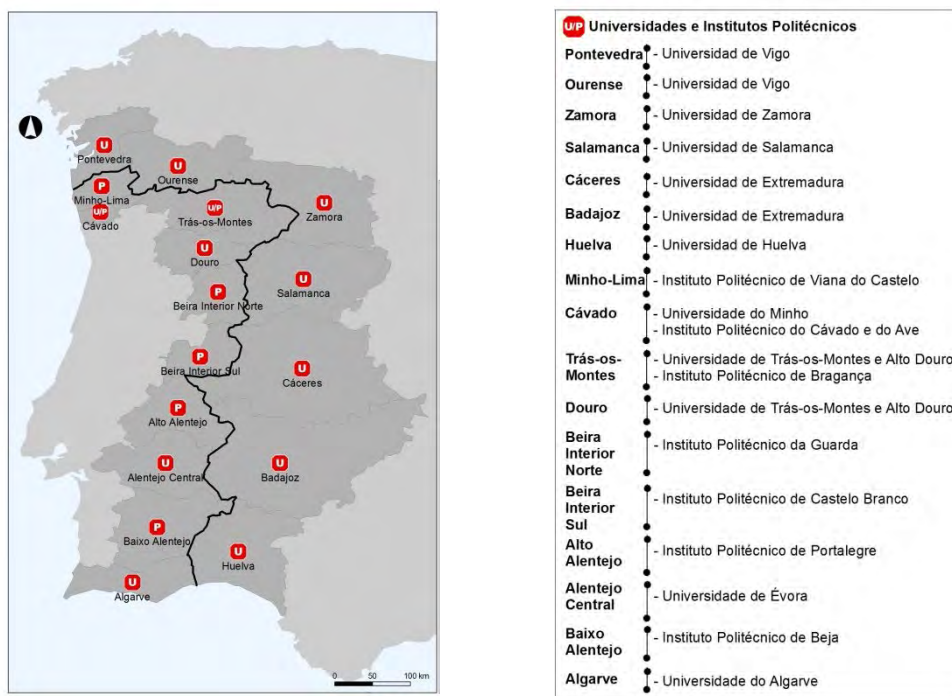
A Universidade e os centros de ensino superior, assim como os institutos politécnicos, são tradicionalmente o principal agente de produção de conhecimento. No Espaço de Transfronteiriço NUTS II pode contar-se um grande número de universidades e centros de ensino superior, o que pode significar um impulso importante à criação de novo conhecimento.

**QUADRO 34. UNIVERSIDADES E CENTROS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICOS DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇO**

Universidades	NUTS III	Área temática
Universidad de Vigo	Pontevedra E Ourense	Horizontal com especialização em Ciências do Mar
Universidad de Salamanca	Salamanca	Horizontal com especialização em língua espanhola e biociências
Universidad de Zamora	Zamora	Horizontal
Universidad de Extremadura	Badajoz e Cáceres	Horizontal
Universidad de Huelva	Huelva	Horizontal
Instituto Politécnico do Porto	Grande Porto	Gestión, Educación, Salud, Ingeniería, Arte
Escola Superior de Enfermagem do Porto	Grande Porto	Salud
Universidade Católica Portuguesa	Grande Porto, Cávado	Arte, Biotecnología, Gestión, Derecho, Filosofía, Teología, Educación, Psicología, Salud
Universidade do Minho	Cávado	Horizontal
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Trás-os- Montes	Horizontal
Universidade de Évora	Alto Alentejo	Horizontal
Universidade do Algarve,	Algarve	Horizontal
Instituto Superior D.Afonso III*	Algarve	Horizontal
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes*	Algarve	Desporto, psicologia, gestão e recursos humanos
Escola Superior de Saúde Jean Piaget*	Algarve	Saúde
Instituto Superior de Matemática e Gestão*	Algarve	Matemáticas e gestão
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Minho-Lima	Desporto, saúde, tecnologia e agroalimentar
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	Cávado	Gestão e tecnologia
Instituto Politécnico de Bragança	Trás-os- Montes	Agroalimentar, educação, tecnologia, saúde e comunicação
Instituto Politécnico da Guarda	Beira Interior Norte	Desporto, saúde, tecnologia e educação
Instituto Politécnico de Castelo Branco	Beira Interior Sul	Agrária, arte, educação, saúde e tecnologia
Instituto Politécnico de Portalegre	Alto Alentejo	Agrária, educação, saúde e tecnologia e gestão
Instituto Politécnico de Beja	Baixo Alentejo	Agrária, saúde, educação e gestão
Universidad de Santiago de Compostela	A Coruña e Lugo	Horizontal com especialização em Ciências da Vida
Universidade d A Coruña	A Coruña	Horizontal
Universidad de León	León	Horizontal
Universidad de Valladolid	Valladolid	Horizontal
Universidad de Córdoba	Córdoba	Horizontal
Universidad de Sevilla	Sevilla	Horizontal
Universidad de Cádiz	Cádiz	Horizontal

\* Centros de carácter privado

MAPA 5. MAPA DE CENTROS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICOS  
NO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO TRANFRONTEIRIÇO



Fonte: Elaboração própria

Em relação a esta questão convém assinalar que no Espaço existem quatro iniciativas universitárias que foram consideradas pelo Ministério da Educação espanhol como *Campus de Excelência Internacional*:

#### *Campus Vida:*

É uma iniciativa liderada pela Universidade de Santiago de Compostela no âmbito das **ciências da vida**. É composta essencialmente pelo meio científico universitário da Galícia e outros centros de investigação como o CSIC, a indústria biomédica galega e as principais empresas biotecnológicas e farmacêuticas da Galícia e do Estado espanhol.

#### *Campus do Mar:*

É um *Campus* de Excelência Regional liderado pela Universidade de Vigo que agrupa três universidades galegas, o Centro de Investigações Marinhas do CSIC, o Instituto Espanhol de Oceanografia, as universidades do norte de Portugal, os centros de investigação e as plataformas tecnológicas da Eurorregião Galícia-Norte no âmbito das **Ciências e Tecnologias do Mar**.

### *Campus de Excelência Internacional Studii Salamantini:*

---

É um *campus* multidisciplinar focado no fomento da Língua Espanhola, da sua investigação, do seu ensino e da sua capacidade de transmissão da cultura e dos valores do mundo hispânico. Assenta, igualmente, nas capacidades que a Universidade de Salamanca desenvolveu em **Biociências** e que contribuem para a transferência de conhecimento à sociedade. Este *campus* nasce com uma decidida vocação internacional orientada para a cooperação transfronteiriça, através do eixo luso-hispânico e o eixo ibero-americano.

### *Campus de Excelência Internacional Triangular:*

---

O *Campus* de Excelência Internacional Triangular é promovido pelas Universidades de Burgos, León e Valladolid. Pretende ser uma referência internacional de inovação para dar resposta à procura de conhecimento e de novos profissionais que o crescente desenvolvimento de âmbito tecnológico-industrial está a criar nas esferas da **evolução humana, envelhecimento e ecomobilidade**.

### *Hidranatura*

---

Hidranatura é um *Campus* de Excelência Internacional liderado pela Universidade da Extremadura centrado em dinamizar o processo de docência, investigação e inovação em **Gestão Eficiente dos Recursos Hidronaturais** fortalecendo-o através da dimensão internacional do *campus* e das agregações empresariais e institucionais de primeira ordem neste âmbito.

### *Campus de Excelência Internacional em Agroalimentação:*

---

O ceiA3 é o resultado da integração das Universidades de Almería, Cádiz, Huelva e Jaén, lideradas pela Universidade de Córdoba para reunir as suas capacidades e recursos de I&D&i em matéria de **agroalimentação** de modo a dar resposta às necessidades do setor e aos desafios que enfrentam o tecido produtivo e a sociedade neste âmbito.

### *Campus de Excelência Internacional Andalucía Tech*

---

A missão do *Campus* de Excelência Internacional *Andalucía Tech*, promovida pela Universidade de Sevilla e de Málaga, é atrair, integrar e desenvolver o talento formando um ecossistema de geração de conhecimento e inovação, comprometido com a sociedade, o que pode elevar o nível de excelência educacional e atividades de pesquisa. Andalucía TECH é especializada, com caráter interdisciplinar, em áreas das **tecnologias de produção, informação e comunicação e biotecnologia**, dispondo das últimas tecnologias que facilitam a gestão do conhecimento.

Assim, no mapa dos centros do ensino superior do Espaço Transfronteiriço, a colaboração entre eles em ambos os lados da fronteira adquire uma importância significativa, já que na atual economia do conhecimento os territórios competem pela atração de investimento que se dirige, sobretudo, àqueles territórios onde se concentram os recursos de conhecimento.

A cooperação transfronteiriça adquire ainda uma relevância maior ao permitir integrar as capacidades e recursos dos dois lados da fronteira. A maioria dos *Campus* de Excelência Internacional já mencionados está consciente da necessidade de estabelecer vínculos de cooperação em matéria de I&D com os seus homólogos portugueses, com o objetivo de aglutinar mais massa crítica capaz de competir internacionalmente. Tudo isto é beneficiado por um processo de especialização através do qual as universidades entenderam a necessidade de identificar os campos académicos e de investigação nos quais podem ser líderes e ajudar, por sua vez, ao desenvolvimento imediato do seu meio económico e regional em que as universidades próximas transfronteiriças se traduzem num fator chave.

### c.2) Outros Centros de Investigação

Além das universidades e centros de ensino superior, existem no Espaço Transfronteiriço outros centros de investigação de relevância. Entre eles é possível destacar o [Instituto Ibérico de Nanotecnologia](#) (INL). O INL é um centro de investigação criado pelos governos de Espanha e Portugal no âmbito do Programa POCTEP 2007-2013 para promover uma investigação de carácter interdisciplinar no âmbito da [nanotecnologia](#) e da nanociência, com tendência a converter-se num centro de excelência internacional no âmbito da nanomedicina, aplicações de nanotecnologia ao ambiente e controlo alimentar, nanoeletrónica e nanomáquinas e manipulação molecular a nanoescalas. Este é um exemplo de um centro de investigação desenvolvido conjuntamente por Espanha e Portugal, o que permitiu mutualizar recursos que, de outra maneira, seria muito difícil desenvolver por uma só região.

Neste contexto, o INL deve permanecer como um modelo de centros de investigação que combinam os recursos e as capacidades existentes dos dois lados da fronteira. Seguindo este modelo, torna-se necessária uma maior cooperação entre os centros de investigação e universidades, podendo estabelecer-se sinergias e complementaridades que permitam uma mobilidade efetiva dos investigadores dos dois lados da fronteira assim como uma gestão mais eficaz das infraestruturas de investigação existentes, evitando a duplicação e procurando uma mutualização e uso partilhado dos equipamentos e infraestruturas de que disponham.

QUADRO 35. OUTROS CENTROS DE INVESTIGAÇÃO<sup>14</sup>

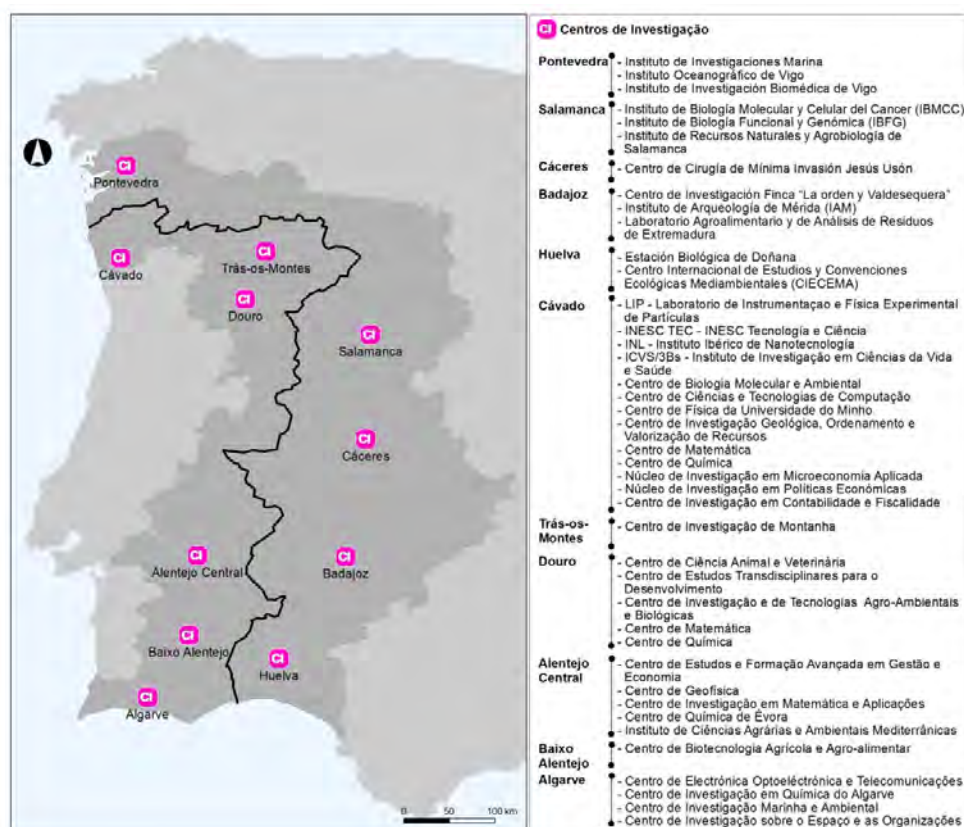
Centro de Investigación	NUTS III	Área Temática
Instituto de Investigaciones Marina	Pontevedra	Ciências do Mar
Instituto Oceanográfico de Vigo	Pontevedra	Ciências do Mar
Instituto de Investigación Biomédica de Vigo	Pontevedra	Biomedicina
Instituto de Biología Molecular y Celular del Cancer (IBMCC)	Salamanca	Biomedicina
Estación Biológica de Doñana	Huelva	Recursos naturais
Instituto de Biología Funcional y Genómica (IBFG)	Salamanca	Biomedicina
Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología de Salamanca	Salamanca	Agrobiología e recursos naturais
Centro Internacional de Estudios y Convenciones Ecológicas Mediambientales (CIECEMA)	Huelva	Ecología e Meio Ambiente
Centro de Cirugía de Mínima Invasión Jesús Usón	Cáceres	Medicina
Centro de Investigación Finca "La orden y Valdesequera"	Badajoz	Agrária
Instituto de Arqueología de Mérida (IAM)	Badajoz	Património
Laboratorio Agroalimentario y de Análisis de Residuos de Extremadura	Badajoz	Agroalimentación
3B's Research Group – Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos	Ave	Biomateriales
CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigación Marinha e Ambiental	Grande Porto	Ciencias del Mar
I3S - Instituto de Investigación e Inovação em Saúde	Grande Porto	Salud
i3N - Instituto de Nanoestructuras, Nanomodelação e Nanofabricação	Ave	Nanotecnología
LAETA - Laboratório Associado de Energia, Transportes e Aeronáutica	Grande Porto	Energia, Transporte y Aeronáutica
IT – Instituto Telecomunicações	Grande Porto	TIC
ICETA - Instituto de Ciências e Tecnologías Agrárias e Agro-Alimentares	Grande Porto	Agroalimentación
CBOF - Centro de Biotecnología e Química Fina	Grande Porto	Biotecnología y Química
Fraunhofer Portugal	Grande Porto	TIC
LSRE - Laboratório de Processos de Separação e Reacção	Grande Porto	Química
CITAB - Centro de Investigación e de Tecnologías Agro-Ambientais e Biológicas	Douro	Agroalimentación
IPC - Instituto de Polímeros e Compósitos	Ave	Polímeros y Composites
Laboratorio de Instrumentação e Física Experimental de Partículas	Cávado	Física
INESC Tecnología e Ciência	Cávado	Engenharia de sistemas e computação
Instituto Ibérico de Nanotecnología	Cávado	Nanotecnología
Centro de Biotecnología Agrícola e Agro-alimentar	Baixo Alentejo	Biotecnología das plantas e células animais
Centro de Estudos Ibéricos	Beira Interior Norte	Território e cultura
Instituto Português do Mar e da Atmosfera	Algarve	Pesca e aquicultura
Instituto de Investigaciones Biológicas	A Coruña	Agroforestal
Instituto de Ciencias do Património	A Coruña	Património
Instituto de Investigación Sanitaria de Santiago de Compostela - IDIS	A Coruña	Biomedicina
Instituto de investigación Biomédica da Coruña	A Coruña	Biomedicina
Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento	A Coruña	Património cultural
Estación Agrícola Experimental de León	León	Ciências agrárias
Instituto de Biología y Genética Molecular	Valladolid	Biomedicina

<sup>14</sup> É importante sublinhar o compromisso adotado na cimeira de Zamora de 2009 de criar o Centro Ibérico de Energias Renováveis e Eficiência Energética em Badajoz (CIERE).



Centro de Investigação	NUTS III	Área Temática
Instituto de Ciencias Marinas de Andalucía	Cádiz	Ciências do Mar
Instituto de Agricultura Sostenible	Córdoba	Agroalimentação
Instituto Español de Oceanografía (IEO)	Cádiz	Ciências do Mar
Instituto de Ciencias Sociales de Andalucía	Córdoba	Ciências Sociais
Centro Andaluz de Biología del Desarrollo	Sevilla	Biología
Centro Andaluz de Biología Molecular y Medicina Regenerativa	Sevilla	Biomedicina
Centro de Investigaciones Científicas "Isla de la Cartuja"	Sevilla	Biología, Química e Física
Centro de Investigaciones Científicas "Isla de la Cartuja"	Sevilla	Física de partículas
Escuela de Estudios Hispano - Americanos	Sevilla	Humanidades
Instituto de Biomedicina de Sevilla	Sevilla	Biomedicina
Instituto de la Grasa	Sevilla	Tecnología dos alimentos
Instituto de Microelectrónica de Sevilla	Sevilla	Física: microeletrónica
Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología	Sevilla	Agroalimentação e recursos naturais
Fundación para la Investigación y Desarrollo de las TIC en Andalucía	Sevilla	TIC
Instituto de Bioquímica Vegetal y Fotosíntesis (IBVF)	Sevilla	Bioquímica

**MAPA 6. CENTROS DE PESQUISA ESPAÇO PÚBLICO  
NO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO TRANFRONTEIRIÇO**



Fuente: Elaboración propia de CPC-RUR



## *Centros Tecnológicos e Parques Científicos*

Finalmente, entre as infraestruturas que fazem parte da criação e divulgação de conhecimento encontram-se os centros tecnológicos cuja atividade está ligada principalmente ao desenvolvimento tecnológico e à inovação. De seguida são apresentados os que mais se destacam no Espaço Cooperação Transfronteiriço, assim como os parques científicos que aí se estabeleceram.

Em relação aos centros tecnológicos, importa destacar o seu vínculo com o tecido empresarial autóctone, com algumas exceções. Em particular, existe uma forte representação de centros tecnológicos ligados a atividades primárias em que o Espaço se encontra fortemente especializado, como já se abordou no capítulo 1.2.2. Neste sentido, para evitar duplicação entre os centros tecnológicos existentes nos dois lados da fronteira dever-se-ia criar sinergias através da colaboração, com o objetivo de responder de uma maneira mais eficaz e eficiente às necessidades do tecido produtivo em matéria de I&D+i.

A cooperação transfronteiriça deveria significar uma melhor reorganização do mapa dos agentes de criação e divulgação de conhecimento assim como das capacidades existentes no Espaço, favorecendo as complementaridades entre as linhas de investigação dos diferentes centros, a mutualização de infraestruturas existentes e uma maior mobilidade dos agentes nos dois lados da fronteira. Tudo isto resultará numa melhor organização das capacidades e recursos existentes a fim de aumentar a competitividade do Espaço.

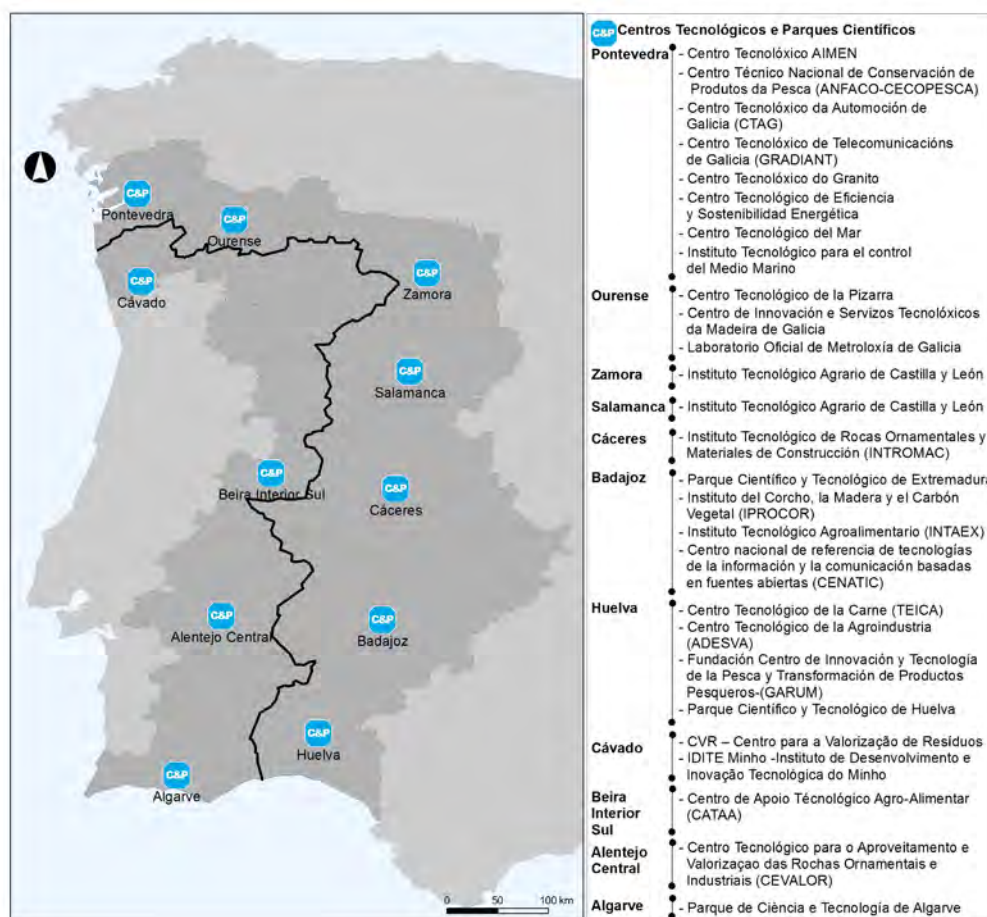
**QUADRO 36. CENTROS TECNOLÓGICOS E PARQUES CIENTÍFICOS**

Parques e Centros Tecnológicos	NUTS III	Área temática
Centro Tecnológico AIMEN	Pontevedra	Materiais: metal
Centro Técnico Nacional de Conservación de Produtos da Pesca (ANFACO-CECOPESEA)	Pontevedra	Pesca
Centro Tecnológico da Automoción de Galicia (CTAG)	Pontevedra	Automóvel
Centro Tecnológico de Telecomunicacións de Galicia (GRADIANT)	Pontevedra	TIC
Centro Tecnológico do Granito	Pontevedra	Rochas ornamentais
Centro Tecnológico de Eficiencia y Sostenibilidad Energética	Pontevedra	Energía
Centro Tecnológico de la Pizarra	Ourense	Rochas ornamentais: ardósia
Centro Tecnológico del Mar	Pontevedra	Pesca
Centro de Innovación e Servizos Tecnolóxicos da Madeira de Galicia	Ourense	Madeira
Laboratorio Oficial de Metroloxía de Galicia	Ourense	Meteorología
Instituto Tecnológico para el control del Medio Marino	Pontevedra	Meio Marinho
Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel	Norte	Automóvel
TecMaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	Grande Porto	Empresas de base tecnológica
UPTEC - Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto	Grande Porto	Tecnología, Industrias Creativas, Mar, Biotecnología
Avepark - Parque de Ciência e Tecnologia das Taipas	Ave	Horizontal
FeiraPark - Parque de Ciência e Tecnologia	Entre Douro e Vouga	Corcho, Hábitat y Construcción, Producción, Tecnología, Servicios

Parques e Centros Tecnológicos	NUTS III	Área temática
Brigantia EcoPark – Parque de Ciência e Tecnologia	Alto Trás-os-Montes	Energía, Medio Ambiente, Eco-Construcción
Sanjotec – Centro Empresarial e Tecnológico	Entre Douro e Vouga	Robótica, Automatización Industrial, Biotecnología, Química, Diseño, TIC
Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP)	Ave	Polímeros
Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI)	Grande Porto	Ingeniería Industrial y Energía
Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica (CATIM)	Grande Porto e Cávado	Metalurgia
Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE)	Ave	Textil
Centro Tecnológico da Cortiça (CTCOR)	Entre Douro e Vouga	Corcho
Centro Tecnológico do Calçado (CTC)	Entre Douro e Vouga	Calzado
Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI)	Ave	Nanotecnología
Centro Tecnológico das Indústrias de Madeira e Mobiliário (CTIMM)	Tâmega	Madera y Fabricación de Muebles
Centro para a Valorização de Resíduos (CVR)	Ave	Ambiente y Residuos
Instituto Tecnológico Agrario de Castilla y León	Castilla y León: Salamanca, Zamora, León y Valladolid	Agrária
Centro Tecnológico de la Carne (TEICA)	Huelva	Agroalimentação
Centro Tecnológico de la Agroindustria (ADESVA)	Huelva	Agroalimentação
Fundación Centro de Innovación y Tecnología de la Pesca y Transformación de Productos Pesqueros-(GARUM)	Huelva	Pesca
Parque Científico y Tecnológico de Huelva	Huelva	Horizontal
Parque Científico y Tecnológico de Extremadura	Badajoz	Horizontal
Instituto del Corcho, la Madera y el Carbón Vegetal (IPROCOR);	Badajoz	Recursos naturais: madeira
Instituto Tecnológico Agroalimentario (INTAEX)	Badajoz	Agroalimentar
Instituto Tecnológico de Rocas Ornamentales y Materiales de Construcción (INTROMAC)	Cáceres	Rochas ornamentais
Centro nacional de referencia de tecnologías de la información y la comunicación basadas en fuentes abiertas (CENATIC)	Badajoz	TIC
Centro de Apoio Tecnológico Agro Alimentar (CATAA)	Beira Interior Sul	Agroalimentar
Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais (CEVALOR)	Alentejo Central	Rochas ornamentais
Parque de Ciência e Tecnologia do Algarve	Algarve	Horizontal
Centro de Supercomputación de Galicia	A Coruña	TIC
Centro Tecnológico da Pesca do Celeiro	Lugo	Pesca
Centro Tecnológico Galego da Acuicultura	A Coruña	Aquicultura
Parque Tecnológico de Boecillo	Valladolid	Aeronáutica, Automóvil, Electrónica, TIC, Químico-Farmacéutica
Parque Tecnológico de León	León	Agroalimentação, Biotecnología, Ciências da Saúde, Energética, Veterinária
Instituto de Biotecnología de León	León	Biotecnología e Farmácia
Agrupación de Productores de la patata de siembra, de Castilla y León, S.A. (APPACALE)	León	Agroalimentar: batata
Sociedad de Investigación y Explotación Minera de Castilla y León, S.A (SIEMCALSA)	Valladolid	Recursos naturais do subsolo
Centro Tecnológico CARTIF	Valladolid	Horizontal
Fundación para la Investigación y Desarrollo en Transporte y Energía.	Valladolid	Transporte e Energía

Parques e Centros Tecnológicos	NUTS III	Área temática
Fundación Centro Tecnológico Acuicultura de Andalucía	Cádiz	Aquicultura
Fundación Centro Tecnológico de la Piel	Cádiz	Têxtil: Pele
Fundación Centro Tecnológico de Turismo, Ocio y Calidad de vida	Cádiz	Turismo
Parque Científico y Tecnológico de Córdoba	Córdoba	Horizontal
Centro de Innovación y Tecnología del textil de Andalucía	Córdoba	Têxtil
Centro Tecnológico Andaluz del Diseño	Córdoba	Desenho
Fundación Centro de Investigación y Calidad Agroalimentaria	Córdoba	Agroalimentação
Fundación Centro Tecnológico de la Madera y el Mueble	Córdoba	Mobiliário e Madeira
Instituto Andaluz de Tecnología	Sevilla	Inovação e gestão do conhecimento
Parque Científico y Tecnológico Cartuja	Sevilla	Tecnologias avançadas
Parque Tecnológico y Aeroespacial de Andalucía	Sevilla	Aeroespacial

MAPA 7. PARQUES CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS  
NO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO TRANFRONTEIRIÇO



Fuente: Elaboración propia de CPC-RUR

### 1.4.3. Atividade inovadora das empresas

A atividade de I&D&i realizada por empresas é uma questão importante já que serão estas que fazem chegar ao mercado e/ou introduzem nos seus sistemas de produção as inovações e os resultados da investigação alcançados pelos centros de investigação, por elas mesmas internamente ou em colaboração com os centros de investigação.

Para tal, é analisada a percentagem de PME que tenham realizado atividades de inovação<sup>15</sup>, isto é, que tenham introduzido um novo ou melhorado produto ou processo de inovação realizado internamente. Na UE27, a média do rendimento das regiões que realizam atividades de inovação encontra-se em 0,05%. No Espaço Cooperação Transfronteiriço observam-se diferenças importantes a este respeito. Mais concretamente, as regiões portuguesas do Algarve, Centro e Norte rondam os 80%, enquanto as Comunidades Autónomas espanholas apresentam percentagens abaixo da média europeia.

QUADRO 37. PME QUE REALIZAM INTERNAMENTE ATIVIDADES DE INOVAÇÃO (%)<sup>16</sup>

Regiões	2007	2009	2011
Galícia	0,28	0,22	0,22
Castilla y León	0,32	0,32	0,28
Extremadura	0,26	0,15	0,15
Andalucía	0,31	0,31	0,20
Norte	0,46	0,46	0,65
Centro	0,62	0,71	0,85
Alentejo	0,57	0,49	0,65
Algarve	0,38	0,52	0,89
Espanha	0,39	0,38	0,31
Portugal	0,65	0,65	0,65
UE27	0,58	0,58	0,55

Fonte: Regional Innovation Scoreboard, 2012 e os dados com \* são do European Union Innovation Scoreboard para os anos 2008, 2009 e 2011.

<sup>15</sup> Nem toda a I&D pode ser considerada como inovação. De acordo com o Manual de Oslo, a inovação define-se como a "a introdução de um novo, ou significativamente melhorado, produto (bem ou serviço), de um processo, de um novo método de comercialização ou de um novo método organizativo, nas práticas internas da empresa, a organização do local de trabalho ou das relações exteriores".

<sup>16</sup> Os dados são apresentados através de índice que indica o desempenho de cada região. O valor do indicador foi recalculado entre 0 (para as regiões com um desempenho mais baixo e 1 (para as regiões com maior desempenho).

Os dados para as regiões portuguesas são surpreendentes porque se situam no desempenho das PME's que introduzem inovações de produto ou processos muito superiores aos registados para a EU27, Portugal inclusivamente. A esse respeito, não se encontram notas metodológicas que expliquem estes números elevados, para além do que já foi mencionado. Portanto, fora de questões metodológicas, estes resultados obedecem a uma aposta política portuguesa de modernizar as empresas tradicionais através da inovação. Contudo, estes processos de inovação não se basearam tanto na geração ou exploração de novo conhecimento, mas na introdução e uso do conhecimento já existente.

A tendência temporal observada acentua as discrepâncias entre regiões, uma vez que em Portugal o desempenho aumenta neste índice, enquanto em Espanha diminuiu.

Consequentemente, as regiões portuguesas com maior tradição e experiência nas atividades de inovação podem ser um motor de dinamização nesta matéria.

A inovação tecnológica das PME também pode ser analisada através da introdução de novos produtos (bens ou serviços) assim como processos que, ao contrário do indicador anterior, não têm necessidade de ser realizados separadamente, mas em colaboração com centros de investigação e/ou através da aquisição de licenças de exploração. Neste contexto, a situação entre as regiões distintas que compõem o Espaço Cooperação Transfronteiriço não é homogênea.

Todas as Comunidades Autónomas espanholas têm taxas de retorno bem abaixo da média europeia, enquanto o desempenho das PME inovadoras no conjunto das regiões portuguesas está bem acima da média europeia. As regiões com melhor desempenho são o Algarve e a Região Centro, enquanto as que apresentam resultados mais pobres são Extremadura e Andalucía.

**QUADRO 38. PME QUE INTRODUEZEM INOVAÇÕES DE PRODUTO OU PROCESSO**

Regiões	2007	2009	2011
Galícia	0,31	0,29	0,31
Castilla y León	0,39	0,34	0,36
Extremadura	0,28	0,22	0,24
Andalucía	0,39	0,33	0,27
Norte	0,49	0,48	0,63
Centro	0,63	0,68	0,83
Alentejo	0,55	0,51	0,63
Algarve	0,41	0,55	0,89
Espanha	0,37	0,37	0,33
Portugal	0,58	0,58	0,79
UE27	0,46	0,46	0,48

Fonte: Regional Innovation Scoreboard, 2012 e os dados com \* são do European Union Innovation

A tendência temporal, exacerba estas diferenças na zona fronteiriça NUTS II eo desempenho das comunidades autónomas espanholas, enquanto as regiões portuguesas evoluir positivamente.

#### 1.4.4. Relação centros de investigação-meio empresarial

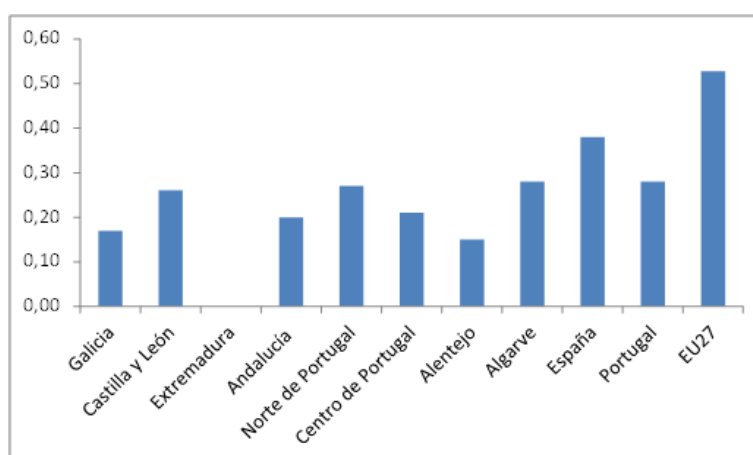
Da perspetiva dos sistemas de inovação, as empresas não inovam isoladamente, podem contar com a ajuda de outros agentes e atores para apoiá-las nestes processos (Lundvall, 1992). Surge assim outra forma de inovar que é a de cooperação com os centros de investigação públicos.

### c) Colaboração científica público-privada

Um indicador que mede o grau de colaboração científica público-privada é o relativo às publicações académicas. Nesta variável é possível observar uma das principais deficiências do sistema de I&D&i do espaço, caracterizado por uma relação **reduzida entre o setor público-privado**, ao contrário do que ocorre na EU.

As regiões mais inovadoras são precisamente aquelas que também apresentam um maior índice de coautorias público-privadas, como demonstram os dados das regiões suecas ou finlandesas. Uma vez mais, os índices mais altos dão-se nas regiões portuguesas, principalmente Algarve, Norte e Castilla y León.

GRÁFICO 22. ÍNDICE DE PUBLICAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS POR MILHÕES DE HABITANTES (\*)



(\*) Não há dados disponíveis para a Extremadura

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Regional Innovation Scoreboard, 2012

Se a estes índices reduzidos de colaboração científica público-privada, se somar uma maior preponderância assumida pelas instituições públicas na execução de despesa em I&D&I, o resultado pode lançar uma situação de estrangulamento, no sentido em que os resultados de investigação produzidos não são facilmente explorados comercialmente por empresas no território. Assim, um dos grandes desafios do Espaço é o **de melhorar a ligação entre centros de investigação públicos e empresas**, a fim de que os resultados de pesquisa se possam explorar comercialmente.

### d) Principais âmbitos setoriais para a cooperação entre os agentes dos sistemas regionais de inovação e o tecido empresarial

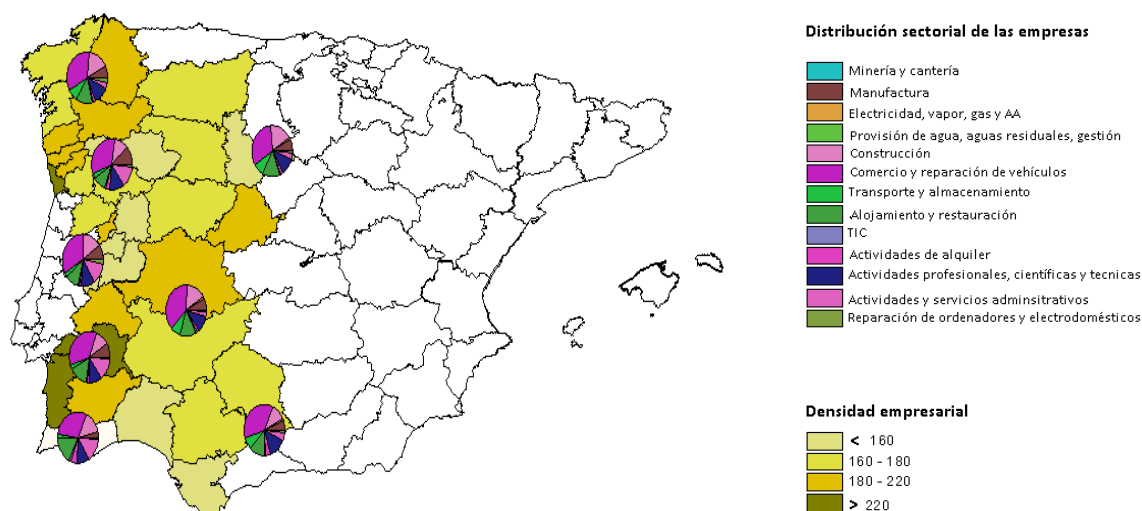
O contraste de vários indicadores ambientais em torno dos vários centros de tecnologia pode lançar algumas considerações sobre a sua existência, relevância e até mesmo impacto



sobre ele mesmo. No entanto, deve notar-se que os referidos indicadores não determinam o significado destes centros, já que o impulso económico que podem ter pode basear-se precisamente nas deficiências existentes neste contexto.

El Mapa 8, também representa a densidade de negócios dos territórios de fronteira e os setores de distribuição. A comparação dos resultados oferecidos para a referência geográfica da tecnologia oferecem área de cooperação exposto na seção 1.4.2.c) anterior também pode orientar as possibilidades de intervenção nesta matéria.

**MAPA 8. DENSIDAD EMPRESARIAL Y DISTRIBUCIÓN SECTORIAL DEL TEJIDO PRODUCTIVO**



*Fuente: Elaboración propia a partir de datos de Eurostat*

Observando concretamente alguns desses casos, os resultados podem diferir de uns para os outros. No caso da **agricultura**, aparece o Instituto Tecnológico Agrário de Castilla y León. A sua esfera de influência é, principalmente, o território regional, que mostra um maior peso dos trabalhadores agrícolas (7,4%) em comparação com a média espanhola (4,4%), embora inferior, no entanto, do que em outras regiões da zona fronteiriça.

No caso da **pesca**, a relevância e o impacto de centros tecnológicos orientados para esta atividade, como o Centro Técnico Nacional de Conservação produtos da Pesca (ANFACO - CECOPESCA) de Pontevedra e a Fundação Centro de Inovação e Tecnologia da Pesca e Transformação dos Produtos Pesqueiros (GARUM) de Huelva, entre outros, contam com a existência desta atividade nesses ambientes, o que, no caso da Galiza representa 1,4% do VAB e 2,1% dos empregados, enquanto na Andalucía é de 0,1% e 0,2%, respetivamente.

No caso dos centros de tecnologia orientados para a **indústria de alimentos**, verifica-se que o contexto em que aparecem tem uma estrutura económica mais orientada a esta atividade do que os seus meios económicos mais gerais. Assim, o Centro Tecnológico da Carne (Teica) e o Centro Tecnológico da Agro-indústria (ADESVA) de Huelva situam-se



numa província onde os locais ligados à atividade agroalimentar são responsáveis por 1,5%, acima da média da Andalúcia (1,3%) e de Espanha (1,1%). Efeito semelhante resultaria do Instituto Tecnológico Agroalimentar (INTAEX) Badajoz, já que nesta província, com 2,2% dos locais orientados para esta atividade, duplica a média espanhola, ainda que estejam abaixo da média da Extremadura (2,5%). No caso do Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar (CATAA), em Portugal, também parece mostrar um ambiente mais especializado neste setor, tanto na Beira Interior Norte como na Beira Interior Sul, em relação aos valores médios do conjunto de Portugal.

O caso do Centro Tecnológico de Automação da Galiza (CTAG) de Pontevedra apoia-se na importância que a **indústria automóvel** tem na Galiza, onde 2,25% dos empregados de empresas localizadas neste ambiente estão associados a esta atividade, bem acima da média espanhola (1,22%). Apenas Castilla y León (2,5%) supera essa percentagem, dada a sua forte ligação com centros industriais específicos localizados neste território.

No caso do Centro Tecnológico AIMEN, relacionado com o **metal**, é observada uma correlação com um contexto económico especificamente orientado para essa atividade industrial. De facto, o emprego das empresas nessas atividades é maior na Galiza (3,2%) do que em toda a Espanha (2,9%), a percentagem de locais especializados do meio mais próximo de Pontevedra (1,2%) é inferior à média nacional (1,5%) e da Galiza (1,4%).

O Instituto da Cortiça, Madeira e Carvão Vegetal (IPROCOR) de Badajoz mostra um ambiente mais especializado para esta província (0,62% do número de empresas locais), em comparação com a média nacional (0,46%), mas um pouco inferior à média da Extremadura no seu conjunto (0,69%).

Por sua vez, os centros orientados para as **rochas ornamentais**, como o Instituto Tecnológico de Rochas Ornamentais e Materiais de Construção (INTROMAC) de Cáceres e o Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais (CEVALOR), no Alentejo central, apresentam resultados muito diferentes dos seus contextos. Enquanto no primeiro caso, a percentagem de empregados em empresas da Extremadura mostra uma especialização acima da média nacional (0,6% face a 0,2%), no segundo, o resultado não indica tal especialização (0,1% no Alentejo frente aos 0,3% de média, em Portugal).

A relação ou justificação com o **meio tecnológico** do Centro Tecnológico de Telecomunicações da Galiza (GRADIANT), em Pontevedra e o Centro de Referência Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação com base em Fontes Abiertas (CENATIC) de Badajoz podem basear-se mais na distância em comparação com a média nacional dos resultados das percentagens de empregados e empresas do que numa especialização nestas atividades.

Quanto aos centros tecnológicos horizontais, como o Parque Científico e Tecnológico da Extremadura, em Badajoz, podem basear a sua relevância em vários tecidos empresariais, onde a percentagem de empresas por população é maior do que as suas médias nacionais.

Finalmente, devemos chamar a atenção para as possíveis aplicações da **nanociência e da nanotecnologia** em diversos setores. Tal exigiu um estudo pormenorizado de priorização para identificar os setores de indústrias mais relevantes na área transfronteiriça, destacando-se fundamentalmente:

- **Aplicações na Saúde e na Medicina:** No âmbito do diagnóstico, a nanotecnologia tem a missão de identificar precocemente certas patologias ou doenças como o cancro, doenças cardiovasculares e neurológicas, infecciosas e metabólicas. Em relação ao tratamento de doenças, as nanotecnologias são uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento de novos sistemas de terapia celular. Por sua vez, a administração de fármacos através de nano dispositivos facilitam um controlo preciso das doses administradas e tornam possível a libertação de forma contínua e programada a partir do próprio corpo do paciente. Inovações importantes são também as relacionadas com a aplicação da nanoeletrónica ao setor da saúde. Os dispositivos de monitorização de parâmetros fisiológicos permitem importantes mudanças na gestão dos pacientes dentro e fora do hospital.
- **Aplicações no setor Agro-alimentar:** As Nanotecnologias que se aplicam ao setor permitem o progresso na segurança alimentar, através do controle de doenças transmitidas por alimentos, bem como a obtenção de uma produção agrícola mais produtiva e sustentável, permitindo o controlo de certas substâncias químicas, tais como herbicidas, pesticidas e fertilizantes.
- **Aplicações no Meio Ambiente:** As Nanotecnologias podem ser aplicadas ao desenvolvimento de dispositivos para monitorização do meio ambiente e de novos elementos despoluidores, especialmente para águas residuais e no solo. Uma área em grande desenvolvimento atualmente é a dos novos métodos de salinização da água do mar.
- **Aplicações em Energia:** As Nanotecnologias são essenciais para o desenvolvimento das energias renováveis, especialmente no campo da energia solar assim como no uso de hidrogénio em células de combustível, e para o armazenamento e transporte de energia. Vários nanomateriais apresentam boas propriedades como catalisadores, com um enorme potencial para aplicação na conversão direta da celulose, a produção de biocombustíveis ou energia a partir do hidrogénio. Avanços importantes também são esperados no desenvolvimento de alternativas energéticas com base em células de combustível ou materiais termoelétricos.
- **Aplicações nas TIC e na Eletrónica:** As Nanotecnologias e, neste caso, a nanoeletrónica, tiveram um papel importante no desenvolvimento de uma sociedade onde a informação é quase ilimitada e o acesso quase imediato. A nanoeletrónica permite hoje o armazenamento de dados a um nível nunca antes atingido, o processamento de dados em velocidades cada vez mais elevadas ou o desenvolvimento de sucessivas gerações de comunicações móveis. Através do desenvolvimento da eletrónica de "mais além do CMOS", onde novas tecnologias, materiais, dispositivos e arquiteturas são desenvolvidos ou em complementaridade com CMOS, verifica-se a médio e longo

prazo o desenvolvimento de circuitos integrados (processadores, memórias, *displays*, sensores e atuadores) com maior capacidade de computação e armazenamento da informação do que a tecnologia atual e com possibilidade de integração em outras áreas do conhecimento, por exemplo, para aplicações na área da nanomedicina, numa escala sem precedentes

- **Aplicações no setor Têxtil e Calçado:** As Nanotecnologias podem oferecer a estes setores mais tradicionais uma boa oportunidade para a inovação e competitividade. Por exemplo, na área têxtil trabalha-se na obtenção de acabamento têxtil para introduzir novas funcionalidades, tais como a sua manutenção, lavagem, resistência à abrasão e desgaste, tecidos ou têxteis mais convenientes, confortáveis e leves, ou mesmo com propriedades anti-estáticas ou higiénicas, entre outros. Torna-se também possível incorporar a eletrónica aos tecidos, permitindo a interação do usuário com o ambiente. Além disso, existem linhas de pesquisa que visam a criação de tecidos em setores como o aeroespacial, automóvel, saúde, engenharia civil, telecomunicações e agricultura.
- **Aplicações em Transporte:** As Nanotecnologias podem contribuir para a construção de carros, aviões e barcos mais baratos, ligeiros e energeticamente mais eficientes, veículos de emissão zero também com outras qualidades dotadas de maior segurança e conforto através de uma nova automação e altamente reciclável.
- **Aplicações do sector da Construção:** Os desenvolvimentos em nanotecnologia irão desempenhar um papel fundamental na construção de redes de sensores com diferentes tecnologias e que convertem os edifícios em espaços dinâmicos, mais seguros e mais eficientes em termos energéticos.

#### 1.4.5. Os ativos de propriedade intelectual

O número de pedidos de patentes ao Instituto Europeu de Patentes<sup>17</sup> oferece um primeiro olhar sobre a capacidade tecnológica das regiões. no Quadro 39 verifica-se que **o pedido de patentes no Espaço de Cooperação Espanha-Portugal se encontra abaixo da média europeia**. Este baixo índice é determinado, em grande medida, pela configuração do território, predominantemente rural, uma vez que o pedido de patentes está fortemente vinculado à presença de centros de investigação, universidades e empresas que realizam atividades de I&D&i, que são as que, através das patentes, protegem os seus resultados de investigação para que possam ser explorados comercialmente num futuro próximo.

---

<sup>17</sup> O número de pedidos de patentes não confirma se no final a patente realmente se concede ou se explora.

QUADRO 39. PEDIDOS DE PATENTES AO IEP POR MILHÕES DE HABITANTES

Territórios	2005	2006	2007	2008	2009
Ourense	6,4	n.d	3,6	n.d	n.d
Pontevedra	15,1	16,8	15,0	12,1	10,8
Zamora	13,1	30,7	10,2	35,9	10,3
Salamanca	24,1	15,4	12,5	13,7	21,4
Cáceres	3,7	4,9	2,5	n.d	n.d
Badajoz	6,1	1,5	0,7	3,0	1,5
Huelva	4,2	5,5	0,8	2,5	7,0
Minho-Lima	4,0	2,0	13,0	10,6	3,3
Cávado	12,1	9,9	6,3	9,3	7,3
Alto Trás-os-Montes	n.d	4,6	6,1	1,5	n.d
Douro	n.d	4,6	7,0	4,7	n.d
Beira Interior Norte	13,3	n.d	n.d	n.d	n.d
Beira Interior Sul	6,6	n.d	n.d	n.d	n.d
Alto Alentejo	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Alentejo Central	11,7	10,2	n.d	1,0	n.d
Baixo Alentejo	n.d	n.d	7,8	15,7	n.d
Algarve	2,8	3,0	13,9	8,2	5,1
A Coruña	13,6	15,1	8,0	18,6	12,8
Lugo	n.d	7,8	2,9	4,3	3,6
Ávila	6,1	n.d	6,0	5,9	n.d
León	3,1	9,2	7,3	n.d	5,0
Valladolid	21,5	10,4	35,8	19,1	22,9
Cádiz	3,8	10,4	3,7	2,5	3,3
Córdoba	1,9	3,9	6,2	5,8	4,5
Sevilla	14,1	11,6	11,4	12,2	18,5
Alentejo Litoral	n.d	n.d	n.d	1,8	n.d
Cova da Beira	36,8	30,4	13,6	13,5	n.d
Serra da Estrela	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Dão-Lafões	n.d	n.d	n.d	3,9	0,6
Tâmega	n.d	n.d	n.d	n.d	1,8
Ave	15,1	2,9	10,8	6,4	9,7
Grande Porto	14,1	18,5	18,1	18,7	9,6
Galícia	11,4	12,9	9,2	12,3	9,4
Castilla y León	20,1	14,9	15,6	13,3	12,6
Extremadura	5,1	2,8	1,4	1,9	0,9
Andalucía	8,1	9,2	6,2	7,8	8,5
Norte de Portugal	10,0	10,3	11,3	11,9	6,6
Centro de Portugal	12,6	9,2	8,0	9,1	4,8
Alentejo	2,6	7,5	2,6	4,2	n.d
Algarve	2,8	3,0	13,9	8,2	5,1
Espanha	31,5	30,8	30,9	31,2	26,6
Portugal	11,8	10,1	11,6	10,6	6,8
UE27	115,9	117,5	116,5	112,6	111,4
UE 16 (Zona Euro)	146,8	148,1	146,1	140,9	139,8

Fonte: Eurostat

(\*) Não existem dados disponíveis para a Beira Central

Assim, colocam-se em evidência as seguintes questões:

- Por um lado, apesar de apresentar infraestruturas de investigação importantes, estas não são tão numerosas nem têm a massa crítica suficiente comparativamente a outras existentes noutras regiões europeias.

- Por outro lado, é necessário redirecionar a inovação para produtos e resultados mais próximos do mercado.

Isto também pode ser observado no interior do Espaço Transfronteiriço NUTS II NUTS III. Por exemplo, na Galícia destaca-se Pontevedra face a Ourense pois a primeira dispõe de Universidade, centros de investigação públicos, centros tecnológicos importantes e uma rede empresarial mais inovadora, que é o que determina que o seu número de pedido de patentes seja maior.

Importa ainda destacar a elevada atividade demonstrada por Castilla y León, nomeadamente Salamanca. No entanto, e ao contrário do que acontecia na maioria dos indicadores de I&D+i nos quais as regiões portuguesas apresentavam melhores resultados, aqui a situação inverte-se. Além disso, à exceção da Região Centro, as regiões cuja despesa em I&D é mais elevada apresentam também um maior número de patentes. Do mesmo modo, existe uma relação positiva entre a despesa em I&D executada pelas empresas e o número de pedidos de patentes. Por conseguinte, um dos maiores desafios que o conjunto de regiões do espaço enfrenta é o de converter os resultados da investigação em opções comerciais viáveis.

A **especialização tecnológica**<sup>18</sup> no Espaço de Cooperação reside essencialmente no âmbito das tecnologias ambientais em que se destacam quase todas as regiões, à exceção do Centro e Castilla y León, relacionado também com o importante património natural do mesmo (ver capítulo 1.6). A **biotecnologia** e a **tecnologia médica** também merecem destaque.

Na média global situa-se a **nanotecnologia**, o que está relacionado com a existência de algumas competências no âmbito das ciências do ambiente, biotecnologia e ciências da vida já mencionadas anteriormente. Na área da nanotecnologia, devido à recente existência do INL, ainda não se alcançaram resultados animadores que, com o decorrer do tempo, tivessem já posicionado o Espaço de Cooperação numa situação de especialização internacional nesta área.

Neste contexto, tendo em conta a estrutura produtiva do Espaço Transfronteiriço e as vastas possibilidades de aplicação das nanociências e nanotecnologias, de entre os setores com maior potencial para a transferência de nanotecnologia e o fomento de políticas de inovação, encontram-se a Saúde e a Medicina, o setor agroalimentar, o ambiente, a energia, as TIC e a eletrónica, o setor têxtil e do calçado, o transporte e a construção.

<sup>18</sup> O índice de especialização (IE) compara a percentagem que representa a produção tecnológica de um território determinado com a percentagem que representa essa área no global.

$IE = (A_{ki} / \sum_i A_{ki}) / (\sum_k A_{ki} / \sum_k A_{ki})$  onde  $A_{ki}$  representa o número de patentes de um território  $k$  no campo  $i$ .

Se  $IE=1$  indica que se está na média dos países da OCDE.

Se  $IE<1$  indica que se está abaixo da média dos países da OCDE.

Se  $IE>1$  o território apresenta especialização nessa tecnologia.

QUADRO 40. ÍNDICE DE ESPECIALIZAÇÃO DE PRODUÇÃO TECNOLÓGICA EM RELAÇÃO AO MUNDO E À UE27 NUMA SÉRIE LIMITADA DE TECNOLOGIAS (2007-2010) (Nº DE PEDIDOS DE PATENTES AO IEP)

Regiões	Biotecnologia	TIC	Nanotecnologia	Tecnologia Médica	Farmácia	Tecnol. ambient. selecionadas
Norte	1,53	0,33	0,00	1,24	2,60	1,30
Algarve	3,74	0,00	0,00	2,52	0,00	2,90
Centro	3,02	0,61	1,44	0,00	1,98	0,37
Alentejo	0,00	0,00	15,45 (*)	1,68	0,00	4,84
Galícia	0,83	0,83	3,28	0,56	2,61	1,41
Castilla y León	0,97	0,35	4,01	0,84	1,01	0,94
Extremadura	0,00	0,35	0,00	2,33	1,77	3,22
Andalucía	2,10	0,38	0,00	0,88	1,69	3,52
<b>Espaço Transf NUTS II</b>	<b>1,78</b>	<b>0,62</b>	<b>1,00</b>	<b>1,51</b>	<b>0,53</b>	<b>1,82</b>

Fonte: REGPAT, OCDE

(\*)O elevado índice de especialização relativa que apresenta o Alentejo no campo da nanotecnologia deve ser encarado com algumas reservas já que é influenciado pelo baixo número de patentes e pelo reduzido número de pedidos de patentes ao nível mundial ao IEP.

Quanto aos aspetos negativos convém salientar uma "despecialização" generalizada no conjunto das regiões do espaço no setor farmacêutico e em matéria de Tecnologias da Informação e a Comunicação.

#### 1.4.6. Impactos económicos das atividades de I&D&i

Outro indicador que permite avaliar os resultados alcançados em I&D&i é a percentagem de emprego em atividades intensivas em conhecimento. De acordo com os dados do quadro seguinte, a percentagem de emprego relacionado com serviços intensivos em conhecimento e de alta e média-alta tecnologia nas regiões NUTS II do Espaço Cooperação Transfronteiriço encontra-se abaixo da média da UE27. Tal é coerente com a estrutura do tecido produtivo existente, no qual escasseiam atividades económicas mais intensivas em conhecimento (Gráfico 15).

É evidente a preponderância do emprego relacionado com serviços intensivos em conhecimento e em setores transformadores de alta e média-alta tecnologia nas Comunidades Autónomas espanholas (com exceção para a Extremadura), ganhando destaque, acima de todas, Castilla de la Mancha com 2,6%. Nas regiões portuguesas essa percentagem regista-se abaixo de 1,5%. Esta diferença reflete-se, sobretudo, na percentagem de população entre os 30 e os 34 anos com estudos superiores, em que as Comunidades Autónomas espanholas apresentam percentagens mais altas, assim como na percentagem de população empregada em atividades de ciência e tecnologia.

A evolução temporal, em termos gerais, é positiva (exceto na Região Norte). Destaca-se o aumento de meio ponto percentual na Galícia que deixa antever, apesar da crise, a procura cada vez maior de emprego nesta área, sendo também estas atividades as que fornecem maior valor acrescentado.

**QUADRO 41. EMPREGO EM SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO E EM SETORES TRANSFORMADORES DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA (% SOBRE O EMPREGO TOTAL)**

Regiões	2008			2009			2010			2011		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Galícia	2,1	1,2	1,7	2,5	1,2	2,1	2,4	1,5	2,0	2,8	1,6	2,2
Castilla y León	2,6	2,2	2,4	1,7	2,2	2,3	2,4	3,2	2,7	3,0	2,1	2,6
Extremadura	1,9	n.d	1,6	1,5	n.d	1,2	1,7	n.d	1,4	2,1	n.d	1,8
Andalucía	2,3	1,2	1,9	2,6	1,2	2,4	2,1	1,7	1,9	2,8	1,5	2,2
Norte	1,5	1,6	1,6	1,8	1,6	1,6	1,5	n.d	1,2	1,7	1,2	1,4
Algarve	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Centro (PT)	n.d	n.d	1,0	n.d	n.d	1,0	1,5	n.d	1,2	1,6	n.d	1,2
Alentejo	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Espanha	3,6	2,6	3,2	4	2,6	3,5	3,9	2,5	3,3	4,2	2,7	3,5
Portugal	2,4	2,1	2,3	2,6	2,1	2,3	2,8	1,8	2,3	2,5	1,7	2,1
UE27	4,5	2,8	3,7	4,6	2,7	3,7	4,6	2,7	3,7	4,7	2,8	3,8

Fonte: Eurostat

Por género, observa-se um comportamento desigual, extensível também à UE, uma vez que os homens têm acesso a este tipo de empregos com mais facilidade do que as mulheres, embora seja maior a população do género feminino a terminar com êxito os estudos superiores, como se comprovou já na Quadro 41.

Por último, existe uma série de regiões com melhor desempenho na sua capacidade inovadora que pode assim praticar a liderança em todo o Espaço Transfronteiriço e ser um motor para as outras, através do estabelecimento de projetos e ações conjuntas, já que, como foi mencionado anteriormente, os processos de inovação apoiam-se fortemente em processos de transferência e difusão de conhecimento.

Especificamente, destacam-se a Região Norte e a Região Centro como as regiões do Espaço Transfronteiriço NUTS II que apresentam o maior esforço em I&D&i, que se tem intensificado nos últimos anos. Encontram-se também no grupo de regiões em que a percentagem de gasto com I&D realizada por empresas é maior (perdendo apenas para a Galiza e Castilla y León), possuem infraestruturas e instituições de I&D&i de relevância com as principais universidades: Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro, entre outras. Tudo isso e muito especialmente o seu forte compromisso com a inovação, torna-as motores de crescimento e desenvolvimento em I&D&i no Espaço Transfronteiriço.

A Região Norte e a Galícia têm o potencial de se constituírem num importante Espaço de Inovação em certas áreas do conhecimento e atividades económicas. A Região Centro com uns homólogos menos dinâmicos em termos de I&D&i deve ser a alavanca para a mobilização da inovação, do outro lado da fronteira espanhola. O dinamismo das duas regiões do POCTEP deve ser direcionado para influenciar as políticas das suas regiões vizinhas, bem como o intercâmbio de boas práticas e coordenação de políticas para transformar esses espaços em centros económicos dinâmicos e inovadores.



#### ASPETOS-CHAVE

- ✓ Comportamento inovador moderado.
- ✓ Baixa despesa em I&D.
- ✓ Baixa despesa em I&D executada pelo setor empresarial.
- ✓ Capital humano relativamente qualificado ainda que se aconselhável continuar neste processo para convergir com as médias europeias.
- ✓ Importantes infraestruturas de I&D&i: centros de investigação, universidades, centros tecnológicos conscientes da necessidade de estabelecer relações transfronteiriças para aumentar a sua massa crítica e ser competitivos internacionalmente.
- ✓ Importante atividade inovadora das empresas nas regiões portuguesas ainda que não seja assim nas Comunidades Autónomas espanholas.
- ✓ Baixa intensidade no pedido de patentes e especialização tecnológica em tecnologias ambientais, biotecnologia e tecnologia médica.
- ✓ Baixa proporção de emprego em atividades intensivas em conhecimento e setores transformadores de alta-média tecnologia embora se apresente uma evolução positiva.

### 1.5. SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A importância das tecnologias de informação e comunicação (TIC) não reside unicamente no setor da produção destas tecnologias mas também na sua utilização, aplicação e divulgação a outros setores produtivos e atividades económicas (O'Sullivan, 2009). Estudos sobre a diferença de produtividade entre os Estados Unidos e a Europa demonstram que a diferença reside na proporção de indústrias de alta tecnologia em ambos.

As TIC são uma das sete tecnologias facilitadoras (*key enabling technologies*) identificadas pela Comissão Europeia. São, portanto, motores importantes de crescimento económico e de emprego, como também de inclusão social e de qualidade de vida.

#### e) Contribuição do setor TIC ao VAB e ao emprego

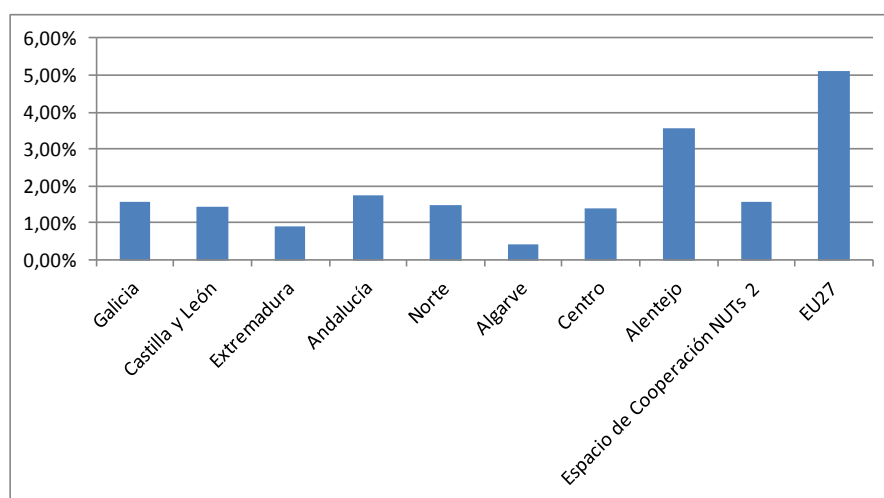
Não existem dados homogéneos para o conjunto das regiões e níveis NUTS III do Espaço Cooperação Transfronteiriço em relação à proporção do VAB proporcionado pelas TIC para a economia regional. A informação existente a nível das NUTS III para Portugal mostra a **escassa importância do setor**, cuja contribuição se situa entre 0,01% e 0,02%<sup>19</sup>.

Se a isto se somar a proporção de emprego neste setor (tendo em conta tanto as atividades de informação e comunicação como as telecomunicações) a situação não é melhor. Apenas 1,57% da população empregada dedica a este tipo de atividades, ficando muito abaixo da média da UE27 (5,11%).

<sup>19</sup> Dados da *Eurostat* para o ano 2010. Não existem dados disponíveis para Espanha nem para a totalidade dos países da UE27.

Isto é o reflexo de um **escasso desenvolvimento deste setor no conjunto da economia regional** que prejudica o desenvolvimento económico. As TIC são elementos de dinamização muito importantes tanto de novas atividades, como de setores tradicionais (como a pecuária, a agricultura, o turismo, etc.) que podem ver melhorados os seus desempenhos produtivos através do seu uso para a comercialização de serviços e produtos, administração de tarefas e monitorização de processos, entre outros.

**GRÁFICO 23. EMPREGO EM CATEGORIAS CLUSTER INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES (% SOBRE O EMPREGO TOTAL, 2008)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do European Cluster Observatory

Por outro lado, em relação à produção desta tecnologia, como já se constatou no Quadro 40 em relação ao número de pedidos de patentes numa série de tecnologias selecionadas, o conjunto das regiões e territórios que compõem o Espaço Cooperação Transfronteiriço NUTS II encontra-se abaixo da média, revelando uma **"despecialização" significativa** neste contexto, que impede de beneficiar do enorme potencial que possui. O atraso na utilização das TIC continua a agravar as diferenças entre a Europa e os Estados Unidos, como também no próprio seio da Europa e, em especial, no Espaço Cooperação Transfronteiriço. Além disso, o carácter periférico e predominantemente rural do Espaço Cooperação Transfronteiriço aumenta ainda mais a importância da utilização das TIC pois seria uma ferramenta que ajudaria a superar estes problemas de localização geográfica.

#### **f) Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação**

As TIC são cada vez mais usadas e também cada vez mais um maior número de pessoas tem acesso e pode beneficiar delas. Apresentam múltiplas possibilidades na melhoria dos serviços públicos, tornando-os mais acessíveis e menos dispendiosos. Simultaneamente, influenciam a qualidade de vida dos cidadãos, através do desenvolvimento de serviços de telemedicina, e de um maior acesso à cultura e a outros bens e serviços. São igualmente importantes a sua aplicação e uso no controlo do ambiente, entre outros.

Para analisar a situação do acesso e uso das TIC, um dos indicadores fundamentais é o **acesso à Internet de banda larga nos alojamentos**. As regiões do Espaço Cooperação Transfronteiriço Espanha-Portugal encontram-se em mais de dez pontos percentuais abaixo da média europeia. Apenas 60% dos alojamentos têm acesso a Internet de banda larga. No entanto, verifica-se uma evolução temporal positiva pois em apenas quatro anos a percentagem de alojamentos com acesso a Internet de banda larga aumentou em 24 pontos percentuais.

**QUADRO 42. ALOJAMENTOS COM ACESSO A INTERNET DE BANDA LARGA  
(% SOBRE O TOTAL DE ALOJAMENTOS)**

Regiões	2008	2009	2010	2011	2012
Galícia	32	38	47	52	62
Castilla y León	35	41	47	54	62
Extremadura	35	39	46	52	58
Andalucía	39	46	53	56	63
Norte	36	45	48	53	56
Centro	31	39	45	51	54
Alentejo	34	37	42	48	47
Algarve	44	50	55	57	60
<b>Espaço Transf. NUTS II</b>	<b>36</b>	<b>43</b>	<b>49</b>	<b>54</b>	<b>60</b>
Espanha	45	51	57	62	67
Portugal	39	46	50	57	60
UE27	49	57	61	67	73

Fonte: Eurostat

As percentagens mais altas observam-se em Andalucía, Galícia, Castilla y León e Algarve, com mais de 60%. Destacam-se os esforços da Galícia e Castilla y León com um aumento de 30 e 27 pontos percentuais, respetivamente, de novos alojamentos com acesso a Internet, encontrando-se assim acima da média europeia com um aumento de 24 pontos percentuais entre 2008 e 2012.

Pelo contrário, as regiões Norte e Centro e, sobretudo, o Alentejo apresentam valores relativamente mais baixos, especialmente este último, com apenas 47% dos alojamentos com acesso a Internet de banda larga e onde também o aumento entre 2008 e 2012 é o mais baixo do conjunto do espaço. Apenas houve um aumento de 13 pontos percentuais de novos alojamentos que adquiriram Internet neste período de tempo.

Estes dados relativos ao acesso dos alojamentos à Internet de banda larga também são coerentes com a percentagem da população do Espaço Transfronteiriço que utiliza Internet (57% em 2012), dez pontos percentuais a menos do que a média da UE27, em 2011.

O comportamento regional neste contexto assemelha-se ao observado no uso do acesso de alojamentos à Internet de banda larga. As regiões que apresentam maiores percentagens são Castilla y León, Andalucía e Algarve, enquanto os valores mais baixos correspondem à Região Centro e Alentejo.

QUADRO 43. PESSOAS QUE SE CONETAM À INTERNET (% SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO)

Regiões	2008	2009	2010	2011	2012
Galícia	38	44	48	53	57
Castilla y León	45	50	56	60	62
Extremadura	36	41	48	52	56
Andalucía	44	48	52	56	61
Norte	32	39	43	46	50
Centro	34	39	42	46	49
Alentejo	35	38	42	45	49
Algarve	39	47	53	55	58
<b>Espaço Transf. NUTS II</b>	<b>39</b>	<b>45</b>	<b>49</b>	<b>53</b>	<b>57</b>
Espanha	49	54	58	62	65
Portugal	38	42	47	51	56
UE27	53	59	63	67	n.d

Fonte: Eurostat

(\*) Nota: Contabilizam-se as ligações realizadas por uma pessoa, com um mínimo de uma vez por semana

Outro indicador que fornece informação sobre as competências em TIC é a **compra por Internet**, que quantifica a integração das TIC nas tarefas e usos da vida quotidiana. 24% da população do Espaço Transfronteiriço NUTS II efetua compras pela Internet. Ainda que não se disponha de informação para a UE27, presume-se que esta percentagem seja inferior à de outros países desenvolvidos que superam os 50% (como a Suécia e Dinamarca com 73% e 74%).

A evolução temporal é, de novo, positiva. Ainda que as diferenças entre as várias regiões que compõem o espaço sejam reduzidas, os melhores resultados registam-se na Galícia, Castilla y León, Andalucía e Extremadura. Já os resultados menos favoráveis encontram-se no Norte. As regiões que apresentam maiores taxas de crescimento nesta variável coincidem com as que apresentam um desempenho mais fraco em relação a esta matéria.

QUADRO 44. PESSOAS QUE EFETUAM COMPRAS POR INTERNET (% DA POPULAÇÃO)

Regiões	2008	2009	2010	2011	2012
Galícia	16	19	21	23	27
Castilla y León	18	21	22	26	27
Extremadura	16	16	21	21	25
Andalucía	14	17	19	22	25
Norte	8	10	12	15	18
Centro	7	11	12	17	22
Alentejo	9	13	13	19	23
Algarve	11	16	17	20	24
<b>Espaço Transf. NUTS II</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>24</b>
Espanha	20	23	24	27	31
Portugal	10	13	15	18	22

Fonte: Eurostat

(\*) Nota: Contabilizam-se as pessoas que efetuaram pelo menos uma compra por Internet nos últimos 12 meses.

Este baixo desempenho no acesso e uso das TIC está relacionado com um baixo nível de desenvolvimento e riqueza, além de que dificulta a realização de um processo de convergência mais rápido ao não aproveitar todas as vantagens das TIC, quer seja ao nível de coesão social como de dinamização da competitividade empresarial.

Este reduzido acesso e uso das TIC no Espaço Transfronteiriço NUTS II está relacionado com outros problemas presentes no mesmo como é o caso da acessibilidade, o envelhecimento da população, o baixo nível educativo de uma parte importante da mesma ou a situação de desemprego. Assim, os grupos mais desfavorecidos são aqueles que estão mais excluídos dos benefícios e das oportunidades que as TIC proporcionam.

Não obstante, as TIC representam uma potencial solução para resolver esta problemática. Como já foi assinalado anteriormente, um acesso e uso efetivos da Internet é um dos principais meios para assegurar a inclusão social e reduzir a lacuna digital. Além do mais, as TIC oferecem múltiplas vantagens em termos de acessibilidade a uma série de serviços sem que isso implique um deslocamento dispendioso e difícil, apresentam múltiplas aplicações no cuidado e assistência social a pessoas idosas assim como também constituem uma oportunidade para desenvolver a competitividade económica das atividades tradicionais estabelecidas no espaço.

#### ASPETOS-CHAVE

- ✓ Baixo desenvolvimento do setor das tecnologias de informação e comunicação (representam apenas 0,01% e 0,02% do VAB das regiões do espaço e 1,57% da população empregada).
- ✓ Baixo desempenho no acesso e uso das TIC (apenas 60% dos alojamentos têm acesso à Internet de banda larga, apenas 57% da população se conecta à Internet e apenas 24% da mesma efetua compras pela Internet).
- ✓ Redução progressiva da lacuna digital.

### 1.6.. AMBIENTE E ENERGIA

A análise do contexto do ambiente está, em grande medida, condicionado pela disponibilidade de informação estatística que, em muitos casos, se restringe unicamente ao nível do Estado-Membro.

A raia luso-hispânica caracteriza-se pela sua **grande diversidade e qualidade ambiental**, definida por aspetos tais como a gama variada de ecossistemas naturais ou a existência de espaços naturais protegidos de grande interesse.

#### 1.6.1. Recursos naturais

O potencial dos recursos naturais existentes na Raia é variado e de grande valor. Nesta secção descreve-se o estado e a gestão, no Espaço Transfronteiriço, dos recursos naturais do solo, florestas e água.

## a.1) Solo

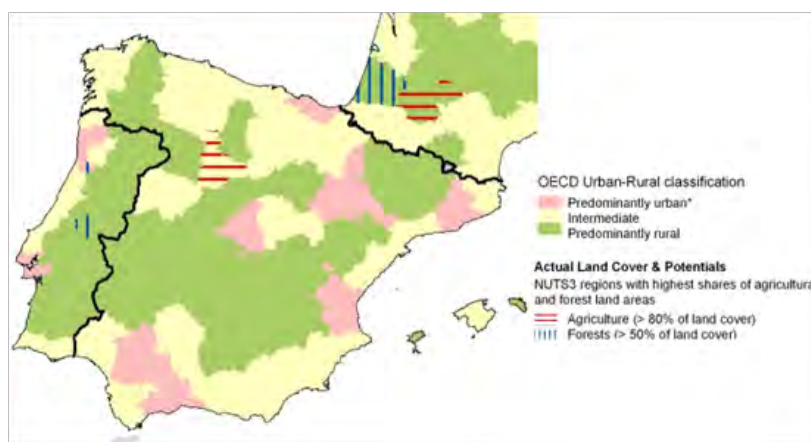
A variedade edafológica da Península determina a existência de três regiões litológicas: superfície silícia, superfície calcária e superfície argilosa. Na zona da Raia Ibérica destaca-se o predomínio claro da superfície silícia. Os recursos minerais dos dois lados da fronteira contribuem para o aparecimento de uma indústria de extração e transformação de pedras ornamentais, sobretudo do lado galego, de onde a orogenia hercínica provoca enormes zonas de rochas cristalinas.

A sub-região Alentejo-Algarve-Andalucía encontra-se na Faixa Pirítica Ibérica, de importante concentração de sulfuretos maciços, a extração de cobre, zinco, chumbo, e, em alguns casos, de metais preciosos como o ouro e a prata. Apresenta cerca de 250km de comprimento e 30 a 50km de largura, a partir de Alcácer do Sal, em Portugal, até à província de Sevilla, em Espanha. Neste sentido importa sublinhar que no Alentejo (Estremoz, Borba, Alandroal, Vila Viçosa e Nisa) existe também uma importante indústria extrativa e transformadora de rochas ornamentais.

No que diz respeito aos usos do solo, o Mapa 9 mostra a classificação das terras pela OCDE entre predominantemente urbana, intermédia e predominantemente rural, assim como as zonas com maior proporção potencial de florestas e agricultura. É possível constatar-se que **a zona fronteiriça Espanha-Portugal é predominantemente rural**, com zonas intermédias na costa e em Salamanca.

Por sua vez, o Mapa 10 mostra a distribuição dos usos do solo na fronteira luso-espanhola em relação às classes agregadas: áreas artificiais, terras aráveis e cultivos permanentes, pastagens, florestas, vegetação seminatural, espaços abertos e zonas húmidas. Como se retira do mesmo, no Espaço de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal predominam **as terras aráveis e culturas permanentes, pastagens, florestas e vegetação seminatural**.

MAPA 9. USOS DO SOLO E TIPOLOGIA URBANO-RURAL

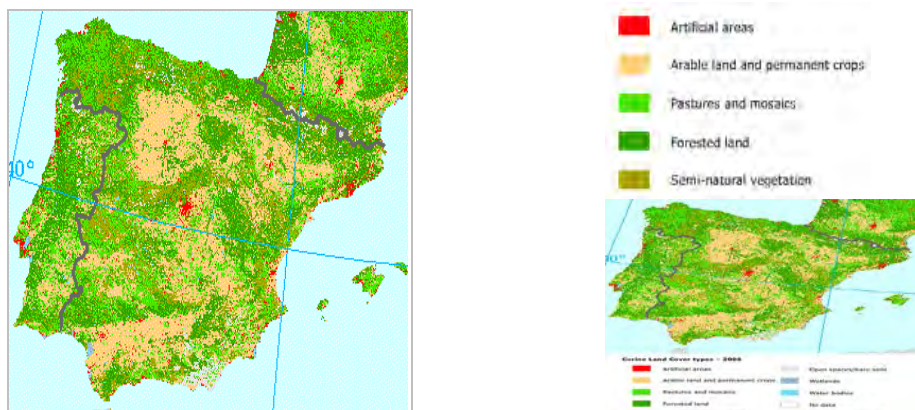


Fonte: CORINE, DG REGIO, OECD 2011 (informação fornecida pela Avaliação Ex-Ante, Regio Plus / CEDRU)



Incluir as árvores Prado e carvalhos montados como um exemplo de ecossistema sustentável em áreas de Extremadura, Alentejo e Andaluzia.

MAPA 10. DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES AGREGADAS DE USOS DO SOLO



Fonte: European Environment Agency (EEA)- Corine Land Cover types 2006 (informação fornecida pela Avaliação Ex-Ante, Regio Plus / CEDRU)

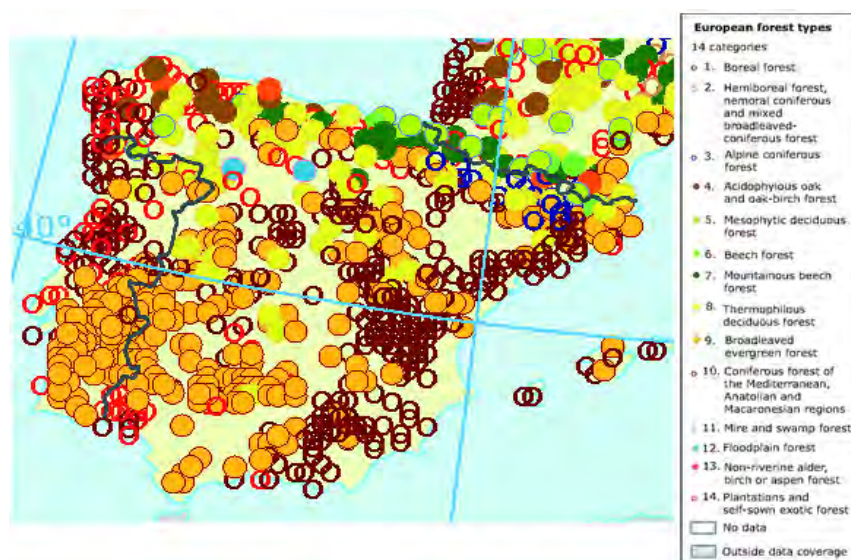
## a.2) Florestas

A massa florestal na Península Ibérica caracteriza-se pela presença de áreas fundamentais:

- A área atlântica onde domina a floresta caducifólia de carvalhos e sobreiros, com freixos e avelanais. A zona de montano é caracterizada pela presença de faia. A influência mediterrânica é observada na presença de azinhais com louro.
- As espécies dominantes são faia, carvalho e castanheiros. Estão associados a um sub-bosque ou matagal de arbustos conhecidos como Lande (urze, carqueja, vassourinha) e a formações herbáceas de prados.
- A área do Mediterrâneo, que apresenta florestas típicas, florestas verdes de folha endurecida, como azinheiras e sobreiros.

Quanto aos tipos de floresta europeus que existem no Espaço Transfronteiriço de Espanha-Portugal (Mapa 11), devemos distinguir a predominância de carvalho e videiro, bem como de áreas de floresta de folha caduca no Norte. Nas áreas do Centro e Sul da fronteira, por sua vez, predomina a floresta verde, onde há amieiro, videiro e álamo.

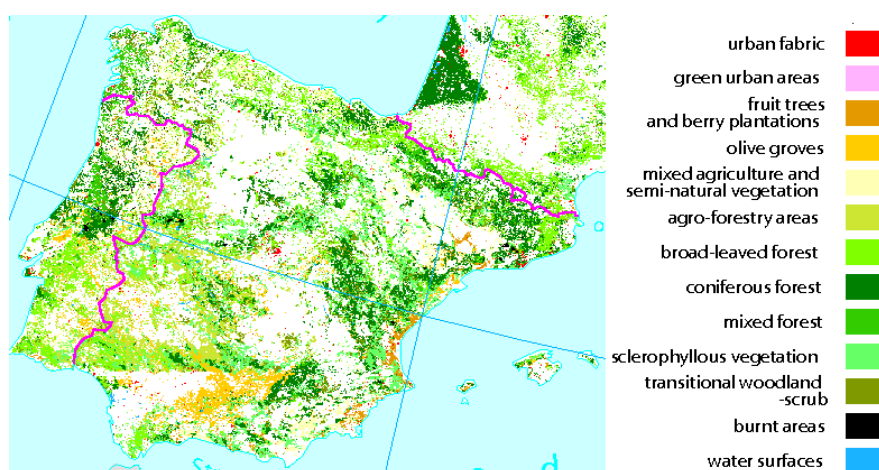
MAPA 11. TIPOS DE FLORESTAS EUROPEIAS



Fonte: European Environment Agency (EEA)-2006 (informação fornecida pela Avaliação Ex-Ante, Regio Plus / CEDRU)

No que diz respeito à cobertura e usos do solo e às classes de terras florestais (Mapa 12), importa salientar que não se encontram grandes áreas industriais ou urbanas ao longo da fronteira luso-hispânica. Em vez disso, sobressaem áreas de oliveiras, alguns pomares, áreas agroflorestais e áreas onde há uma mistura de uso agrícola com vegetação seminatural.

MAPA 12. USOS DO SOLO, FLORESTAS E CLASSES DE TERRAS ARBORIZADAS



Fonte: European Environment Agency (EEA)-2009 (informação fornecida pela Avaliação Ex-Ante, Regio Plus / CEDRU)

### a.3) Água

Mais da metade do perímetro de fronteira (ou seja, 658 km) é fronteira fluvial das bacias internacionais de Miño/Minho, Limia/Lima, Douro/Douro, Tajo/Tejo e Guadiana. A área total das bacias destes rios é de 268,500 km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 45% da Península Ibérica, correspondendo a 64% de Portugal continental e 42% do território da Espanha.

O Mapa 13 define o curso das bacias na área de influência do Espaço Transfronteiriço luso-espanhol correspondente à vertente Atlântica. Para esses rios, o Quadro 45 indica o comprimento em quilómetros, a área em quilómetros quadrados e a percentagem que ocupa a bacia em cada país.

**QUADRO 45. DISTRIBUIÇÃO DAS SUPERFÍCIES DAS  
BACIAS FLUVIAIS INTERNACIONAIS**

BACIA	LONGITUDE (km)	SUPERFÍCIE (Km <sup>2</sup> )			PERCENTAGEM	
		PORTUGAL	ESPAÑA	TOTAL	PORTUGAL	ESPAÑA
Minho	310	846	16.235	17.081	5,0	95,0
Lima	108	1.177	1.303	2.480	47,5	52,5
Douro	927	18.710	78.954	97.682	24,0	76,0
Tejo	1.100	24.860	55.645	80.629	30,8	69,2
Guadiana	810	11.700	55.260	71.573	16,3	83,7
Península		57.293	211.236	268.529	21,3	78,7

*Fonte: Avaliação Ex Ante (Regio Plus e CEDRU)*

Quanto à água como um recurso hídrico disponível para diversos usos, em ambos os países, **a maior procura de água serve a agricultura de regadio**, em que na última década, mais de 60% da procura anual, embora deva ser notado que se refere a dados nacionais. Segundo estimativas do Instituto da Água (INAG), 38% dos recursos utilizados em Portugal vêm do fluxo dos rios internacionais que nascem em Espanha.

MAPA 13. BACIAS E VERTENTES HIDROGRÁFICAS



Fonte: Fontes Web MARM (informação fornecida pela Avaliação Ex-Ante, Regio Plus / CEDRU)

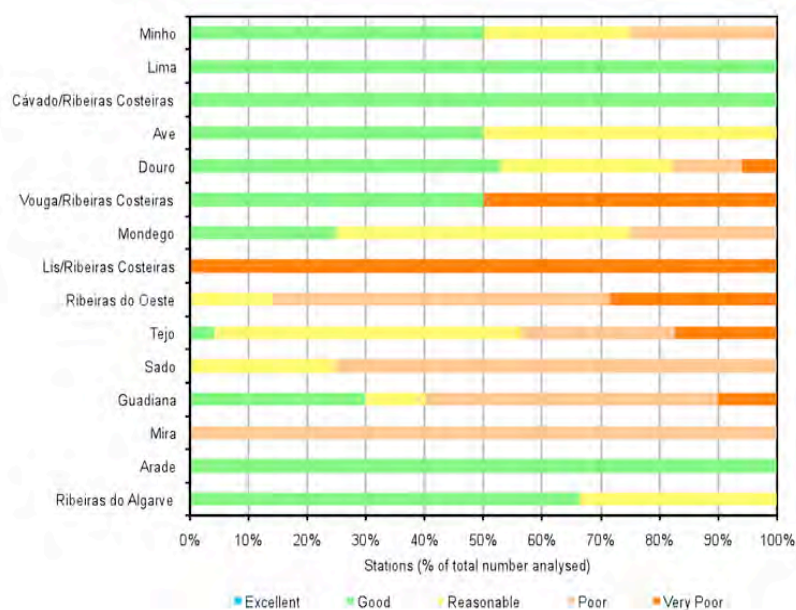
Em relação à **qualidade da água**, a percentagem de águas residuais domésticas e industriais, que tem um tratamento adequado é maior em Espanha do que em Portugal, mas é relativamente baixa em ambos os países, o que reflete uma falta histórica de investimento, tanto ao nível de instalações, como a exploração e a manutenção.

O Gráfico 24 mostra dados sobre a qualidade das águas superficiais por bacia, para 2008, em percentagem de acordo com a escala de qualidade excelente, boa, regular, pobre e muito pobre. Para cada bacia do Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal, a qualidade é:

- Bacia do Miño/Minho: 50% boa, 25% razoável e 25% má.
- Bacia do Limia/Lima: 100% boa.
- Bacia do Duero/Douro: >50% boa, 30% razoável, 10% má e 7% muito má.
- Bacia do Tago/Tejo: <5% boa, >50% razoável, <30% má e >15% muito má.
- Bacia do Guadiana: 30% boa, 10% razoável, 50% má e 10% muito má.



GRÁFICO 24. QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL POR BACIA (2008)



Fonte: European Environment Agency (informação fornecida pela Avaliação Ex-Ante, Regio Plus / CEDRU)

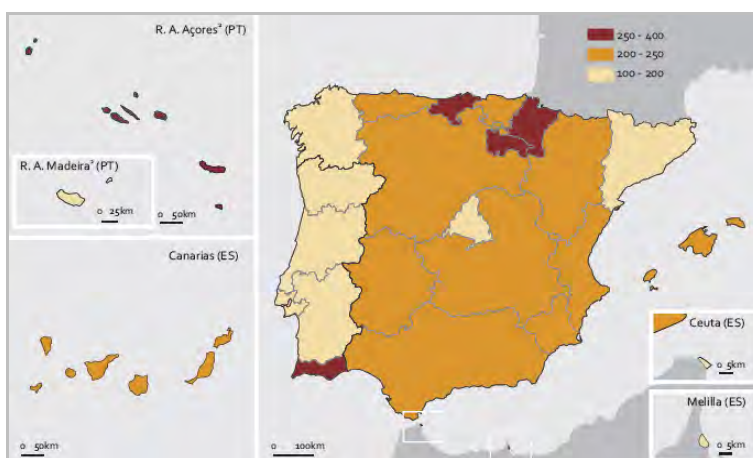
Além disso, algumas das estações de tratamento existentes em Espanha e Portugal operam inadequadamente, o que faz com que a qualidade de alguns troços dos rios não atinjam o nível exigido. A situação é geralmente mais grave nas áreas mais secas e próximas de cidades e centros urbanos. As descargas agrícolas e industriais podem causar problemas de poluição localizados.

A qualidade das águas subterrâneas, tanto em Espanha como em Portugal é deficiente, principalmente devido à intrusão salina nas zonas costeiras, aos elevados níveis de nitratos em aquíferos localizados em áreas agrícolas e à poluição industrial localizada.

Por outro lado, do ponto de vista da procura, o consumo médio doméstico de água é superior em Espanha, com valores entre 200 e 250 litros/habitante/dia (Mapa 14). É de excetuar a Comunidade Autónoma da Galícia, que tem um menor valor médio de consumo, entre 100 e 200 litros/habitante/dia, semelhante ao de Portugal. Apenas a região sul do Algarve tem valores muito mais elevados, variando entre 250 e 400 litros/habitante/dia.

Conclui-se, portanto, que ainda há margem para uma maior dotação de infraestruturas para tratamento de águas residuais, facto especialmente importante considerando o desenvolvimento turístico de algumas zonas transfronteiriças.

MAPA 14. CONSUMO MÉDIO DE ÁGUA (LITROS/HAB/DIA) EM 2009



Fonte: INE La Península Ibérica en Cifras 2012. (informação fornecida pela Avaliação Ex-Ante, Regio Plus / CEDRU)

Quanto à **gestão dos recursos hídricos** é essencial, para explicar a história de cooperação sobre as bacias compartilhadas, a assinatura da Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e Aproveitamento Sustentável das Bacias Hidrográficas luso-hispânicas, ou Convenção de Albufeira. Aconteceu em 30 de novembro de 1998, mas só entrou em vigor a 17 de janeiro de 2000.

As negociações tiveram lugar num contexto de aumento da cooperação e da integração económica entre os dois países, no entanto fortemente tensas pelo Ante-projeto do Plano Nacional da Água de 1993 (APHN-1993), no qual se previa o Transvase Tejo-Segura (TTS), com a consequente diminuição de caudais no Tejo internacional.

A Convenção de Albufeira definiu o marco de cooperação entre as partes para a proteção das águas continentais (superficiais e subterrâneas) e dos ecossistemas aquáticos e terrestres diretamente dependentes deles, e para o uso sustentável desses recursos hídricos. O sistema de distribuição de água dos rios ibéricos que se acordou na Convenção de Albufeira estabeleceu a obrigação por parte de Espanha de entregar volumes mínimos totais para cada ano (exceto o Guadiana, para o qual Espanha deve garantir um caudal mínimo de dois metros cúbicos por segundo).

### 1.6.2. Património natural

#### a) Rede Natura

Atualmente, a raia luso-espanhola é um autêntico **corredor ambiental** com mais de 1.600.000 hectares sob figuras de proteção, que são consolidadas com a Rede Natura 2000. Esta Rede de espaços naturais à escala comunitária tem como objeto contribuir para

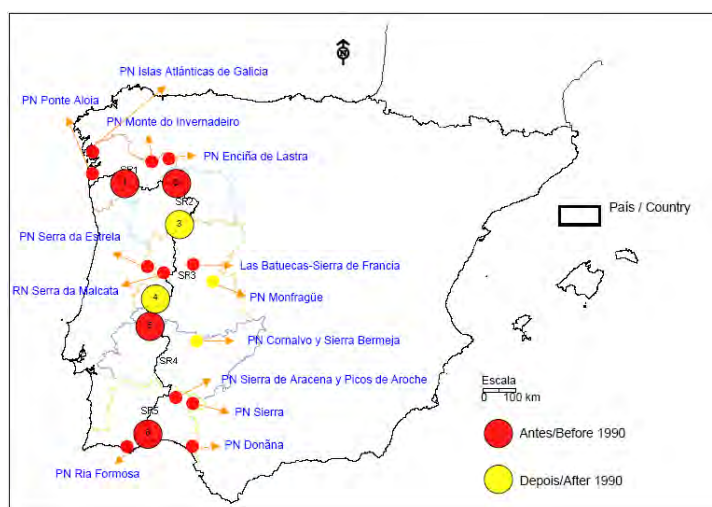


a garantia da biodiversidade europeia mediante a conservação dos habitats naturais e da fauna e flora silvestres.

O Mapa 15 detalha as principais zonas protegidas situadas na Raia Ibérica destacando-se quais as estabelecidas nas últimas duas décadas e quais as anteriores. Essas áreas são:

- 1. Parque Nacional Peneda -Gerês / Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés.
- 2. Parque Natural de Montesinho / Parque Natural del Lago de Sanabria e Reserva Nacional de caza da Sierra de la Culebra.
- 3. Parque Natural del Duero Internacional / Parque Natural de Arribes del Duero.
- 4. Parque Natural do Tejo Internacional.
- 5. Parque Natural da Serra de São Mamede / ZEC y ZEPA de la Serra de San Pedro.
- 6. Reserva Natural del Sapal de Castro Marim y Vila Real de Santo António / Paisaje Natural de las marismas de Isla Cristina.

MAPA 15. PRINCIPAIS ZONAS PROTEGIDAS DA RAIA IBÉRICA



Fonte: <http://parquesnaturales.consumer.es> y <http://portal.icnb.pt> (Medeiros, 2009). Informação fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

Por sua vez, o Quadro 46 especifica, para cada uma das cinco subregiões fronteiriças, as zonas protegidas existentes.

QUADRO 46. ZONAS PROTEGIDAS EM SUBREGIÕES FRONTEIRIÇAS

SUBREGIÕES FRONTEIRIÇAS	ZONAS PROTEGIDAS
Galícia - Norte de Portugal	Parque Nacional Peneda-Gerês (P) Parque Natural Baja Limia-Serra do Xurês (E)
Norte de Portugal - Castilla y León	Parque Natural de Montesinho (P) Parque Natural del Duero Internacional (P) Parque Natural del Lago de Sanabria (E) Reserva Nacional de caza da Sierra de la Culebra (E) Parque Natural Arribes del Duero (E)
Região Centro e Castilla y León	Parque Natural da Serra de Estrela (P) Parque Natural de Candelario (E) Parque Natural El Rebollar (E) Parque Natural Las Batuecas-Sierra de Francia (E) Reserva Natural da Serra da Malcata (P)
Alentejo -Centro-Extremadura	ZEC y ZEPA de la Sierra de San Pedro (E) Parque Nacional de Monfragüe (E) Parque Natural da Serra de São Mamede (P) Parque Natural do Tejo Internacional
Alentejo-Algarve-Andalucía	Parque Natural da Ria Formosa (P) Parque Natural da Serra de São Mamede (P) Parque Natural de la Sierra de Aracena y Picos de Aroche (E) Parque Natural do Vale do Guadiana (P) Paisaje Natural de las marismas de Isla Cristina (E) Reserva Natural del Sapal de Castro Marim y Vila Real de Santo António (P) Rocha da Pena (P) Fonte Benémola (P)

Assim, os espaços Natura 2000 superam em grande medida no conjunto de ambos os Estados-Membros a média comunitária, situação que se repete no caso dos sítios de importância comunitária e, para o caso de Espanha, também nas áreas de proteção especial, que se reflete no Quadro 47. De facto, uma das principais riquezas da Raia Ibérica provém da **presença de áreas protegidas ao longo de toda a fronteira** que foi a origem do progresso na colaboração entre os gestores destas zonas nos últimos anos.

QUADRO 47. ESPAÇOS PROTEGIDOS EM ESPANHA E PORTUGAL (% SOBRE A ÁREA NACIONAL).  
2011.

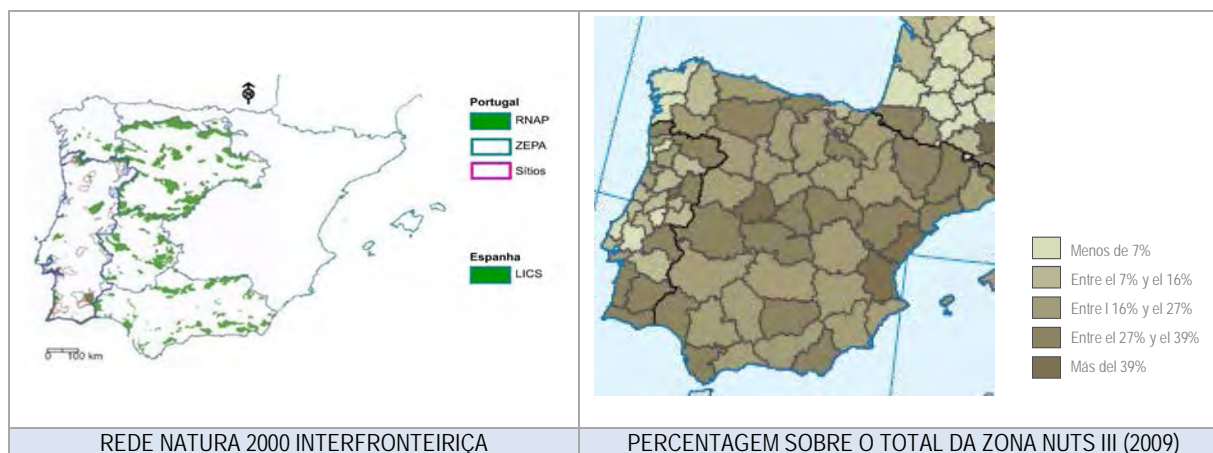
Espaços protegidos	Espanha	Portugal	EU27
Espaços Natura 2000	27,2%	20,9%	17,5%
Áreas de proteção especial	19,7%	10,2%	11,7%
Sítios de importância comunitária (SCIs)	23,0%	17,0%	13,4%

Fonte: Natura 2000 Network

Tanto para Portugal, como para Espanha, existem diferentes **instrumentos de planeamento e ordenamento dos espaços naturais e recursos ambientais**. Por exemplo: destacam-se o protocolo de colaboração firmado entre o Parque Nacional de Peneda-Gerês e o Parque Natural Baja Limia - Sierra Xurés; o protocolo de colaboração do Parque Natural do Tejo Internacional; a Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico, primeira agência de ecologia transfronteiriça da Europa; implementando-se ainda em rede as Agendas 21, única experiência europeia de implantação em rede a nível transfronteiriço.

As figuras de proteção da Rede Natura 2000 (ZEP e SIC em Portugal e ZEPA e LIC em Espanha), assim como o aproveitamento do potencial ambiental da Raia Ibérica são complementados com a singularidade da sua riqueza patrimonial (ver capítulo 1.6.7).

MAPA 16. ZONAS NATURA 2000



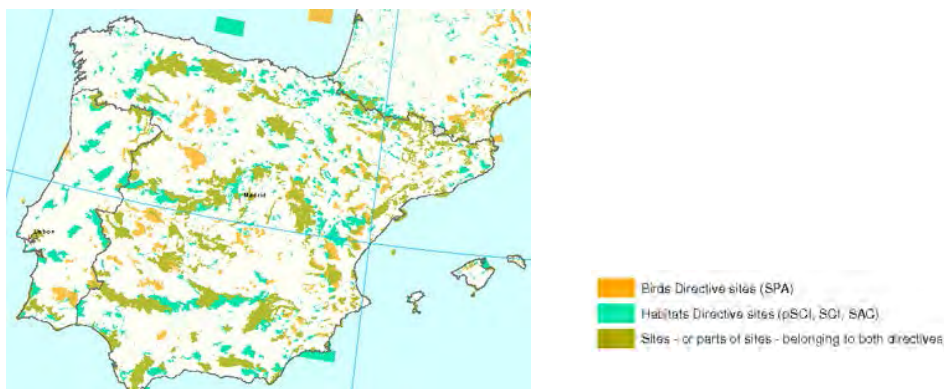
Fonte: AEMA. REGIO-GIS e DGDR et al 2001 – extraído e adaptado de [www.ccr-c.pt/cooperacao](http://www.ccr-c.pt/cooperacao) - DGOTDU (2007) (Medeiros, 2011). Informação fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

## b) Biodiversidade

A política da biodiversidade na União Europeia e a gestão de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade são propostas pelos Estados-Membros em virtude da Diretiva Habitats da UE 92/43/CEE (Diretiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens) e sob a Diretiva Aves 79/409/CEE (Diretiva 79/409/CEE do Conselho de 2 de abril de 1979 relativa à conservação das aves selvagens).

O Mapa 17 apresenta as zonas delimitadas no conjunto da Península Ibérica sob a Diretiva Habitats e Diretiva Aves, muito ligadas a zonas de montanha ou leitos fluviais.

MAPA 17. DIRETIVA AVES E DIRETIVA HABITATS – NATURA 2000 –



Fonte: European Environment Agency (EEA)-2012. Informação fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

As mudanças no uso do solo agrícola são uma das principais causas da diminuição da biodiversidade na Europa (EEA 2009). Estima-se que 50% de todas as espécies da Europa dependam de habitats agrícolas. A este respeito, as zonas de montado da fronteira concentram a maior densidade de áreas de importância para as aves.

### c) Meio marinho e gestão do litoral

O Espaço Transfronteiriço é banhado pelo Oceano Atlântico. A qualidade das águas marinhas do Atlântico é, em média, uma das melhores da Europa. Mas mesmo aqui existem problemas locais, especialmente nos estuários e áreas com maior concentração industrial. Este oceano é ameaçado, principalmente, pela pesca excessiva e a presença de metais pesados, detetando-se concentrações elevadas (acima dos níveis naturais) em peixes e sedimentos, sendo ainda mais elevadas em pontos próximos das fontes de emissão.

O estado de poluição por petróleo é muito diversificado, e pode não ser feita uma avaliação fiável das tendências gerais. De acordo com a Agência Europeia do Ambiente, as fontes principais encontram-se em terra e a poluição atinge o mar através dos rios. Embora o número anual de derrames de petróleo esteja a decrescer, pequenas descargas e, por vezes, grandes em áreas de tráfego intenso de embarcações causam danos significativos.

A grande variação nas marés do Oceano Atlântico levou à formação de grandes zonas húmidas, notáveis pelos seus ecossistemas e pela sua biodiversidade excecional. Uma maior proteção dessas áreas naturais reveste-se de especial relevância para a cooperação.

A proteção costeira ou de transição terra-mar, desde 1995, faz-se, principalmente, por parte da **Gestão Integrada das Zonas Costeiras** (GIZC). No entanto, a gestão da zona costeira, ou seja, a proteção e gestão da parte do solo afetado pelas suas dinâmicas e processos (ambientais, sociais e económicos), foi realizada individualmente por estados e regiões através de várias políticas e instrumentos de planeamento territorial.

Resumindo, no contexto do Espaço Fronteiriço, encontramos o seguinte cenário:

- Portugal tem nove Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) aprovados no período entre 1998 e 2005. A par destas ferramentas de planeamento, desenvolveu um Plano de Ação para o Litoral para o período 2013-2015, que identifica e prevê as etapas necessárias para requalificar o litoral, tanto ao nível nacional como regional.
- Em Espanha, a responsabilidade de proteger o ambiente, a paisagem e o ordenamento do território é das Comunidades Autónomas. No entanto, é impossível pensar numa área de gestão costeira, sem o importante impulso, em 1988, que aprovou a Lei de Costas e mais tarde o seu Regulamento correspondente (Decreto Real 147/1989). A realidade nesta área das Comunidades Autónomas incluídas no Espaço Atlântico é a seguinte:
  - ✓ Na Andalucía, a Lei 1/1994, de Ordenamento do Território estabelece um sistema de planeamento territorial articulado em dois níveis: Plano de Ordenamento da Andalucía e planos sub-regionais. Esta Comunidade Autónoma culmina na gestão de toda a sua costa, depois de aprovados os planos sub-regionais correspondentes.
  - ✓ Na Galiza, o Plano de Ordenamento do Litoral estabelece o quadro legislativo para a protecção da costa da Galiza, que surge como um instrumento para promover uma gestão integral do território, e eficaz para gerir os usos da terra, tendo em conta a sustentabilidade e a paisagem.

### 1.6.3. Riscos naturais

Os riscos naturais que afetam os territórios são ocasionados por episódios naturais, por vezes agravados pela ação antrópica.

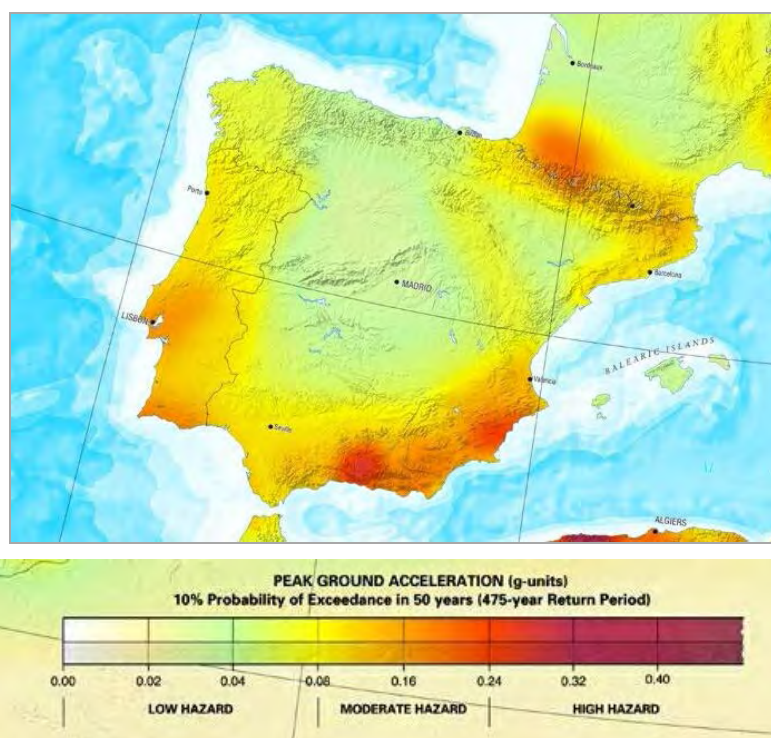
A análise dos riscos naturais que influenciam o espaço transfronteiriço Espanha-Portugal inclui a ação da sismicidade, erosão, desertificação, deslizamentos, inundações, incêndios florestais e seca.

#### f.1) Sismicidade

A bacia do Douro, a fossa do Tejo e o campo de Montiel são as áreas de sismo menos perigosas da Península Ibérica. Registaram-se alguns terremotos de escassa importância na zona de contato com o Maciço Ibérico.

Na zona sudoeste da Península, a sismicidade está distribuída de forma desigual, registando-se vários terremotos importantes no passado, na zona do Algarve, bacia do baixo Tejo e Sado e Orla ocidental.

MAPA 18. RISCO SÍSMICO NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO ESPANHA-PORTUGAL



Fonte: European Seismological Commission

## f.2) Erosão

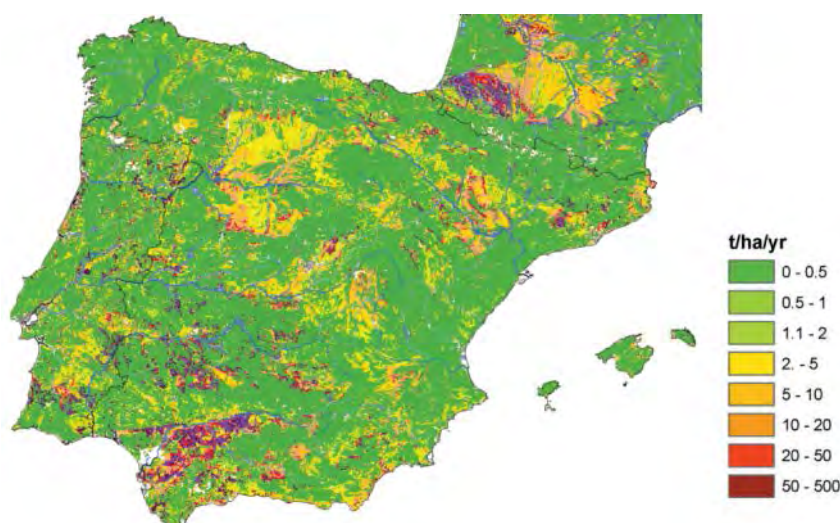
A erosão afeta 115 milhões de hectares de solo na Europa afetados pela erosão hídrica e 42 milhões de hectares sofrem erosão eólica, resultando um problema especialmente marcante na região mediterrânica devido às suas frágeis condições ambientais. A erosão edáfica intensifica-se com o abandono da terra de lavra e com os incêndios florestais, em particular nas zonas marginais, com a conseguinte perda de fertilidade e contaminação da água.

O Mapa 19 representa a taxa de erosão estimada para Espanha e Portugal. Como média, a taxa de erosão na fronteira luso-espanhola fica entre 1 e 5 toneladas/hectare/ano, embora se possa encontrar pontualmente na fronteira faixas de erosão muito superiores (com a Andalúcia e o Vale do Tejo como áreas mais problemáticas).

Convém destacar a existência de uma estreita correspondência entre as áreas com uma percentagem de carbono orgânico cinza e um alto risco de erosão.



MAPA 19. TAXAS DE EROSÃO ESTIMADAS PARA ESPANHA E PORTUGAL



Fonte: European Commission. Soil Datasets-Maps-Soil Atlas of Europe.  
Informação fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

Ainda assim, há também que mencionar o **risco de erosão costeira**, que se acentua na costa espanhola do Atlântico Sul, que foi muito afetada no passado por obras de engenharia (barragens, molhes, portos) que causaram processos de erosão severa.

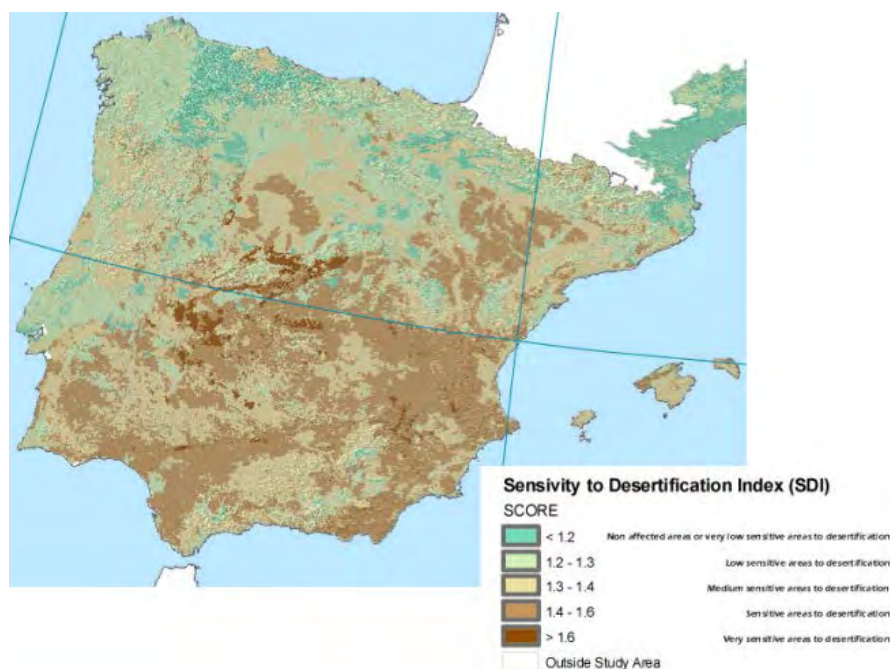
### f.3) Desertificação e compactação

A desertificação é um processo de degradação do solo originada por diferentes causas: agricultura de sequeiro ou regadio, erosão hídrica e eólica, impermeabilização e compactação do solo, alterações climáticas, sobrepastoreio, deflorestação, incêndios florestais, extinção de espécies autóctones de flora e fauna, e expansão urbana.

O Mapa 20 representa a sensibilidade à desertificação e seca na Península Ibérica, destacando a maior sensibilidade à desertificação e à seca nas regiões mais a sul como Badajoz na Extremadura e Alentejo-Algarve-Andalucía, zonas em que existe a menor percentagem de carbono orgânico no solo e maior risco de erosão.

Por outro lado, também importa destacar o fenómeno de compactação do solo pela passagem de pessoas, animais e veículos de forma repetida no mesmo lugar, o que provoca o desaparecimento dos espaços existentes entre as partículas do solo, diminui a quantidade de oxigénio presente e, por isso, a microflora e microfauna. A este respeito, os níveis de baixa severidade de compactação do solo dão-se nas regiões norte como Galicia e Norte. Pelo contrário, existe severidade moderada no grau de compactação do solo no resto da fronteira Ibérica.

MAPA 20. SENSIBILIDADE À DESERTIFICAÇÃO E SECA NA PENÍNSULA IBÉRICA



Fonte: European Environment Agency-Corine LandCover 2000  
Informação fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

#### f.4) Deslizamentos

Os impactos potenciais dos deslizamentos são muitas vezes agravados pelo ordenamento do território e incluem a urbanização descontrolada. Em geral, as zonas de montanha são as mais propensas a deslizamentos de terra.

No período 1998-2009 registaram-se quase 70 grandes deslizamentos de terra em diferentes bases de dados na Europa. No que respeita à raia fronteiriça entre Espanha e Portugal, observa-se alto perigo de deslizamento em Badajoz, Huelva, Sevilla assim como em algumas regiões do Centro e Norte. O resto da fronteira apresenta baixo perigo de deslizamento.

MAPA 21. ÁREAS COM RISCO DE DESLIZAMENTO



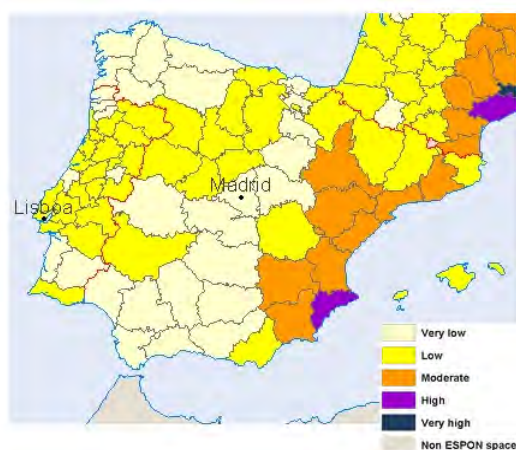
Fonte: ESPON. Informação fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

### f.5) Inundações

Os efeitos das inundações no Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal são agravados em zonas de montanha. O Mapa 22 reflete a recorrência de inundações sendo baixo e muito baixo ao longo de toda a fronteira.

Aplicado um enfoque metodológico centrado nas áreas afetadas por inundações e que não são consideradas zonas propensas a inundações locais ou regionais para um estudo realizado no período 1987-2001, pode concluir-se que o perigo de inundação regional para este período de 15 anos é maior nas regiões Centro e Norte, assim como nas províncias de Zamora, Salamanca e Badajoz.

MAPA 22. RECORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES



Fonte: ESPON. Informação fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

## f.6) Incêndios florestais

Entre os riscos antrópicos mais importantes que afetam a área da fronteira entre Espanha e Portugal podem nomear-se os **incêndios florestais**, causando a diminuição da cobertura vegetal natural e favorecendo o aumento da erosão e desertificação. As estatísticas relativas aos incêndios mostram o impacto significativo dos mesmos na superfície florestal dos dois Estados-Membros.

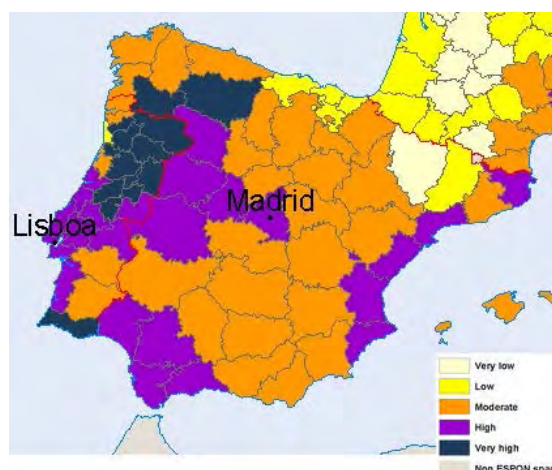
No entanto, devido ao crescente desenvolvimento de instrumentos de prevenção, está a registar-se uma redução gradual na área afetada pelos fogos, redução essa que tem sido particularmente forte no caso de Portugal a partir de 2005, um ano que foi particularmente fatídico para este país.

Ao longo da fronteira luso-espanhola, o perigo de incêndio florestal varia entre moderado, alto ou muito alto, de acordo com a metodologia de análise que combina as zonas de vegetação (que desempenham um papel importante no potencial físico dos incêndios florestais) e os incêndios florestais observados (Mapa 23).

De forma específica, nas regiões Centro e Norte e no noroeste de Espanha, os hábitos e práticas locais de corte de árvores são uma combinação terrível com o alto potencial de incêndio florestal, situação que também pode ser agravada pelas alterações climáticas, o aumento do défice de precipitação e a duração dos períodos de seca.

Nos últimos anos foram implementados Planos de Luta contra Incêndios em ambos os lados da fronteira que constituem programas de emergência para o estabelecimento, tanto dos meios hídricos adequados, como de campanhas de vigilância e medidas de sensibilização e formação, o que reduz o seu risco de incidência.

MAPA 23. PERIGO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS



Fonte: ESPON. Informação fornecida pela Avaliação  
Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

### f.7) Seca

---

Grandes zonas da Europa são afetadas pela escassez de água, episódios de seca e por aumentos nas pressões sobre os recursos hídricos europeus. No período 2004-2006 registaram-se as secas mais severas na parte sudoeste da Europa, incluindo a Península Ibérica no seu conjunto.

De facto, Espanha e Portugal são os dois países europeus mais afetados pelos episódios de seca no conjunto da União Europeia, pela quantidade de população afetada quando se produz uma sequência de seca e pela frequência de surgimento destes episódios.

A área de fronteira luso-espanhola é particularmente afetada pelo fenómeno da seca nas sub-regiões Centro de Portugal-Castilla y León, Alentejo-Centro-Extremadura e Alentejo-Algarve-Andalucía, apresentando valores de precipitação anual entre os 400mm e os 700mm. Os valores de escoamento e a contribuição média anual de bacias hidrográficas do Guadiana e Guadalquivir são as mais influenciadas.

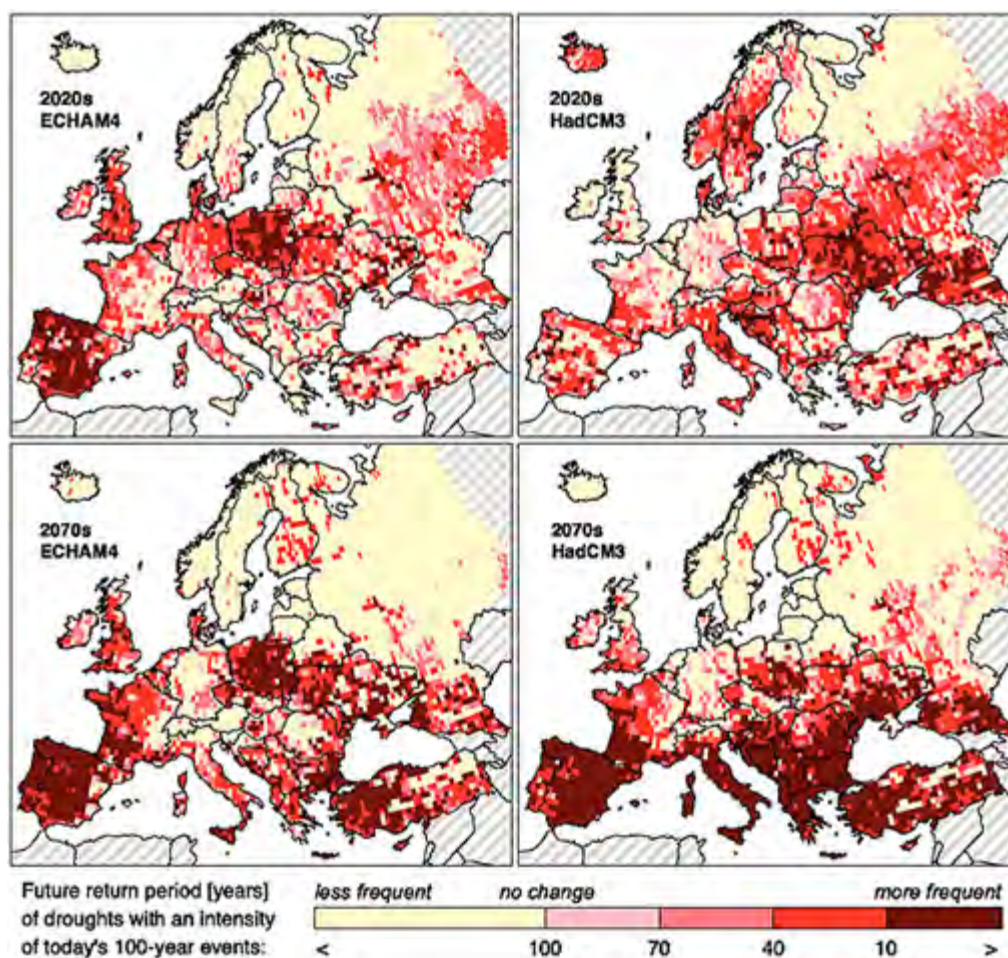
Esta situação tende também, de acordo com as previsões realizadas, a agravar-se nos próximos anos já que os diferentes cenários possíveis representam uma maior frequência de secas e com maior intensidade em toda a Península Ibérica.

O Mapa 24, que mostra os diferentes cenários possíveis em relação às mudanças na recorrência das secas, dos últimos 100 anos, destaca claramente a maior probabilidade de que, na Península Ibérica, a disponibilidade de água seja menor do que os requisitos necessários para satisfazer as necessidades de plantas, animais e seres humanos.

Assim, a gestão da água é crucial na raia, sendo necessário encontrar um equilíbrio entre a procura dos consumidores e a oferta de disponibilidade de água, assim como redefinir os padrões de produção, consumo e reutilização de água e de transferência de tecnologia.



MAPA 24. AUMENTO DA SECA NA EUROPA. MODELO PARA 2070



Fonte: Lehner et al, 2005b.

#### 1.6.4. Alterações climáticas

As alterações climáticas acarretam uma modificação do clima causada pelo uso de combustíveis fósseis, pela agricultura e pelas mudanças no uso do solo, a desflorestação, alguns processos industriais (como a produção de cimento e os aterros), a refrigeração, a produção de agentes espumantes e o uso de dissolventes.

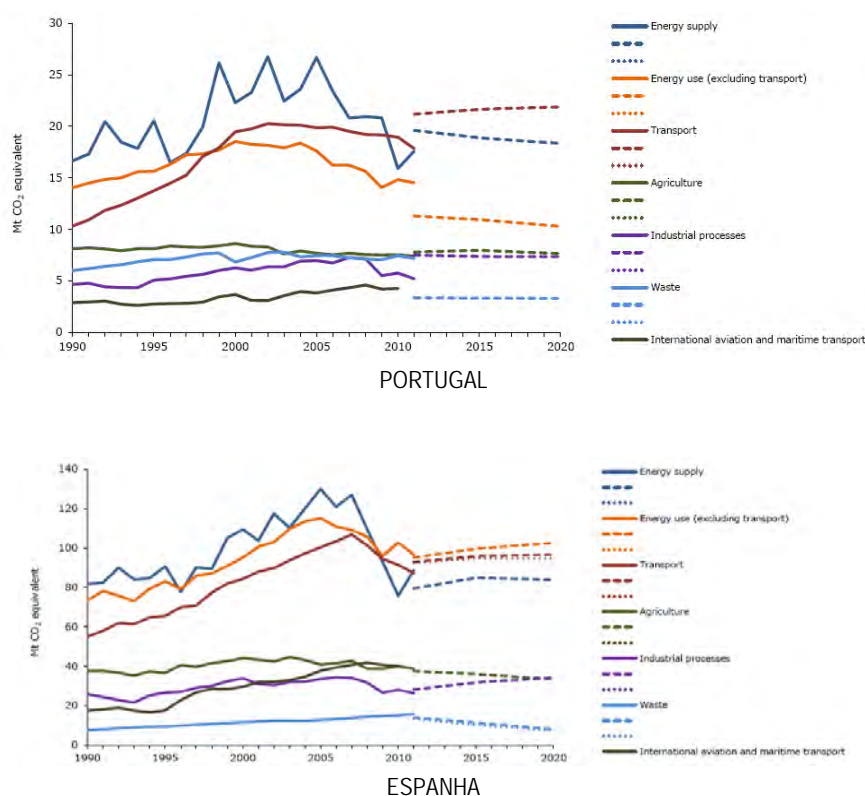
A política europeia sobre as alterações climáticas é muitas vezes articulada em duas áreas principais: mitigação e adaptação. Sob o Protocolo de Kyoto, o combate às alterações climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) são uma das principais prioridades da política ambiental europeia. Num ambiente de grande incerteza sobre os efeitos futuros da mudança climática, a prevenção de riscos surge como uma estratégia de adaptação.



As alterações climáticas acarretam na Península Ibérica um aumento das temperaturas que aumentam a evapotranspiração dos cultivos e as necessidades de água, um aumento das condições de aridez, mais eventos extremos de precipitação como fortes chuvas e seca, elevação do nível do mar, alterações nos padrões de escoamento, assim como alterações na biota e na produtividade de alimentos.

Segundo dados da EEA, Portugal é vulnerável à subida dos níveis do mar e à erosão costeira; e Espanha muito sensível às alterações climáticas e à sua repercussão sobre a disponibilidade de recursos hídricos, na biodiversidade e ecossistemas naturais, erosão, e fenómenos meteorológicos extremos.

GRÁFICO 25. AS TENDÊNCIAS E PROJEÇÕES DE GEE 1990-2020  
EM ESPANHA E PORTUGAL POR SETORES



Fonte: European Environment Agency. Informação fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

Para o conjunto da Península Ibérica, o relatório CLIVAR de 2010 define que o aumento progressivo da temperatura foi especialmente notório nas últimas três décadas (1975-2005) definindo-se uma taxa média de aquecimento de 0,5 graus centígrados por década, aproximadamente, valor de 50%.

Simultaneamente as precipitações anuais diminuíram de forma significativa em relação às décadas de 60 e 70, especialmente nos finais de inverno. Em média, prevê-se uma tendência para condições mais áridas na maior parte da Península Ibérica.

Os principais mecanismos de contaminação atmosférica são os processos industriais que implicam combustão, tanto nas indústrias como em automóveis e aquecimentos residenciais.

Uma parte da contaminação atmosférica provém principalmente das emissões de seis gases denominados Gases de Efeito de Estufa (GEE): dióxido de carbono ( $\text{CO}_2$ ), metano ( $\text{CH}_4$ ), óxido nitroso ( $\text{N}_2\text{O}$ ), e os compostos halogenados, como os CFC, os perfluorocarbonos (PFC) e o Hexafluoreto de enxofre ( $\text{SF}_6$ ), e também vapor de água.

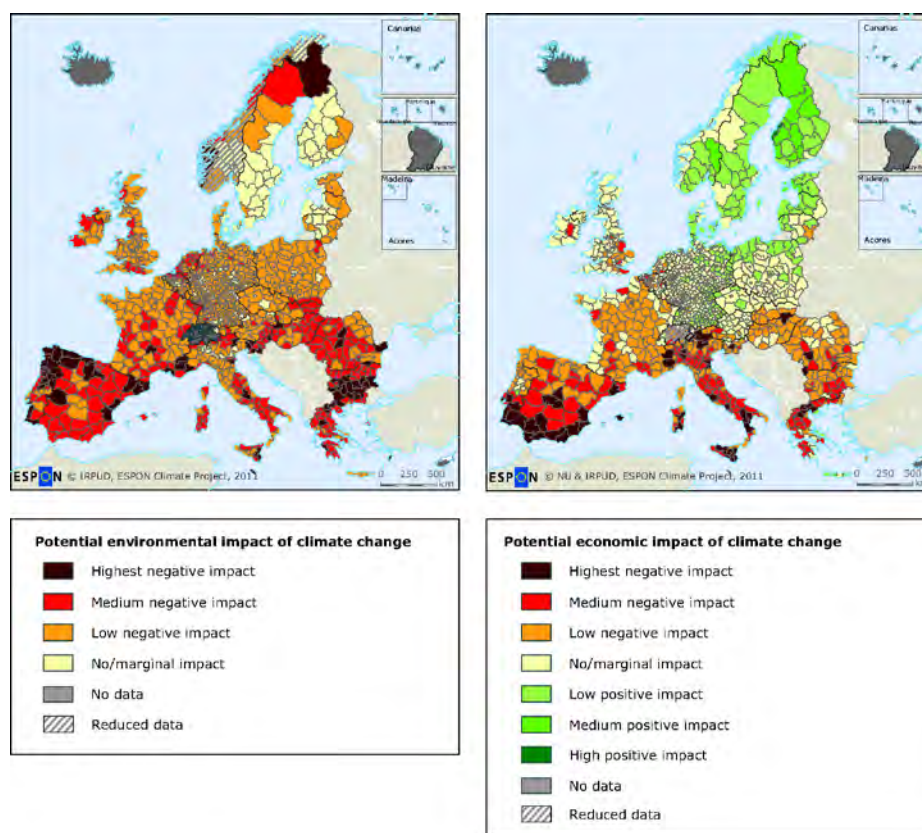
O Mapa 25 mostra o potencial impacto ambiental e económico das alterações climáticas na União Europeia. Especificamente, o mapa da esquerda mostra a potencial influência no ambiente com as alterações climáticas. A metodologia combina medições de chuvas de verão e inverno, dias de chuva forte, a temperatura média anual, os dias de verão, os dias de geada, dia da neve e da evaporação média anual de erosão, teor de carbono orgânico do solo, áreas naturais protegidas e incêndios florestais.

Observa-se que o maior impacto negativo acontece em parte do Algarve, Alentejo, Centro e Norte de Portugal, Galiza e Cáceres, sendo precisamente a Península Ibérica a área potencialmente mais afetada, tornando-se muito necessárias ações de adaptação.

O mapa à direita detalha o potencial impacto económico das alterações climáticas. Neste caso, foi medido através da combinação de diversas variáveis tais como a evaporação média anual, os dias de verão, dias da neve, dias de geada, as mudanças na altura de inundações e elevação do nível do mar, silvicultura, o Verão e turismo de Inverno, a oferta e procura de energia.

Os maiores impactos negativos são estimados no sul de Portugal, na costa do Alentejo e na costa do Algarve, assim como nas províncias espanholas de Huelva, Cádiz e Sevilla. Assim, enquanto os impactos ambientais são maiores na região norte da Península, os económicos prevêem-se maiores no sul. Isto exige, portanto, tomar medidas abrangentes de adaptação para o conjunto do Espaço de Cooperação.

MAPA 25. IMPACTO POTENCIAL, AMBIENTAL E ECONÓMICO, DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



Fonte: European Environment Agency

### 1.6.5. Energia

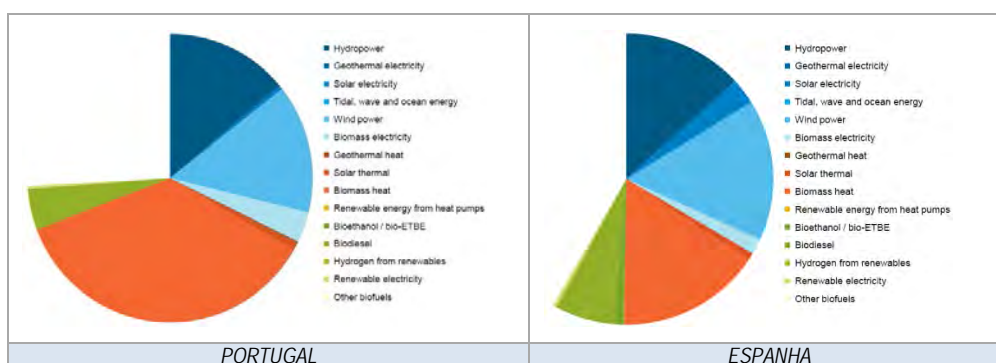
Face ao esgotamento programado das energias fósseis, ao seu custo e ao seu impacto nas alterações climáticas globais, o desenvolvimento de novas formas de energias, ecológicas e renováveis, é um compromisso de todos os países signatários de acordos internacionais.

Na UE, as energias renováveis deverão representar, em 2020, 20% do consumo final energético, face aos atuais 11%. Os objetivos para Espanha e Portugal, de acordo com o anexo I da Diretiva 2009/28/CE de Energias Renováveis da UE, são 20% e 31%, respetivamente.

Portugal é altamente dependente da transformação dos combustíveis fósseis importados para satisfazer as suas necessidades energéticas. Não obstante, a participação na produção de energia das fontes renováveis é cada vez maior rondando 24% atualmente, com um importante desenvolvimento da energia eólica, assim como do uso de biomassa e energia hidroelétrica (Gráfico 26).

Em Espanha, num contexto de crescente consumo de energia, interrompido em 2007, existe uma preferência pela geração de energia caracterizada pela diminuição no uso de carvão, petróleo e energia nuclear e o aumento no uso de gás natural e de fontes renováveis, particularmente a biomassa, a hidroelétrica, o biodiesel, bioetanol e solar (Gráfico 26).

**GRÁFICO 26. PARTICIPAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA PRODUÇÃO (2010)**



Fonte: European Environment Agency; <http://www.ecn.nl/nreap> - 28 November 2011 (Portugal).  
Informação fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

Relativamente ao consumo de energias renováveis, a Península Ibérica mostra valores superiores à média da UE (com 24,6% em Portugal em 2010 e 13,8% em Espanha, face a 12,5% da UE27). Além disso, tem havido uma tendência crescente e sustentada desde 2008. De particular relevância é o caso de Portugal, onde o consumo de energia chegou quase a um quarto do consumo total de energia.

No entanto, e de uma perspectiva dinâmica, devem destacar-se os esforços feitos pelo Estado espanhol, que aumentou em quase 50% essa percentagem em apenas quatro anos.

**QUADRO 48. PERCENTAGEM DE CONSUMO DE ENERGIA RENOVÁVEL SOBRE O CONSUMO TOTAL DE ENERGIA**

Territórios	2008	2009	2010	2011
Espanha	10,1%	11,8%	13,8%	15,1%
Portugal	22,3%	23,4%	22,7%	24,9%
UE	9,6%	10,6%	12,1%	13,0%

Fonte: Eurostat

#### 1.6.6. Resíduos

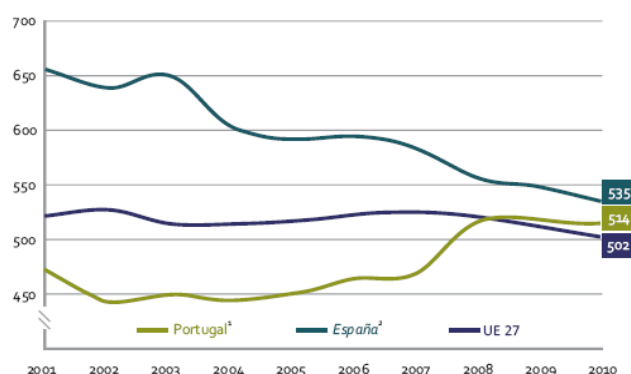
Os resíduos são uma das principais questões ambientais em todos os países da UE e as quantidades produzidas crescem globalmente, em parte pela melhoria dos sistemas de controlo e acompanhamento dos resíduos.

As fontes fundamentais de resíduos são as áreas urbanas, a indústria, as atividades agropecuárias e florestais, as atividades mineiras, as atividades de saúde ou clínicas, e as que geram resíduos perigosos como os radioativos.

A produção de resíduos sólidos urbanos (gerados na atividade doméstica) é um dos mais representativos. Em linhas gerais, **o espaço caracteriza-se por uma importante homogeneidade na geração de resíduos sólidos urbanos**, mostrando **níveis reduzidos**, com exceção da região do Algarve como consequência da importante dependência do turismo, área que eleva a população sazonal particularmente na época estival.

Contudo, **o tratamento de resíduos é reduzido**. Cerca de 8% dos resíduos são recolhidos de forma seletiva no espaço fronteiriço luso-espanhol, mantendo uma tendência decrescente nos últimos anos, particularmente desde 2006, que se traduz numa redução significativa do volume de resíduos tratados entre 2004 e 2010 (16% no caso de Portugal e 2,6% no caso de Espanha), distanciando-se da tendência positiva no conjunto da UE (na UE27 a evolução para o mesmo período representa uma melhoria de 7,7%) – Gráfico 27 –.

**GRÁFICO 27. RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS KG/HAB**



Fonte: INE La Península Ibérica en Cifras 2012. Información fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

Consequentemente, impõem-se a necessidade de investir em infraestruturas e na gestão e conservação de sistemas eficazes de tratamento de resíduos.

#### 1.6.7. Valores culturais: património

A situação na fronteira trouxe para os povos da Raia um ativo importante para o desenvolvimento. A progressiva quebra de fronteiras com a integração de Portugal e Espanha na UE em 1986, o desaparecimento das alfândegas, a chegada do mercado único em 1993, os impactos dos Fundos Estruturais e dos programas e iniciativas comunitárias, como o FEDER, FEOGA, Fundo de Coesão, INTERREG e o LEADER, iniciam uma nova

etapa de relações formais para a Raia, mas em muitos casos, têm sido as relações informais que têm mais profundidade nas comunidades fronteiriças locais.

O espaço fronteiriço conta com uma grande riqueza patrimonial, com oito sítios considerados como Património da Humanidade pela UNESCO, a que se ligam numerosos Bens de Interesse Cultural (BIC): igrejas, palácios, conventos, espaços urbanos, monumentos, fortalezas, castelos, etc.

Na raia ibérica existe uma **importante rede de património arqueológico, arquitetónico, cultural, paisagístico e ambiental** de enorme transcendência e potencial como elementos de desenvolvimento.

O Mapa 26 mostra os lugares considerados património mundial, destacando a região vitivinícola do Vale do Douro, lugar de arte rupestre do vale do Côa, cidade de Salamanca, cidade de Cáceres, mosteiro real de Santa María de Guadalupe, conjunto arqueológico de Guadalupe, conjunto arqueológico de Mérida, centro histórico de Évora y Elvas e o Parque Nacional de Doñana. Ainda que não figure no mapa, importa também sublinhar o Parque Nacional de das Ilhas Atlânticas da Galícia, o único parque nacional marítimo de Espanha.

MAPA 26. LUGARES CONSIDERADOS PATRIMÓNIO MUNDIAL NA RAIA IBÉRICA<sup>20</sup>



Fonte: <http://en.www.mcu.es/> e <http://whc.unesco.org/> MEDEIROS, 2010.  
Informação fornecida pela Avaliação Ex Ante (Regio Plus / CEDRU)

Estudar e divulgar os valores artísticos, históricos e sociológicos desta herança e criar uma consciência social em relação à sua importância é essencial para que atue como elemento de identificação e desenvolvimento das populações da fronteira.

<sup>20</sup> É considerado Património da Humanidade o conjunto dos edifícios medievais de Elvas, ainda que não figure no mapa.



#### ASPETOS CHAVE

- ✓ A zona fronteiriça Espanha-Portugal é predominantemente rural.
- ✓ A maior procura de água deve-se à agricultura de regadio. Existe um défice relativamente ao tratamento de águas residuais com uma clara insuficiência de infraestruturas.
- ✓ A presença de áreas protegidas constitui uma das principais riquezas da Raia Ibérica, juntamente com a sua riqueza patrimonial.
- ✓ Em relação aos riscos naturais, a maior sensibilidade à desertificação e à seca dá-se no sul, surgindo riscos de incêndio mais elevados nas regiões do Centro e Norte e no noroeste de Espanha.
- ✓ Em relação às alterações climáticas, a raia fronteiriça compartilha a vulnerabilidade pelos problemas de erosão, disponibilidade de recursos hídricos, biodiversidade e fenómenos meteorológicos extremos (particularmente em Espanha).
- ✓ Elevado consumo de energias renováveis em relação à média da UE.
- ✓ Impõe-se a necessidade de melhorar a infraestrutura e a gestão de resíduos.
- ✓ Importante património cultural e natural.

#### 1.7. INCLUSÃO SOCIAL E LUTA CONTRA A POBREZA

O crescimento económico gerado não deve beneficiar apenas parte da sociedade, deve sim ser distribuído pelo conjunto dos cidadãos, não sendo aceitável que algumas pessoas fiquem excluídas dos benefícios do mesmo (Comissão Europeia, 2010). Assim, a luta contra a pobreza é um dos objetivos da Estratégia 2020 e prova disso é a criação da *European Platform against poverty and Social Exclusion*.

Para analisar esta questão utiliza-se o indicador **população em risco de pobreza ou exclusão social** que se refere àqueles indivíduos cujo limite de rendimento depois das transferências sociais se situa 60% abaixo da média nacional.

**A percentagem de população em risco de pobreza ou exclusão social situa-se tanto para Espanha como para Portugal ligeiramente acima da média da UE27.** Os dados mais altos são apresentados pela Extremadura e Andalucía. Para Portugal não há dados regionalizados disponíveis, mas o valor médio nacional supõe um melhor desempenho que na fronteira espanhola.

A evolução temporal foi positiva até 2009 e 2010, mas nos últimos anos, 2011 e 2012, assistiu-se a uma reincidência da mesma. Isso mostra que a persistência da crise económica está a atingir cada vez mais uma percentagem maior da população nesta situação.

**QUADRO 49. TAXA DA POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL (% SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO)**

Regiões	2008	2009	2010	2011	2012
Galícia	24,4	22,7	22,7	23,9	23,2
Castilla y León	26,9	23,2	25,2	24,5	21,7
Extremadura	41,1	37,7	42,1	34,3	38,4
Andalucía	33,4	33,0	35,9	39,5	38,7
Norte de Portugal	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Centro de Portugal	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Alentejo	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Algarve	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Espanha	24,5	24,5	26,7	27,7	28,2
Portugal	26,0	24,9	25,3	24,4	25,3
UE27	23,7	23,2	23,7	24,3	24,9

Fonte: Eurostat

Por outro lado, a **taxa de privação severa** corrobora esta tendência negativa. Esta taxa mostra a incapacidade forçada para satisfazer as necessidades básicas diárias. A média para o conjunto do Espaço Transfronteiriço situa-se em torno dos 4,2% no ano de 2011, mais de quatro pontos percentuais abaixo da média da UE27 e dois da UE15. A evolução temporal mostra um incremento da mesma, generalizado ao conjunto das Comunidades Autónomas espanholas, ao contrário de Portugal que, embora se desconheça o comportamento regional, registou uma redução da mesma.

O desemprego, sobretudo o de longa duração, assim como a **baixa intensidade de trabalho** são os principais fatores envolvidos no círculo vicioso da pobreza, especialmente para a população em idade ativa. O limiar que define a baixa intensidade de trabalho é menos de 2,4 meses de trabalho por ano em agregados familiares com um ou mais membros em idade ativa.

**QUADRO 50. TAXA DE PRIVAÇÃO SEVERA (% SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO)**

Regiões	2008	2009	2010	2011
Galícia	1,6	3,3	4,1	2,3
Castilla y León	0,7	1,8	2,2	1,8
Extremadura	1,7	1,4	5,0	2,2
Andalucía	4,6	4,3	5,2	5,8
Norte	n.d	n.d	n.d	n.d
Centro	n.d	n.d	n.d	n.d
Alentejo	n.d	n.d	n.d	n.d
Algarve	n.d	n.d	n.d	n.d
<b>Espaço Transf. NUTS II</b>	<b>3,1</b>	<b>3,5</b>	<b>4,5</b>	<b>4,2</b>
Espanha	2,5	3,5	4,0	3,9
Portugal	9,7	9,1	9,0	8,3
UE27	8,4	8,1	8,3	8,8
UE15	5,2	5	5,2	6,1

Fonte: Eurostat

O Espaço Transfronteiriço apresenta uma taxa de 14,5%, o que significa mais de quatro pontos acima da média da UE27. Embora esta taxa não esteja regionalizada para Portugal, o seu valor (8,2%) é mais baixo do que o espanhol. As percentagens mais altas são fornecidas pela Andalúcia (18%) e Extremadura (12,8%) que são precisamente as regiões que apresentam níveis de desemprego maior e menores níveis de riqueza.

A tendência temporal não dá sinais tranquilizadores, já que o índice aumentou no conjunto do Espaço Transfronteiriço NUTS II em 35%, entre 2008 e 2011. Esta situação é agravada, também, por uma situação de recessão económica que se agudizou nos últimos anos e com o fim das prestações sociais a que se fez referência anteriormente. A taxa aumentou nas Comunidades Autónomas espanholas em mais de seis pontos percentuais, com o maior aumento na Andalúcia.

**QUADRO 51. POPULAÇÃO A VIVER EM AGREGADOS FAMILIARES COM MUITO BAIXA INTENSIDADE DE EMPREGO (% SOBRE A POPULAÇÃO DOS 0-59 ANOS)**

Regiões	2008	2009	2010	2011
Galícia	7,3	7,2	10,8	10,1
Castilla y León	5,4	7,0	8,1	8,5
Extremadura	8,9	8,8	13,8	12,8
Andalucía	8,7	10,0	13,7	18,0
Norte	n.d	n.d	n.d	n.d
Centro	n.d	n.d	n.d	n.d
Alentejo	n.d	n.d	n.d	n.d
Algarve	n.d	n.d	n.d	n.d
<b>Espaço Transf. NUTS II</b>	<b>7,9</b>	<b>8,9</b>	<b>12,2</b>	<b>14,5</b>
Espanha	6,2	7,0	9,8	12,2
Portugal	6,3	6,9	8,6	8,2
UE27	9,3	9,5	10,0	10,2
UE15	9,3	9,5	10,6	10,8

Fonte: Eurostat

Portanto, pode afirmar-se que a crise económica que está a assolar tanto Espanha como Portugal está a aumentar de maneira significativa a pobreza, ainda que este processo seja mais acelerado nas Comunidades Autónomas do Espaço do que em Portugal. Face a isto, as redes de “amortecedores sociais” institucionais não públicos estão em expansão, o que reflete uma tendência a favor dos valores de solidariedade social.

#### ASPETOS CHAVE

- ✓ Índice de exclusão social ligeiramente alto (a percentagem de população em risco de pobreza ou exclusão social é de 26,5%) ainda que com perspetivas temporais de redução positivas até 2011.
- ✓ Aumento da taxa de privação severa da população devido à crise económica e ao fim das prestações sociais.

## 1.8. IGUALDADE DE GÉNERO

As estatísticas evidenciam a especial dificuldade dos grupos femininos na entrada no mercado laboral. Tanto as taxas de desemprego, como as de emprego e de atividade femininas, registaram um comportamento pior do que as correspondentes à população masculina. Por grupos de idade, também, os grupos mais jovens são os que tradicionalmente apresentam piores taxas de desemprego.

Por sua vez, a duração afeta, também, de forma mais pronunciada as mulheres do que os homens, como a utilização do contrato de trabalho a tempo parcial. Esta modalidade laboral apresenta vantagens, no que se refere à conciliação do trabalho doméstico com o assalariado, mas também apresenta inconvenientes em várias frentes, como a limitação da carreira profissional, entre outras.

Não obstante, há que assinalar a diferente intensidade do impacto da crise sobre as variáveis de mercado laboral por género, que trouxe como consequência uma redução das tradicionais lacunas em termos de desemprego e de emprego. Portanto, pode afirmar-se que, apesar da evolução negativa do mercado de trabalho nos últimos anos, conseguiu-se uma maior igualdade na distribuição do emprego entre mulheres e homens.

Por outro lado, os dados sobre formação superior, como indicador do grau de qualificação da população, destacam os maiores níveis observados entre as mulheres residentes no Espaço Transfronteiriço. Sem dúvida, o acesso de ambos os géneros aos estudos superiores, sem discriminação, constitui uma condição necessária para propiciar uma melhoria progressiva no âmbito das divergências observadas nas remunerações auferidas, ainda muito significativas.

Em síntese, conclui-se que, apesar dos avanços conseguidos para impulsionar a igualdade de oportunidades, ainda se observam importantes margens de melhoria. De um ponto de vista empresarial, as responsabilidades familiares da mulher são percebidas como uma ameaça para o rendimento laboral. A tradicional atribuição dos papéis sexuais e práticas socioculturais continua a funcionar quando as mulheres entram no mercado de trabalho.

Por outro lado, há elementos de contexto de sinal positivo, em que se deve insistir, como uma crescente corrente social favorável à igualdade entre homens e mulheres, ou os já mencionados maiores níveis de acesso à formação superior das mulheres; ou a sua pretensão, cada vez mais consolidada, de desenvolver as suas capacidades intelectuais e profissionais fora da residência.

### ASPETOS CHAVE

- ✓ A população feminina apresenta maiores dificuldades na entrada no mercado laboral, com maiores níveis de rotação no posto de trabalho e um maior recurso ao contrato a tempo parcial.
- ✓ Como consequência da crise económica observa-se uma diminuição das tradicionais diferenças de género tanto no desemprego como no emprego.

### 1.9. A CAPACIDADE INSTITUCIONAL E DE GOVERNANÇA EXISTENTE NA FRONTEIRA

A cooperação transfronteiriça entre entidades regionais e locais nos dois lados da fronteira luso-hispânica é uma das mais consolidadas e com maior tradição na Europa. Esta cooperação intensificou-se significativamente a partir dos anos 90 graças à abolição das fronteiras, à criação do mercado único assim como à Iniciativa INTERREG da Comissão Europeia.

A Iniciativa INTERREG I, entre os anos 1990-1993, proporcionou, no Espaço de Cooperação, quatrocentos milhões de ECU às regiões fronteiriças de Espanha e Portugal, destinados a corrigir os efeitos produzidos pelo efeito fronteira nos territórios transfronteiriços. Dado o seu notável êxito, seguiram-se as iniciativas INTERREG II (1994-1999) e INTERREG III (2000-2006) até que no período de programação 2007-2013 a cooperação territorial se converteu num dos três objetivos da política regional europeia. Tudo isso, conduziu a um processo de cooperação e colaboração entre os governos de Espanha e Portugal assim como das regiões e entidades locais dos dois lados da fronteira que se fortaleceu com o tempo, chegando na atualidade a ser uma das **zonas de colaboração mais consolidadas e integradas da Europa**.

Embora os projetos iniciais tenham sido dirigidos ao incentivo da colaboração entre os organismos de ambos os lados da fronteira e a facilitar as comunicações, estes evoluíram para o desenvolvimento de infraestruturas conjuntas, intercâmbio de boas práticas, intercâmbio de experiências e desenvolvimento de estratégias coordenadas. Nos últimos anos, os projetos ganharam dimensão e dirigiram-se progressivamente para a melhoria da competitividade, para a mutualização de recursos e desenvolvimento de iniciativas que permitam a emergência de economias de escala e o aproveitamento de sinergias de ambos os lados da fronteira. Prova do sucesso destes programas é que, nas suas diferentes iniciativas, o número de participantes é cada vez maior e mais variado, sendo um verdadeiro reflexo do sistema socioeconómico do espaço.

Por outro lado, estas formas de **colaboração e cooperação foram-se institucionalizando progressivamente**, proliferando a partir dos anos 90 toda uma série de estruturas de cooperação transfronteiriça que eram declarações de intenção juridicamente não vinculativas cujo objetivo foi o de promover a colaboração em ambos os lados da fronteira, bem como o estudo e a abordagem conjunta dessas questões e problemáticas que são comuns. Após o sucesso e a proliferação da mesma, bem como a importância levantada pela cooperação transfronteiriça como um meio para resolver ou tratar em conjunto uma série de questões que afetavam os territórios dos dois lados da fronteira, foi assinado, em 2002, o Tratado de Valência, através do qual foi autorizada a criação de organismos de cooperação dotados de personalidade jurídica, o que levou à adaptação dos protocolos existentes até ao momento. Um passo mais à frente é o providenciado pelo Regulamento 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, sobre o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), através do qual se cria um mecanismo legal que permite ultrapassar as dificuldades existentes em matéria de

cooperação territorial, o que permite executar e gerir ações de cooperação transfronteiriça, bem como equipamentos e serviços conjuntos, apoiado legalmente.

Para tal, ao longo da fronteira entre Espanha e Portugal existe toda uma série de estruturas transfronteiriças estabelecidas tanto ao nível regional como local, e em muitos casos também entre instituições académicas, como pode ser visto no quadro seguinte:

**QUADRO 52. ESTRUTURAS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA AO LONGO DA FRONTEIRA LUSO-HISPÂNICA**

Entidade	Área de Cooperação	Nível territorial	Natureza	Ano de fundação
Comunidad de Trabajo Galicia – Norte de Portugal	Galicia – Norte de Portugal	Regional	Comunidade de Trabalho	1991
AECT Galicia-Norte de Portugal (AECT GNPT)	Galicia – Norte de Portugal	Regional	AECT	2008
EURES Tranfronterizo Galicia-Norte de Portugal	Galicia – Norte de Portugal	Regional	EURES	1997
Eixo Atlántico del Noroeste Peninsular	Galicia – Norte de Portugal	Local	Associação de Municípios	1992
Asociación do Vale do Miño Transfronterizo	Galicia – Norte de Portugal	Local	Associação de entidades locais	2005
Agrupación Europea de Cooperación Territorial del Valle do Tâmega	Galicia – Norte de Portugal	Local	AECT	2013
Eurociudad Verin-Chaves	Galicia – Norte de Portugal	Local	Eurocidade	2007
Eurociudad Tui-Valença	Galicia – Norte de Portugal	Local	Eurocidade	2013
Agrupación Europea de Cooperación Territorial Chaves – Verin	Galicia – Norte de Portugal	Local	AECT	2013
Centro de Estudios eurorrexionais	Galicia – Norte de Portugal	Regional	Fundação	
CECOTRAN	Galicia – Norte de Portugal	Regional	Associação de empresários	1998
Macrorregión del Sudoeste Europeo (RESOE)	Galicia – Norte de Portugal - Castilla y León	Regional	Macrorregião	2010
Conferencia de los Rectores del Suroeste Europeo (RED CRUSOE)	Galicia – Norte de Portugal - Castilla y León	Regional	Rede de universidades	2011
Comunidad de Trabajo Castilla y León-Norte de Portugal	Castilla y León - Norte de Portugal	Regional	Comunidade de Trabalho	2000
Gabinete de Iniciativas Transfronterizas	Castilla y León - Norte de Portugal - Centro de Portugal	Regional	Oficina técnica	1998
Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero	Castilla y León - Norte de Portugal	Local	Associação de Municípios	1994
Comunidad de Trabajo Bragança – Zamora	Castilla y León - Norte de Portugal	Local	Comunidade de Trabalho	2000
Agrupación Europea de Cooperación Territorial Duero-Douro	Castilla y León - Norte de Portugal	Local	AECT	2009



Entidade	Área de Cooperação	Nível territorial	Natureza	Ano de fundação
Agrupación Europea de Cooperación Territorial ZASNET	Castilla y León - Norte de Portugal	Local	AECT	2010
Fundación Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques	Castilla y León - Norte de Portugal	Regional	Fundación público/privada	2000
Instituto Rei Afonso Henriques de Cooperação Transfronteiriza	Castilla y León - Norte de Portugal	Regional	Asociación de centros de educación superior	
Comunidad de Trabajo Castilla y León-Centro de Portugal	Castilla y León - Centro de Portugal	Regional	Comunidad de Trabajo	1995
Comunidad de Trabajo BIN SAL	Castilla y León - Centro de Portugal	Local	Comunidad de Trabajo	2006
Red de Ciudades Sostenibles CenCyl	Castilla y León - Centro de Portugal	Local	Red	2011
Consortio Tranfronterizo de Ciudades Amuralladas	Castilla y León - Centro de Portugal	Local	Asociación de ayuntamientos	
Centro de Estudos Ibéricos	Castilla y León - Centro de Portugal	Local	Instituto de Estudios	1999
Comunidad de Trabajo Alentejo-Centro-Extremadura	Alentejo - Centro - Extremadura	Regional	Comunidad de Trabajo	2009
Triángulo Urbano Ibérico Rayano	Alentejo - Extremadura	Local	Asociación de ayuntamientos	1997
Asociación La Raya-A Raia	Alentejo - Extremadura	Local	Asociación de grupos de acción local	1998
Asociación transfronteriza de los municipios de las tierras del Gran Lago de Alqueva	Alentejo - Extremadura	Local	Asociación de ayuntamientos	2005
Eurociudad Badajoz-Elvas	Alentejo - Centro - Extremadura	Local	Eurociudad	2013
Comunidad de Trabajo del Tajo Internacional	Alentejo - Centro - Extremadura	Local	Comunidad de Trabajo	2010
Comunidad de Trabajo de la Eurorregión Alentejo-Algarve-Andalucía	Alentejo-Algarve-Andalucía	Regional	Comunidad de Trabajo	2010
Eurociudad del Guadiana	Algarve-Huelva	local	Eurociudad	2013
Red Ibérica de Entidades Transfronterizas	Frontera hispano-lusa		Red de entidades transfronterizas	2009

Seguidamente, apresentam-se as principais estruturas que existem na atualidade atendendo ao nível territorial em que operam e que as promoveu.

Ao nível regional importa destacar:

- **Comunidade de Trabalho Galicia – Norte** constituída em 31 de outubro de 1991 sob o impulso da Xunta de Galicia e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Norte. A sua finalidade é favorecer uma dinâmica de encontros regulares entre a Galicia e o Norte, para tratar assuntos de interesse comum, partilhar informações, coordenar iniciativas e examinar as possibilidades de solucionar os problemas comuns.
- **Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galicia-Norte (AECT GNPT).** Criado no ano de 2008 entre a Xunta de Galicia e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), a AECT não entrou em funcionamento até março do ano de 2010. O AECT GNPT tem como objetivo facilitar e fomentar a cooperação territorial entre os seus membros, a Xunta de Galicia e a CCDR-N, através da promoção e valorização da competitividade do tecido empresarial, do conhecimento e da inovação, assim como do impulsionamento e racionalização dos equipamentos básicos transfronteiriços e o aumento da coesão social e institucional da Eurorregião.
- **EURES Transfronteiriço Galicia-Norte de Portugal** é criado em 1997 e é responsável por levar a cabo uma série de iniciativas que têm por objetivo facilitar a mobilidade transfronteiriça de trabalhadores e empresários na Eurorregião Galicia-Norte de Portugal.
- **Comunidade de Trabalho de Castilla y León-Norte de Portugal** criada em 19 de Janeiro de 2000 entre o governo regional de Castilla y León e da região Norte de Portugal. O objetivo é incentivar encontros entre as duas regiões para abordar conjuntamente questões de interesse comum, troca de informação, coordenação de iniciativas conjuntas e analisar a possibilidade de resolver os problemas que afetam ambos os territórios.
- **Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças (GIT)** criado em 1998 pela Junta de Castilla y León com o propósito de articular a cooperação transfronteiriça conjunta entre Castilla y León e as regiões Centro e Norte de Portugal. O Gabinete trata da Secretaria Permanente das Comunidades de Trabalho, apoia e coordena projetos no domínio da cooperação transfronteiriça e interregional e executa tarefas de informação e divulgação sobre questões de interesse transfronteiriço.
- **Comunidade de Trabalho de Castilla y León-Centro de Portugal** foi constituída em 3 de março de 1995, promovida pela Junta de Castilla y León e a CCDR Centro de Portugal. Foi criada com o objectivo de estabelecer uma dinâmica de cooperação e assistência mútua em matéria de acompanhamento e avaliação de ações conjuntas, principalmente no que respeita ao transporte, comunicação e recursos hídricos, o desenvolvimento económico e social, meio ambiente e ordenamento do território, recursos naturais, património cultural e turismo, comércio, indústria e serviços a empresas, agricultura e pecuária, formação, educação, cultura e pesquisa.
- **Comunidade de Trabalho Alentejo-Centro-Extremadura (EUROACE).** É constituída pelas regiões do Alentejo e Centro (Portugal) e a Comunidade Autónoma da Extremadura (Espanha), criada em 2009 como resultado da adaptação das antigas

comunidades de trabalho existentes desde 1991 ao Tratado de Valência. A sua finalidade é fomentar a cooperação transfronteiriça e inter-regional entre as três regiões, promover o desenvolvimento integral dos seus territórios e melhorar as condições de vida dos seus cidadãos.

- **Comunidade de Trabalho Euroregião Alentejo-Algarve-Andalucía.** Fundada em 2010, substitui as anteriores Comunidades de Trabalho Andalucía - Algarve e Alentejo - Andalucía fundadas respectivamente pelos Protocolos de Cooperação de 27 de julho de 1995 e 25 de janeiro de 2001. A institucionalização da Euroregião deveria marcar o início de uma série de iniciativas já programadas, tais como a elaboração e concertação de um Plano de Desenvolvimento Fronteiriço Alentejo - Algarve - Andalucía. O Secretariado é assegurado pelo Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças (GIT) e é constituído por membros designados por cada uma das instâncias e entidades constituintes da Comunidade de Trabalho.
- **Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças.** Criado em 2003 pela Junta de Andalucía, CCDDR Algarve e CCDDR Alentejo, a fim de coordenar a cooperação transfronteiriça entre as regiões de Andalucía e do Algarve e do Baixo Alentejo. Antes da criação da Euroregião Alentejo - Algarve - Andalucía, em 2010, era assegurada pelo secretariado permanente das anteriores Comunidades de Trabalho Andalucía - Algarve e Andalucía - Alentejo. Atualmente trabalha com a secretaria permanente da Euroregião Alentejo - Algarve -Andalucía.
- **Macrorregião do Sudoeste Europeu (RESOE)** A CCDDR Norte e as regiões autónomas da Galicia e Castilla y León assinaram, em 2010, um memorando de entendimento com o objectivo de estabelecer uma estratégia de cooperação macrorregional. O seu principal objetivo é facilitar a cooperação socioeconómica entre os Estados que a integram assim como entre as respetivas regiões e as entidades locais numa perspectiva funcional, a favor dos objectivos políticos da UE e em conformidade com a Estratégia 2020.

Ao nível local:

- **Eixo Atlântico del Noroeste Peninsular:** É uma associação transfronteiriça de municípios da Galiza e Norte de Portugal, criada em 1992, cujo objetivo é a coesão e a estruturação do sistema urbano, assim como a contribuição para a modernização das cidades através do desenvolvimento de programas de rede, da cooperação, da troca de informação e planeamento estratégico.
- **Associação do Vale do Minho Transfronteiriço:** É uma associação transfronteiriça entre a Diputación Provincial de Pontevedra e a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho criada em 2005.
- **Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial do Vale do Tâmega:** Criada em março de 2013 entre a Associação de Desenvolvimento do Alto Tâmega (ADRAT), representando os municípios do Alto Tâmega, Boticas, Chaves, Montalegre, Vila Pouca de Aguiar e Vinhais conjuntamente com a Diputación Provincial de Ourense.

- **Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Chaves - Verín:** Criado em março de 2013 entre a Câmara Municipal de Chaves e a cidade de Verín. Destina-se a facilitar e promover a cooperação territorial entre os seus membros exclusivamente na tentativa de reforçar a coesão económica e social.
- **Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro:** É uma associação hispano-portuguesa de municípios de Castilla y León e Norte de Portugal, que partilham o Douro, criada em 1994, cujo objetivo é o desenvolvimento integral do Douro.
- **Comunidade de Trabalho BIN SAL:** Criada em 2006, é composta pela *Diputación de Salamanca* e as nove Câmaras Municipais da Beira Interior Norte de Portugal, a fim de promover o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça, em matéria de turismo, meio ambiente, comércio, apoio às empresas, TIC, agro-florestal, cultura e desenvolvimento local e rural.
- **Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero- Douro:** Fundada em 2009, é composto por 187 instituições públicas, todas localizadas na NUTS III: Alto Trás-os - Montes, Douro, Beira Interior Norte e as províncias de Salamanca e Zamora, das quais 107 são cidades de fronteira nas províncias de Zamora e Salamanca, 7 Câmaras Municipais, 69 freguesias transfronteiriças portuguesas, duas associações de municípios e duas instituições académicas (Universidade de Salamanca e Instituto Politécnico de Bragança). O seu objetivo é a implementação de programas ou projetos de cooperação territorial.
- **Comunidade de Trabalho Bragança – Zamora:** Fundada em 2000, é integrada pela *Deputación* de Zamora, os *Ayuntamientos* de Zamora, Alcanices, Puebla de Sanabria, Pedralba de la Praderia e Famoselle, Benavente, Requejo, Mancomunidad Sayagua e pelos municípios de Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso, Vinhais, Cavaleiros e Mirandela. O seu objetivo é a promoção da cooperação territorial para resolver problemas comuns aos territórios da fronteira.
- **Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET:** Criado em 2010, tem a sua origem no trabalho de Zamora-Bragança e Douro Superior-Salamanca. É constituída pela Associação da Terra Fria Transmontana, pelo *Ayuntamiento* de Zamora, pela *Diputación* de Salamanca, *Diputación* de Zamora e Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana. Destina-se a articular a área comum e promover as relações transfronteiriças no território de fronteira.
- **Rede de Cidades Sustentáveis CenCyl:** Composta pelas cidades de Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Guarda, Viseu, Burgos, Ciudad Rodrigo, Miranda de Ebro, Salamanca e Valladolid foi criada em 2011, a fim de reforçar a competitividade das cidades que a compõem, bem como estabelecer sinergias entre elas para promover a qualidade de vida dos seus cidadãos e dos seus territórios.
- **Associação transfronteiriça dos Municípios das terras do Grande Lago Alqueva:** Fundada em 2005, tem como objetivo a realização de obras de interesse público,

especialmente as relacionadas com a exploração do potencial dos reservatórios do Alqueva e Pedrógão e com a gestão conjunta de equipamentos e serviços públicos.

- **Triângulo Urbano Ibérico Rayano:** Um Agrupamento Europeu de Interesse Económico, formado por quatro municípios, dois espanhóis (Cáceres e Plasencia) e dois portugueses (Castelo Branco e Portalegre), que foi criado em maio de 1997. O Agrupamento tem como objetivo articular os campos sociais, culturais e económicos entre as quatro cidades, e trabalhar em conjunto em vários domínios.
- **Comunidade de Trabalho Tajo-Internacional:** Criada em 2010 entre a Junta da Extremadura, *Diputación* de Cáceres, as cidades de Cáceres e Plasencia e diferentes municípios do Alto Alentejo e Beira Interior para desenvolver projetos conjuntos em torno do Rio Tejo.
- **Associação La Raya-A Raia:** Criada em 1998 é composta pelos Grupos de Ação Local das comarcas de Sierra de Gata, Las Hurdes, Valle del Alagón, Tajo-Salor-Almonte, Sierra San Pedro-Los Baldíos, Lácara, Olivenza, Jerez Sierra Suroeste e o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova. A sua finalidade é promover a cooperação transfronteiriça como condição fundamental para o desenvolvimento rural dos territórios que a compõem.
- **Consórcio Transfronteiriço de Cidades Amuralhadas:** formado pelo *Ayuntamiento* de Ciudad Rodrigo e pela Câmara Municipal de Almeida. Os seus objetivos são a promoção dos recursos turísticos e culturais, o desenvolvimento sócio-cultural do espaço e o aproveitamento das sinergias criadas por eventos culturais aí realizados.
- Finalmente, as **eurocidades** Verin-Chaves (2007), Tui-Valença (2013), Eurocidade do Guadiana (Ayamonte-Vila Real de Santo António (2013) e Badajoz-Elvas (2013).

No domínio do Ensino Superior e outros âmbitos socioeconómicos cabe destacar:

- **Centro de Estudos Eurorregionais:** É uma entidade sem fins lucrativos constituída pelas Universidades de Trás-os-Montes Alto Douro, Universidade da Coruña, Universidade de Santiago de Compostela, Universidade de Vigo, Universidade do Minho e Universidade do Porto. O seu objetivo é procurar sinergias e complementaridades nos meios académicos universitários da Eurorregião com a finalidade de reforçar os vínculos entre as universidades da Galícia e do Norte.
- **CECOTRAN:** Fundada em 1998 pela Confederação de Empresários de Pontevedra, o seu objetivo é aumentar as relações comerciais na área de fronteira da Galícia e do Norte de Portugal para o desenvolvimento económico e empresarial integrado e sustentável.
- **Conferência dos Reitores do Sudoeste Europeu (RED CRUSOE):** Criada em 2011 é composta pelas oito universidades de Castilla y León, as três da Galícia, três de Portugal e quatro centros politécnicos liderados pelo Instituto de Bragança.

- **Fundação Hispano-Portuguesa da Fundação Rei Afonso Henriques:** É uma instituição privada com participação pública criada em 1994 para garantir o progresso económico, social e cultural das bacias do Douro e incentivar encontros e intercâmbios entre indivíduos e instituições públicas e privadas, para obter uma visão ampla e pedagógica para o desenvolvimento económico e cultural de Espanha e Portugal.
- **Instituto Rei Afonso Henriques de Cooperação Transfronteiriça:** Constituído em 2000, é a ala académica da Fundação Rei Afonso Henriques que estatutariamente integra. É composto pelas universidades de Valladolid, León, Salamanca, Trás-os-Montes e Alto Douro, Porto e Instituto Politécnico de Bragança.
- **Centro de Estudos Ibéricos:** Criado em 1999 é formado pela Universidade de Coimbra, Universidade de Salamanca e Câmara Municipal da Guarda com o objetivo de favorecer o intercâmbio científico e cultural, a investigação sobre temas ibéricos assim como a realização de estudos locais e regionais.

Alcançando finalmente a totalidade da fronteira luso-hispânica encontra-se a:

- **Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças:** Esta é uma parceria transfronteiriça de cooperação territorial constituída por organizações perto da fronteira da Espanha e de Portugal. Esta Rede de redes, criada em 2009, é a única que reúne entidades públicas e empresariais de toda a fronteira luso-hispânica. O seu objetivo é desenvolver estratégias de cooperação, promover bem-estar social e o desenvolvimento dos territórios do espaço ibérico transfronteiriço, tendo sido formalmente constituída como um parceiro da Comissão Luso-Espanhola para fazer propostas à agenda da Cimeira Ibérica que se realiza anualmente entre os Governos de Portugal e Espanha ao mais alto nível.

Muitas destas estruturas referidas dotaram-se dos respetivos Planos Estratégicos num processo gradual, que guiam as linhas de ação das mesmas. No entanto, nem todos esses planos têm sido alvo das respetivas avaliações, para que se possa fazer uma avaliação da eficiência e eficácia dos projetos e iniciativas realizadas. Além disso, em muitos casos, estas estratégias têm sido financiadas ou procuram financiar-se principalmente a partir dos fundos estruturais provenientes do POCTEP ou outros programas europeus de base competitiva, exceto algumas dessas estruturas que se propuseram implementar iniciativas com os fundos dos seus próprios programas regionais.

Outro obstáculo é o **amplo carácter dos seus objetivos e finalidades** que não ajuda a centrar os temas objeto de cooperação, e origina que as suas atividades e fins se sobreponham com os realizados por outras estruturas principalmente devido aos ajustes, nas estruturas que já existiam, ao Tratado de Valência e ao Regulamento 1082/2006, que cria a AECT dotada de personalidade jurídica.

A **proliferação e a diversidade das diferentes instituições e organismos criados** assim como os diferentes mecanismos criados para enquadrar a cooperação transfronteiriça, provocou uma importante **complexidade institucional**, com estruturas que se sobrepõem



ou são justapostas temporalmente (Comunidades de Trabalho e AECT) e sobre o mesmo território (AECT e associações de entidades locais), o que dificulta a própria governança transfronteiriça já por si complicada, devido às diferenças de competências entre os organismos que as compõem em ambos os lados da fronteira. Portanto, é necessária uma maior racionalização das estruturas de governança criadas e a implementação de mecanismos de coordenação entre as estruturas dos diferentes níveis que operam na mesma área transfronteiriça.

#### ASPETOS CHAVE

- ✓ O Espaço de Cooperação Transfronteiriço Espanha-Portugal é um dos mais consolidados e integrados da Europa.
- ✓ Progressiva institucionalização da cooperação hispano-lusa através da criação de Comunidades de Trabalho, AECT, associações de municípios, centros de estudos, etc.
- ✓ Complexidade institucional com diferentes organismos operando ao mesmo nível territorial.

## 2. ANÁLISE RESUMO POR ÁREAS DE COOPERAÇÃO

### 2.1. ÁREA DE COOPERAÇÃO GALICIA – NORTE DE PORTUGAL

A área de cooperação Galicia-Norte de Portugal é uma das áreas de fronteira em que a cooperação se desenvolveu significativamente desde a gestão conjunta do património natural até à prestação conjunta de serviços públicos, devido à intensificação da cooperação transfronteiriça a partir dos anos 90 e muito facilitada por uma semelhança cultural e linguística.

QUADRO 53. ÁREA DE COOPERAÇÃO GALICIA-NORTE DE PORTUGAL

Regiões NUTS II	Espaço de Cooperação NUTS III	Território Adjacente NUTS III
Galicia	Ourense, Pontevedra	Minho-Lima, Cávado, Alto Trás-os-Montes
Norte de Portugal	A Coruña, Lugo	Ave, Tâmega, Grande Porto, Douro

O Espaço de Cooperação NUTS III Galicia-Norte de Portugal é uma território de carácter rural uma vez que 75,5% da sua superfície é considerada predominantemente rural, enquanto que no território adjacente, as áreas rurais correspondem apenas a 43,8% da superfície total. No entanto, o mais significativo desta área de cooperação é a disjuntiva entre a costa atlântica com territórios considerados como "intermédios" (Pontevedra, Cávado, A Coruña, Ave) ou mesmo como regiões urbanas (Tâmega, Grande Porto), enquanto que no interior são áreas predominantemente rurais.

Esta disjuntiva também vai resultar em outras variáveis socioeconómicas que também serão aqui objeto de análise. Assim, por exemplo, esta assimetria reflete-se num maior número de população e maior densidade nas áreas mais atlânticas do que em áreas mais interiores. Na verdade, Alto Trás-os-Montes tem uma densidade de 24,9 habitantes por Km<sup>2</sup> face ao Cávado com 329,2 ou os 212,3 de Pontevedra. Verifica-se que, regra geral, as áreas NUTS III do interior da área transfronteiriça perde população, enquanto as áreas da NUTS III da costa do Atlântico, exceto Minho-Lima, aumenta ligeiramente. Ainda que em termos gerais tanto a perda de população como o seu envelhecimento progressivo são dois problemas estruturais, que afectam todo o conjunto do Espaço Transfronteiriço, mas com uma força maior nas áreas mais rurais, refletindo um abandono gradual destas áreas.

QUADRO 54. QUADRO RESUMO DE CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

Território	População Total (2012)	Densidade (2011)	T.envelhecimento (2012)	PIB UE27=100(2010)
Ourense	321.228	44,9	3,0	81
Pontevedra	946.688	212,3	1,5	87
Minho-Lima	243.286	110,1	1,8	56
Cávado	409.764	329,2	0,9	62
Alto Tras-os-Montes	202.701	24,9	2,6	56
A Coruña	1.123.724	142,7	1,8	97
Lugo	337.266	34,5	2,9	84
Tâmega	549.426	210,0	0,8	44
Ave	510.603	410,4	1,0	59
Grande Porto	1.284.967	1.579,9	1,2	81
Douro	204.543	50,0	1,8	54

Fonte: Eurostat

Do ponto de vista económico, enquanto a Galicia é considerada uma região desenvolvida no novo período de programação 2014-2020, o Norte de Portugal enquadra-se na classificação das regiões menos desenvolvidas. No entanto, a evolução temporal desta variável nasNUTS III galegas estagnou ou evoluiu negativamente enquanto no caso do Norte de Portugal a evolução tem sido positiva, ainda que também se observem casos de estagnação.

No que diz respeito à acessibilidade nomeiam-se as ligações rodoviárias transfronteiriças adequadas, especialmente na orla atlântica. Por outro lado, destaca-se uma ligação ferroviária fraca. Também é de notar a existência de importantes infraestruturas portuárias e aeroportuárias, mas, em geral, especialmente as aeroportuárias estão pouco conectadas comunitária e internacionalmente, à exceção do Aeroporto Sá Carneiro, de carácter internacional. Além disso, a concorrência entre elas não ajuda a melhorar a oferta de comunicações.

Em relação à competitividade e estrutura empresarial deve-se notar que, em termos gerais, a produtividade está abaixo da média da UE. Quanto ao número de empresas destacam-se novamente Pontevedra e Cávado no Espaço de Cooperação e no território adjacente Grande Porto e A Coruña, que também se apresentam como as áreas com maior potencial económico e maior capacidade de polarização.

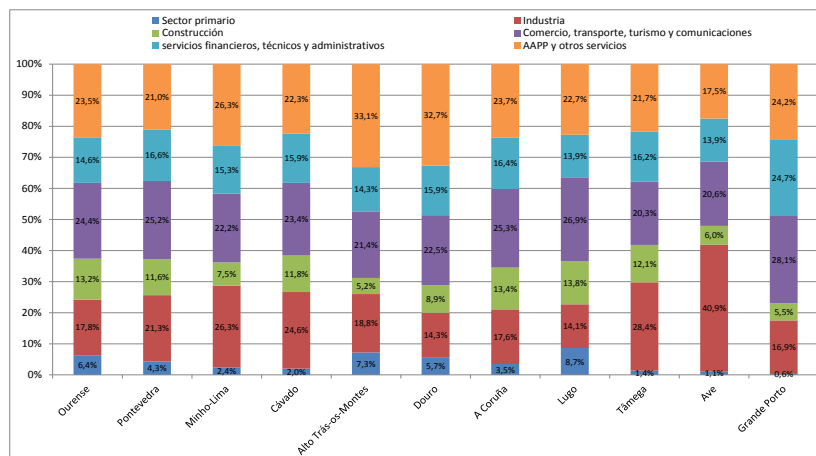
QUADRO 55. QUADRO RESUMO DE CARACTERIZAÇÃO EMPRESARIAL

Territorio	Productividad UE=100 (2010)	Nº de empresas (2010)
Ourense	97,5	23.100
Pontevedra	98,9	68.331
Minho-Lima	61,0	22.195
Cávado	59,7	38.373
Alto Tras-os-Montes	50,7	17.120
A Coruña	104,5	82.729
Lugo	93,0	24.714
Tâmega	49,6	43.208
Ave	61,0	137.753
Grande Porto	81,5	679.893
Douro	52,9	16.075

Fonte: Eurostat

A composição setorial mostra um peso significativo das atividades do setor primário, especialmente do ponto de vista do emprego, embora muito menor se considerarmos o valor acrescentado bruto. Esta atividade destaca-se principalmente nas NUTS do interior da área de cooperação e de caráter mais rural. Ainda do ponto de vista do emprego verifica-se uma forte especialização nos setores marítimo-pesqueiro e de produtos agrícolas, especialmente em toda a Galiza, onde também tem muita importância a atividade pecuária.

GRÁFICO 28 VALOR ACRESCENTADO BRUTO POR RAMOS DE ATIVIDADE (% , 2010)



Fonte: Eurostat

Em termos gerais, o peso total do setor industrial no Norte de Portugal é relativamente maior do que em toda a UE27, observando-se também uma presença significativa do setor da construção igualmente acima da média da UE27 com 6,13, sobretudo no lado galego. A especialização setorial do emprego em comparação com a UE27 mostra uma importância dos recursos endógenos do território (rochas ornamentais e indústria dos móveis), bem como em outros setores particularmente afetados por processos de deslocalização, como são os casos dos têxteis, vestuário e indústria de calçado, especialmente no Norte de

Portugal. Destaca-se também uma presença significativa na indústria automóvel (especialmente na parte galega) e de atividades relacionadas com a indústria da construção, como já mencionado. É observada uma “despecialização” nas atividades mais intensivas em conhecimento e considerado de alta e média tecnologia cujo VAB e produtividade é muito maior.

Em relação ao mercado de trabalho é necessário mencionar que este foi fortemente afetado pela crise económica, apresentando tanto a Galicia como o Norte de Portugal taxas de emprego abaixo da média da UE27 e da meta de 75% estabelecida na Estratégia 2020. Consequentemente, daqui resultam elevadas taxas de desemprego que no caso galego excedem 20% da população ativa. Acresce que a evolução temporal é desfavorável para a melhoria destas variáveis. Um dos grupos que mais sofreram com a crise no mercado de trabalho é a população jovem (15-24 anos), entre os quais a taxa de desemprego se situa em 45,3% no caso da Galicia e 32,8% no caso de Portugal. Embora a situação do mercado de trabalho seja grave em ambas as regiões, na fronteira espanhola, a situação é particularmente dramática.

**QUADRO 56. QUADRO RESUMO DAS PRINCIPAIS TAXAS RELATIVAS  
AO MERCADO DE TRABALHO E À FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO.**

Indicador	Galicia	Norte de Portugal	EU27
Taxa de emprego (2012)	61,1	65,5	68,4
Taxa de desemprego (2012)	20,7	16,1	10,4
Taxa desemprego jovem (2012)	45,4	32,8	22,9
Taxa de abandono escolar precoce (2012)	23,1	21,3	12,8
% de pessoas entre 30-34 anos que completaram estudos superiores (2012)	42,4	28,7	35,8

*Fonte: Eurostat*

Em relação à formação de capital humano deve -se destacar que a taxa de abandono escolar precoce é muito elevada em ambas as regiões com mais de 20% dos estudantes entre 18 e 24 anos a abandonar o sistema educativo sem concluir o ensino secundário, muito aquém também da meta de 10% estabelecida na Estratégia 2020, ainda que aqui a evolução temporal significa uma melhoria considerável. Em relação aos níveis de ensino superior, a situação é mais desequilibrada, pois enquanto na Galicia representam 42,4% da população entre 30-34 anos, em Portugal apenas 28,7%, apesar de terem sido identificados progressos significativos nos últimos anos. A formação de capital humano é de extrema importância uma vez que a destruição de emprego se focou principalmente nas atividades que exigem um nível mais baixo de formação e a mudança estrutural no sentido de uma economia mais competitiva e um crescimento inteligente requer níveis mais elevados de formação para o desenvolvimento de atividades mais intensivas em conhecimento.

Quanto ao tema I&D&i, as duas regiões fazem parte do grupo de inovadores moderados, apesar de a Galicia se incluir no grupo de inovadores moderados baixo e o Norte de Portugal no grupo de inovadores moderados. Isso também se traduz numa maior percentagem de despesa em I&D&i na região Norte de Portugal face à Galicia, em que a

primeira região aposta significativamente no conhecimento como fonte de crescimento económico. Em relação à implementação de I&D em ambas as regiões, o peso do setor empresarial está abaixo da média da UE27, ainda que no Norte seja relativamente um pouco mais elevado do que no caso galego.

As duas regiões apresentam uma rede de universidades, centros de pesquisa e centros tecnológicos importantes e especializados quer nos recursos endógenos ou atividades económicas de carácter mais tradicional, como é o caso do setor marítimo e do agroalimentar, quer em novos setores como a saúde, as TIC e nanotecnologia. Importa destacar a iniciativa *Campus del Mar*, que reúne todos os atores do sistema de inovação de ambas as regiões no domínio marítimo. Apesar da existência destes centros relacionados com os ativos do território, continua a verificar-se uma baixa colaboração dos atores do subsistema de geração de conhecimento e o setor empresarial, facto que leva a que as infraestruturas e os recursos disponíveis não sejam suficientemente explorados.

QUADRO 57. QUADRO RESUMO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE I&D&I E TIC

Indicador	Galícia	Norte de Portugal	EU27
Despesa e I&D (% sobre o PIB, 2010)	0,9%	1,5%	20%
% despesa em I&D executado pelo setor empresarial (2010)	45,1%	46,0%	61,9%
Postos de trabalho em serviços intensivos em conhecimento e em set. manufatureiros de alta e média tecnologia (2011)	2,2	1,4	3,8
% de alojamentos com acesso a banda larga (2012)	62,0	56,0	73,0

Fonte: Eurostat

Por outro lado, também se verifica que a percentagem de postos de trabalho em serviços intensivos em conhecimento ou no setor da manufatura de alta e média tecnologia são inferiores à média da UE27, o que reflete a especialização produtiva, como mencionado anteriormente. Deve-se notar, porém, que a Galícia supera o Norte de Portugal nesta variável, muito relacionado também com a formação de capital humano e a conclusão dos estudos superiores.

Finalmente, constata-se que no domínio das TIC, a situação do Espaço Transfronteiriço também é deficiente e apenas 62% e 56% dos alojamentos galegos e do Norte de Portugal, respetivamente, têm acesso a internet de banda larga. Como já mencionado, as TIC são tecnologias facilitadoras com múltiplas aplicações para ajudar à modernização do tecido produtivo como para superar os desafios sociais que se enfrentam nesta área de cooperação.

A crise económica tem causado efeitos sociais significativos, de modo que, por exemplo, a população em risco de pobreza ou exclusão social aumentou desde 2010 e está intimamente relacionado com a crise que afeta de forma importante o mercado de trabalho.

Importante de mencionar é o facto de a Galícia e o Norte de Portugal se destacarem por serem um território muito fértil no que diz respeito à presença de recursos endógenos.



Apresentam uma floresta importante onde predominam árvores de folha caduca com presença dominante de pinheiros e carvalhos, que são alvo de grandes incêndios no verão. Também têm recursos significativos de água, devido à presença de grandes bacias hidrográficas. Abrigam ainda um importante património natural e áreas protegidas existindo inclusivamente um protocolo de cooperação assinado entre o Parque Nacional da Peneda - Gerês e Parque Natural Baixa Limia - Serra Xurés. É um espaço no qual se destaca o seu carácter marinho conferindo-lhe riqueza, ao mesmo tempo que causa toda uma série de problemas associados, como é o caso da sobre-exploração dos recursos pesqueiros e os derrames de petróleo. Finalmente, apresenta um importante património cultural, que inclui o Caminho de Santiago e a combinação entre uma paisagem rica com a riqueza arquitetónica.

Quanto à cooperação institucional note-se que é a mais antiga da fronteira luso-hipânica, a primeira Comunidade de Trabalho data de 1991, enquanto o AECT Galicia-Norte de Portugal foi a terceira a ser estabelecida na Europa. Além dessas medidas, foram desenvolvidas outras estruturas de carácter local, empresarial e universitário constituindo a prova da importância atribuída à cooperação transfronteiriça nesta área e as potencialidades que apresentam como região funcional.

## 2.2. ÁREA DE COOPERAÇÃO NORTE DE PORTUGAL – CASTILLA Y LEÓN

A área de cooperação na Região Norte de Portugal e Castilla y León tem um carácter predominantemente rural já que apenas Salamanca é considerada uma área intermédia, enquanto as restantes são áreas predominantemente rurais. No entanto, o território adjacente tem já um carácter mais urbano com as áreas dasNUTS III consideradas intermédias (León, Valladolid, Cávado e Tâmega) e até mesmo Ave que é considerada uma área predominantemente urbana.

Em termos de acessibilidade incluem a ligação rodoviária entre Vilar Formoso e Fontes de Onoro, que constitui uma das ligações mais importantes entre Portugal e Espanha, em particular, e com o resto da Europa em geral, destacando-se assim as infraestruturas de comunicação por estrada em detrimento do caminho de ferro. A rede ferroviária encontra-se em declínio progressivo, especialmente em pequenas e médias distâncias, mas que importa destacar a ligação por Ave entre Valladolid e Ourense contribuindo para estruturar a acessibilidade do território. De qualquer modo, não há ligações ferroviárias transfronteiriças. Em relação às ligações aeroportuárias salienta-se o aeroporto internacional de Salamanca.

QUADRO 58. ÁREA DE COOPERAÇÃO NORTE DE PORTUGAL E CASTILLA Y LEÓN

Regiões NUTS II	Espaço de Cooperação NUTS III	Território AdjacenteNUTS III
Castilla y León	Zamora, Salamanca	León, Valladolid e Ávila
Norte de Portugal	Alto Trás-os-Montes, Douro	Cávado, Ave, Tâmega

Este carácter predominantemente rural está associado a baixas taxas de densidade especialmente nas NUTS III de carácter mais rural, que já foi apontado anteriormente. Isto também reflete um dos principais problemas do Espaço de Cooperação sendo ele a perda e o envelhecimento da população. Todas as NUTS III perdem população exceto Valladolid, que é também a NUTS III mais dinâmica, do ponto de vista económico. Por outro lado, apresenta um alto índice de envelhecimento, bem acima da média da UE27 situando-se em 1.1. Esta situação é particularmente grave no Alto Trás-os-Montes e nas províncias espanholas.

Do ponto de vista económico, Castilla y León é considerada, para o período de programação de 2014-2020, como uma região desenvolvida, enquanto o Norte de Portugal é considerado como uma das regiões menos desenvolvidas. Além disso, verificou-se que de Castilla y León as áreas NUTS III que fazem parte do Espaço de Cooperação apresentam um perfil de áreas de transição ou intermédias em relação ao seu PIB.

**QUADRO 59. QUADRO RESUMO DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA**

Território	População total (2012)	Densidade (2011)	T. envelhecimento (2012)	PIB UE27=100(2010)
Zamora	188.779	18,3	2,8	80
Salamanca	342.166	28,1	2,0	83
Alto Trás-os-Montes	202.701	24,9	2,6	56
Douro	204.543	50,9	1,8	54
León	477.390	30,9	2,3	90
Valladolid	526.768	65,2	1,5	108
Ávila	166.302	20,8	2,0	82
Cávado	409.764	329,2	0,9	62
Ave	510.603	410,4	1,0	59
Tâmega	549.426	210,0	0,8	44

Fonte: Eurostat

Em relação à competitividade dos negócios, a produtividade dos territórios de Castilla y León é um pouco acima da média da UE27, enquanto do lado português é, em alguns casos, até mesmo abaixo de metade. Verificou-se que o território adjacente tem um número maior de empresas do que o Espaço de Cooperação, em particular, Ave e já mais distante Valladolid e León que são também aquelas com uma proporção maior de médias e grandes empresas nos seus territórios.

#### QUADRO 60. RESUMO DE CARACTERIZAÇÃO EMPRESARIAL

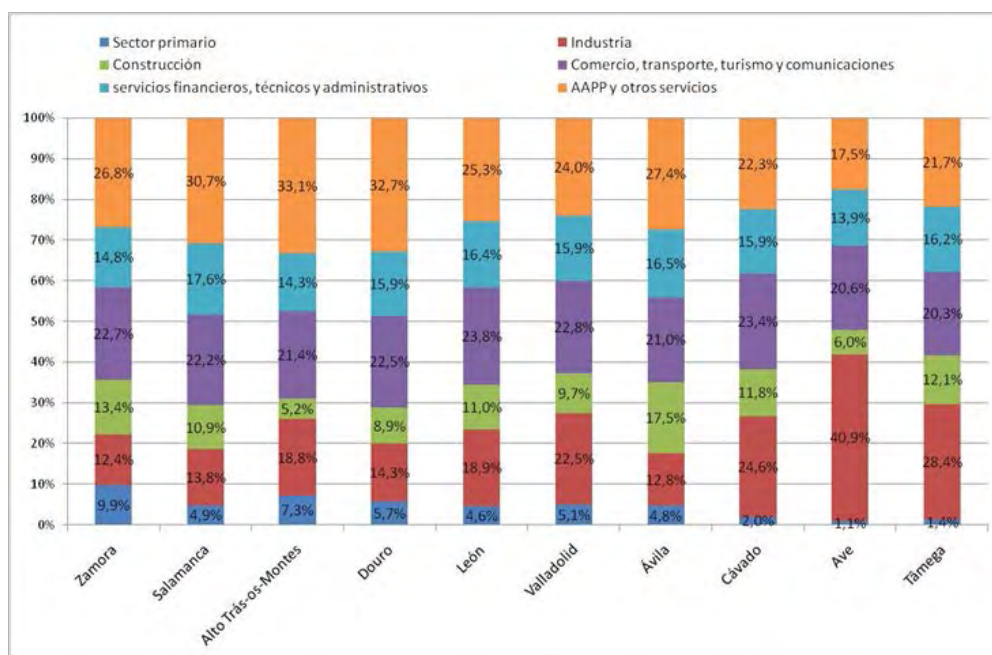
Território	Productividad UE=100 (2010)	Nº de empresas (2010)
Zamora	100,0	12.098
Salamanca	101,8	23.376
Alto Trás-os-Montes	50,7	17.120
Douro	52,9	16.075
León	105,8	33.126
Valladolid	106,7	35.245
Avila	101,1	11.414
Zamora	100,0	12.098
Salamanca	101,8	23.376
Cávado	59,7	38.373
Ave	61,0	137.753
Tâmega	49,6	43.208

Fonte: Eurostat

Em relação ao VAB por ramos de atividade, destaca-se o peso significativo do sector primário em relação à média da UE27, principalmente nos predominantemente mais rurais que apresentam uma importante especialização em relação à UE27 em atividades ligadas à produção de produtos agrícolas e à pecuária no lado de Castilla y León.

O peso do sector industrial na Área de Cooperação é inferior à do território adjacente. Assim, Ave, Cávado, Tâmega e Valladolid apresentam uma importância relativa do setor industrial responsável por 20% do VAB, e em que Ave assume 40,9%. Esta força industrial do território adjacente pode certamente ter efeitos multiplicadores sobre o Espaço de Cooperação. Quanto à especialização sectorial no que diz respeito à UE27 em termos de emprego importa sublinhar em ambas tanto o sector da construção e de atividades relacionadas, bem como o setor de rochas ornamentais. Quanto a Castilla y León destacam-se especialmente o setor automóvel e os produtos agroalimentares, enquanto em Portugal a indústria têxtil, vestuário e calçado. Verifica-se, portanto, maior “despecialização” em atividades económicas mais intensivas em conhecimento, embora no caso de Castilla y León, a educação e a criação de conhecimento surjam com especialização.

GRÁFICO 29. VALOR ACRESCENTADO BRUTO POR RAMOS DE ACTIVIDADE (% , 2010)



Fonte: Eurostat

Em relação ao mercado de trabalho deve-se notar que é fortemente afetado pela crise económica, embora se sinta menos do que em outras áreas de cooperação do Espaço. A taxa de emprego está abaixo da média da UE27 e longe das metas estabelecidas na Estratégia 2020, no entanto, está acima da média do Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal NUTS II. Ainda assim, é importante notar a sua evolução temporal negativa ao longo dos últimos quatro anos. O desemprego é outro problema que afeta sobretudo o Espaço Transfronteiriço refletindo a difícil situação económica que atravessa o sul da Europa. A situação é particularmente delicada na população mais jovem, cuja taxa de desemprego abrange quase em metade da população jovem ativa, no caso de Castilla y León.

QUADRO 61. RESUMO DAS PRINCIPAIS TAXAS RELATIVAS AO MERCADO DE TRABALHO E À FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO

Indicador	Castilla y León	Norte de Portugal	EU27
Taxa de emprego (2012)	62,4	65,5	68,4
Taxa de desemprego (2012)	19,7	16,1	10,4
Taxa desemprego juvenil (2012)	48,2	32,8	22,9
Taxa de abandono educativo precoce (2012)	21,5	21,3	12,8
% de pessoas entre 30-34 anos que completaram estudos superiores (2012)	43,8	28,7	35,8

Fonte: Eurostat

Em relação à formação e educação do capital humano, estas incluem a elevada taxa de abandono escolar precoce em ambas as regiões, ou seja, a população entre 18 e 24 anos que deixa a escola sem concluir o ensino secundário. No que respeita à população com ensino superior entre 30 e 34 anos, esta já é muito diferente em ambas as regiões. Assim, Castilla y León é responsável por 43,8%, enquanto no Norte de Portugal apenas 28,7%, embora este último território tenha evoluído de forma positiva nos últimos anos. Isto reflete do lado do Norte de Portugal um capital humano que tem deficiências na sua formação para tomar rumar face a um crescimento inteligente enquanto do lado de Castilla y León se verifica um desequilíbrio entre uma grande percentagem da população com estudos básicos encontra e outra com ensino superior, existindo uma grande lacuna de formação secundária de carácter superior.

Em relação ao crescimento inteligente que não se baseia apenas num capital humano bem formado, mas também em I&D&i e na utilização das TIC, é de salientar que tanto a Castilla y León como Norte de Portugal são considerados inovadores moderados altos, sendo significativo o investimento em I&D&i do lado da fronteira portuguesa que resulta num custo com I&D sobre a percentagem do PIB acima de Castilla y León (cuja despesa cai a partir de 2009, como resultado da crise económica e ajustes de orçamento), mas ainda abaixo da média da UE27 e da meta de 3% estabelecida na Estratégia em 2020.

Da despesa em I&D, o setor empresarial executa 53,6% em Castilla y León e 46,0% na Região Norte em comparação com a média da UE27, pelo que a diferença no investimento em I&D&i na área de cooperação com a média da UE pode ser baseada numa menor participação da iniciativa privada.

É de notar que a Área de Cooperação apresenta muitas infraestruturas de investigação materializadas por meio dos centros de ensino superior, centros de pesquisa, centros tecnológicos e parques tecnológicos, principalmente no território adjacente. A este respeito, também se deve notar que, embora a colaboração entre centros de pesquisa e o setor empresarial seja maior do que em todo o Espaço Transfronteiriço, é necessário fazer grandes esforços nesta área para alcançar os níveis da UE, que facilitariam uma maior exploração e tradução comercial dos resultados de I&D&i.

Em relação ao emprego em atividades intensivas em conhecimento, a percentagem é maior em Castilla y León do que no Norte de Portugal, estando esta diferença fundamentada numa percentagem maior da população com ensino superior no primeiro no primeiro caso. No entanto, os níveis continuam abaixo da média europeia devido ainda a um tecido produtivo pouco especializados em atividades intensivas em conhecimento e de maior valor acrescentado.

QUADRO 62 RESUMO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE I&D&I E TIC

Território	Castilla y León	Norte de Portugal	EU27
Despesa em I&D (% sobre o PIB, 2010)	1,10%	1,50%	2,00%
% despesa em I&D executado pelo setor empresarial (2010)	53,6%	46,0%	61,9%
Empregos em serviços intensivos em conhecimento e em set. manufatureiros de alta e média tecnologia (2011)	2,6	1,4	3,8
% de alojamentos com acesso a banda larga (2012)	62,0	56,0	73,0

Fonte: Eurostat

Também devem ser feitos esforços maiores no acesso e uso das TIC uma vez que se comprova que o acesso à banda larga não está suficientemente generalizado, sendo um problema característico dos territórios que têm um caráter mais rural.

O Espaço Transfronteiriço é uma área de importância ambiental especial. Em relação aos riscos, este é uma área que sofre com os incêndios florestais de forma significativa, especialmente na parte portuguesa, sendo muito sensível aos efeitos provocados pelas alterações climáticas. Do ponto de vista do património conta com espaços naturais de relevância, com áreas protegidas de grande importância como o Parque Natural de Montesinho, o Parque Natural do Douro Internacional, o Parque Natural do Lago de Sanabria, a Reserva de Caça Nacional da Serra da Culebra e o Parque Natural Arribes del Douro. Apresenta ainda um importante património arquitetónico e cultural em que se destacam lugares reconhecidos pela UNESCO como património da humanidade, como a cidade de Salamanca, Alto Douro Vinhateiro e as Gravuras Rupestres do Vale do Côa e Siega Verde. Tem também importantes centros históricos, castelos e fortalezas.

Finalmente, no que diz respeito à cooperação institucional, têm proliferado numerosas estruturas e organizações dos dois lados da fronteira, a fim não só de promover a cooperação transfronteiriça, mas também para orientar e conjugar esforços para resolver os problemas comuns a ambos os lados da fronteira. Neste sentido cabe destacar a Comunidade de Trabalho de Castilla y León e o Norte de Portugal assim como institutos e centros de pesquisa, cujo foco está nos estudos transfronteiriços.

### 2.3. ÁREA DE COOPERAÇÃO CENTRO DE PORTUGAL – CASTILLA Y LEÓN

O núcleo básico deste espaço de fronteira é formado pelas províncias espanholas de Zamora, Salamanca e a sub-região portuguesa da Beira Interior Norte. Considerando as áreas adjacentes desta área de cooperação, o seu território estende-se a León, Valladolid e Ávila pelo lado espanhol e Dão-Lafões, Serra da Estrela, Cova da Beira e Beira Interior Sul pelo português.



QUADRO 63. ÁREA DE COOPERAÇÃO CENTRO DE PORTUGAL - CASTILLA Y LEÓN

Regiões NUTS II	Espaço de Cooperação NUTS III	Território Adjacente NUTS III
Castilla y León	Salamanca	Valladolid, Ávila
Centro de Portugal	Beira Interior Norte	Dão- Lafões, Serra da Estrela, Cova da Beira, Beira Interior Sul

Observa-se populações predominantemente rurais e com um alto grau de envelhecimento, situação parecida ao que ocorre noutras regiões da geografia espanhola e portuguesa de características semelhantes. Apenas Salamanca (mais Valladolid) é considerada como uma zona intermédia, com uma percentagem inferior a 50% em relação ao total.

QUADRO 64. RESUMO DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

Território	População total (2012)	Densidade (2011)	T.envejecimiento (2012)	PIB UE27=100(2010)
Salamanca	342.166	28,1	2,0	83
Beira Interior Norte	103.651	25,6	2,5	56
Valladolid	526.768	65,2	1,5	108
Ávila	166.302	20,8	2,0	82
Dão-Lafões	276.023	79,3	1,7	57
Serra da Estrela	43.391	50,3	2,7	42
Cova da Beira	87.362	63,8	2,1	53
Beira Interior Sul	74.469	20,0	2,5	73

Fonte: Eurostat

As tendências demográficas nos últimos anos levaram a um declínio populacional devido a taxas de natalidade reduzidas e ao aumento da imigração para territórios economicamente mais prósperos. Apenas a província adjacente de Valladolid, que atua como vértice do desenvolvimento de Castilla y León, escapa a esta tendência negativa.

Do ponto de vista da acessibilidade territorial, releva-se o relativo isolamento da área. Na verdade, só existe uma ligação por estrada nacional entre Vilar Formoso-Fontes de Onoro que, por sua vez, é também o único ponto de passagem da rede ferroviária. No entanto, nos últimos anos tem havido vários contatos entre os dois países para o planeamento de ações voltadas para a melhoria das ligações ferroviárias, destacando-se, nesta área de cooperação, o projeto Salamanca-Aveiro. Este distrito possui também um dos cinco portos que compõem a rede principal de Portugal, favorecendo, assim, a atividade de logística.

Os níveis de desenvolvimento económico situam-se abaixo da média da UE. No entanto, a situação de atraso relativo acentua-se nitidamente do lado português da fronteira. Assim, enquanto a Beira Interior Norte se enquadra na categoria de "regiões menos desenvolvidas", com um PIB *per capita* (em paridade de poder aquisitivo) de 56% em comparação com a UE27, Zamora e Salamanca situam-se no grupo dos "territórios em transição", a ultrapassar

75%. Esta última cidade permanece como o centro mais dinâmico desta área, com uma capacidade superior de arraste sobre as restantes.

Esta situação é reproduzida nos níveis de produtividade do trabalho. Enquanto Salamanca e Zamora se situam em torno da média da UE, a Beira Interior Norte atinge valores ligeiramente superiores a 45%. A rede empresarial é muito pequena, em que o estrato principal é o correspondente a menos de 10 funcionários e tem sido reduzido significativamente como resultado da crise económica atual. Isso evidencia as dificuldades que as empresas enfrentam para melhorar a sua posição competitiva, por meio da promoção da inovação e internacionalização, matéria extensível a todo o espaço transfronteiriço.

**QUADRO 65.. RESUMO DE CARACTERIZAÇÃO EMPRESARIAL**

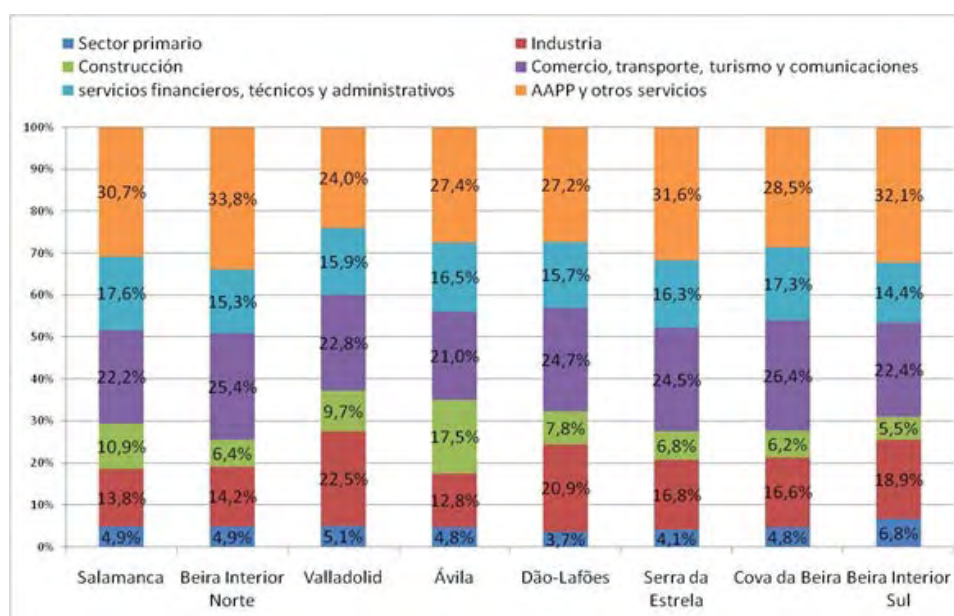
Território	Produtividade UE=100 (2010)	Nº de empresas (2010)
Salamanca	101,8	23.376
Beira Interior Norte	45,1	8.933
Valladolid	106,7	35.254
Avila	101,1	11.414
Dao-Lafoes	52,5	23.563
Serra da Estrela	49,5	3.448
Cova da Beira	44,4	7.563
Beira Interior Sul	48,9	6.388

Fonte: Eurostat

Neste sentido, salienta-se o papel das áreas adjacentes como motores do desenvolvimento territorial neste espaço. Mais especificamente, Valladolid em Castilla y León e área Dão-Lafões da região Centro de Portugal são as que revelam maior capacidade de polarização da atividade económica.

A economia de Castilla y León-Centro, como a do conjunto do Espaço de Cooperação, é uma economia terciária. No entanto, o seu perfil de especialização é caracterizado pela importância de determinados setores produtivos. Salientam-se, por exemplo, as atividades relacionadas com o setor primário e a construção e, no caso específico de Castilla y León, a indústria automóvel.

GRÁFICO 30. VALOR ACRESCENTADO BRUTO POR RAMOS DE ATIVIDADE (% , 2010)



Fonte: Eurostat

Prova disso é que, embora a Região Centro tenha sido incluída na categoria de "inovador seguidor" Castilla y León ainda se encontra na categoria dos territórios "Inovadores Moderados". O esforço regional de I&D em relação ao PIB é relativamente pequeno, alcançando 1,3% no Centro e 1,1% em Castilla y León. O papel do setor privado nesse investimento é comparativamente menor do que na UE, embora em Castilla y León mais de metade (53,6%) dos recursos destinados a I&D venha do setor empresarial. No entanto, verifica-se uma clara tendência descendente nos últimos anos, mais pronunciado no caso da região Centro, devido às dificuldades decorrentes da conjuntura económica atual.

QUADRO 66. RESUMO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE I&D&I E TIC

Indicadores	Castilla y	Centro Portugal	EU27
Despesa em I&D (% sobre o PIB, 2010)	1,10%	1,30%	2,00%
% despesa em I&D executada pelo setor empresarial (2010)	53,60%	36,70%	61,90%
Empregos em serviços intensivos em conhecimento e em set. manufatureiros de alta e média tecnologia (2011)	2,6	1,2	3,8
% de alojamentos com acesso a banda larga (2012)	62	54	73

Fonte: Eurostat

No entanto, há uma oferta tecnológica significativa, especialmente em determinadas áreas, devido à presença de vários centros e institutos tecnológicos, como a Biologia Molecular e Celular do Cancro, Biologia Funcional e Genómica, Recursos Naturais e Agrobiologia e o Instituto Tecnológico Agrícola em Salamanca.

A atividade de tais centros exige a disponibilidade de uma força de trabalho altamente qualificada. Neste sentido, sobressai o mais alto nível de formação de Castilla y León, onde 43,8% das pessoas com idades entre 30-34 anos concluíram o ensino superior. Este capital humano é superior à média da UE e quase o dobro da Região Centro.

Em contrapartida, observam-se taxas de abandono escolar precoce. A percentagem de estudantes entre 18 e 24 anos que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário situou-se em 21,3%, em Castilla y León e em 18,5%, no Centro. No entanto, a evolução dos últimos anos tem sido positivo, especialmente na região Centro, que viu reduzir a sua taxa de abandono escolar precoce nos últimos quatro anos em mais de 13 pontos.

**QUADRO 67. RESUMO DAS PRINCIPAIS TAXAS RELATIVAS AO MERCADO DE TRABALHO E À FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO**

Indicadores	Castilla y León	Centro	EU27
Taxa de emprego (2012)	62,40%	69,70%	68,40%
Taxa de desemprego (2012)	19,7	12,0	10,4
Taxa desemprego jovem (2012)	48,2	36,3	22,9
Taxa de abandono educativo precoce (2012)	21,5	18,7	12,8
% de pessoas entre 30-34 anos que completaram estudos superiores (2012)	43,8	22,8	35,8

Fonte: Eurostat

Quanto ao comportamento do mercado de trabalho, o desemprego disparou a partir de 2008, aumentando em mais de duas vezes em ambas as regiões. As grandes perdas de emprego sofridas causadas pela crise económica fez com que a taxa de desemprego nas pessoas entre os 24 e os 64 anos em Castilla y León chegue aos 20% e aos 12% no Centro, a mais baixa de todo o Espaço de Cooperação. Não há dúvida de que o problema do desemprego se agrava especialmente no seio da população mais jovem (48,2% e 36,3%, respetivamente) e dos desempregados de longa duração (44,1% e 42,3%). Tudo isto contribuiu para o forte aumento da população em risco de pobreza.

Note-se também a incidência de certos riscos naturais, especialmente a desertificação e a seca, e o perigo de incêndio florestal e os episódios possíveis de inundações (especialmente na província de Badajoz). O impacto potencial tanto ambiental, como económico da mudança climática também se estima considerável. Além disso, destacam-se outras zonas protegidas nesta área de cooperação, tais como os Parques Naturais da Serra da Estrela, Candelario, El Rebollar e Las Batuecas-Sierra de Francia.

De entre os riscos ambientais com maior incidência destacam-se o perigo de incêndios florestais, especialmente na região Centro e a ocorrência de fenómenos de seca. O impacto potencial tanto ambiental, como económico da mudança climática também se estima considerável.

Ainda assim, existe um importante património histórico e cultural de grande importância e potencial assumindo-se como elementos de desenvolvimento, com a presença de diferentes

lugares e elementos considerados património mundial, como a região de vinhos do Vale do e o local de arte rupestre pré-histórica do Vale do Côa e da cidade de Salamanca.

Finalmente, deve-se ressaltar o fortalecimento da tradição de cooperação nesta área. Prova disso é o trabalho desenvolvido sobre o território por entidades como o Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças; as Comunidades de Trabalho Castilla y León-Centro de Portugal e o BIN SAL, o Consórcio Transfronteiriço de Cidades Amuralhadas, formado pela cidade de Ciudad Rodrigo e pela Câmara Municipal de Almeida e do Centro de Estudos Ibéricos integrado pela Universidade de Salamanca, a Universidade de Coimbra, Instituto Politécnico da Guarda e a Câmara Municipal da Guarda.

## 2.4. ÁREA DE COOPERAÇÃO ALENTEJO-CENTRO - EXTREMADURA

O território da Extremadura-Centro-Alentejo caracteriza-se por ser uma área predominantemente rural.

QUADRO 68. ÁREA DE COOPERAÇÃO ALENTEJO-CENTRO-EXTREMADURA

Regiões NUTS II	Espaço de Cooperação NUTS III	Território Adjacente NUTS III
Alentejo	Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo	Alentejo Litoral
Centro	Beira Interior Sul	Serra da Estrela,, Pinhal Interior Sul, Cova da Beira
Extremadura	Cáceres, Badajoz	

Esta área apresenta um território com baixa densidade populacional e um alto grau de envelhecimento. Só a província de Badajoz, nos últimos anos, mostrou uma tendência demográfica positiva, principalmente devido à influência do capital pacense. Do lado português, os concelhos de Portalegre e Elvas são aqueles que evidenciam um comportamento populacional melhor.

QUADRO 69. RESUMO DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

Território	População total (2012)	Densidade (2011)	T. envelhecimento (2012)	PIB UE27=100(2010)
Alto Alentejo	117.571	18,9	2,2	65
Alentejo Central	166.383	23,1	1,9	67
Baixo Alentejo	125.951	14,8	1,9	78
Beira Interior Sul	74.469	20,0	2,5	73
Cáceres	403.958	20,8	1,6	70
Badajoz	679.107	31,9	1,2	69
Alentejo Litoral	97.697	18,4	1,9	111
Serra da Estrela	43.391	50,3	2,7	42
Pinha Interior Sul	40.308	21,3	3,3	60
Cova da Beira	87.362	63,8	2,1	53

Fonte: Eurostat

No geral, esta é uma área com uma acessibilidade territorial baixa, que tem sido melhorada recentemente com a melhoria na dotação de infraestruturas de transporte. Importa destacar a existência de ligações fronteiriças rodoviárias (Caia-Badajoz) e ferroviárias (Badajoz-Elvas) assim como os aeroportos de Badajoz e de Beja e também de outros projetos possíveis que poderiam constituir um avanço significativo. No entanto, ainda persistem problemas de isolamento e perifericidade sobre os principais centros económicos da Península Ibérica.

Do ponto de vista económico, as três regiões que compõem esta área de cooperação são classificadas dentro do grupo de "menos desenvolvidas" para o novo período de programação 2014-2020, por terem um PIB *per capita* inferior à média da UE27. Apenas Badajoz tem um perfil mais dinâmico pela sua maior capacidade de contribuir para a estrutura territorial deste subespaço.

O setor produtivo, por sua vez, é dominado por microempresas, cuja capacidade de aumentar a sua competitividade é menor. Em qualquer caso, a produtividade laboral também fica abaixo da média comunitária, embora os desenvolvimentos nos últimos anos tenham sido positivos, principalmente devido ao forte processo de perda de empregos causados pela crise económica. De facto, as variáveis relacionadas com o mercado de trabalho têm sido aquelas que sofreram maior deterioração, o que é extensível a todo o Espaço de Cooperação transfronteiriça.

**QUADRO 70. RESUMO DE CARACTERIZAÇÃO EMPRESARIAL**

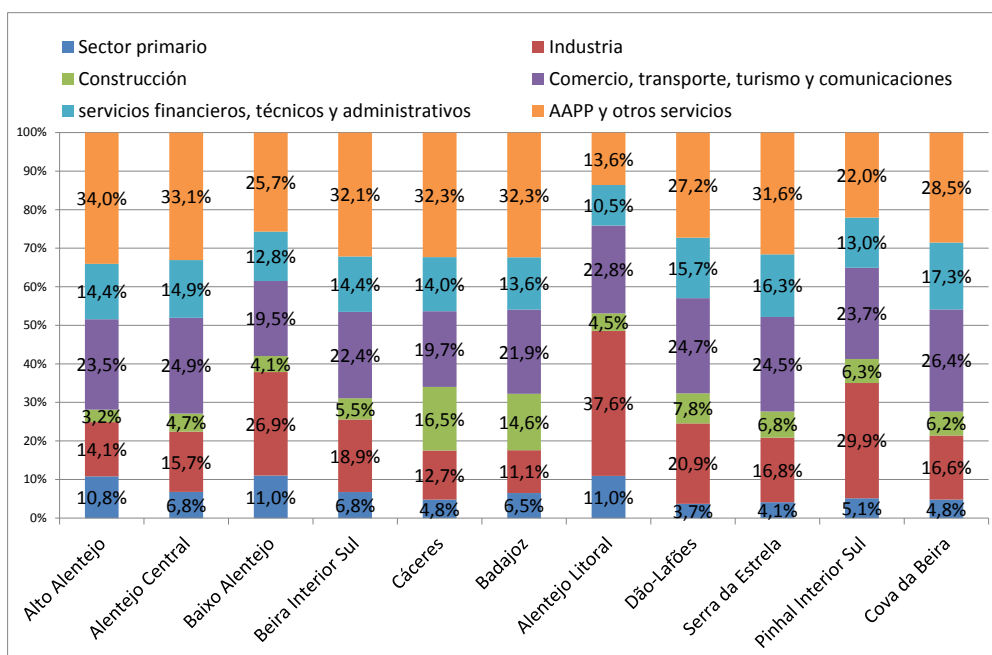
Território	Produtividade UE=100 (2010)	Nº de empresas (2010)
Alto Alentejo	74,1	9.285
Alentejo Central	74,5	15.809
Baixo Alentejo	93,7	10.343
Beira Interior Sul	48,9	6.388
Caceres	90,5	25.834
Badajoz	88,3	39.739
Alentejo Litoral	124,1	8.586
Serra da Estrela	49,5	3.448
Pinhal	50,9	3.170
Cova da Beira	44,4	7.563

Fonte: Eurostat

A composição setorial desta área mostra um peso maior das atividades do setor primário, da construção e da indústria agroalimentar.



GRÁFICO 31. VALOR ACRESCENTADO BRUTO POR RAMOS DE ATIVIDADE (% , 2010)



Fonte: Eurostat

Em relação às capacidades de I&D&i, somente a Região Centro foi incluída na categoria de "inovador seguidor", enquanto o Alentejo se enquadra no grupo de "inovadores moderados" e a Extremadura em "modestos inovadores", de acordo com o índice de inovação regional elaborado pela UE.

QUADRO 71. RESUMO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE I&D&I E TIC

Indicadores	Alentejo	Centro	Extremadura	Andalucía	EU27
Despesa em I&D (% sobre o PIB, 2010)	0,5	1,3	0,9	1,2	2,0
% despesa em I&D executado pelo setor empresarial (2010)	35,3	36,7	19,0	35,9	61,9
Empregos em serviços intensivos em conhecimento e em set. manufatureiros de alta e média tecnologia (2011)	n.d.	1,2	1,8	2,2	3,8
% de alojamentos com acesso a banda larga (2012)	47	54	58	63	73

Fonte: Eurostat

O esforço regional em I&D em relação ao PIB é relativamente reduzido alcançando 1,3% no Centro, 0,9% na Extremadura e apenas 0,5% no Alentejo. A participação das empresas em tal investimento também é menor em comparação com o setor público, sendo, em geral, a sua evolução regressiva, como resultado das dificuldades económicas que se atravessam. No entanto, nesta área, localizam-se alguns centros de pesquisa, universidades e centros

tecnológicos com capacidade de liderar processos de inovação em certas áreas temáticas, como a ambiental ou as TIC, entre outras.

**QUADRO 72. RESUMO DAS PRINCIPAIS TAXAS RELATIVAS AO MERCADO DE TRABALHO E À FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO.**

Indicador	Alentejo	Centro Portugal	Extremadura	Andalucía	EU27
Taxa de emprego (2012)	66,1	69,7	50,4	50,1	68,4
Taxa de desemprego (2012)	15,9	12,0	33,0	34,6	10,4
Taxa de desemprego jovem (2012)	44,5	36,3	61,5	62,2	22,9
Taxa de abandono escolar precoce (2012)	19,4	18,7	32,2	28,8	12,8
% de pessoas entre 30-34 anos que completaram estudos superiores (2012)	21,9	22,8	34,1	31,4	35,8

*Fonte: Eurostat*

A taxa de desemprego relativa a pessoas entre 24 e 64 anos chegou a 33% na Extremadura, a segunda maior nesse espaço, logo atrás da Andalucia, ao contrário da região Centro de Portugal, que é aquela com registos de menor taxa de desemprego com 12%. O grupo atingido mais intensamente por este problema são os jovens com menos de 24 anos, especialmente na Extremadura, onde a taxa de desemprego subiu para 61,5%, em 2012. Além disso, esta situação é ainda mais crítica, se for considerada a elevada percentagem da população entre os 18 e 24 anos que não trabalha nem estuda.

Por sua vez, a maior parte da população empregada tem níveis de formação de base, bem acima da média da UE27, especialmente nas regiões portuguesas desta área. Isto reflete a realidade do tecido produtivo, voltado para atividades de fraco valor acrescentado que não necessitam de mão-de-obra altamente qualificada. Esta situação é ainda agravada pelas altas taxas de abandono escolar precoce, aproximando-se de 20% no caso do Centro e Alentejo, ultrapassando os 30% na Extremadura.

Os efeitos da crise também foram sentidos no aumento da população em risco de pobreza ou exclusão social cujo patamar de rendimentos após as transferências sociais é inferior a 60% da média nacional.

Do ponto de vista ambiental, este é um espaço com grande riqueza, com destaque especial para o Parque Natural do Tejo Internacional e Serra de São Mamede/ZEC e ZEPA da Serra de San Pedro assim e para o Parque Nacional Monfragüe. Note-se também a incidência de certos riscos naturais, nomeadamente a desertificação e a seca, e o perigo de incêndio florestal e os potenciais episódios de inundações (especialmente em Badajoz). O impacto potencial quer ambiental, quer económico, das alterações climáticas também se estima considerável.

Além disso, verifica-se um património histórico e cultural de grande importância e potencial como elementos de desenvolvimento, com a presença de diferentes lugares e elementos considerados património mundial como a cidade de Cáceres, o Real Mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, o conjunto arqueológico de Mérida, ou o centro histórico de Évora.

Finalmente, deve-se ressaltar o fortalecimento da tradição de cooperação nesta área. Prova disso é o trabalho desenvolvido sobre o território, por entidades como a Comunidade de Trabalho da Eurorregião Alentejo-Centro-Extremadura (EUROACE), o Triângulo Urbano Ibérico Raiano (Grupo de Interesse Económico Europeu, formado pelas cidades de Cáceres, Plasencia Castelo Branco e Portalegre) ou a eurocidade de Badajoz-Elvas, fundada em 2013.

## 2.5. ÁREA DE COOPERAÇÃO ALENTEJO-ALGARVE-ANDALUCÍA

A área de cooperação Alentejo-Algarve-Andalucía apresenta desequilíbrios internos significativos, assim como asNUTS III de carácter costeiro são regiões intermédias ou mesmo no caso de Sevilla áreas predominantemente urbanas, no caso dasNUTS III de carácter interior do Alentejo são predominantemente de carácter rural.

QUADRO 73. ÁREA DE COOPERAÇÃO ALENTEJO-ALGARVE-HUELVA

Regiões NUTS II	Espaço de CooperaçãoNUTS III	Território AdjacenteNUTS III
Alentejo	Baixo Alentejo	Alentejo Central
Algarve	Algarve	
Andalucía	Huelva	Sevilla, Cádiz, Córdoba

Os desequilíbrios entre as zonas costeiras e as zonas do interior também se refletem nas variáveis demográficas. Assim, as áreas costeiras têm maior número de população e maior densidade populacional do que asNUTS III de carácter interior que têm perdas populacionais significativas, observando-se novamente a transferência da população de áreas mais rurais localizadas em zonas do interior para o litoral que, por sua vez, apresentam um maior dinamismo económico.

Para o período de programação 2014-2010 da política regional europeia, tanto o Algarve como a Andalucía entram na classificação das regiões em transição, o Alentejo continua a ser uma das regiões menos desenvolvidas da Europa, destacando-se o nível de desenvolvimento do Algarve. No entanto, o processo de convergência no caso do Algarve e dasNUTS III da Andalucía diminuiu principalmente por causa da crise económica, enquanto no caso do Alentejo se continua a progredir favoravelmente. Também digno de nota, observado em toda a área de cooperação, é o envelhecimento menos acentuado do que no resto do Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal, em que Huelva, Alentejo Central e Cádiz apresentam taxas de envelhecimento abaixo da média da UE27 (1,1).

QUADRO 74. RESUMO DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

Território	População total (2012)	Densidade (2011)	T.envelhecimento	PIB UE27=100(2010)
			(2012)	
Baixo Alentejo	125.951	14,8	1,9	78
Algarve	450.993	90,3	1,3	83
Huelva	509.990	51,9	0,9	75
Alentejo Central	166.383	23,1	1,9	67
Sevilla	1.887.466	135,9	0,9	80
Cádiz	1.229.926	170,7	0,8	75
Córdoba	788.196	57,6	1,1	71

Fonte: Eurostat

No que diz respeito às acessibilidades e comunicação do território, é possível constatar que se encontra bem estruturado através da rede de estradas, no entanto, a conexão transfronteiriça por via-férrea é inexistente. Apresenta, no entanto, um importante sistema portuário destacando-se os portos de Algeciras e Sines. Em relação às infraestruturas aéreas nomeiam-se os aeroportos internacionais do Algarve e Sevilla.

No que diz respeito à competitividade das empresas releva-se um aumento da produtividade do lado da fronteira espanhola maior do que na portuguesa, ainda assim com exceção de Huelva, abaixo da média da UE27. A evolução da produtividade foi positiva em toda a área transfronteiriça com a exceção de Huelva, que começou com níveis muito mais elevados do que as restantes. Em termos de número de empresas, verifica-se um desequilíbrio entre as NUTS III costeiras e as do interior, em que as primeiras apresentam um maior número de empresas. De qualquer forma, é de salientar a redução significativa e progressiva em relação ao número de empresas após a crise económica. Destaca-se no conjunto do Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal a reduzida dimensão do tecido empresarial, destacando-se neste aspeto todo o p Baixo Alentejo.

QUADRO 75. CARATERIZAÇÃO EMPRESARIAL

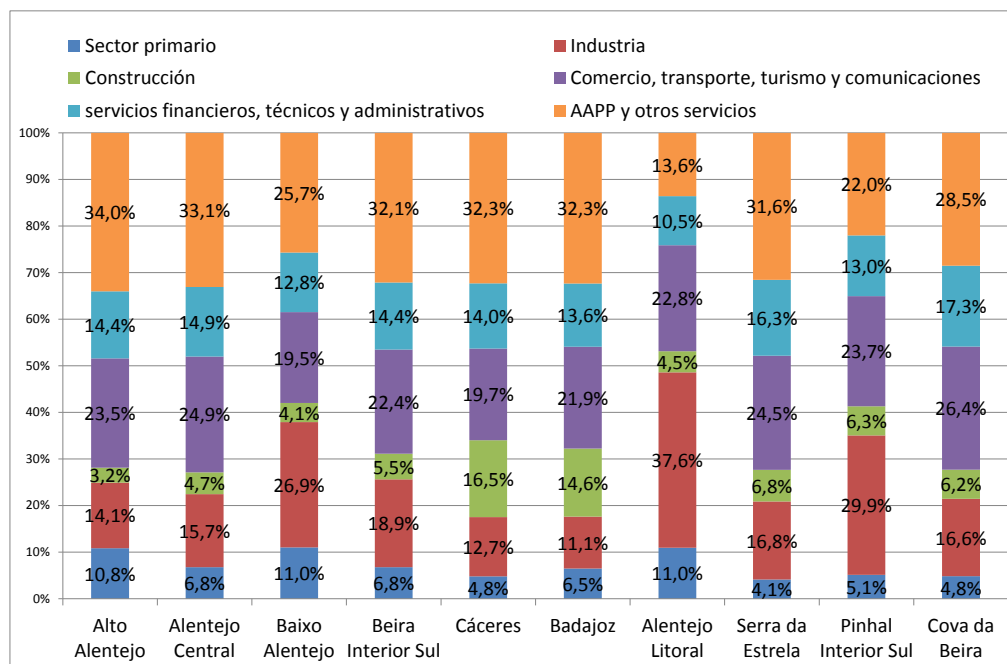
Território	Produtividade UE=100 (2010)	Nº de empresas (2010)
Baixo Alentejo	93,7	10.343
Algarve	80,6	57.821
Huelva	101,3	26.277
Alentejo Central	74,5	15.809
Sevilla	97,3	116.083
Cádiz	102,9	61.056
Córdoba	93,5	48.249

Fonte: Eurostat

Em relação à percentagem do VAB por ramo de atividade, nota-se que a área de cooperação Alentejo-Algarve-Andalucía é caracterizada por uma presença significativa do setor serviços em detrimento do setor industrial que, à exceção do Baixo Alentejo não ultrapassou 16% do VAB, constituindo, portanto, um risco significativo uma vez que o setor industrial deveria ser um setor com mais peso e mais relevante na sua contribuição para o VAB como para o emprego de modo a gerar crescimento, como sugere a Comissão

Europeia. Salienta-se também a importância do sector da construção, especialmente naquelas áreasNUTS III espanholas e também no Algarve. O peso do setor primário também é importante nas áreas mais interiores do Alentejo.

**GRÁFICO 32. VALOR ACRESCENTADO BRUTO POR RAMOS DE ATIVIDADE (% , 2010)**



Fonte: Eurostat

Do ponto de vista da especialização do tecido produtivo, em relação à UE27, sublinha-se uma forte especialização em atividades relacionadas com o mar, produtos agrícolas e turismo. A especialização é também observada no setor de rochas ornamentais e atividades ligadas ao setor da construção. Em geral, conclui-se que apresentam um tecido produtivo pouco diversificado e especializado em atividades pouco intensivas em conhecimento e de baixo valor acrescentado.

Em relação ao mercado de trabalho registam-se assimetrias significativas no conjunto de toda a área de cooperação que correspondem à lógica nacional dos países a que pertencem. Assim, Algarve e Alentejo apresentam uma taxa de emprego, distando ainda um pouco da média da UE27 e ainda mais da meta dos 75% estabelecida na Estratégia 2020, muito mais elevada do que a de Andalúcia. Isto traduz-se logicamente numa elevada taxa de desemprego na Andalúcia, tornando-se o seu maior problema. Nas três regiões, o desemprego afeta mais a população jovem e, mais uma vez, atinge mais fortemente o a Andalúcia. Além disso, a perda de postos de trabalho tem vindo a crescer de forma constante.

**QUADRO 76. PRINCIPAIS TAXAS RELATIVAS AO MERCADO DE TRABALHO  
E À FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO.**

Indicadores	Alentejo	Algarve	Andalucía	EU27
Taxa de emprego (2012)		66,2	50,1	68,4
Taxa de desemprego (2012)	15,9	17,9	34,6	10,4
Taxa desemprego jovem (2012)	44,5	39,6	62,2	22,9
Taxa de abandono escolar precoce (2012)	19,4	20,2	28,8	12,8
% de pessoas entre 30-34 anos que completaram estudos superiores (2012)	21,9	22,8	31,4	35,8

Fonte: Eurostat

Em relação à formação de capital humano, verificam-se altas taxas de abandono escolar precoce que, juntamente com as altas taxas de desemprego entre os jovens, se traduzem numa ampla percentagem de jovens que não estuda nem trabalha. No entanto, deve-se notar que, embora a crise tenha afetado negativamente a maioria das variáveis analisadas neste diagnóstico, a causa e as principais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho reduziram significativamente as taxas de abandono escolar precoce.

Os níveis de educação superior são mais elevados na Andalucia do que no Alentejo e no Algarve e, apesar um progresso notável nos últimos anos, são necessários maiores esforços neste sentido para que se opere uma mudança significativa rumo ao crescimento inteligente proposto pela Estratégia 2020.

Outro pilar em que o crescimento inteligente se baseia é o I&D+i. Andalucía encontra-se na categoria de inovador modesto, enquanto o Alentejo e o Algarve na de inovadores moderados. No entanto, a percentagem de despesa em I&D é maior em Andalucía do que no Alentejo ou Algarve, embora ainda muito baixa e, como resultado da crise, o investimento em I&D tende a estagnar. Do ponto de vista da execução de despesa verifica-se uma participação muito fraca por parte das empresas facto que provavelmente também está a pesar no baixo investimento em I&D no conjunto do Espaço Transfronteiriço.

O lado espanhol e o território adjacente são as áreas principais a apresentar várias infraestruturas de I&Di geradas do conhecimento sobre os recursos endógenos e especialização produtiva, ainda que se observem também esforços significativos no avanço do conhecimento em áreas de alto e futuro desenvolvimento tecnológico. Não obstante a existência de uma infraestrutura de interface entre o meio empresarial e a investigação, a cooperação entre os dois necessita de ser melhorada.

**QUADRO 77. RESUMO DAS PRINCIPAIS TAXAS RELATIVAS AO MERCADO DE TRABALHO E À  
FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO**

Indicadores	Alentejo	Algarve	Andalucía	EU27
Despesa em I&D (% sobre o PIB, 2010)	0,5	0,5	1,2	2,0
% despesa em I&D executado pelo setor empresarial (2010)	35,3	12,7	35,9	61,9
Empregos em serviços intensivos em conhecimento e em set. manufatureiros de alta e média tecnologia (2011)	n.d.	n.d.	2,2	3,8
% de alojamentos com acesso a banda larga (2012)	47,0	60,0	63,0	73,0

Fonte: Eurostat



O emprego nos serviços intensivos em conhecimento e no setor de manufatura de alta e média tecnologia ainda é baixo por duas razões principais, sendo elas a ausência de grandes indústrias de média e alta tecnologia (exceto a indústria aeroespacial, por exemplo, na Andalucía) e a especialização em atividades tradicionais de baixo valor acrescentado na medida em que é mais difícil contribuir com novos conhecimentos e mais qualificações.

As TIC são outro aspeto importante para o crescimento sustentável e, neste sentido, é importante destacar a necessidade de continuar a progredir no avanço ao acesso à Internet de banda larga para a população no seu conjunto possa beneficiar dos seus efeitos positivos.

Note-se que o impacto da crise económica fez aumentar a população em risco de pobreza ou exclusão social, problema agravado pelo arrastamento da crise e da persistência de problemas estruturais significativas no mercado de trabalho.

Em relação ao meio ambiente e património natural destaca-se a variedade climática configurando-se como ponto de encontro o Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo. Apresenta um património natural com inúmeros parques considerados como zonas protegidas devido à grande diversidade dos seus ecossistemas. No entanto, é uma das áreas do Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal mais débil, em relação aos processos de desertificação, secas e incêndios florestais convertendo-se numa área particularmente sensível aos problemas causados pelas alterações climáticas. Ainda assim, a riqueza paisagística, um clima em que o sol prevalece e o seu extenso litoral fazem com que a área de cooperação seja um importante destino turístico. No entanto, é necessário redirecioná-lo não só para o bom tempo e belas praias, mas também saber tirar proveito da riqueza das suas paisagens e do património cultural.

A cooperação transfronteiriça foi estabelecida como uma pedra angular nas estratégias de desenvolvimento dessas áreas, de tal modo que existem atualmente várias estruturas, tanto a nível regional como local, responsáveis pela estruturação e vertebração da cooperação: A Comunidade de Trabajo da Eurorregião Alentejo-Algarve-Andalucía, eo Gabinete de Iniciativas Transfronterizas e a Eurocidade del Guadiana.

### 3. BALANÇO DA SITUAÇÃO DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NA PERSPETIVA DOS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA DA EUROPA 2020

A Estratégia 2020 foi publicada em março de 2010 e adotada pelo Conselho Europeu em 17 de junho do mesmo ano. Trata-se de um documento de caráter estratégico com o qual se pretende superar a crise económica em que está imersa a Europa. Para tal, estabeleceram-se três prioridades ou pilares:

- **Crescimento inteligente:** através do desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação.
- **Crescimento sustentável:** promovendo uma economia que faça um uso mais eficiente dos recursos, que seja mais verde e competitiva.
- **Crescimento inclusivo:** fomentando uma economia com um alto nível de emprego, coesão social e territorial.

Estas três prioridades devem ajudar a UE a alcançar elevadas taxas de emprego, uma melhoria significativa do ambiente e sustentabilidade, assim como a coesão social e territorial.

Estes três pilares traduzem-se em cinco objetivos quantificados a alcançar no ano de 2020, que figuram na seguinte tabela:

QUADRO 78. SITUAÇÃO ATUAL FACE AOS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA 2020

Agenda 2020		Objetivo 2020	UE27	Espaço de Cooperação	Ano de referência
Emprego	População entre os 20-64 anos empregada	75%	68%	58,40%	2012
I&D e inovação	% do PIB da UE deveria ser investido em I&D	3%	2,00%	1,10%	2010
Alterações climáticas e energia	Redução em 20% das emissões de gases efeito de estufa face a 1990.	80%	85%	ES: 126% PT: 116%	2011
	Percentagem de energias renováveis	20%	13%	ES: 15,1% PT: 24,9%	2011
	Aumento da eficiência energética <sup>21</sup>	86,5%	93,0%	ES: 89,5% PT: 89,2%	2011
Educação	Taxa de abandono escolar precoce	10%	12,8	20,80%	2012
	Pessoas de 30 a 34 anos com estudos superiores	40%	35,8	32,70%	2012
Luta contra a pobreza e exclusão social	Pessoas em situação ou risco de pobreza e exclusão social	20 milhões	nd	nd	

<sup>21</sup> O terceiro objetivo em matéria de crescimento sustentável consistia em reduzir em 20% a eficiência energética, o que significa a redução do consumo de energia primária de 86,5% em relação ao ano base 2005=100.

### 3.1. CRESCIMENTO INTELIGENTE

Na Estratégia 2020 indica-se que as principais causas de menor crescimento da UE em relação a outros concorrentes globais residem, em grande parte, nas diferenças nas estruturas empresariais, no menor investimento em I&D&i e num uso reduzido das TIC. Por estes motivos, o crescimento inteligente da Estratégia 2020 baseia-se em três questões-chave: investigação e inovação, melhoria dos níveis educacionais da população e da sociedade digital.

A investigação e a inovação são um aspeto chave do crescimento inteligente, já que permitem criar novos produtos e serviços que gerem crescimento e emprego de qualidade, uma vez que ambos oferecem uma solução para os desafios enfrentados pela Europa nos próximos dez anos.

A este respeito, **o investimento em I&D do Espaço de Cooperação representa 1,1% do PIB** para o ano de 2011 e é, portanto, mais baixo que noutros países e regiões da Europa mais desenvolvidos. Ainda que se tenham registado avanços significativos nos últimos anos (2007-2010), o Espaço de Cooperação está ainda longe de atingir os níveis de investimento em I&D da UE 27 (2%) e do objetivo de 3% estabelecido na Estratégia 2020. Por outro lado, a atual conjuntura económica afetou de forma particular o investimento em I&D, já que não decresceu só o investimento relativo como também o absoluto, devido a uma redução significativa do PIB.

A execução de despesa em I&D mostra um desequilíbrio em relação à UE e outros países ocidentais, sendo os órgãos públicos a executar a maioria da despesa, enquanto o setor empresarial é responsável por apenas 40,6%, ou seja, mais do que 20 pontos percentuais abaixo da média europeia. Além disso, a execução reduzida pelo setor empresarial agravou-se ainda mais com a situação de crise que atravessam os territórios do Espaço Transfronteiriço NUTS II, tendo diminuído 10,9% entre 2007 e 2010.

De um modo geral também se observa que as regiões que efetuam um menor investimento em I&D&i são também aquelas em que a presença do setor empresarial na execução em I&D&i também é menor (Algarve e Extremadura). Além disso, uma análise em I&D&i exige também que sejam considerados os resultados por ela gerados. Neste sentido, note-se que entre os anos de 2008-2011 se registou um crescimento notável na percentagem de postos de trabalho em serviços intensivos em conhecimento e setores de manufatura de alta e média tecnologia, mas ainda assim e salvas raras exceções (Castilla y León) essa percentagem não superou 2% da população ocupada e ainda se encontra longe dos 3,8% da média da UE27, em 2011.

É necessário continuar a apostar e com maior força no investimento em I&D como meio para garantir um crescimento inteligente para superar a crise. Além disso, não só há que prestar atenção ao investimento em I&D de carácter público, mas também a uma maior participação das entidades privadas.

**QUADRO 79. SITUAÇÃO DAS REGIÕES DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NUTS II EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO INTELIGENTE**

Regiões	%PIB em I&D&i	Taxa de abandono precoce	Pop. 30-34 anos com estudos superiores	% alojamentos com banda larga
Galícia	0,9%	23,1	42,4	62,0
Castilla y León	1,1%	21,5	43,8	62,0
Extremadura	0,9%	32,2	34,1	58,0
Andalucía	1,2%	28,8	31,4	63,0
Norte de Portugal	1,5%	21,3	28,7	56,0
Centro de Portugal	1,3%	18,7	22,8	54,0
Alentejo	0,5%	19,4	21,9	47,0
Algarve	0,5%	20,2	22,8	60,0
<b>Esp. Transf. NUTS II</b>	<b>1,1%</b>	<b>20,8</b>	<b>32,7</b>	<b>60,0</b>
Espanha	1,4%	24,9	40,1	67,0
Portugal	1,6%	20,8	27,2	60,0
UE27	2,0%	12,8	35,8	73,0

Fonte: Eurostat

Outro aspeto em que se apoia o crescimento inteligente é **a formação e ensino**. Um crescimento inteligente assenta sobre uma população que apresente certas capacidades científicas e tecnológicas para criar, utilizar e absorver conhecimento. A este respeito, a Estratégia 2020 fixou o objectivo de melhorar os níveis de educação escolar, por um lado através da redução da taxa de abandono escolar precoce até 10% e, por outro, aumentando a percentagem de pessoas entre 30 e 34 anos que tenham concluído estudos superiores até 40%. A educação e a formação ajudam a melhorar a produtividade, a inovação e a competitividade.

Atualmente, o ensino secundário completo é considerado o nível mínimo desejável que deveria ser alcançado pela população europeia. Neste contexto, a Estratégia 2020 visa reduzir o abandono escolar precoce para 10%. A percentagem de pessoas que abandona o sistema escolar sem concluir o ensino secundário é de cerca de 20,8% no Espaço Transfronteiriço NUTS II, bem acima da média da UE27 (12,8%) e do objetivo definido na Estratégia 2020.

A este respeito deve notar-se que a diferença entre homens e mulheres é significativa, apresentando as mulheres uma taxa de mais do que dez pontos percentuais inferior à do género masculino. As diferenças geográficas também são significativas sendo mais elevadas nas comunidades autónomas espanholas do que nas regiões portuguesas, especialmente na Extremadura e Andalucía, que apresentam, por sua vez, as taxas de desemprego jovem mais elevadas do Espaço.

No entanto, é necessário enfatizar a tendência positiva na redução da mesma nos últimos 4 anos (39,71%), demonstrando os esforços significativos que ocorrem neste campo, embora ainda insuficientes para alcançar os objectivos definidos. Outra questão relevante a este respeito para os jovens entre 18 e 24 anos que não estudam nem trabalham, em todo o Espaço Transfronteiriço NUTS II, situa-se nos 20,8%, mais de três pontos percentuais acima da média da UE27. As diferenças regionais também são significativas e mostram que em

regiões onde há uma maior percentagem de jovens que não estuda nem trabalha são também aquelas com maior taxa de abandono escolar precoce e maiores níveis de desemprego entre os jovens. Este é um problema de peso, uma vez que, por um lado, os jovens que abandonam precocemente a escola apresentam deficiências significativas na sua formação, o que os torna mais vulneráveis a integrar um mercado de trabalho já de si marcado por problemas conjunturais e estruturais graves, e a ter boas condições de trabalho, o que pode conduzir estes segmentos da população à pobreza e à exclusão social.

Por outro lado, a **população com estudos superiores** é também um fator determinante, muito ligado à investigação e à inovação já que os processos de I&D&i, tanto nas empresas, como nos centros de investigação, exigem trabalhadores com altos níveis de qualificação. No ano de 2012 **a percentagem da população entre os 30 e os 34 anos com estudos superiores situava-se abaixo dos 40% da população do Espaço** (32,7%).

Neste aspecto, os desequilíbrios do Espaço Transfronteiriço são significativos entre as regiões portuguesas e as comunidades autónomas espanholas, em que estas últimas apresentam taxas de população com ensino superior, mesmo no caso da Galicia e Castilla y León, superiores aos 40% definidos como meta na Estratégia 2020. Pior situação é especialmente a do Alentejo, Algarve e Centro de Portugal com percentagens abaixo dos 25%. No entanto, mais uma vez, é de salientar que aumentou ligeiramente ao longo dos últimos quatro anos, a proporção de pessoas entre os 30 e 34 anos com o ensino superior concluído, exceto a Galicia, Castilla y Leon e Andalucía. Mais uma vez, como em outras áreas da educação, as mulheres têm taxas maiores do que os seus homólogos masculinos.

Outro aspecto crucial é a formação contínua ao longo da vida, que é fundamental para a atualização das aptidões e capacidades do capital humano. O Espaço Transfronteiriço NUTS II tem uma percentagem de adultos em actividades de educação e formação (10,25) ligeiramente superior à média da UE-27 (9,0%), mas abaixo dos 15% previstos no Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da Educação e Formação para 2020 aos novos desenvolvimentos tecnológicos e facilitar o seu progresso em sua carreira ou a sua reinserção no mercado de trabalho.

No geral, a tendência da participação da população adulta tem sido positiva entre 2008 e 2012, exceto a Galicia e a Extremadura. Esta é definitivamente uma tendência positiva provavelmente fundamentada na existência de uma população com maiores preocupações para melhorar profissionalmente e consequência da crise económica que dificulta o acesso ao mercado de trabalho, onde a destruição de postos de trabalho é mais forte entre os setores que precisam de mão de obra menos qualificada. Além disso, a elevada taxa de desemprego e problemas estruturais em alguns setores tradicionais exigem reconversão do capital humano em outras qualificações e capacidades. Ainda, como mencionado acima, a destruição de emprego foi maior entre aqueles que tinham níveis de formação básica, enquanto a população empregada com níveis mais elevados de educação tem visto a sua proporção aumentar, no total da população empregada.

A partir desta perspectiva, a melhoria dos programas educativos é essencial, para que uma maior percentagem de jovens finalize o ensino secundário e aqueles que optam por não seguir o ensino superior devem ter a possibilidade de aceder a programas de formação profissional específicos que os ajude a integrar o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, tanto a formação profissional como o ensino secundário devem tentar responder às necessidades do tecido produtivo local e às exigências internacionais de profissionais altamente qualificados, a fim de melhorar a atratividade dos territórios. Para isso, é necessária uma maior colaboração entre as universidades e as empresas e entre as regiões do Espaço. Importantes desenvolvimentos já estão a ocorrer neste sentido através dos *Campus* de Excelência Internacional mencionados anteriormente que podem servir de guia.

Outra questão crucial de crescimento inteligente é a **sociedade da informação** e, em particular, um maior desenvolvimento das TIC e a sua utilização em que, como mencionado anteriormente, uma das causas da diferença de produtividade entre a UE e outros países desenvolvidos reside precisamente em desenvolvê-las e utilizá-las cada vez mais.

A este respeito, deve-se notar a baixa relevância deste setor no Espaço Transfronteiriço em relação ao VAB e à percentagem de população ocupada (1,6%) que trabalha em atividades relacionadas ao setor face aos 5,1% na UE27.

Para tal, a questão fundamental reside na disponibilidade de acesso a banda larga por parte dos alojamentos e empresas já que neste contexto, a percentagem de alojamentos em toda a área do Espaço Transfronteiriço NUTS II é de 60%, bem abaixo da média da UE27 que regista 73%, dificultando atingir os objectivos em relação à iniciativa emblemática: "Uma Agenda Digital para a Europa", que afirma que, em 2013, a banda larga estaria ao alcance de todos. Destaca-se o forte crescimento percentual de alojamentos com acesso a banda larga entre 2008 e 2012, uma vez que aumentou 24 pontos percentuais. O segundo aspeto relevante é a utilização e competências no seu uso e gestão pois embora o Espaço Transfronteiriço NUTS II se encontre abaixo da média da UE27, o crescimento nos últimos quatro anos também foi significativo, registando-se em mais de 13 pontos percentuais. Finalmente, deve ser ressaltada a consolidação e o acesso à sociedade da informação, que é uma questão importante na economia do conhecimento e um elemento que reforça a coesão social e territorial.

### 3.2. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

O crescimento sustentável proposto na Estratégia Europa 2020 apela a um crescimento sustentável, ou seja, por uma economia que utilize eficientemente os recursos, sendo competitiva.

O compromisso com a luta contra as alterações climáticas e a redução das emissões de gases efeito de estufa é um dos objetivos da UE em matéria de crescimento sustentável. A meta é **reduzir antes de 2020 as emissões de gases efeito de estufa em 20% em relação aos níveis de 1990**. Embora não existam dados regionais, tanto os níveis de



Espanha (126%) como os de Portugal (116%), para o ano 2011, estavam muito acima da média da UE27 (83%) e muito distantes do objetivo de 80% fixado para o ano de 2020. Houve avanços significativos nesta matéria em relação a 2005. Em particular, a Espanha reduziu as suas emissões em mais de 27% e Portugal em 30%, indicando um comportamento positivo nos últimos anos. Este é um dos grandes desafios que o Espaço Transfronteiriço enfrenta já que são uma das áreas da Europa mais afetadas pelos impactos ambientais das alterações climáticas.

Outro dos objetivos é a cada vez maior utilização de fontes de energia renováveis em detrimento das fontes de energia convencionais e reduzir a dependência da UE face à energia procedente do estrangeiro. Concretamente, o objetivo fixado na Estratégia 2020 é que **o consumo de energia renovável represente 20% do consumo total em energia**. Apesar dos dados não estarem regionalizados no *Eurostat*, a informação disponível a nível nacional mostra que a execução nos dois países é superior à da média da UE27 (13% em 2011). **O consumo de energias renováveis representa 15,1% do consumo total de energia em Espanha, enquanto que Portugal já superou o objetivo com 24,9%**. Além do mais, observa-se uma tendência crescente e sustentável no tempo, no aumento do consumo de energia renovável entre os anos 2008 e 2011, sobretudo no caso espanhol.

**QUADRO 80. SITUAÇÃO DAS REGIÕES DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NUTS II EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO INTELIGENTE**

Agenda 2020		Objetivo 2020	UE27	Espaço Transfronteiriço NUTS II	Ano referência
Alterações climáticas e energia	Redução das emissões de gases efeito de estufa em relação a 1990 em 20%	80%	83,0%	ES: 126,4% PT: 116,5%	2011
	Porcentagem de energias renováveis	20%	13%	ES: 15,1% PT: 24,9%	2011
	Aumento de la eficiencia energética <sup>22</sup>	86,5%	93,0%	ES: 89,5% PT: 89,2%	2011

Fonte: Eurostat

O último dos objetivos desta prioridade é **melhorar a eficiência na utilização dos recursos**, o que, por sua vez, permitiria limitar as emissões de gases efeito de estufa. O objetivo é reduzir o consumo de energia em todos os setores económicos, especialmente aqueles cujo impacto no meio ambiente e recursos são mais elevados. **O objetivo é aumentar em 20% a eficiência energética através da redução no consumo primário de energia**. Em 2011, Espanha havia já diminuído o seu consumo em 89,5% em relação a 2005 e Portugal 89,2%. Tal é indicativo de uma tendência positiva que deverá ser mantida no futuro para que se possam alcançar os objetivos estabelecidos para 2020. É ainda

<sup>22</sup> O terceiro objetivo em matéria de crescimento sustentável consistia em reduzir em 20% a eficiência energética, o que significa a redução do consumo de energia primária de 86,5% em relação ao ano base 2005=100.

merecedor salientar a boa execução de Espanha e Portugal a este respeito em relação à média da UE27.

Finalmente, é necessário assinalar que uma recuperação da economia poderia ter efeitos negativos sobre estas variáveis, especialmente sobre a emissão de gases efeito de estufa e eficiência energética, já que o retrocesso da atividade industrial devido à crise económica também teve impacto com uma menor pressão exercida sobre o ambiente.

A aposta num crescimento sustentável requer políticas ambientais e energéticas mais efetivas e coordenadas, o que se traduz num compromisso pela redução dos gases efeitos de estufa e pela melhoria da eficiência energética, assim como uma aposta determinada nas energias renováveis.

### 3.3. CRESCIMENTO INCLUSIVO

Os benefícios do crescimento económico devem difundir-se por toda a população e evitar que beneficie apenas uma parte da mesma. Para tal, a prioridade é promover uma economia que gere postos de trabalho e que contribua para a coesão económica, social e territorial. Para tal, deve-se atuar no aumento do nível de emprego através de mais e melhores postos de trabalho, sobretudo para aqueles grupos mais desfavorecidos no seu acesso ao mercado laboral. Também é importante investir na melhoria da formação e das qualificações, o que determinará a entrada no mercado laboral em melhores condições, assim como reduzir a pobreza e a exclusão social.

A Estratégia 2020 marca como objetivo que **a percentagem de população entre 20 e 64 anos com emprego se eleve a 70% tanto para homens como para mulheres para o ano 2020**. O desemprego é um dos graves problemas do Espaço de Cooperação. O **emprego no Espaço de Cooperação alcança somente 58,4% da população entre 20 e 64 anos**, longe da média da UE27 (68,4%) e do objetivo da Estratégia 2020.

QUADRO 81. SITUAÇÃO DAS REGIÕES DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO EM RELAÇÃO A UM CRESCIMENTO INTEGRADO

Regiões	Taxa de emprego	Taxa de desemprego	População em risco de pobreza ou exclusão social
Galícia	61,1%	20,7	23,2
Castilla y León	62,4%	19,7	21,7
Extremadura	50,4%	33,0	38,4
Andalucía	50,1%	34,6	38,7
Norte de Portugal	65,5%	16,1	n.d
Centro de Portugal	69,7%	12,0	n.d
Alentejo	66,1%	15,9	n.d
Algarve	66,2%	17,9	n.d
<b>Esp. Transf. NUTS II</b>	<b>58,4%</b>	<b>24,3</b>	<b>28,2</b>
Espanha	59,3%	25,0	25,3
Portugal	66,5%	15,7	25,0
UE27	68,4%	10,4	23,2

Fonte: Eurostat

Neste sentido, os desequilíbrios entre as regiões do Espaço Transfronteiriço são significativas seguindo as tendências dos Estados-Membros a que pertencem. Assim, o problema do desemprego é maior nas comunidades autónomas espanholas, superando todas as 20%, exceto Castilla y León, enquanto que em Portugal se situam abaixo deste limiar.

A questão do emprego está diretamente relacionada com o ciclo de negócios e, neste contexto, a crise económica acentuou esse processo de perda de população empregada a partir de 2008. Além disso, como já mencionado, e pese embora as mulheres apresentarem taxas de emprego mais baixas (53%) do que as masculinas (63,8%), a crise teve um impacto maior sobre os setores onde predomina mão de obra masculina, como é exemplo a construção, daí que o declínio na taxa de emprego nos homens tenha sido maior. Outro grupo em que o desemprego tem afetado significativamente é a população jovem, que se situava nos 50%, em 2012.

Aumentar os níveis de emprego do Espaço de Cooperação é uma questão crucial não só para o crescimento integrado, mas para voltar ao caminho do crescimento económico e de convergência com a UE27. Isso exige a implementação de uma série de ações que incidam diretamente sobre a criação de emprego por parte das empresas e o fomento do espírito empreendedor para gerar novas oportunidades de negócio e, por conseguinte, novos e melhores empregos. Também é necessário elevar os níveis de formação para incrementar as possibilidades da população em idade ativa aceder ao mercado de trabalho e responder adequadamente às necessidades das empresas.

Finalmente, a UE através da Estratégia 2020 propõe-se **reduzir em 20 milhões as pessoas que vivem na pobreza ou em risco de exclusão social**. Note-se que na maioria das comunidades autónomas espanholas (exceto Castilla y León e Galícia), o percentual da população que vive em situação de risco de exclusão social está acima da média da UE27

(23,2). Para as regiões portuguesas não se dispõe de dados regionalizados, mas o dado nacional também está acima da média europeia. Após a agitação da crise económica entre 2011 e 2012, bem como a continuação da mesma, não vai diminuir mas aumentar a percentagem da população que vive em situação de pobreza ou em risco de exclusão social.

Em conclusão, as regiões que compõem o Espaço de Cooperação estão bastante longe de atingir os objetivos estabelecidos na Estratégia 2020. O esforço pendente que devem realizar para melhorar a sua situação em relação aos objetivos é muito importante para atingir um crescimento inteligente, sustentável e integrado.

## 4. ANÁLISE SWOT

TERRITÓRIO, DEMOGRAFIA E ECONOMIA	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Elevado grau de ruralização do território (59,9% del Espaço de Cooperação NUTS III é predominantemente rural) (ano 2012).</li> <li>✓ Rede urbana pouco desenvolvida (só quatro cidades do Espaço NUTS III superam os 100.000 habitantes).</li> <li>✓ Desequilíbrios espaciais em termos económicos e demográficos.</li> <li>✓ Escassa vertebração intratransfronteiriça em termos de infraestruturas de comunicação ferroviárias, principalmente.</li> <li>✓ Maior peso do transporte por estrada face aos caminhos de ferro, como meio mais sustentável.</li> <li>✓ Baixa densidade de população (40,1 habitantes por Km<sup>2</sup> ano 2011).</li> <li>✓ Perda de população de carácter estrutural (taxa de declínio de 0,2% entre 2008 e 2012), no Espaço de Cooperação.</li> <li>✓ Média de idades (40,3 anos) superior à média da UE (39,7) (ano 2012) e envelhecimento progressivo da população (crescimento de 3,2% da população de 65 anos ou mais entre os anos de 2008 e 2012) Espaço de Cooperação.</li> <li>✓ Espaço de Cooperação NUTS III é uma das áreas menos desenvolvidas da Europa (o PIB representa 73,5% da média UE27) (ano 2010).</li> <li>✓ Estagnação do processo de convergência com a UE27 (PIB em 2009 de 74,9%, enquanto que em 2010 caiu para 73,5%).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Intensificação da crise económica e financeira nos anos 2012 e 2013.</li> <li>✓ Crescimento negativo da população desde 2009 com exceção das áreas intermédias (urbano-rural).</li> <li>✓ Os desafios que implica para assegurar a cobertura das necessidades de uma população cada vez mais envelhecida, tanto na provisão de serviços sociais, como na assistência à mesma.</li> <li>✓ Desincentivo às infraestruturas de comunicação dos territórios do Espaço Transfronteiriço devido aos cortes orçamentais para infraestruturas em ambos os Estados.</li> </ul>

TERRITÓRIO, DEMOGRAFIA E ECONOMIA	
FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Presença de determinados centros com uma maior capacidade polarizadora da atividade económica</li> <li>✓ Diversidade de paisagens costeiras e rurais de importante valor cultural, natural e turístico.</li> <li>✓ Importante provisão de recursos endógenos e clima.</li> <li>✓ Área de cooperación Adjacente más dinámica desde el punto de vista económico y que puede servir de motor de crecimiento del Espacio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Enclave estratégico para as ligações portuárias.</li> <li>✓ A cooperação territorial permite aproveitar os benefícios das economias de escala, economias de aglomeração assim como os spillovers do conhecimento.</li> <li>✓ Elaboração de instrumentos de planeamento territorial e urbano que contribuam para o desenvolvimento da zona transfronteiriça, como a acessibilidade, a funcionalidade do sistema urbano, o sistema de proteção territorial, as necessidades de dotações e infraestruturas, paisagem, etc.</li> </ul>

COMPETITIVIDADE E TECIDO PRODUTIVO	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Perda de tecido produtivo (o número de empresas decresceu, entre os anos 2008 e 2010, 5,3%).</li> <li>✓ Dificuldades de acesso mais elevadas no acesso ao crédito por parte das PME's, em comparação com as grandes empresas.</li> <li>✓ Tecido produtivo pouco diversificado e sobreespecializado numa série limitada de atividades económicas de escasso valor acrescentado.</li> <li>✓ Importante "despecialização" nas atividades económicas de maior intensidade tecnológica.</li> <li>✓ Não especialização na atividade transformadora de produtos primários na qual se ganha maior valor acrescentado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Barreiras administrativas que continuam a existir negociar entre Portugal e Espanha.</li> <li>✓ Dificil acesso das empresas à financiamento devido à crise financeira, sobretudo para as PME's.</li> <li>✓ Especialização industrial numa série de atividades sujeitas a fortes processos de deslocalização (indústria do calçado, confeção e têxtil) assim como no setor da construção e outras atividades afins, muito afetadas pela atual contração económica.</li> <li>✓ Predomínio de uma cultura empresarial baseada mais na redução de custos que na inovação.</li> <li>✓ Ausência de atividades competitivas internacionalmente em setores de alta-média tecnologia que tenham um efeito motor sobre o resto da economia.</li> <li>✓ Contração da procura interna devido à crise.</li> </ul>



COMPETITIVIDADE E TECIDO PRODUTIVO	
FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Elevado ritmo de crescimento da produtividade laboral (5,5% entre 2007 e 2010).</li> <li>✓ Especialização em setores básicos e intensivos em recursos naturais que podem liderar processos de desenvolvimento endógenos (setor marítimo-pesqueiro, pecuária, rochas ornamentais, produtos agrícolas, imóveis e o turismo e alojamento).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Potencialidades produtivas ligadas a fatores locais de produção.</li> <li>✓ Aumento do autoemprego como resposta face à crise, especialmente no tecido produtivo espanhol.</li> <li>✓ Utilização de fórmulas de cooperação inter-empresariais para aceder à internacionalização.</li> <li>✓ Posicionamento das PME nos mercados através da melhoria da qualidade da produção num contexto de crise económica, tratando-se de promover um consumo de qualidade, com standards sociais e ambientais adequados.</li> <li>✓ Desenho de novos instrumentos financeiros para as PME que lhes permite reforçar a sua posição competitiva.</li> </ul>

MERCADO DE TRABALHO E CAPITAL HUMANO	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Graves dificuldades no mercado de trabalho: baixa taxa de emprego (58,4%), alta taxa de desemprego (24,3%), desemprego juvenil (50%) e desempregados de longa duração (44,3%) (ano 2012).</li> <li>✓ Forte destruição de emprego: a taxa de emprego diminuiu em 8 pontos percentuais entre 2008 e 2012.</li> <li>✓ Níveis elevados de desemprego com uma taxa de 24,3% em 2012 que aumentou em relação a 2008 mais de 12 pontos percentuais.</li> <li>✓ Graves dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens: taxa de desemprego jovem 50,0% (2012).</li> <li>✓ Persistência da diferença de género no acesso ao emprego: taxa de emprego feminina de 53,0% frente à masculina com 63,8% (2012).</li> <li>✓ Redução da mobilidade laboral transfronteiriça causada pela crise económica, especialmente patente no seio dos trabalhadores portugueses em Espanha.</li> <li>✓ Elevada taxa de abandono escolar precoce à volta de 20,8% (2012), tendo crescido em mais de 6 pontos percentuais em 2008.</li> <li>✓ Elevada proporção de população entre 18 e 24 anos que nem trabalha nem estuda (20,8%).</li> <li>✓ Predomínio dos níveis básicos de formação entre a população empregada (50,1%) que são por sua vez o grupo em que mais se reduziu o emprego.</li> <li>✓ Insuficiência de população empregada com níveis de ensino secundário completo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Progressiva redução da necessidade de mão-de-obra para o desenvolvimento da atividade económica.</li> <li>✓ A intensa e prolongada crise económica internacional e as dificuldades para superar os efeitos negativos gerados no mercado de trabalho fazem pensar nas dificuldades para melhorar a taxa de ocupação e reduzir a taxa de desemprego da zona de cooperação.</li> <li>✓ Concorrência dos países emergentes na oferta de mão-de-obra.</li> <li>✓ Deslocalização da indústria manufatureira não baseada em recursos endógenos para outras regiões do planeta que apresentam mão-de-obra mais barata.</li> </ul>

MERCADO DE TRABALHO E CAPITAL HUMANO	
FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Oferta suficiente de mão-de-obra em idade ativa (taxa de atividade para o ano 2012 acima da média da UE27 e tendência positiva em relação a 2008).</li> <li>✓ Redução da taxa de abandono escolar precoce em mais de 13 pontos percentuais entre 2008 e 2012.</li> <li>✓ Redução das tradicionais lacunas de género em termos de desemprego e de ocupação.</li> <li>✓ Aumento significativo da população entre os 30-34 anos com estudos superiores (crescimento de 17,6% entre os anos 2008 e 2012)</li> <li>✓ Relativamente alta participação de adultos entre 25 e 64 anos em formação contínua (10,2%) (ano 2012) e com uma taxa de crescimento de 18,25% entre 2008 e 2012.</li> <li>✓ Melhoria do nível de qualificação da população empregada (o peso dos níveis de formação básicos no emprego total caiu 16,75% entre 2008 e 2012).</li> <li>✓ Peso crescente na ocupação da população com mais formação 4,85 pontos percentuais entre 2008 e 2012.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Crescente peso no emprego da população mais instruída.</li> <li>✓ Promoção da integração dos mercados de trabalho transfronteiriços.</li> <li>✓ Fomento e disponibilidade de mobilidade transfronteiriça no âmbito do emprego.</li> <li>✓ Desenvolvimento de novos postos de trabalho depois da superação de uma crise numa economia reestruturada de acordo com as orientações realizadas para tal efeito pela União Europeia.</li> </ul>

INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desempenho moderado em inovação e baixo nível de despesa em I&amp;D (1,1% do PIB no ano 2010).</li> <li>✓ Limitada capacidade de execução da despesa em I&amp;D pelo setor empresarial (só executa 40,6% da despesa total em I&amp;D no ano 2010) que se viu reduzida em 10,9% entre 2007 e 2010.</li> <li>✓ Escassa especialização em atividades de maior intensidade tecnológico.</li> <li>✓ Menor grau de ocupação em serviços intensivos em conhecimento e de alta e média-alta tecnologia (mais de pontos percentuais abaixo da média da UE27).</li> <li>✓ As universidades acolhem 52,5% do pessoal em ciência e tecnologia em detrimento do setor privado que apenas integra 30,5% (ano 2010).</li> <li>✓ Débil interação entre o âmbito público e o setor privado em matéria de I&amp;D&amp;i (o índice de publicações público-privados representa metade da UE27 (ano 2011)).</li> <li>✓ Fracos resultados das atividades em I&amp;D&amp;i (número de patentes solicitadas abaixo da média da UE27), que limita o aproveitamento produtivo do esforço de pesquisa.</li> <li>✓ Dificuldade em aproveitar os resultados de I&amp;D&amp;i das infraestruturas e tecnologias existentes através da sua transferência e valorização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Pressão constante sobre a redução do défice público que se traduz num esforço menor em investimento, sobretudo em atividades de I&amp;D&amp;i.</li> <li>✓ Êxodo de jovens investigadores para outros países, onde encontram mais oportunidades.</li> </ul>
FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Evolução positiva do desempenho em inovação.</li> <li>✓ Aumento do capital humano em ciência e tecnologia (22,2% entre 2008 e 2011).</li> <li>✓ Empresas portuguesas muito dinâmicas nos processos de introdução de inovações.</li> <li>✓ Importantes infraestruturas e existência de iniciativas de excelência no âmbito da I&amp;D&amp;i (Campus de Excelência e INL).</li> <li>✓ Especialização tecnológica em comparação com os países da OCDE no âmbito das tecnologias ambientais (1,82), biotecnologia (1,78), tecnologia médica (1,51) e em nanotecnologia, na média.</li> <li>✓ Evolução positiva do número de população empregada em serviços intensivos em conhecimento e em setores industriais de alta e média tecnologia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Formulação de estratégias regionais de especialização inteligente.</li> <li>✓ Tomada de consciência da necessidade de estabelecer colaborações transfronteiriças em matéria de I&amp;D&amp;i para ganhar massa crítica e competir internacionalmente (Campus de Excelência Internacional com vocação transfronteiriça).</li> <li>✓ Importância crescente atribuída à I&amp;D&amp;i como motor de desenvolvimento regional (ligeiro crescimento da despesa em I&amp;D em termos relativos).</li> <li>✓ Fomento de mecanismos de transferência de tecnologia, dotação de infraestruturas científicas e tecnológicas e de apoio ao investimento em I&amp;D&amp;i, por parte das empresas.</li> </ul>

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Escasso desenvolvimento das TIC no conjunto da economia, com uma baixa contribuição para o VAB e para o emprego (0,02% e 1,57%, respetivamente).</li> <li>✓ Baixa produção tecnológica no setor das TIC (índice de especialização de 0,6).</li> <li>✓ Baixo desempenho no acesso e uso das TIC (só 60% dos alojamentos têm acesso à internet de banda larga, e 57% da população se conecta à internet e 24% da mesma realiza compras por internet).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Baixo aproveitamento das vantagens das TIC, como elementos de coesão social, assim como de dinamização da competitividade empresarial.</li> <li>✓ Perda de competitividade na não adaptação das empresas às TIC num meio globalizado.</li> </ul>
FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Redução do fosso digital (24% mais agregados familiares em relação a 2008 têm acesso a internet de banda larga e crescimento de 46% das pessoas que utilizam internet em relação ao ano de 2008).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Utilização das TIC face aos problemas de acessibilidade, soluções de assistência social e cuidado de uma população cada vez mais envelhecida e oportunidades para melhorar a competitividade das atividades económicas tradicionais.</li> </ul>

AMBIENTE E ENERGIA	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Escasso nível de tratamento de resíduos.</li> <li>✓ Escassez de recursos hidrológicos.</li> <li>✓ Fraca proteção e ordenamento do território litoral.</li> <li>✓ Baixa qualidade das águas superficiais e subterrâneas.</li> <li>✓ Reduzida eficiência energética.</li> <li>✓ Aumento da contaminação pela concentração urbana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Riscos significativos de contaminação das águas marinhas, particularmente por causa dos derrames de petróleo.</li> <li>✓ Sobreexploração dos recursos pesqueiros.</li> <li>✓ Elevada vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas</li> <li>✓ Alta probabilidade de riscos naturais como incêndios ou desertificação.</li> <li>✓ Perda de identidade local.</li> </ul>
FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Predomínio de terras aráveis e cultivos permanentes, pastagens e bosques.</li> <li>✓ Presença de massa florestal significativa.</li> <li>✓ Grande diversidade e qualidade ambiental, dada a variada gama de ecossistemas naturais ou a existência de espaços naturais de grande interesse.</li> <li>✓ Presença de áreas protegidas ao longo de toda a fronteira (Rede Natura 2000).</li> <li>✓ Existência de superfícies costeiras e litorais significativas.</li> <li>✓ Maior consumo relativo de energias renováveis face à UE.</li> <li>✓ Importante rede de património arqueológico, arquitetónico e cultural.</li> <li>✓ Vantagens ambientais derivadas da prática de atividades sustentáveis no setor agrícola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Elaboração de instrumentos de planeamento e ordenamento dos espaços naturais e recursos ambientais.</li> <li>✓ Implementação de instrumentos de gestão de risco de catástrofes</li> <li>✓ Promoção de tecnologias inovadoras para a proteção ambiental e eficiência dos recursos.</li> <li>✓ Aproveitamento das energias renováveis num quadro em que o crescimento das mesmas é significativo.</li> <li>✓ Gestão conjunta das bacias fluviais.</li> <li>✓ Potencialidades turísticas ambientais aproveitando a potencialidade do terreno e a procura crescente deste tipo de atividades.</li> <li>✓ Elaboração de estratégias integradas de desenvolvimento urbano sustentável.</li> </ul>

## INCLUSÃO SOCIAL



INCLUSÃO SOCIAL	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
✓ Problemas de inclusão social, taxa de pobreza ou exclusão social acima da média da UE27 na maioria das regiões, em 2012.	✓ Persistência da crise económica e o fim da atribuição de prestações sociais pode agravar o risco de exclusão.
FORÇAS	OPORTUNIDADES
✓ Consolidação das redes de “amortecedores sociais” institucionais não públicos, que reflita uma tendência a favor dos valores de solidariedade social.	✓ Desenvolvimento da inovação social como meio para oferecer soluções contra a exclusão social e a luta contra a pobreza.

IGUALDADE DE GÉNERO	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
✓ Existência de lacunas no mercado de trabalho: taxa de emprego feminina inferior frente à masculina e taxa de desemprego acima da masculina	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Persistência de práticas de discriminação por género no mercado de trabalho.</li> <li>✓ Valores sócio-culturais que reforçam o papel da mulher como prestadora de cuidados.</li> </ul>
FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Perda de postos de trabalho feminina foi inferior à masculina.</li> <li>✓ A população feminina apresenta níveis de formação e educativos superiores aos seus homólogos masculinos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Maior consciência sobre igualdade de género.</li> <li>✓ Aumento da corresponsabilidade.</li> </ul>

GOVERNANÇA	
FRAQUEZAS	AMENAZAS
✓ Proliferação e diversidade das diversas instituições e organismos transfronteiriços criados provocaram uma certa complexidade institucional.	✓ Diferenças de competências entre os organismos que as compõem dos dois lados da fronteira
FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de uma longa e consolidada tradição de cooperação na fronteira luso-hispânica.</li> <li>✓ Institucionalização da cooperação transfronteiriça.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A cooperação transfronteiriça constitui uma prioridade da Política Regional Europeia.</li> </ul>

